KARL **MARX**

miséria da filosofia



Sobre *Miséria da filosofia*
João Antônio de Paula

Desde seu lançamento, em 1847, *Miséria da filosofia* tem provocado incômodo por seu implacável tom polêmico, pelo ferino estilo que não poupa diatribes contra um autor que não só era respeitado intelectualmente (por justas razões) como tinha grande influência entre os socialistas franceses.

Publicamente, Proudhon nunca respondeu à crítica de Marx. Seus adeptos, sim, como Diego Abad de Santillán, que desdenhou: "Marx, sempre vingativo contra qualquer um que pudesse lhe fazer sombra – os livres de Berlim, o senhor Vogt, Eugen Dühring, Mikhail Bakunin –, sempre disposto a demolir os que não queriam ou não podiam se submeter à sua interpretação das leis históricas".

A crítica de Abad de Santillán reflete uma visão que ganha audiência ao apelar para certo psicologismo, atribuindo a Marx um insaciável desejo de poder e de supremacia. Com efeito, a obra tem na polêmica e na crítica eixos ordenadores. Ressalve-se que, se a polêmica tem um sentido episódico e contingente, pois a dimensão crítica da obra de Marx tem sentido estruturante, é parte central do legado hegeliano que ele transfigurou; isto é, *crítica* em Max não é sinônimo de paráfrase, de comentário, mas efetivação de movimento de *superação*, de *suprassunção* (*Aufhebung*), que significa a um só tempo levantar, sustentar, erguer, abolir, destruir, revogar e também conservar, preservar.

Assim, o movimento da crítica, tanto em Marx como em Hegel, quer anular, cancelar, a não ser aquilo que não merece ser anulado, cancelado, o que significa, de outro lado, conservar, manter aquilo que mobiliza o novo, o emancipatório, a liberdade.

A lista de Abad de Santillán tem um problema básico. Ela reúne nomes heterogêneos, que Marx confrontou a partir de motivações e perspectivas

diversas. No caso de Karl Vogt, por exemplo, a motivação de Marx era se defender de calúnias infamantes, que não só comprometiam a sua honra pessoal quanto o socialismo como projeto.

A crítica de Marx a Proudhon, como bem destaca seu tradutor José Paulo Netto, era oportuna, lúcida e informada. *Miséria da filosofia*, não é expressão de sentimento menor, de rivalidade fútil, mas sim manifestação teórico-política, com o sentido da urgência visando preparar a classe operária europeia para o embate que se avizinhava, ao passo que Proudhon, influente ainda no movimento operário francês, já tinha abandonado a perspectiva revolucionária, comprazendo-se com reformismo algo confuso e inepto.

Esta edição, traduzida e apresentada por um dos mais reconhecidos especialistas brasileiros sobre a obra de Marx, é tanto um presente, quanto a confirmação da decisiva contribuição da Boitempo para a difusão qualificada do pensamento crítico, em particular do pensamento de Marx, entre nós, num momento em que as agruras do tempo fazem ainda mais indispensáveis lucidez, coragem e paixão.

Sobre *Miséria da filosofia*
José Paulo Netto

Miséria da filosofia – o primeiro livro que Marx publicou sozinho e o único que redigiu em francês – foi escrito entre janeiro e abril de 1847, em Bruxelas, e saiu em edição custeada pelo autor, com tiragem de oitocentos exemplares, em princípios de julho. A obra de Proudhon que é objeto da crítica de Marx, *Système des contradictions économiques ou Philosophie de la misère* [Sistema das contradições econômicas ou Filosofia da miséria], fora publicada em Paris em outubro do ano anterior e, semanas depois, um exemplar chegou-lhe às mãos, enviado por Engels.

A crítica marxiana, à qual Proudhon nunca respondeu publicamente (embora tenha feito registros amargos e indignados em seus diários e em sua correspondência), pôs fim a uma relação iniciada em Paris em 1844, quando Marx foi recebido por Proudhon em seu apartamento. Os encontros se repetiram até 1845, quando o governo francês obrigou Marx a abandonar o país. Publicada a *Miséria da filosofia*, os dois jamais voltaram a se falar.

Karl Marx

MISÉRIA DA FILOSOFIA

RESPOSTA À *FILOSOFIA DA MISÉRIA*, DO SR. PROUDHON

Tradução
José Paulo Netto

Revisão
Mariana Echalar



SUMÁRIO

Nota da edição
Apresentação à edição brasileira – *José Paulo Netto*

Prólogo

1. Uma descoberta científica
    §1. Oposição entre o valor de uso e o valor de troca
    §2. O valor constituído ou valor sintético
    §3. Aplicação da lei das proporcionalidades dos valores

2. A metafísica da economia política
    §1. O método
    §2. A divisão do trabalho e as máquinas
    §3. A concorrência e o monopólio
    §4. A propriedade ou a renda
    §5. As greves e as coalizões dos operários

Anexos
    Prefácio de Engels à primeira edição alemã
    Prefácio de Engels à segunda edição alemã

John Gray e os vales de trabalho
Discurso sobre o problema do livre-câmbio
Carta de Marx a Proudhon
Carta de Proudhon a Marx
Carta de Marx a P. V. Ánnenkov
Carta de Marx a J. B. Schweitzer

Cronologia resumida de Marx e Engels

Nota da edição

Publicada pela Boitempo 170 anos após seu lançamento, em 1847, esta edição brasileira de *Miséria da filosofia* é o 23º volume da coleção Marx-Engels, que desde 1998 vem disponibilizando a obra dos dois filósofos alemães. Escrita originalmente em francês, que não era a língua materna de seu autor, a *Misère de la philosophie* apresenta, por isso, algumas peculiaridades. A fim de preservá-las, a tradução respeitou o estilo do original – e é preciso recordar que o próprio Marx considerava o seu francês de 1847 algo "bárbaro".

O tradutor baseou seu trabalho no texto que Maximilien Rubel estabeleceu para as *Œuvres* de Karl Marx (Paris, Gallimard, 1965, Bibliothèque de la Pléiade, t. 1, p. 7-136), a partir da edição original de 1847. Como fontes secundárias, foram utilizadas as edições italiana (*Miseria della filosofia*, Roma, Newton Compton, 1976) e espanhola (*Miseria de la filosofía*, Moscou, Progresso, 1979). Os prefácios de Engels foram traduzidos a partir da edição espanhola e todos os outros anexos foram vertidos com base na edição francesa de Rubel, exceto as cartas trocadas entre Marx e Proudhon, cujas fontes são indicadas nas notas pertinentes.

Os estudiosos de Marx no Brasil certamente notarão que esta não é a primeira tradução de José Paulo Netto da obra em questão. Sua primeira

versão foi publicada em 1982 pela editora Ciências Humanas e depois, em 1985, pela editora Global; uma nova publicação, sem alterações, saiu pela Expressão Popular em 2009. Sendo José Paulo Netto um dos maiores especialistas brasileiros na obra marxiana, a Boitempo optou por não encomendar uma nova tradução, e sim publicar a já existente. Meticuloso como é, porém, Netto revisou todo o trabalho, para o que contou com a ajuda da experiente tradutora Mariana Echalar. Além disso, redigiu uma nova apresentação, na qual contextualiza a obra e trata de meandros de sua origem.

Em notas de rodapé numeradas, consignaram-se as diminutas modificações que Marx inseriu no exemplar que ofertou a Natália Utina (1876), bem como as intervenções que Engels efetuou nas primeiras versões alemãs (1885 e 1892) e que aparecem na segunda edição francesa (1896). Todas as notas que não são de Marx ou de Engels vêm precedidas de asteriscos e, na sua maioria, foram adaptadas das edições referidas – umas poucas são do tradutor ou desta edição. Aquelas que registram as reações de Proudhon à obra de Marx, manuscritas no seu exemplar da *Miséria da filosofia*, foram extraídas da edição preparada por Rubel. As referências não originais de Marx a Proudhon remetem ou à edição de 1923 (*Œuvres complètes de P. J. Proudhon*, Paris, Marcel Rivière, 1923) ou à de 1964 (Pierre-Joseph Proudhon e Karl Marx, *Philosophie de la misère/ Misère de la philosophie*, Paris, UGE, 1964). Quando não há indicação de data, elas acompanham as remissões organizadas pelos editores da versão espanhola.

Os demais critérios editoriais são os regularmente utilizados na coleção. As supressões em citações foram feitas por Marx e estão indicadas por "[...]"; os colchetes restantes são da edição brasileira. Ao final do volume, encontra-se a cronobiografia de Marx e Engels, bem como um resumo da situação do mundo em sua época.

A Boitempo agradece a todos que colaboraram com esta edição: tradutor, revisoras, diagramadora e capista, bem como à sua equipe interna.

A editora é grata ainda ao autor do texto de orelha, professor João Antônio de Paula, do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, e ao ilustrador Gilberto Maringoni, autor da imagem de Karl Marx que ilustra a capa desta edição.

Julho de 2017

Apresentação à edição brasileira[1]

José Paulo Netto

Miséria da filosofia – o primeiro livro que Marx publicou como *autor solo* (o que dera à luz em 1845, *A sagrada família ou A crítica da Crítica crítica*, tivera Engels como coautor[2]) e o único que redigiu em francês – foi escrito entre janeiro e abril de 1847, em Bruxelas, e saiu em edição custeada pelo autor, com tiragem de oitocentos exemplares, em princípios de julho (*Misère de la philosophie: réponse à la "Philosophie de la misère" de M. Proudhon*, Paris/Bruxelas, A. Franck/C. G. Vogler, 1847).

A obra de Proudhon (1809-1865) que é objeto da crítica de Marx fora publicada em Paris em outubro do ano anterior (*Système des contradictions économiques ou Philosophie de la misère*, Paris, Guillaumin, 1846, 2 v.[3]) e, semanas depois, um exemplar chegou-lhe às mãos, enviado por Engels.

A crítica marxiana, à qual Proudhon nunca ripostou publicamente (embora tenha feito registros amargos e indignados em seus *Carnets*[4] e em sua correspondência, a par de anotações em seu exemplar de *Miséria da filosofia*), pôs fim a uma relação iniciada em Paris em setembro de 1844, quando Marx foi recebido por Proudhon em seu apartamento, na rua Mazarine, 36. Os encontros se repetiram até janeiro de 1845, quando o governo francês (em decisão do dia 16 daquele mês) obrigou Marx a

abandonar o país (o que fez a 3 de fevereiro). Publicada a *Miséria da filosofia*, os dois homens jamais voltaram a se falar[5].

1

Se as relações pessoais entre Marx e Proudhon se estabeleceram no segundo semestre de 1844, é fato que Marx travara contato com os textos proudhonianos antes de se mudar para Paris. Nisso, nada de extraordinário: no primeiro terço da década de 1840, Proudhon já era nome conhecido, em especial graças a seu ensaio, tornado célebre, *O que é a propriedade?*, de 1840[6]. E, realmente, Marx, à sua chegada a Paris, em outubro/ novembro de 1843 – na estância que se prolongaria até fevereiro de 1845 –, tem Proudhon na conta de "o maior socialista francês de então"[7].

Ainda em outubro de 1842, quando liderava a redação da *Gazeta Renana*, Marx elogia Proudhon e, menos de um ano depois, volta a citá-lo com simpatia numa carta a Ruge[8]. E continua a citá-lo com respeito ao cabo do primeiro semestre de 1844, quando a sua pesquisa sobre economia política – que abriu a investigação à qual dedicaria toda a sua vida – contava só com seis meses de avanço[9]. Com efeito, em pelo menos duas anotações dos seus cadernos de estudo (os *Cadernos de Paris*), a alusão a Proudhon, em passagens importantes, é dominantemente aprobatória[10]. E nos admiráveis *Manuscritos econômico-filosóficos*, de 1844, redigidos entre fevereiro/março e agosto daquele ano, são pelo menos seis as referências explícitas a Proudhon – todas respeitosas, entretanto já com a discreta sinalização da necessidade de uma apreciação capaz de, simultaneamente, "reconhecer e criticar Proudhon"[11].

O espírito de tal apreciação está presente e explicitado em *A sagrada família*, texto substantivo de que Marx se ocupava no segundo semestre de 1844 e que, com uma modesta contribuição de Engels[12], foi publicado em finais de fevereiro de 1845, em Frankfurt, pelos editores J. Rütten e Z. Löwenthal. Sem grande audiência à época (repercutiu fundamentalmente

apenas entre os círculos filosóficos alemães inscritos na dissolução do hegelianismo), o livro[13] é talvez o único dos materiais preparados por Marx para publicação que não exibe a excelência formal e estilística que caracteriza a sua obra e cuja leitura não é propriamente agradável[14]. No entanto, pesquisadores situados em espaços teóricos e ideológicos muito diversos conferem-lhe uma significativa relevância no processo de formação do pensamento marxiano[15]: marcando a ruptura de Marx e Engels com os "Livres de Berlim", reunidos em torno de Bruno Bauer[16], *A sagrada família* é a primeira exposição pública dos princípios do *materialismo histórico*, que serão desenvolvidos n'*A ideologia alemã*[17].

Pois bem, n'*A sagrada família* há mais de três dezenas de referências a Proudhon, cujo pensamento tinha sido distorcido especialmente por Bauer; nelas, com ácida ironia, Marx defende Proudhon, cuidando de restituir o sentido verdadeiro das suas ideias. Em umas poucas passagens, que são emblemáticas do tratamento oferecido a Proudhon, é cristalino o espírito de "reconhecer e criticar Proudhon". Numa delas, a meu juízo a mais significativa, o *reconhecimento* é franco, mas permeado por um matiz *crítico*. Diz Marx que:

> Assim como a primeira crítica de toda ciência está necessariamente implícita nas premissas da ciência por ela combatida, assim também a obra de Proudhon "Qu'est-ce que la propriété?" é a crítica da *economia política* a partir do ponto de vista da economia política. [...] A obra proudhoniana é, portanto, cientificamente superada pela crítica da *economia política*, inclusive pela economia política conforme aparece na versão proudhoniana. [...] Proudhon [...] submete a base da economia política, a *propriedade privada*, a uma análise crítica e, seja dito, à primeira análise decisiva de verdade, implacável e ao mesmo tempo científica. Esse é, aliás, o grande progresso científico feito por Proudhon, um progresso que revolucionou a economia política e tornou possível uma verdadeira ciência da economia política. O escrito de Proudhon "Qu'est-ce que la propriété?" tem o mesmo significado para a economia política moderna que o escrito de Sieyès "Qu'est-ce que le tiers État?" tem para a política moderna.[18]

O matiz crítico sinaliza que, mesmo pondo em questão o suposto da economia política, Proudhon *não transcende o espaço da própria economia política*: a *crítica* da economia política significa a ultrapassagem da obra de

Proudhon. Noutro trecho, mais adiante, Marx patenteia ainda mais nitidamente o limite da relevância do texto proudhoniano de 1840, que então considera como "um manifesto científico do proletariado francês": porque ainda preso "às premissas da economia política", Proudhon não é capaz de romper inteiramente com elas e não consegue dar ao seu pensamento "a elaboração que lhe seria adequada"; em suma, "Proudhon supera a alienação econômico-política *no interior* da alienação econômico-política"[19].

Vê-se que, n'*A sagrada família*, Marx tem Proudhon em alta conta e valoriza sua contribuição, como sempre citando *O que é a propriedade?*; discreta mas claramente, porém, pontua a existência de uma limitação elementar em sua concepção teórica. Marx, contudo, não vai além, e também não o fará n'*A ideologia alemã*[20], redigida a quatro mãos com Engels, fundamentalmente entre outubro/novembro de 1845 e abril de 1846, em Bruxelas[21]. No material constitutivo d'*A ideologia alemã* está a culminação do balanço (já iniciado n'*A sagrada família*) que Marx e Engels fazem da cultura filosófica alemã pós-hegeliana – de fato, um "acerto de contas" com seu passado recente. E se trata de um balanço mais inclusivo: n'*A ideologia alemã* faz-se a crítica do materialismo de Feuerbach, que tanto influíra até pouco antes sobre os dois jovens autores, e não apenas se dá continuidade ao trato a Bauer, mas a análise é estendida em detalhes a Stirner[22] e ao "socialismo alemão", especialmente a Karl Grün, a quem voltaremos logo adiante. Sobretudo, é de notar que *A ideologia alemã* apresenta substantivos e essenciais esclarecimentos sobre a concepção de sociedade, história e cultura que Marx e Engels vinham desenvolvendo de forma original[23]. Um atento estudioso afirma que "somente com a redação d'*A ideologia alemã* [...] é que Marx chega à concepção materialista da história, que deveria constituir o 'fio condutor' de todos os seus estudos posteriores"[24]. Parece-me supérfluo indicar, nesta oportunidade, o caráter seminal d'*A ideologia alemã*, já suficientemente ressaltado por vários

pesquisadores da obra marx-engelsiana[25] – aqui, só interessam as referências a Proudhon.

E elas existem n'*A ideologia alemã* – ainda que sejam menos numerosas que as feitas n'*A sagrada família*, são expressivas. É de assinalar, inclusive, que ali as alusões a Proudhon excedem a citação do texto célebre de 1840 (*O que é a propriedade?*): a argumentação leva em conta *De la création de l'ordre dans l'humanité* [Sobre a criação da ordem na humanidade], publicado em 1843; para Marx, o aspecto mais importante nessa obra proudhoniana é "a tentativa de propor um método de pensar em que as ideias independentes são substituídas pelo *processo do pensar*" – tem-se a proposta proudhoniana da *dialética serial* e, nas poucas linhas que dedica a ela, Marx não aduz qualificações dignas de nota[26]. Numa observação em pé de página, que acabou riscada, ele diz que do "excelente escritor" Proudhon "os comunistas nada aceitaram além de sua crítica à propriedade"[27]. Adiante, contra Stirner ("São Sancho"), desmonta a acusação de que Proudhon "enrola" no trato (jurídico) da propriedade e não admite que a ele se impute um qualquer "sentimentalismo"[28]. Entretanto, é na crítica a Karl Grün, representante do "socialismo alemão" ou "verdadeiro socialismo"[29], que Marx faz uma reflexão – entre observações várias, nas quais reconhece a superioridade de Proudhon sobre essa figura menor, que inclusive posava de "professor" daquele – que assinala a dominância da sua posição agora abertamente crítica ao autor que antes admirava:

> o senhor Grün procura safar-se de abordar os argumentos econômico-políticos desenvolvidos por Proudhon e, ao mesmo tempo, procura se elevar acima deles. *Todas as provas apresentadas por Proudhon são falsas*, o que o senhor Grün descobrirá assim que outro autor vier a demonstrar isso.[30]

E, de relevante, mais não se diz sobre Proudhon n'*A ideologia alemã* – cerca de apenas um ano depois, a *Miséria da filosofia* viria a fornecer elementos para demonstrar o que, na passagem acima, Marx tão somente

pontua. Antes, porém, de passar à *Miséria da filosofia*, é necessária a remissão a polêmicas travadas por Marx e Engels nos meses imediatamente anteriores à redação deste último livro (que, não por acaso, é também designado como o *Anti-Proudhon*).

O ano de 1846 marca, tanto para Marx quanto para Engels, a aceleração do processo do seu desenvolvimento teórico e prático-político. Essas duas dimensões estão intimamente enlaçadas: tal avanço teórico decisivo (registrado n'*A ideologia alemã* e, no caso de Marx, também nas Teses sobre Feuerbach) não é plenamente inteligível se não se considera a sua intensa atividade voltada para a organização de segmentos proletários (a criação do Comitê de Correspondência Comunista e a relação com a então Liga dos Justos)[31]. Contudo, a factual inserção de Marx e Engels no movimento revolucionário proletário efetivou-se implicando ásperos confrontos de ideias e duras polêmicas[32] – deflagrados não só pela originalidade do pensamento desses dois novos protagonistas, mas também pela compreensível vontade/necessidade de afirmação de ambos, muito jovens, na cena intelectual e política. Além de um enfrentamento entre Marx e Weitling (de março a maio de 1846)[33], Marx e Engels confrontam-se (de maio a outubro do mesmo ano) com Kriege[34], que, fora da Europa, propagandeava o confusionismo do eclético "socialismo verdadeiro". É no quadro da crítica de Marx e Engels a esse "socialismo" que aparece o nome de Grün[35].

Karl Grün (1817-1887)[36] era um jornalista alemão que, obrigado ao exílio em 1844, viveu primeiro na França e depois na Bélgica, países nos quais frequentou os círculos alemães de esquerda, propagandeando neles o ideário próprio ao "socialismo verdadeiro". Em 1845, em Paris, estabeleceu amistosa relação com Proudhon (de quem, aliás, traduziu ao alemão a *Filosofia da miséria*)[37] e, na sequência, procurou ganhar adeptos nos meios operários da capital francesa. Estando ali em meados de 1846, para fazer avançar a criação de um Comitê de Correspondência Comunista,

Engels se enfrenta com a influência de Grün e, em outubro, em Paris, numa conferência dos membros da Liga dos Justos, consegue destes uma moção de expressa rejeição das propostas de Grün (e de Proudhon)[38].

Por isso, não é de surpreender que, em meio às divergências teóricas e prático-políticas que então envolviam Marx e Engels contra Grün, fosse agregado à famosa carta de Marx a Proudhon de 5 de maio de 1846, em que este é convidado a participar do Comitê de Correspondência Comunista, um pós-escrito levantando suspeitas sobre Grün: o personagem era denunciado como "uma espécie de charlatão" e, além de tudo, "perigoso"[39]. Na sua quase imediata resposta a Marx (carta de 17 de maio), Proudhon rechaça com firmeza as acusações feitas a Grün, mas o essencial da carta está na razão de princípio que nela enuncia e que, efetivamente, põe a causa da ruptura que será explicitada na *Miséria da filosofia*. Aí reside a base do rompimento de Marx e Proudhon, e não nas distintas avaliações da figura de Grün (mais adiante, voltarei à razão de princípio de Proudhon). Ao se deixar de lado essa razão de princípio ou secundarizá-la, acaba-se por debitar a ruptura a motivações subjetivas; ao prender-se aos juízos pessoais tão contrapostos dos dois homens sobre Grün, termina-se por tomar questões pessoais e/ou imaginárias como motivo central do mútuo afastamento (uma eventual pretensão de Marx de tirar do seu caminho um "concorrente" como Grün ou, de ambos os lados, impulsos narcisísticos e expressões de vaidade). Interpretações desse gênero[40] são pouco sustentáveis e credíveis à luz dos fatos: se depois da publicação da *Miséria da filosofia* os dois não mais dialogaram, foi a carta de Proudhon que os separou definitivamente; a ruptura não se deveu aos juízos sobre Grün, que, se tiveram algum peso, não passaram de mero detonador.

O rompimento só pode ser compreendido adequadamente no marco das polêmicas que permearam as correntes ideopolíticas que, na primeira metade do século XIX, expressavam diferencialmente o protesto e as aspirações dos trabalhadores na Europa ocidental, espaço geopolítico em

que a ordem burguesa pós-1789 se afirmava – protesto e aspirações eles mesmos só compreensíveis com o recurso ao contexto histórico-social e econômico-político das quatro primeiras décadas daquele século[41]. Quando se abandona esse terreno histórico, concreto e objetivo, pouco se apreende da natureza e do significado da ruptura de Marx e Proudhon.

2

Nas primeiras quatro décadas do século XIX, os movimentos dos trabalhadores – no curso de um desenvolvimento que tem raízes no fim do século XVIII – configuram uma curva ascendente. Conquistada a legalidade da organização dos trabalhadores na Inglaterra em 1824, manifesta-se, na ilha, a tendência operária à associação: multiplicam-se as uniões, as federações etc., que serão catalisadas, entre 1838 ("Carta do Povo") e 1848, pelo *movimento cartista*, em cuja experiência reside o primeiro legado para os futuros sindicatos e partidos políticos operários. No continente, em troca, desde o Congresso de Viena, em 1815, respira-se a era de Metternich: repressão e censura. É isso o que, acrescido da defasagem dos ritmos de crescimento industrial na ilha e no continente, explica o baixo nível de organização do protesto operário neste último. A única exceção é a França, em especial (mas não só) Paris, onde eram mais amplos os espaços para a tematização política. Mas aí vigia a interdição da associação de trabalhadores[42]; assim constrangido, e ainda com a persistência da tradição jacobina, o movimento operário francês – cujo componente de destemor se demonstrara tanto em julho de 1830 quanto, principalmente, nas revoltas lionesas de 1831 e 1834 – toma uma feição conspirativa: as "sociedades secretas" se multiplicam e, em 1839, tenta-se o golpismo. Na Alemanha, a repressão mais brutal reduz o protesto operário a níveis mínimos (a sua organização se efetivará, realmente, no exílio), mas não consegue impedir a eclosão de choques violentos, como o que se deu na Silésia em 1844.

A ambiência ideopolítica desses anos sinaliza bem a evolução do movimento operário na sua curva ascendente – de que é contemporânea a larga bibliografia sobre a "questão social" e as formulações típicas do que ulteriormente se denominou "socialismo utópico". Na década de 1840, todavia, o movimento dos trabalhadores experimenta uma inflexão. A consolidação do novo modo de vida do mundo burguês põe à luz do dia a dilaceração medular desse mundo: inseparável acólito da burguesia, o proletariado, aproximando-se o fim da primeira fase da Revolução Industrial, já não se contrapõe simplesmente a ela, mas instaura a possibilidade da articulação de um projeto societário autônomo que implica sua supressão. Numa palavra: consolidando-se o mundo burguês, o proletariado – núcleo duro do contingente dos trabalhadores – converte-se em *classe para si*[43]. Esta é a inflexão testemunhada pelos anos 1840: ao iniciar-se o esgotamento do padrão industrialista da primeira Revolução Industrial e definir-se a dominação de classe da burguesia, o *proletariado começa a se inserir na prática política como um agente autônomo* – eis o que, em nível histórico-universal, se verifica no processo revolucionário de 1848 (e o que, documental e programaticamente, se registra no *Manifesto do Partido Comunista*[44]).

A ruptura entre Marx e Proudhon ocorre exatamente nesse estágio do processo de qualitativa transformação do movimento operário. Em si mesmo, tal confronto/ruptura como que antecipa o problema central colocado historicamente no pós-1848 e que se manteve como tal até o século XX: reforma ou revolução, proletariado como classe que *participa* do processo sociopolítico na ordem burguesa ou proletariado que pretende *dirigi-lo para superá-la*. Essa então irredutível contraposição se manifesta na polêmica e na ruptura de Marx e de Proudhon – justamente quando se cruzam os caminhos desses dois teóricos, caminhos muito diferentes, no preciso momento em que formulavam, naquela conjuntura histórica,

propostas sociopolíticas frontalmente opostas e excludentes. Vejamos, sumariamente, que momento foi esse.

Entre 1838 e 1846, decorre a primeira fase da reflexão de Proudhon[45], que cobre a evolução que leva das *Investigações sobre as categorias gramaticais* (ensaio de gramática comparada que lhe propiciou, com o Prêmio Suard, da Academia de Bensançon, uma bolsa de estudos em Paris, em 1838) à publicação de *Filosofia da miséria*, em 15 de outubro de 1846. Trata-se de uma evolução que, em resumidas contas, configura uma trajetória *que conduz de uma perspectiva abertamente revolucionária a um termo reformista (utópico-reformista)*. A primeira obra de Proudhon destinada ao grande público é *A celebração do domingo*, redigida e publicada em 1839 (uma edição em tiragem comercial maior saiu em 1841); é nela que se lê o que Proudhon tem a dizer aos proprietários: "Apelamos para a força. Proprietários, defendei-vos! Haverá combates e massacres"[46]. Mas é o opúsculo de 1840, *O que é a propriedade?* (que responde "A propriedade é um roubo" e que custou a Proudhon a perda da bolsa de estudos), que tornará famoso o autor. Está aí a tese segundo a qual "o proprietário não produz nem por si nem por seus instrumentos e, recebendo os produtos em troca de nada, é um parasita ou um ladrão"[47]. Um ano depois, na *Segunda memória sobre a propriedade*, a proposição política de Proudhon é inequívoca: "Conclamo à revolução por todos os meios ao meu alcance"[48]. E o tônus revolucionário se mantém na obra de 1843, *Da criação da ordem na humanidade*. Ainda aqui, ele evoca a "força criadora revolucionária"[49]. Mas esse tônus, nos dois anos seguintes, vai se diluindo e termina por dar lugar ao seu expresso abandono: a *Filosofia da miséria* assinala o trânsito de Proudhon (que, seja dito *en passant*, sempre foi um pensador subjetivamente honesto) ao reformismo utópico[50]. No decurso desses poucos anos, o seu pensamento evoluiu: as concepções do Proudhon de 1846 já não são as mesmas que se objetivaram nos seus textos até 1843

(lembre-se: o Proudhon admirado por Marx era o dos textos de 1840-1843).

Em troca, naqueles mesmos anos, também Marx evoluiu e suas concepções se transformaram – em sentido, todavia, inverso ao de Proudhon. O democrata radical de 1842-1843 é um comunista em 1844-1845 e um comunista inserido no emergente processo de organização do proletariado em 1846-1847. E a passagem do democratismo radical para o comunismo operou-se simultânea e articuladamente ao movimento intelectual que levou Marx, a partir dos estudos iniciados em Paris em janeiro de 1844, a descobrir na crítica da economia política o fundamento para a análise e a crítica sociais[51]. O Marx que Proudhon conheceu em Paris, em 1846, antes de completar trinta anos, é já um teórico (e) revolucionário bem preparado, que começa a desempenhar funções dirigentes em organizações políticas.

Assim, os dois homens, nas suas trajetórias distintas, refiguram a própria diferenciação que o movimento dos trabalhadores experimentava – o corte entre tendências reformistas e tendências revolucionárias. E o confronto de Marx e Proudhon, que se efetiva em 1846 e se torna público com a edição de *Miséria da filosofia*, em 1847, refrata essa diferenciação.

Voltemos às cartas de maio de 1846. Marx convida Proudhon a participar de uma rede de correspondência com vistas a informar os militantes socialistas e comunistas da Inglaterra, da França e da Alemanha dos progressos dos seus respectivos movimentos, clarificar os seus pontos de vista através de uma troca de ideias e de uma crítica objetiva – de forma que estivessem mais bem preparados quando chegasse o *momento da ação*[52]. Proudhon percebeu claramente a que Marx, de modo elíptico, estava se referindo ao mencionar o "momento da ação" – e o diz: trata-se mesmo da *revolução*. Sem diplomacia, mas cortês e firmemente, *não aceita o convite de Marx porque rechaça a alternativa revolucionária*[53]. Aí está o problema de fundo, a *questão de princípio* que responde pela ruptura

entre Marx e Proudhon: *é a posição em relação à revolução (identificada agora, por Proudhon, como "golpe de mão", "abalo") que os separa* – o Proudhon de 1846 renega a proclamação do Proudhon de 1841: "Conclamo à revolução por todos os meios ao meu alcance"[54]. Por isso, ainda que julguemos pertinentes as notações de Proudhon no que toca aos cuidados para evitar "uma nova intolerância", para não considerar "jamais que uma questão esteja esgotada" etc., é uma questão de princípio que o afasta de Marx – e, é claro e por via de consequência, a sua decisão de, agora, preferir "queimar a propriedade em fogo lento"[55].

Na sua carta, Proudhon esclarece que revisou suas formulações teóricas e políticas em razão de seus "últimos estudos" e anuncia já a sua "próxima obra" – que haveria de ser a *Filosofia da miséria* – e dispunha-se, se estivesse em engano, a "receber a férula de sua crítica [de Marx] [...] reservando-me a resposta"[56]. De fato, na *Filosofia da miséria* está a concepção teórica que funda a proposição política do Proudhon que ingressa num novo estágio da sua trajetória de pensador e político. É nessa concepção teórica (precisamente a concepção econômico-política proudhoniana)[57] apresentada na obra de 1846 que radica o utopismo reformista de Proudhon, expressão de uma das tendências do movimento operário – tendência que, operante no interior do movimento dos trabalhadores, não permitia apreender a dinâmica necessária das lutas de classes nem preconizava a emancipação do proletariado mediante a sua intervenção política organizada em tais lutas.

Marx, colocando-se a tarefa de combater esse utopismo reformista e a programática que dele derivava, viu-se obrigado a enfrentar os seus supostos teóricos e históricos e, sem qualquer dúvida, a meu juízo, fê-lo com êxito. No entanto, são cabíveis dúvidas no que tange ao resultado desse combate no plano prático-político[58].

Marx lê rapidamente *Filosofia da miséria*, logo que a recebe: já a 28 de dezembro de 1846 pronuncia-se sobre o livro, respondendo à carta que lhe enviara, quase dois meses antes, Pável Vassílievitch Ánnenkov[59]. Nessa missiva – escrita em "francês bárbaro"[60], segundo o próprio Marx – não só se desenha em grandes linhas o eixo da crítica que a *Miséria da filosofia* desenvolveria com implacável rigor como também se antecipa muito do andamento da argumentação que será exposta no livro. Não é necessário deter-nos sobre essa carta, em que Marx confere a Proudhon "o mérito de ser o intérprete científico da pequena burguesia francesa, o que é um mérito real, pois a pequena burguesia será parte integrante de todas as revoluções sociais que se preparam"[61]. E não é necessário visto que não há nada nela que não seja objeto de elaboração no livro – inclusive a recorrente ironia marxiana, que começa no título, aparece antologicamente no "prólogo" (firmado em Bruxelas, a 15 de junho de 1847) e flui ao longo dos desdobramentos da argumentação que enfrenta os supostos (melhor: os fundamentos) teóricos e históricos da obra proudhoniana de 1846 e a programática política que a eles se articulava.

O primeiro capítulo do livro de 1847 é todo ele dedicado à crítica da concepção econômico-política de Proudhon e é uma inequívoca prova da evolução de Marx no trato da economia política, iniciado em janeiro de 1844: se, naquele ano, Marx recusava (explicitamente, nos *Cadernos de Paris* e nos *Manuscritos econômico-filosóficos*) a teoria do valor de Ricardo, agora ele reconhece que "Ricardo nos apresenta o movimento real da produção burguesa" e considera que a "teoria dos valores de Ricardo é a interpretação científica da vida econômica atual"[62]. A radical mudança de Marx na compreensão teórica da categoria *valor*, que possui implicações de enorme peso na análise marxiana do modo de produção capitalista – análise que tem n'*A miséria da filosofia* o seu marco inicial[63] –, seguramente não surge de modo abrupto em 1847, mas é então que Marx a assume publicamente de forma expressa[64]. E é essa nova compreensão um dos

pilares da crítica desenvolvida por Marx no capítulo de abertura (e não só) da *Miséria da filosofia*.

De fato, a crítica marxiana a Proudhon arranca precisamente do modo pelo qual a *Filosofia da miséria* procura explicar, "antes de tudo, a dupla natureza do valor", "*a distinção no interior do valor*"[65]. Essa tentativa de explicação é necessária para que Proudhon possa chegar à determinação do "valor constituído", "pedra angular do sistema de contradições econômicas" que ele constrói e no qual residiria a sua "descoberta"[66]. Para essa explicação, Proudhon recorre ao seu "método histórico e descritivo", que se revela de uma notável inépcia: Marx demonstra a sua serventia ilimitada ("serve para tudo, responde a tudo, explica tudo")[67], a sua mistificação de processos econômico-sociais (por exemplo, com ele, Proudhon converte a oferta e a demanda em "formas cerimoniais" e a troca em "fenômeno de afinidade"[68] e vê a relação trabalho-mercadoria como "uma elipse gramatical"[69]) e também que, operada à base de tal "método", a explicação proudhoniana só pode ser desastrosa. Ademais, no seu intento explicativo, o movimento intelectual de Proudhon, que apresenta equívocos palmares, inclusive erros de cálculo[70], evidencia que ele ignora mais que importantes e determinados processos históricos[71]: ignora mesmo os avanços já consignados na obra dos economistas que elaboravam (e estavam elaborando) o acervo dos estudos sobre a sociedade burguesa; para dizer o mínimo, Proudhon sabe pouco, e mal o pouco que sabe, de economia política[72]. Esse duplo desconhecimento – histórico-factual e teórico – responde largamente pela sua incapacidade de dar conta da realidade e/ou da articulação efetiva de fenômenos/processos basilares constitutivos da vida econômica da sociedade capitalista[73] e, em consequência, pela elementar limitação da sua programática política.

Esclareçamos: Proudhon, em 1846, precisa encontrar um ponto arquimédico para erguer a sua proposta de transformação social, cujo objetivo era a instauração de uma sociedade igualitária; para tanto, seria

necessário considerar equivalente o valor dos produtos trocados em seu interior – tratava-se, antes de mais, de fazer com que o valor das mercadorias se "constituísse" de modo que o produto do trabalho de um trabalhador fosse trocado por um de outro que contivesse igual quantidade de trabalho; como bem observou Mehring, essa seria a base econômico-política para a transformação social (o que Marx, na *Miséria da filosofia*, designa como "ideia regeneradora"[74]) projetada por Proudhon: "A sociedade deveria ser reformada para tornar todos os seus membros trabalhadores trocando quantidades similares de trabalho"[75]. É então no "valor constituído", que Proudhon julga ter descoberto, que se encontraria a base objetiva para essa troca equivalente, isto é, no "valor constituído" de Proudhon estaria o suporte econômico para a construção da almejada sociedade igualitária.

Pois bem: o capítulo 1 da *Miséria da filosofia*, recorrendo a elementos históricos, desconstrói teoricamente a argumentação de Proudhon. Marx mostra que o "valor constituído" não é nenhuma "descoberta": antes, tomado como "o valor [de um produto] que se constitui pelo tempo de trabalho nele cristalizado"[76], já era conhecido havia muito pela economia política. Em poucas palavras: a "descoberta" de Proudhon não é, em absoluto, nem original nem "científica"[77]. Tampouco é original a ideia de que, a partir de uma concepção científica – e esse não é o caso de Proudhon – da teoria do valor, como a de Ricardo, se pode sustentar a proposta de uma sociedade igualitária. Numa passagem expressa limpidamente, diz Marx:

> Ricardo nos apresenta o movimento real da produção burguesa que constitui o valor. Abstraindo desse movimento real, o sr. Proudhon "se esforça" na invenção de novos procedimentos, a fim de ordenar o mundo segundo uma fórmula pretensamente original, que, na verdade, é apenas a expressão teórica do movimento real existente e tão bem exposto por Ricardo. Este toma a sociedade atual como ponto de partida para demonstrar como ela constitui o valor; o sr. Proudhon toma o valor constituído como ponto de partida para constituir um novo mundo social por intermédio desse valor. [...] A teoria dos valores de Ricardo é a interpretação científica da vida econômica atual; a teoria dos valores do sr. Proudhon é a interpretação utópica da teoria de

> Ricardo. Este constata a verdade de sua fórmula derivando-a de todas as relações econômicas e explicando desse modo todos os fenômenos, mesmo aqueles que, à primeira vista, parecem contradizê-la [...] e é isso, precisamente, o que faz de sua doutrina um sistema científico. O sr. Proudhon, que chegou a essa fórmula de Ricardo através de hipóteses inteiramente arbitrárias, é obrigado a procurar fatos econômicos isolados, os quais ele violenta e falsifica para fazê-los passar por exemplos, aplicações já existentes e realizações iniciais de sua ideia regeneradora.[78]

Observe-se: a) Marx impugna a "redescoberta" da teoria de Ricardo por Proudhon, demonstrando que este chegou a ela mediante hipóteses arbitrárias, que acabam por desnaturá-la[79]; b) essa desnaturação é óbvia: Marx demonstra que o que em Ricardo é "a expressão teórica do *movimento real existente*" (grifos meus) torna-se, nas mãos de Proudhon, uma teoria utópica que abre a via às "realizações iniciais de sua ideia regeneradora".

Quanto a extrair da teoria ricardiana inferências igualitárias (que é o que Proudhon de fato faz, embora a partir de uma interpretação equivocada dessa teoria – aliás, segundo Marx, "todas as consequências 'igualitárias' que o sr. Proudhon extrai da doutrina de Ricardo baseiam-se num erro fundamental"[80]), o autor da *Filosofia da miséria* também não pode reclamar nenhuma originalidade ou pioneirismo: desde a década de 1820, ricardianos já trilhavam esse caminho – aqui, Marx se vale do exemplo fornecido pela obra de Bray[81], que critica brevemente. Essa crítica[82], substantivamente, vai no mesmo sentido da que desenvolve em relação a Proudhon[83] – com um traço distinto e decisivo: "longe de querer ter a última palavra da humanidade, [o sr. Bray] apenas propõe as medidas que lhe parecem corretas para uma época de transição"[84], ao passo que a "fórmula" de Proudhon se apresenta como "a fórmula regeneradora do futuro"[85].

O andamento da crítica de Marx parte do que avalia como inservível nas formulações econômico-políticas: uma vez que o "valor constituído", tal como o concebe Proudhon, não pode fundar nenhum desenvolvimento teórico válido, à base dele estão comprometidas praticamente todas as subsequentes considerações econômicas de Proudhon – e Marx se ocupa, no

primeiro capítulo (sem prejuízo de outras notações no capítulo 2), da demonstração delas. A leitura desse capítulo 1 mostra a já percuciente análise de Marx acerca do trabalho tornado mercadoria[86], a desmontagem das falácias acerca da "relação de proporcionalidade" dos produtos da riqueza social[87], do ouro e da prata como agentes universais da troca[88]. E, nas últimas páginas desse capítulo, tratando de uma mistificação de Proudhon – o recurso à ficção de uma "sociedade-pessoa", um Prometeu que Marx qualifica como "um personagem cômico"[89] –, Marx ridiculariza a mítica visão proudhoniana do ser da sociedade. Contra a mitologia da "sociedade-pessoa", ele sustenta que:

> [a sociedade] são as relações sociais fundadas no antagonismo das classes. Essas relações não são relações do indivíduo com o indivíduo, mas do operário com o capitalista, do arrendatário com o proprietário fundiário etc. Suprimidas essas relações, estará suprimida a sociedade.[90]

Na leitura dessas páginas (e, de fato, de toda a *Miséria da filosofia*), há dois aspectos importantes a levar em conta:

1º) em quase todos os passos críticos de Marx, ele expõe, em contraposição às formulações de Proudhon, as concepções que vinha elaborando (com a colaboração de Engels) desde 1845-1846; vale dizer: o complexo de ideias que emerge n'*A ideologia alemã*, a que a tradição marxista acabou por designar como materialismo histórico, não só embasa a *Miséria da filosofia*, mas nela ganha corpo, amplia-se e densifica-se. Nesse sentido, o *Anti-Proudhon* de 1847 é parte integrante, constitutiva e inarredável da elaboração da crítica da economia política que culminará n'*O capital*[91];

2º) todavia, o desenvolvimento das ideias econômico-políticas marxianas – ou, mais exatamente, a crítica marxiana à economia política – ainda estava longe de alcançar a abrangência, a concreção e o rigor a que o pensamento de Marx acederá uma década depois, quando a experiência prático-política e o acúmulo de exaustivas pesquisas lhe permitirão consolidar plenamente (inclusive mediante a correção/revisão de algumas

formulações anteriores), nos *Grundrisse* e, depois, nos manuscritos de 1861-1863 e 1863-1865, a sua concepção teórico-metodológica e o seu instrumental analítico. Em resumo, e afirmando uma obviedade, o Marx da *Miséria da filosofia* ainda não é o Marx d'*O capital*.

Quanto a esse segundo aspecto, Engels, no seu prefácio (1884) à primeira edição alemã da *Miséria da filosofia* (1885), chamou a atenção para o fato de a terminologia empregada por Marx na polêmica contra Proudhon ser diferente daquela utilizada n'*O capital*[92]; mas o próprio Engels indicou, em nota, que as diferenças não se limitavam ao plano terminológico quando assinalou a correção/revisão a que Marx submeteu a tese sobre o salário exposta no livro de 1847[93]. No entanto, não só as formulações sobre o salário serão corrigidas/revisadas posteriormente por Marx: também outras haverão de sê-lo – por exemplo, as referidas à teoria monetária e às relações de preço, valor e concorrência; em especial, a própria teoria do valor, então assumida, será mais bem precisada quando, ulteriormente, ele examinar o complexo de mediações socioeconômicas que viabiliza a sua concretização[94].

Como sugerimos linhas acima, esses aspectos devem ser considerados também na leitura do capítulo 2 da *Miséria da filosofia*, ainda que nele as suas incidências sejam de menor ponderação[95]. Ele se inicia com páginas que, exprimindo severas reservas à dialética hegeliana (ao seu idealismo e logicismo), demonstram que "a dialética do sr. Proudhon falta ao compromisso com a de Hegel"[96].Os simplórios procedimentos de Proudhon partem da ideia de que:

> toda categoria econômica tem dois lados: um bom, outro mau. [...] O *lado bom* e o *lado mau*, a *vantagem* e o *inconveniente*, tomados em conjunto, constituem, para o sr. Proudhon, a *contradição* em cada categoria econômica. Problema a ser resolvido: conservar o lado bom, eliminando o mau.[97]

Marx fulmina: "Da dialética de Hegel, o sr. Proudhon só tem a linguagem. Seu movimento dialético é a distinção dogmática entre o bom e

o mau”[98]. E esclarece: “O que constitui o movimento dialético é a coexistência de dois lados contraditórios, sua luta e sua fusão numa categoria nova. É suficiente colocar o problema da eliminação do lado mau para liquidar o movimento dialético”[99].

Nessas páginas de abertura do capítulo 2 (elas compõem o §1), Marx desvela quão tosco é o trato que Proudhon dá à dialética com que constrói a sua *metafísica da economia política*, diverte-se com as referências proudhonianas ao *gênio social* (o Prometeu antes mencionado), com os equívocos históricos que ele comete. *Mas o essencial, o substantivo, dessas páginas são as determinações teórico-metodológicas que Marx avança e que serão constituintes nucleares da sua reflexão até seus últimos dias*. É nelas que Marx explicita que “as categorias econômicas são apenas expressões teóricas, abstrações das relações sociais da produção”[100], sublinhando que “essas categorias [...] são tão pouco eternas quanto as relações que elas exprimem. Elas são *produtos históricos e transitórios*” e que “as relações de produção de qualquer sociedade constituem um todo”[101]. Por seu turno, Proudhon, à moda filosófico-especulativa, vê as abstrações econômico-categoriais como que “adormecidas no seio da ‘razão impessoal da humanidade’” e as relações reais como “encarnações” delas. E mais:

> o sr. Proudhon, economista, compreendeu muito bem que os homens fazem os tecidos de lã, algodão e seda em relações determinadas de produção. Mas o que não compreendeu é que essas relações sociais determinadas são produzidas tanto pelos homens quanto pelo tecido, pelo linho etc.[102]

Ao fim desse §1, Marx verifica – a partir da consideração da emergência histórica da burguesia e do antagonismo que se desenvolve entre ela e o proletariado – a sucessão das teorias econômicas, das “escolas” (fatalista, romântica, humanitária, filantrópica), que ele vê conectada à evolução do confronto de classes: “Quanto mais se evidencia esse caráter antagônico [da vida burguesa], mais os economistas, os representantes

científicos da produção burguesa, embaralham-se em sua própria teoria e formam diferentes escolas"[103].

Em troca, "os *socialistas* e os *comunistas* são os teóricos da classe proletária" e, enquanto o proletariado não estiver suficientemente desenvolvido como classe para lutar politicamente contra a burguesia, eles "serão apenas utopistas"; quando se objetiva o caráter "revolucionário", "subversivo" do proletariado, "a ciência produzida pelo movimento histórico, e associando-se a ele com pleno conhecimento de causa, deixa de ser doutrinária e se torna revolucionária"[104]. Parece claro que Marx está se referindo mesmo ao *momento presente* e situando Proudhon como doutrinário[105] que, ademais, se demarca tanto de economistas quanto de comunistas: muito claramente, em 1846, Proudhon, "como homem de ciência, quer pairar acima de burgueses e proletários, mas não passa de um pequeno-burguês que oscila constantemente entre o capital e o trabalho, entre a economia política e o comunismo"[106].

Na continuidade da sua argumentação, Marx mostra como o método de Proudhon – suportado pela espécie particular de "dialética" do autor, método que Marx designa agora como "econômico-metafísico"[107] – é implementado no serviço de inúteis e vazias especulações. E, passo a passo, Marx vai dissolvendo cada uma delas (a propósito da divisão do trabalho, das máquinas, da fábrica e da manufatura, da concentração dos instrumentos de produção, da concorrência e do monopólio, da propriedade e da renda), com o recurso à história, à análise teórica e, frequentemente, com a sua crítica facilitada pelas incongruências de Proudhon. Ao cabo dessa argumentação, da arquitetura da *Filosofia da miséria* não restam mais que destroços.

É, contudo, no último parágrafo do capítulo 2 que a crítica marxiana transita explicitamente das infirmações teóricas para o nível expressamente prático-político. Em face do agravamento das condições gerais de vida experimentado pelos trabalhadores da Europa ocidental em consequência da

crise de 1845-1846, conjugada às más colheitas de 1846-1847, Marx verifica que o movimento operário se vitaliza no continente e na Inglaterra – não só o número de greves e protestos se avoluma, mas o associacionismo operário (expresso nas coalizões, já de caráter visivelmente sindical) vai num crescendo. O movimento operário encontra, em economistas e em socialistas, por razões diferentes, a mesma oposição – economistas e socialistas pregam o absenteísmo político, a abstenção. E é nessa conjuntura ideopolítica que se dinamiza a diferenciação e o confronto de tendências distintas que tensionam o movimento operário – nomeadamente entre os reformistas utópicos e os comunistas.

É especialmente nas últimas páginas desse capítulo 2[108] que Marx vai registrar e saudar a gestação objetiva das condições para a ação revolucionária: às vésperas de 1848, do *momento da ação* – com a qual Proudhon já se dessolidarizara cerca de um ano antes, Marx antevê a possibilidade de o proletariado constituir-se em *classe para si*. Assim, enquanto Proudhon considera as greves ilegais, teme que os trabalhadores, através das coalizões, atentem contra o monopólio[109] e defende processos evolucionistas (para "queimar a propriedade em fogo lento"), Marx afirma que, numa sociedade dilacerada por antagonismos, dividida em classes, não haverá evolução social sem *revolução política*. Duas posições à época excludentes, irreconciliáveis – mas coerentes com as concepções que cada um deles, a seu modo, sustentava na segunda metade dos anos 1840.

Na *Miséria da filosofia*, a qualificação e a coerência *teóricas* de Marx revelam-se incomparavelmente superiores às do seu adversário; do ponto de vista *político*, a sua posição se insere no processo de constituição da consciência de classe das vanguardas proletárias. E o rigor e as exigências científicas de que ele já se tornara escravo lhe impõem, na elaboração teórica e na determinação política de princípios de ação, a recusa sistemática de qualquer concessão, de qualquer transigência.

4

A *Miséria da filosofia* encerra o capítulo da relação entre Marx e Proudhon: dela, o livro de 1847 é o ponto final. Contudo, isso não significa que Marx tenha ignorado trabalhos ulteriores de Proudhon e/ou deixado de referir-se a ele; na verdade, podem-se respigar inúmeras remissões a Proudhon na obra marxiana posterior a 1848 – a esmagadora maioria de franco cariz crítico-negativo. Vejamos, *de modo breve e sem qualquer compromisso com a exaustividade*, algumas delas. Comecemos por textos elaborados na quase imediata sequência da publicação da *Miséria da filosofia*.

No *Manifesto do Partido Comunista*, redigido meses depois, Proudhon e seu livro de 1846 são citados como exemplos do "socialismo conservador ou burguês"[110]. Entre os materiais divulgados pela *Nova Gazeta Renana*, o "órgão da democracia" que, no calor da revolução alemã, circulou de junho de 1848 a maio de 1849 e à frente do qual estiveram Marx e Engels, há apenas um artigo significativo que faz menção a Proudhon: publicado em 5 de agosto de 1848, na edição de número 66, dá conta do discurso pronunciado por ele em 31 de julho na Assembleia Nacional, quando se discutia a instituição de um Banco Nacional – Proudhon fora eleito deputado em junho, contra Thiers. O texto relata que Proudhon, diante de uma Câmara dominada pelo conservadorismo, afirma-se expressando "o ponto de vista proletário", mas recorda a sua debilidade teórica[111]. Na *Nova Gazeta Renana: Revista Político-Econômica*, uma frustrada tentativa de dar continuidade à *Nova Gazeta Renana*, Marx publicou "As lutas de classes na França de 1848 a 1850", brilhante ensaio de análise da conjuntura francesa; nele, uma única alusão a Proudhon aparece quando Marx evoca os decretos de 1848-1849, que interferiam no sistema bancário e na sistemática das emissões – alusão em que aponta a tola ingenuidade político-econômica de Proudhon[112]. Dois anos depois, Marx dá a público o seu notável estudo sobre o golpe de Estado de Luís Napoleão (*O 18 de brumário de Luís Bonaparte*), preparado entre dezembro de 1851 e

fevereiro de 1852 – e nesse ensaio há apenas uma observação anódina relativa a Proudhon[113].

Em 1857-1858, quando se abre o período mais criativo e fecundo da sua maturidade intelectual – numa década extremamente produtiva que culminará em 1867, com a publicação do Livro I d'*O capital* –, não são poucas as referências a Proudhon. Mencionemos algumas.

Diz Marx que "a história descritiva e filosófica" de Proudhon dificilmente chega ao nível da do seu adversário Bastiat"[114]; e, comentando a polêmica entre ambos, Marx é impiedoso para com os equívocos de Proudhon – com a ironia de sempre, não poupa o "bravo Proudhon", que não compreende como o lucro e o juro "se originam da lei de troca de valores" e, ademais, "confunde o dinheiro como meio de circulação com o capital"[115]. A propósito da referida polêmica entre Proudhon e Bastiat[116], Marx, numa passagem essencial, afirma que "nada é mais falso do que o modo pelo qual a *sociedade* é considerada tanto por economistas como por socialistas em relação às condições econômicas" e toma Proudhon como *exemplo da inépcia de economistas e socialistas para apreender a especificidade da sociedade burguesa*: a abordagem que operam os leva a "perder de vista as *diferenças*, justamente as diferenças que expressam a *relação social* (relação da sociedade burguesa)"[117]. Quando se refere ao fenômeno da superprodução, Marx, observando que Proudhon "ouve o galo cantar, mas jamais sabe onde", assevera que "ele nada entende de determinação do valor"[118] – aliás, numa nota sobre o *valor*, já antes Marx remetera ao seu *Miséria da filosofia* para assinalar a ignorância ("platitude") de Proudhon[119].

No livro que Marx publica em 1859, a partir das suas investigações de 1857-1858 – *Para a crítica da economia política* –, a referência mais significativa a Proudhon, formulada no trecho em que ele aponta os problemas das propostas de John Gray, tem o seguinte conteúdo:

> Estava reservado ao sr. Proudhon e à sua escola o "sermão" mais sério sobre a degradação do *dinheiro* e a apoteose da *mercadoria* como sendo o núcleo do socialismo, reduzindo assim o socialismo a um desconhecimento da necessária conexão entre a mercadoria e o dinheiro.[120]

No Livro I d'*O capital* (1867), cuja publicação marca o fecho da década extremamente produtiva a que acima me referi, a primeira menção a Proudhon surge já numa nota do capítulo 1, em que o "socialismo de Proudhon" é qualificado como expressão de uma "utopia filisteia" que nem sequer dispõe do "mérito da originalidade"[121]. No capítulo 2, outra nota relaciona o "ideal de justiça" de Proudhon ao filistinismo[122]. Mais adiante, cuidando da *fábrica*, Marx assinala – sempre com a sua ironia corrosiva – "a fabulosa intuição" de Proudhon, que impede a apreensão da maquinaria como síntese dos meios de trabalho[123]. No capítulo 17, ainda em nota, Marx (retomando novamente a sua *Miséria da filosofia*) lembra a passagem em que Proudhon afirmara que "o valor do trabalho é uma expressão figurada" e pontua que, mais cômodo que mudanças em dicionários, só é "entender por valor absolutamente nada"[124]. Já no Livro II, publicado por Engels em 1885, as remissões a Proudhon são irrelevantes; uma delas inscreve-se no capítulo 19: mencionando a "solução fácil" de Say para a relação produto bruto e líquido, Marx afirma que Proudhon se apropriou dela[125]. No Livro III, editado por Engels em 1894, logo no capítulo 1, lê-se que Proudhon, "com seu habitual charlatanismo travestido de cientificidade", alardeou "a representação irrefletida de que o preço de custo da mercadoria constitui seu valor real, mas que o mais-valor deriva da venda da mercadoria acima de seu valor"[126]; no capítulo 21, Marx sublinha com detalhe que Proudhon tem "uma concepção extravagante do papel do capital monetário", "não conseguiu desvendar o segredo de que o capitalista produtivo possa vender mercadorias a seu valor [...] e, precisamente desse modo, obter um lucro", acentua "quão deficiente é a compreensão de Proudhon acerca da natureza do capital"[127] e, em seguida, considera um "absurdo" o entendimento de Proudhon acerca da valorização do capital a juros[128]; no capítulo 36, tratando do capital portador de juros

como a base do sistema creditício capitalista, Marx ataca pela raiz a proposta proudhoniana do crédito gratuito[129]; enfim, no capítulo 49, alude ao "dogma absurdo [...] de que, em última instância, o valor das mercadorias se decompõe inteiramente em receita: salário, lucro e renda" e à posição inteiramente equivocada de Proudhon (e de seu crítico Eugène Forcade) acerca da problemática aí contida[130]. Igualmente no Livro IV, cuja primeira edição confiável é da segunda metade do século XX[131], as referências a Proudhon comparecem, mas pouquíssimas são significativas: no volume I, Marx retorna à incompreensão proudhoniana sobre o circuito monetário[132]; no volume II, não há nenhuma que mereça menção e, no volume III, Marx volta a pontuar como no "bizarro Proudhon" confunde-se "até dinheiro com capital"[133].

Nos dois últimos textos políticos relevantes de Marx – refiro-me a *A guerra civil na França* (maio de 1871), em defesa da Comuna de Paris e analisando o seu significado histórico, e ao que ficou conhecido como *Crítica do Programa de Gotha* (maio de 1875) –, não há referências diretas a Proudhon[134]. Mesmo nos materiais produzidos por Marx no marco das polêmicas intestinas da Associação Internacional dos Trabalhadores (conhecida depois como Primeira Internacional)[135], não se registram menções diretas a Proudhon – nem sequer na "circular privada" "As supostas cisões na Internacional", redigida entre janeiro e março de 1872 contra os anarquistas (Bakunin), ele é citado[136]. Mas há menções no artigo "O apoliticismo", escrito por Marx entre fins de 1872 e janeiro de 1873, no qual ele se refere ao livro póstumo de Proudhon, *Da capacidade política das classes trabalhadoras*; nesse breve artigo, depois de lembrar que o *mutualismo* de Proudhon já fora anteriormente enunciado por Bray, discípulo inglês de Owen que também recusava a intervenção política dos trabalhadores, Marx critica não só a postura de Proudhon contra o movimento político, mas ainda os "princípios eternos" que a fundam e mostra que a posição de Proudhon é instrumentalizada pela burguesia[137].

Como as referências que sumariamos indicam de modo nítido, o *núcleo duro* da crítica – que, de fato, fez da obra marxiana de 1847 *o Anti-Proudhon* – manteve-se substantivamente ao longo da vida de Marx. Ao largo desse percurso, as contundentes críticas teóricas de 1847 não apenas permaneceram, mas foram mesmo aprofundadas e radicalizadas (especialmente pelo desenvolvimento da pesquisa de Marx, que também implicou mudanças em algumas de suas concepções econômico-políticas de 1847). Igualmente, a crítica aos equívocos políticos de Proudhon (essencialmente seu reformismo utópico) revelou-se continuamente. Isso significa, parece-me que de forma cristalina, que a *Miséria da filosofia* nada tem de um livro ocasional nem é apenas uma obra que documenta uma polêmica fortuita – não por acaso, Marx remeteu-se reiteradamente a ela e teria mesmo afirmado, ao fim de sua vida, que "a leitura da *Miséria da filosofia* e do *Manifesto do Partido Comunista* [...] poderá servir de introdução ao estudo d'*O capital*"[138].

Falecido Proudhon a 19 de janeiro de 1865, os editores do jornal *Der Socialdemokrat* (O Social-Democrata), de Berlim, solicitaram a Marx um necrológio, solicitação a que ele atendeu prontamente[139]. Nessa nota necrológica, Marx sintetiza a sua avaliação do conjunto da atividade de Proudhon. Reafirma a crítica teórica e política ao adversário de 1847, põe enfaticamente em relevo as suas debilidades, mas não esquece as suas qualidades (a uma amostra delas, a "grande coragem" na difícil situação do pós-junho de 1848, Marx dá especial destaque): reconhecendo-lhe o talento de escritor quando jovem e identificando no homem maduro "uma pessoa de espírito", verificou, não obstante e mais uma vez, que Proudhon foi, em tudo, "a contradição personificada". Tentado a atingir outro alvo (Lassalle), talvez tenha forçado a mão nas últimas linhas do seu juízo público sobre Proudhon – certo é, porém, que Marx não transigiu e não concedeu, quer em teoria, quer no tocante aos princípios políticos, nem mesmo em uma

hora na qual a leniência é frequentemente o adorno de generosidades equívocas.

Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro, setembro de 2016

---

[1] Este escriba deve informar ao eventual leitor que em junho de 1980, há mais de 35 anos, preparou uma "Introdução" a este livro (ver Karl Marx, *Miséria da filosofia*, São Paulo, Ciências Humanas, 1982, p. 9-32) que acabou por anexar-se a ele em várias reedições, inclusive sob outras chancelas (Global e Expressão Popular, ambas de São Paulo). E deve acrescentar que, se desde então Marx e Proudhon não mudaram, mudou o autor daquela "Introdução" – três décadas de estudo e algum aprendizado útil dele extraído explicam por que esta "Apresentação" difere do texto de 1980 não só na forma, mas também no conteúdo, em especial na formulação/fixação do ponto de ruptura entre Marx e Proudhon.

[2] Karl Marx e Friedrich Engels, *A sagrada família ou A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes* (São Paulo, Boitempo, 2003).

[3] Há traduções em português: *Sistema das contradições econômicas ou Filosofia da miséria* (São Paulo, Ícone, 2003, t. I; São Paulo, Escala, 2007, t. II).

[4] Os *Carnets* de Proudhon são como um diário, um registro que vai de 1843 a 1864 – repositório de suas impressões, ideias, experiências e confissões. Uma das suas edições mais credibilizadas, anotada pelo especialista Pierre Haubtmann, compreende quatro volumes: *Carnets de P.-J. Proudhon* (Paris, Marcel Rivière, 1960-1974). Se Proudhon nunca se manifestou publicamente quanto à crítica de Marx, os intelectuais proudhonianos ou simpáticos a ele produziram (e continuam a produzir) considerável acervo de contracríticas. Ver, por exemplo, René Berthier, "Proudhon, Marx et la méthode", em *Études proudhoniennes: l'économie politique* (Paris, Monde Libertaire, 2010).

[5] Sobre a relação de Proudhon e Marx, ainda permanece referência o trabalho de Pierre Haubtmann, *Marx et Proudhon: leurs rapports personnels (1844-1847)* (Paris, Économie et socialisme, 1947). E continua útil o ensaio de John Hampden Jackson, *Marx, Proudhon e o socialismo europeu* (Rio de Janeiro, Zahar, 1963). Cf. também o artigo de Robert Hoffman, "Marx and Proudhon: A Reappraisal of Their Relationship", *The Historian*, New Jersey, Wiley, v. 29, n. 3, maio 1967.

[6] Há tradução ao português: *O que é a propriedade?* (Lisboa, Estampa, 1997; parcialmente também vertido em Pierre-Joseph Proudhon, *A propriedade é um roubo e outros escritos anarquistas* (Porto Alegre, L&PM, 1998). É de observar que Proudhon foi um escritor prolífico, com uma obra quantitativamente notável: no último terço do século XX, o editor Ivan Slatkine reimprimiu boa parte do legado de Proudhon: a *Correspondence* (Genebra, Slaktine, 1971, 7 v.) e as *Oeuvres complètes* (Genebra, Slaktine, 1982, 19 v.). Naturalmente não cabe, na sintética "Apresentação" deste livro de Marx, detalhar o itinerário e a obra de Proudhon. Tão somente à guisa de sumárias indicações, anote-se como bibliografia introdutória ao seu conhecimento: Célestin Bouglé, *A sociologia de Proudhon* (São Paulo, Intermezzo/Edusp, 2015); Édouard Dolléans, *Proudhon* (Paris, Gallimard, 1948); George Woodcock, *P.-J. Proudhon: a Biography* (London, Routledge & Kegan, 1956) e

História das ideias e movimentos anarquistas (Porto Alegre, L&PM, 2002, v. 1); Georges Gurvitch, *Proudhon e Marx* (Lisboa, Presença, s.d., 2 v.) e *Proudhon* (Lisboa, Edições 70, 1983); Pierre Haubtmann, *P.-J. Proudhon: sa vie et sa pensée* (Paris, Desclée de Brouwer, 1982-1987, 3 v.); Djacir Menezes, *Proudhon, Hegel e a dialética* (Rio de Janeiro, Zahar, 1966); Jean Bancal, prefácio a P.-J. Proudhon, *Oeuvres Choisies* (Paris, Gallimard/Idées, 1967) e *Proudhon, pluralismo e autogestão: os fundamentos* (Brasília, Novos Tempos, 1984); Alan Ritter, *The Political Thought of P.-J. Proudhon* (Princeton, Princeton University Press, 1969) e Pierre Ansart, *Naissance de l'anarchisme: esquisse d'une explication sociologique du proudhonisme* (Paris, PUF,1970). Contribuições mais recentes encontram-se em Manuel Gama (org.), *Proudhon no bicentenário do seu nascimento* (Braga, Universidade do Minho, 2009), Anne-Sophie Chambost, *Proudhon, l'enfant terrible du socialisme* (Paris, Armand Colin, 2009) e Chantal Gaillard e Georges Navet (orgs.), *Dictionnaire Proudhon* (Bruxelas, Aden, 2010). Para acompanhar estudos contemporâneos sobre Proudhon, recorra-se às publicações da *Société P.-J. Proudhon* (La Blanchetière, 72320, Courgenard, France), em especial aos *Cahiers de la Société P.-J. Proudhon* e aos *Archives proudhoniennes*.

[7] Cf. Auguste Cornu, *Karl Marx et Friedrich Engels: leur vie et leur oeuvre*, t. III: *Marx à Paris* (Paris, PUF, 1962), p. 50. Essa antiga obra de Cornu, lamentavelmente inédita em língua portuguesa, continua sendo uma fonte de valor inestimável para o conhecimento da trajetória de Marx e de Engels. Para uma aproximação, com ampla e atualizada bibliografia, das experiências de Marx em Paris no decurso de 1844, permito-me remeter o leitor ao meu ensaio "Marx em Paris", publicado como introdução a Karl Marx, *Cadernos de Paris & Manuscritos econômico-filosóficos de 1844* (São Paulo, Expressão Popular, 2015); recorde-se que há outra tradução dos *Manuscritos*, lançada em 2004 pela Boitempo.

[8] Cf. o artigo "O comunismo e a *Gazeta Geral de Augsburg*", publicado na *Gazeta Renana* de 16 de outubro de 1842, reproduzido em Karl Marx e Friedrich Engels, *Obras fundamentales*, v. 1: *Marx. Escritos de juventud* (Cidade do México, Fondo de Cultura Económica, 1987), p. 247. Ver também a carta a Arnold Ruge, de setembro de 1843, reproduzida em Karl Marx, *Sobre a questão judaica* (São Paulo, Boitempo, 2010).

[9] Como se registra no texto que Marx publicou no *Vorwärts* de agosto de 1844. Ver as "Glosas críticas ao artigo 'O rei da Prússia e a reforma social' de um prussiano", em Karl Marx e Friedrich Engels, *Lutas de classes na Alemanha* (São Paulo, Boitempo, 2010).

[10] Cf. as passagens sobre "valor e utilidade" e "preço natural e preço corrente", em Karl Marx, *Cadernos de Paris & Manuscritos econômico-filosóficos*, cit., p. 189 e 191.

[11] Cf. Karl Marx, *Cadernos de Paris & Manuscritos econômico-filosóficos*, cit., p. 254, 318, 341, 400 (onde aparece a fórmula citada), 405 e 406, e *Manuscritos econômico-filosóficos*, cit., p. 30, 88, 103, 145 (com a mesma fórmula), 148 e 149.

[12] Apesar do pequeno contributo de Engels, seu nome precede o de Marx na capa da primeira edição d'*A sagrada família*. O primeiro contato pessoal entre Marx e Engels deu-se em Colônia, em novembro de 1842, quando Marx praticamente dirigia a *Gazeta Renana* e Engels deslocava-se para Manchester. Mas o encontro que selou o início da colaboração que os vincularia por toda a vida ocorreu em Paris, em finais de agosto/princípios de setembro de 1844: Engels retornava da Inglaterra para a Alemanha, parou em Paris cerca de duas semanas e viu-se diante de um Marx ainda impactado pelo seu ensaio "Esboço de uma crítica da economia política", que o

[13] próprio Marx publicara nos *Anais Franco-Alemães* e que contribuíra para fomentar o seu estudo sobre a economia política. Nas conversações que mantiveram, decidiram que, dada a condição filosófica e política que então assumiam, era fundamental que se demarcassem dos antigos

companheiros da luta filosófica alemã e clarificassem a sua posição teórica em face da cultura alemã pós-hegeliana de que provinham – e peças fundamentais dessa clarificação haveriam de ser *A sagrada família* e *A ideologia alemã*. O encontro de 1842 foi lembrado por Engels, mais de meio século depois, como pouco amistoso (ver a sua carta de abril de 1895 a Franz Mehring, em Karl Marx e Friedrich Engels, *Werke*, v. 39, Berlim, Dietz, 1968, p. 473); ao encontro de 1844, que demonstrou existir entre ambos um "acordo completo em todos os terrenos teóricos", Engels alude na sua "Contribuição à história da Liga dos Comunistas", em Karl Marx e Friedrich Engels, *Obras escolhidas em três volumes*, v. 3 (Rio de Janeiro, Vitória, 1963), p. 157.

Duas décadas depois, o conteúdo de *A sagrada família* ainda resistia aos olhos exigentes do autor. Veja-se o que ele escreveu em carta a Engels, em 24 de abril de 1867, quando casualmente teve em mãos um exemplar do livro: "Foi uma agradável surpresa verificar que não há nenhuma razão para ter vergonha deste trabalho, embora hoje o culto de Feuerbach me pareça algo cômico" (Karl Marx e Friedrich Engels, *Werke*, v. 31, Berlim, Dietz, 1965, p. 290).

[14] Respeitado marxista não vacilou em dizer do livro que "o conjunto está mal construído, carece de um plano bem definido, é difuso e pesado" (cf. Henri Lefèbvre, *La pensée de Karl Marx*, Paris, Bordas, 1966, p. 105). Décadas antes, o primeiro grande biógrafo de Marx já reconhecera que *A sagrada família* apresentava trechos de "grande aridez" e resultava mesmo de um "improviso" (cf. Franz Mehring, *Karl Marx: a história de sua vida*, São Paulo, Sundermann, 2013, p. 115).

[15] Entre muitos, Auguste Cornu (*Karl Marx et Friedrich Engels*, cit.), Maximilien Rubel (*Karl Marx: essai de biographie intellectuelle*, Paris, Marcel Rivière, 1957), Mario Dal Pra (*La dialettica in Marx*, Bari, Laterza, 1977), Cesare Luporini ("Introduzione", em Karl Marx e Friedrich Engels, *L'ideologia tedesca*, Roma, Editori Riuniti, 1971), Adolfo Sánchez Vázquez (*Filosofia da práxis*, Buenos Aires/São Paulo, Clacso/Expressão Popular, 2007), Michel Henry (*Marx*, Paris, Gallimard, 2009) e Rolf Hosfeld (*Karl Marx: an Intellectual Biography*, Nova York, Berghahan Books, 2013). Nas três primeiras fontes citadas nesta nota, o leitor encontra uma minuciosa resenha analítica d'*A sagrada família*.

[16] Bruno Bauer (1809-1882), a quem Marx estivera muito ligado até 1842, liderava uns poucos filósofos a partir de 1843 através da *Allgemeine Literatur-Zeitung* (*Gazeta Geral de Literatura*), então renegando suas anteriores posturas de oposição ao regime prussiano e desenvolvendo uma concepção filosófico-especulativa (a *crítica crítica*) que desprezava a ação política. É imediatamente contra tal concepção e seus adeptos que se dirige *A sagrada família*.

[17] Sobre tais princípios, como expostos n'*A sagrada família*, cf. P. N. Fedosseiev (org.), *Karl Marx: biografia* (Lisboa/Moscou, Avante!/Progresso, 1983), p. 82-8.

[18] Cf. *A sagrada família*, cit., p. 43-4. Lembre-se de que a obra de Emmanuel Joseph Sieyès (1748-1836), publicada em 1789, foi traduzida para o português sob o título *A constituinte burguesa* (Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 2014).

[19] Ibidem, p. 54 e 55.

[20] Karl Marx e Friedrich Engels, *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)* (São Paulo, Boitempo, 2007). A obra permaneceu inédita até 1932, quando foi publicada na MEGA-1; uma das questões polêmicas do projeto em curso da MEGA-2 diz respeito exatamente ao texto d'*A ideologia alemã*, mas não cabe abordar aqui esse ponto; limito-me, acerca das duas MEGA, a enviar o leitor à nota 120 do meu ensaio "Marx em Paris", cit., e a referir os estudos de Roberto Fineschi e Maurício Vieira Martins recolhidos em Marcos Del Roio (org.), *Marx*

e a dialética da sociedade civil (Marília/São Paulo, Oficina Universitária/Cultura Acadêmica, 2014), assinalando ainda a pertinência de muitas das abrangentes considerações de Terrell Carver e Daniel Blank, *A Political History of the Editions of Marx and Engels' "German Ideology Manuscripts"* (Nova York, Palgrave, 2014).

[21] Já se viu, na abertura desta apresentação, que Marx foi obrigado a deixar a França em fevereiro de 1845; até março de 1848, ele fixa residência em Bruxelas (e, do segundo semestre de 1845 em diante, Engels, mergulhado na ação organizativa dos comunistas, dividiu-se entre Paris e Bruxelas). No período em que viveu na Bélgica, Marx prosseguiu seus estudos de economia política (registrados em mais de quinze cadernos), redigiu as Teses sobre Feuerbach (na primavera de 1845, provavelmente abril ou maio), viajou pela primeira vez, com Engels, à Inglaterra (verão de 1845), tornou orgânicas as suas vinculações – iniciadas em Paris – com o movimento democrático e operário (Associação Democrática Internacional, Comitê de Correspondência Comunista, contatos com a Liga dos Justos em seu processo de reorganização) e preparou, com Engels, o *Manifesto do Partido Comunista* (dezembro de 1847 e janeiro de 1848).

[22] O objeto da crítica é basicamente *Der einzige und sein Eigenthum*, de Max Stirner (pseudônimo de Johann Kaspar Schmidt, 1806-1856), publicado em 1844 e traduzido para o português sob o título *O único e a sua propriedade* (Lisboa, Antígona, 2004).

[23] N'*A ideologia alemã*, "*obra clássica* na história do marxismo e das ciências sociais", encontra-se "o esboço de uma teoria geral da sociedade, o núcleo de uma fecunda teoria das classes sociais e da ideologia". Ver Florestan Fernandes, *Marx, Engels, Lenin: a história em processo* (São Paulo, Expressão Popular, 2012), p. 34.

[24] David McLellan, "A concepção materialista da história", em Eric Hobsbawm et al., *História do marxismo*, v. 1 (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979), p. 67. E diz outro estudioso de reconhecida competência que *A ideologia alemã* "funda a teoria do materialismo histórico sobre uma

[25] superação sistemática da filosofia pós-hegeliana alemã" (Ernest Mandel, *A formação do pensamento econômico de Karl Marx*, Rio de Janeiro, Zahar, 1968, p. 38). Observe-se que Rubens Enderle, um dos tradutores brasileiros d'*A ideologia alemã*, pontua que, no texto original, a obra não registra a expressão "concepção materialista da história" (cf. Karl Marx e Friedrich Engels, *A ideologia alemã*, cit., p. 17).

Para além dos biógrafos e analistas já mencionados, ver dois autores contemporâneos: John Bellamy Foster, que qualifica *A ideologia alemã* como uma "grande obra" e vê nela a substituição do materialismo feuerbachiano pela "concepção materialista da história" (*A ecologia de Marx: materialismo e natureza*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005, p. 164), e Lucien Sève, que localiza nela o "manifesto" da "revolução antropológica marxiana" (*Penser avec Marx aujourd'hui: "L'homme"?*, Paris, La Dispute, 2008, p. 56).

[26] Cf. *A ideologia alemã*, cit., p. 510. A "dialética serial" de Proudhon foi objeto da crítica, entre outros, de Djacir Menezes e Georges Gurvitch; ver as obras desses autores, citadas na nota 6 (de Gurvitch, deve-se ainda consultar *Dialética e sociologia*, São Paulo, Vértice, 1987); ver também Pierre Macherey, "Le quasi-hégélianisme de Proudhon", em *Études de philosophie "française"* (Paris, Publications de La Sorbonne, 2013). Proudhon não deixou nenhum relato das suas conversações com Marx em Paris; a crer-se em Marx, elas diziam respeito a Hegel (e, é lícito supor, à sua dialética), que Proudhon desconhecia por não dominar o idioma alemão; recorda Marx, com sua habitual ironia: "Em longas discussões, que frequentemente se prolongavam noite afora, contagiei-o, para grande desgraça sua, com um hegelianismo [...]. Após a minha expulsão da França, o sr. *Karl Grün* terminou o que comecei. E esse professor de filosofia alemã ainda tinha a vantagem de não

entender uma palavra do que ensinava" (carta de Marx a Johann Baptist von Schweitzer, de 24 de janeiro de 1865; ver, neste volume, p. 199).

[27] Cf. Karl Marx e Friedrich Engels, *A ideologia alemã*, cit., p. 211.

[28] Ibidem, p. 352.

[29] A polêmica contra o "socialismo alemão" constitui o longo segmento final d'*A ideologia alemã*, cit., p. 437-519.

[30] Ibidem, p. 509-10; grifos meus. Observe-se que essa crítica de Marx a Grün, talvez escrita em abril de 1846 (cf. Maximilien Rubel, *Crônica de Marx*, São Paulo, Ensaio, 1991, p. 33), foi publicada em setembro no periódico *Westphälische Dampfboot* [O vapor da Vestfália], sendo a única parte d'*A ideologia alemã* divulgada antes da primeira edição da obra, em 1932. Ver, neste volume, a nota 36.

[31] "O início [da atividade organizativa de Marx e Engels] foi a criação do Comitê de Correspondência Comunista de Bruxelas, em janeiro de 1846 [...] cujo núcleo dirigente era formado por Marx, Engels e Gigot [Philippe Gigot, belga, bibliotecário de profissão]. As tarefas do Comitê compreendiam a correspondência com comunistas e socialistas da Alemanha e de outros países, a organização da informação recíproca e a impressão de literatura comunista" (L. F. Ilitchev et al., *Friedrich Engels: biografia*, Lisboa/Moscou, Avante/Progresso, 1986, p. 86-7). A Liga dos Justos, fração dissidente da Liga dos Proscritos, transformou-se, em 1847, na Liga dos Comunistas, de cuja direção participarão Marx e Engels; ver o artigo de Émile Bottigelli, "Aux origines de la Ligue des Justes", *Le Mouvement Social*, Paris, Éditions Ouvrières, n. 70, jan.-mar. 1970, e P. N. Fedosseiev (org.), *Karl Marx*, cit., p. 142-5; cf. também Bert Andréas, *La Ligue des Communistes (1847): documents constitutifs* (Paris, Aubier, 1972).

[32] Polêmicas que prosseguiram no ano seguinte, de que é exemplo a confrontação com Karl Heinzen no outono de 1847 – aliás, enfrentamentos de ideias não faltaram ao longo da vida dos dois amigos e camaradas: com razão, Francis Wheen escreveu de Marx que, "durante toda a vida, ele julgou necessário e prazeroso denunciar os falsos deuses e os pretensos messias do movimento comunista" (*Karl Marx*, Rio de Janeiro, Record, 2001, p. 103), e o social-democrata inglês John Strachey qualificou Engels como "o maior dos polemistas" (ver seu prefácio a Reuben Osborn, *Psicanálise e marxismo*, Rio de Janeiro, Zahar, 1966).

[33] Wilhelm Weitling (1808-1871), talentoso alfaiate autodidata, publicou em 1842 um livro – *Garantien der Harmonie und Freiheit* (*Garantias da harmonia e da liberdade*) – que lhe granjeou enorme respeito entre os trabalhadores e foi saudado com simpatia por Marx, em 1844. Weitling foi um incansável propagandista das ideias de um comunismo igualitarista e rústico (cf. Carl Wittke, *The Utopian Communist: a Biography of Wilhelm Weitling*, Baton Rouge, Louisiana University Press, 1950). Sobre o confronto entre Marx e Weitling, além desse antigo trabalho de Wittke e dos biógrafos de Marx já citados, ver as divertidas, embora nem sempre corretas, páginas de Wheen (*Karl Marx*, cit., p. 97-103), os sóbrios apontamentos de Mary Gabriel, *Amor e capital: a saga familiar de Karl Marx e a história de uma revolução* (Rio de Janeiro, Zahar, 2013), p. 139-41, 150), e Jonathan Sperber, *Karl Marx: uma vida do século XIX* (Barueri, Amarilys, 2014), p. 184 e seg.

[34] Contra o qual escrevem a *Zirkular gegen Kriege* [Circular contra Kriege]; ver Karl Marx e Friedrich Engels, *Werke*, v. 4, Berlim, Dietz, 1959, p. 3-17. Herman Kriege (1820-1850), emigrando para Nova York, fazia-se passar ali por representante do comunismo alemão e divulgava as suas ideias no semanário *Der Volks-Tribun* [O tribuno do povo], dirigido à colônia alemã nos Estados Unidos.

[35] A caracterização sintética do "socialismo verdadeiro" – tendência que emerge na Alemanha em meados dos anos 1840 e se dissolve logo após a Revolução de 1848 – comparece em Karl Marx e Friedrich Engels, *A ideologia alemã*, cit., p. 437-9, e é reiterada por ambos pouco depois, no *Manifesto Comunista* (São Paulo, Boitempo, 2007), p. 62-4.

[36] A obra de Grün sobre a qual se concentrará a crítica d'*A ideologia alemã* foi publicada pelo editor Leske, de Darmstadt, em 1845: *Die sociale Bewegung in Frankreich und Belgien. Briefe und Studien* [O movimento social na França e na Bélgica. Cartas e estudos]. Sobre Grün, ver James Strassmeier, *Karl Grün und die Kommunistische Partei*, *1845-1848* (Trier, Karl-Marx-Haus, 1973) e a contribuição de Manuela Köppe e Dieter Deichsel a Karl Heinz Götze (org.), *Marx et autres exilés: études en l'honneur de Jacques Grandjonc* (Aix en Provence, Université de Provence, 2002, Cahiers d'Études Germaniques, n. 42).

[37] De acordo com Mehring, Grün, à época, "tinha uma influência desastrosa sobre Proudhon". Ver Franz Mehring, *Karl Marx*, cit., p. 125.

[38] Ver P. N. Fedosseiev (org.), *Karl Marx*, cit., p. 133-4.

[39] O conjunto dessa correspondência, com o texto completo das cartas, está acessível no terceiro volume das obras de Marx coligidas e anotadas por Maximilien Rubel, em Karl Marx, Œuvres III: Philosophie (Paris, Gallimard, 1982, Bibliothèque de La Pléiade), p. 1.480-6.

[40] Interpretações que comparecem tanto em pesquisas sérias (por exemplo, Jean-Louis Lacascade, "Bévue de Proudhon et/ou traquenard de Marx. Lecture symptomale de leur unique correspondence", *Genèses*, Paris, Belin, n. 46, jun. 2002) quanto em meras vigarices intelectuais (por exemplo, Jacques Attali, *Karl Marx ou O espírito do mundo*, Rio de Janeiro, Record, 2007).

[41] Para uma aproximação àquele marco, recorra-se, entre muitos, a Élie Halévy, *Histoire du socialisme européen* (Paris, Gallimard, 1974; trata-se de notas de um curso que o autor pretendia transformar em livro e publicar em 1937, ano em que faleceu), Umberto Cerroni (org.), *O pensamento político: das origens aos nossos dias* (Lisboa, Estampa, 1975, v. V), Gian Mario Bravo, *História do socialismo* (Lisboa, Europa-América, 1977, 3 v.), Jacques Droz (org.),

[42] *Histoire générale du socialisme* (Paris, PUF, 1972-1982, 2 v.), Sarane Alexandrian, *Le socialisme romantique* (Paris, Seuil, 1979), Keith Taylor, *The Political Ideas of the Utopian Socialists* (Londres, Frank Cass, 1982), Albert Lindemann, *History of European Socialism* (New Haven, Yale University Press, 1983), Gareth Stedman Jones e Gregory Claeys (orgs.), *The Cambridge History of Nineteenth-Century Political Thought* (Cambridge, Cambridge University Press, 2011) e, além do conhecido estudo de G. D. H. Cole, *A History of Socialist Thougth: The Forerunners* (Londres, Macmillan, 1953), veja-se a introdução de Aloisio Teixeira à antologia que organizou: *Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época* (Rio de Janeiro, Record, 2002). No tocante ao contexto referido, ademais do pertinente nas fontes que acabamos de citar, ver também, entre muitos, Karl Polanyi, *A grande transformação: as origens da nossa época* (Rio de Janeiro, Campus, 2000), Eric Hobsbawm, *A era das revoluções, 1789-1848* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988), George Rudé, *A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra, 1730-1848* (Rio de Janeiro, Campus, 1991), Tom Kemp, *La revolución industrial en Europa del siglo XIX* (Barcelona, Martínez Roca, 1987), David Landes, *Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até a nossa época* (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994), o ensaio de Giovanni Luigi Fontana, "El desarrollo económico de Europa en el siglo XIX", em Antonio Di Vittorio (coord.), *Historia económica de Europa* (Barcelona, Crítica, 2003), e Ivan Berend, *An*

Economic History of Nineteenth-Century Europe: Diversity and Industrialization (Cambridge, Cambridge University Press, 2013).

Controle cuja substância vem da Lei de Le Chapelier (1791); quanto à legislação maior, lembre-se que o *Código* napoleônico (1804) tinha um caráter de classe inequívoco: dedica menos de dez artigos ao trabalho e centenas à propriedade.

[43] Na *Miséria da filosofia*, Marx escreve: "As condições econômicas primeiro transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Assim, essa massa já é uma classe em relação ao capital, mas não o é ainda para si mesma. Na luta, [...] essa massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe" (ver, neste volume, p. 146).

[44] Sobre a conexão aqui aludida, entre a formulação do *Manifesto Comunista* e a explosão de 1848, permito-me remeter o leitor ao meu ensaio "Para ler o *Manifesto do Partido Comunista*", em José Paulo Netto, *Marxismo impenitente: contribuição à história das ideias marxistas* (São Paulo, Cortez, 2004).

[45] Para uma aproximação diversa dos distintos momentos do processo de formação do pensamento de Proudhon, ver os textos de Georges Gurvitch já referenciados.

[46] Citado em Georges Gurvitch, *Proudhon e Marx*, cit., v. I, p. 37.

[47] Ibidem, p. 52.

[48] Citado em Michael Löwy, *La teoría de la revolución en el joven Marx* (Cidade do México, Siglo XXI, 1978), p. 199.

[49] Citado em Georges Gurvitch, *Proudhon e Marx*, cit., v. I, p. 68.

[50] Expresso na tentativa, sistematicamente formulada na *Filosofia da miséria*, de operar "uma síntese entre o capitalismo e o socialismo, defendendo, com os economistas burgueses, o princípio da propriedade privada contra os socialistas e criticando, com estes, as taras do capitalismo" (Auguste Cornu, *Karl Marx et Friedrich Engels*, cit., p. 53).

[51] Os estudos de economia política, iniciados em 1844, prosseguiram intensamente no exílio belga – um analista constatou que, quando escreveu a *Miséria da filosofia*, "Marx já dominava uma enorme documentação sobre a história do capitalismo, sobre a passagem do capitalismo comercial e manufatureiro [...] ao capitalismo industrial, sobre a concentração de capitais. Ele controlava também uma enorme documentação sobre a história do proletariado" (Henri Lefèbvre, *La pensée de Karl Marx*, cit., p. 159). Esse mergulho na economia política autoriza Marx, já no prólogo da *Miséria da filosofia*, a apresentar-se – e é a *primeira vez* que ele assim o faz – ao leitor como "economista" (ver, neste volume, p. 43). Dois anos antes de escrever esse prólogo, ele se identificava como "doutor em filosofia"; ver sua solicitação de residência na Bélgica ao rei Leopoldo, de 1845, em Karl Marx e Friedrich Engels, *Collected Works* (Londres, Lawrence & Wishart, 1975), v. 4, p. 675-7.

[52] Ver, neste volume, p. 181.

[53] "Talvez o senhor ainda conserve a opinião de que nenhuma reforma é possível hoje sem um golpe de mão, sem o que outrora se chamava revolução e que, na verdade, é apenas um abalo. Essa opinião, que compreendo, que desculpo, que discutirei com prazer, porque compartilhei dela por muito tempo, confesso-lhe que meus últimos estudos a revisaram completamente. [...] não devemos colocar a ação *revolucionária* como meio de reforma social [...]" (ver, neste volume, p. 185).

[54] De fato, o Proudhon de 1846 sustenta que a emergência de uma nova sociedade ocorrerá "não como novidade imprevista, inesperada, repentino feito das paixões do povo ou da habilidade de alguns homens, *mas pelo retorno espontâneo da sociedade a uma prática imemorial, momentaneamente abandonada*". Ver Pierre-Joseph Proudhon e Karl Marx, *Philosophie de la misère (extraits)/ Misère de la philosophie (texte intégral)* (ed. Jean-Pierre Peter, Paris, UGE/Éditions 10/18, 1964), p. 306; grifos meus.

[55] Ver, neste volume, p. 185.

[56] Ver, neste volume, p. 185. A "férula" marxiana, ou seja, a *Miséria da filosofia*, saiu cerca de um ano depois e, como já indicamos, Proudhon nunca se manifestou publicamente sobre ela.

[57] É contributo significativo para o conhecimento dessa concepção a tese de doutorado de Ricardo Ramos Rugai, *O socialismo como crítica da economia política: as questões econômicas na obra de Proudhon (1838-1847)* (tese de doutorado, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011).

[58] Parece-me indiscutível que, na *Miséria da filosofia*, a crítica marxiana estabeleceu solidamente a infirmação das concepções teóricas e históricas expendidas na obra proudhoniana de 1846 – *mas outra questão é a colocada pela efetiva influência das ideias ali expressas por Proudhon sobre o movimento operário*. Em sua clássica biografia de Marx, cuja redação concluiu em março de 1918, Mehring observou que, apesar da dura crítica da *Miséria da filosofia*, "a influência de Proudhon sobre a classe trabalhadora francesa e sobre o proletariado nos países latinos em geral cresceu, em vez de cair" (Franz Mehring, *Karl Marx*, cit., p. 133). Essa observação põe em questão a avaliação que Engels faz em seu prefácio à edição alemã do *Manifesto*, de 1890, segundo a qual o proudhonismo, nos países latinos, estava em extinção (cf. Karl Marx e Friedrich Engels, *Werke*, v. 4, cit., p. 585); um ano depois, na introdução de *A guerra civil na França*, Engels diria mesmo que a Comuna de Paris foi "o túmulo da escola socialista proudhoniana. Esta escola, hoje, desapareceu dos círculos operários franceses" (ver Karl Marx, *A guerra civil na França*, São Paulo, Boitempo, p. 195). Ademais, chama a atenção o fato de, na segunda metade do século XX, os comunistas franceses sentirem a necessidade de, reeditando mais uma vez o livro de Marx de 1847, precedê-lo com uma nótula de Henri Mougin avaliando negativamente a influência proudhoniana no interior do movimento operário (cf. o texto de Mougin em Karl Marx, *Misère de la philosophie*, Paris, Éditions Sociales, 1972).

[59] Ver, neste volume, p. 187, o anexo "Carta de Marx a P. V. Ánnenkov". A correspondência de Marx e Ánnenkov parece ter sido episódica – nos volumes da MEW que arrolam a correspondência de Marx e Engels, só há registro de duas cartas de Marx a Ánnenkov: esta, de 28 de dezembro de 1846, e uma outra, de 9 de dezembro de 1847 (cf. Karl Marx e Friedrich Engels, *Werke*, v. 27, Berlim, Dietz, 1965, p. 451-63 e 472-3). Pável Vassílievitch Ánnenkov (1812-1887) foi um publicista liberal russo que, por vários anos, viveu no Ocidente e esteve muito ligado a importantes literatos russos – entre outros, Ivan Turgueniev (1818-1883) e Nikolai Gogol (1809-1852). Sobre Ánnenkov, cf. Derek Offord, *Portraits of Early Russian Liberals: a Study of the Thought of T. N. Granovsky, V. P. Botkin, P. V. Annenkov, A. V. Druzhinin and K. D. Kavelin* (Cambridge, Cambridge University Press, 1985).

[60] Ver, neste volume, p. 196.

[61] Ver, neste volume, p. 196.

[62] Ver, neste volume, p. 57-8.

[63] Parece-me inteiramente correta a consideração de Mandel segundo a qual "entre o fim de 1846 e o começo do ano de 1848 – isto é, essencialmente, no curso do ano de 1847 – Marx

[64] e Engels redigiram quatro obras que contêm uma *análise crítica de conjunto do modo de produção capitalista* [grifos meus]. [...] Em *Miséria da filosofia* (de Marx), nos *Grunsätze des Kommunismus* (de Engels), no *Trabalho assalariado e capital* (de Marx) e no *Manifesto Comunista* (de Marx e Engels)", tem-se "uma visão grandiosa, que examina as leis que fizeram nascer o capitalismo, que analisa os seus méritos históricos (principalmente aquele de ter tornado possível a supressão de todas as classes, graças a um impulso prodigioso das forças produtivas) e que assenta o movimento operário e o movimento comunista sobre a base de uma análise que se quer rigorosamente científica, a base do materialismo histórico" (Ernest Mandel, *A formação do pensamento econômico de Karl Marx*, cit., p. 54). O texto citado de Engels é de 1848 e está traduzido, sob o título "Princípios do comunismo", em José Paulo Netto (org.), *Friedrich Engels: política* (São Paulo, Ática, 1981, col. "Grandes Cientistas Sociais"), p. 82-99). Quanto a *Trabalho assalariado e capital*, ver p. 35, nota 111, neste volume.

Com efeito, a nova compreensão de Marx resulta de um processo – tão intenso quanto rápido – de maturação teórica perceptível a partir de 1845-1846, e McLellan afirma que já "n'*A ideologia alemã* encontram-se referências favoráveis, embora marginais, à teoria do valor-trabalho" (ver David McLellan, "A concepção materialista da história", cit.); Mandel detém-se no caminho que levou Marx "da recusa à aceitação da teoria do valor-trabalho" (Ernest Mandel, *A formação do pensamento econômico de Karl Marx*, cit., p. 42 e seg.). O leitor deve saber que a teoria do valor assumida por Marx em 1847 e desenvolvida por ele é um dos *pontos quentes* da polêmica em torno do legado marxiano. Para uma limitada, mas expressiva, aproximação bibliográfica dos termos dessa polêmica, reenvio o leitor ao meu já citado ensaio "Marx em Paris", especificamente à sua nota 87.

[65] Ver, neste volume, p. 45.

[66] Ver, neste volume, p. 53.

[67] Ver, neste volume, p. 47.

[68] Ver, neste volume, p. 53.

[69] Ver, neste volume, p. 63.

[70] Ver, neste volume, p. 89-90.

[71] Já estamos nos antecipando sobre o capítulo 2 da *Miséria da filosofia*: é nele que Marx assinala mais reiteradamente o *desconhecimento histórico-factual* de Proudhon. Depois de escrever, a propósito do trato que Proudhon dá às relações entre condições econômicas e legislação, que, para fazer o que ele faz, "é preciso ser desprovido de todo conhecimento histórico", Marx observa que ele, "com ares de quem fala da propriedade em geral, trata apenas da *propriedade fundiária*, da *renda fundiária*" e "se reconhece incapaz de compreender a origem econômica da renda e da propriedade. [...] O sr. Proudhon afirma que a origem da propriedade possui algo de *místico e misterioso*", ver, neste volume, p. 82 e 133. Nesse capítulo 2, repetem-se várias notações relativas àquele desconhecimento.

[72] E Marx, socorrendo-se do domínio bibliográfico que já possui, arrola com perversa erudição, e não só nesse primeiro capítulo, um largo elenco de autores que Proudhon não leu ou leu precariamente; entre eles, de grandes pensadores a outros menores, destaquemos: Ricardo, Smith, Sismondi, Lauderdale, Anderson, Storch, Boisguillebert, Atkinson, Hodgskin, Thompson, Cooper, Bray, Sadler, Lemontey, Ferguson, Babbage, Ure, Rossi, Steuart, James Mill e Petty.

[73] No capítulo 1 da *Miséria da filosofia*, Marx menciona essa patente incapacidade, por exemplo, no trato da oferta e da demanda e da moeda; no capítulo 2, ele a mostra, por exemplo, na consideração da divisão do trabalho e da maquinaria e na relação de monopólio e concorrência.

[74] Ver, neste volume, p. 58.

[75] Franz Mehring, *Karl Marx*, cit., p. 134.

[76] Ver, neste volume, p. 54.

[77] A ironia marxiana nem isso deixa passar em branco: já o título do capítulo é "Uma descoberta científica".

[78] Ver, neste volume, p. 57-8.

[79] Sobre essas hipóteses arbirárias, ver, neste volume, p. 58.

[80] Ver, neste volume, p. 62.

[81] Não se confunda John Bray (1809-1895), que é objeto de citação aqui, com John Gray (1799-1883), a que se refere um dos anexos deste volume. A obra do primeiro, a que Marx remete nesse passo, é de 1839; do segundo, a obra referida é de 1831 (ver respectivamente p. 72 e 165 deste volume).

[82] Ver, neste volume, p. 76-9.

[83] "O sr. Bray não vê que essa relação igualitária, esse *ideal corretivo* que ele gostaria de aplicar no mundo, é apenas o reflexo do mundo atual e, consequentemente, é totalmente impossível reconstruir a sociedade sobre uma base que não passa de uma sombra embelezada de si mesma. À medida que a sombra se torna corpo, percebe-se que esse corpo, longe de ser a transfiguração sonhada, é o corpo atual da sociedade" (ver, neste volume, p. 78-9).

[84] Ver, neste volume, p. 76.

[85] Ver, neste volume, p. 72.

[86] Ver, neste volume, p. 64.

[87] Ver, neste volume, p. 65.

[88] Ver, neste volume, p. 79-86.

[89] Ver, neste volume, p. 92.

[90] Ver, neste volume, p. 93-4. Já na carta a Ánnenkov, Marx escrevera: "O que é a sociedade, qualquer que seja a sua forma? O produto da ação recíproca dos homens. Os homens podem escolher, livremente, esta ou aquela forma social? Nada disso. Pegue determinado estágio de desenvolvimento das faculdades produtivas dos homens e terá determinada forma de comércio e de consumo. Pegue determinados graus de desenvolvimento da produção, do comércio e do consumo e terá determinada forma de constituição social, determinada organização da família, das ordens ou das classes; numa palavra, determinada sociedade civil. Pegue determinada sociedade civil e terá determinado Estado político, que não é mais que a expressão oficial da sociedade civil. É isso o que o sr. Proudhon jamais compreenderá, pois acredita que faz uma grande coisa remetendo-se do Estado à sociedade civil, isto é, do resumo oficial da sociedade à sociedade oficial" (ver, neste volume, p. 188).

[91] Com razão, já se escreveu que a *Miséria da filosofia* é "a primeira obra econômica que Marx sempre considerou como parte integrante da sua obra científica da maturidade" (Pierre Naville, *De*

l'aliénation à la jouissance: la genèse de la sociologie du travail chez Marx et Engels, Paris, Marcel Rivière, 1957, p. 291).

[92] Ver, neste volume, p. 162.

[93] Ver, neste volume, p. 59.

[94] São muitos os estudos que abordam a relação da concepção marxiana do valor com as formulações de Ricardo; uma síntese dessa relação, levando em conta especialmente o Marx posterior a 1847, é oferecida por A. J. Avelãs Nunes, *Uma volta ao mundo das ideias económicas* (Coimbra, Almedina, 2008), p. 293-359.

[95] Mas a menor ponderação, em comparação com a incidência anterior, não lhes retira a importância – em especial no que toca às ideias sobre a divisão do trabalho na manufatura, a relação concorrência/monopólio e a acumulação de capital, posteriormente submetidas a revisão/correção.

[96] Ver, neste volume, p. 105.

[97] Ver, neste volume, p. 103.

[98] Ver, neste volume, p. 104.

[99] Ver, neste volume, p. 104. A consequência necessária dessa liquidação é a liquidação da própria história – dela resulta que "já não há história" (ver p. 107 deste volume). A ausência de uma historicidade real na *Filosofia da miséria* é algo que Marx enfaticamente põe em evidência em vários passos da sua crítica; em alguns deles, suas notações são de extrema relevância – por exemplo, a determinação, ignorada por Proudhon, de "que toda a história não é mais que uma transformação contínua da natureza humana" (ver p. 128 deste volume).

[100] Ver, neste volume, p. 101.

[101] Ver, neste volume, p. 102. E uma década depois, com a explicitação teórico-metodológica contida nos *Grundrisse*, ver-se-á a centralidade da categoria de *totalidade* no pensamento de Marx.

[102] Ver, neste volume, p. 101.

[103] Ver, neste volume, p. 111.

[104] Ver, neste volume, p. 113.

[105] Aliás, é como "doutrinário" que Marx se refere a ele na carta a Ánnenkov (ver, neste volume, p. 194).

[106] Ver, neste volume, p. 144.

[107] Ver, neste volume, p. 98.

[108] Ver, neste volume, p. 146-7.

[109] Ver, neste volume, p. 144.

[110] Cf. Karl Marx e Friedrich Engels, *Manifesto Comunista*, cit.

[111] Como se constata na frase "O que nós atacávamos no sr. Proudhon era a 'ciência utópica' com a qual pretendia conciliar o antagonismo entre capital e trabalho, entre proletariado e burguesia" (Karl Marx, *Nova Gazeta Renana*, São Paulo, Educ, 2010, p. 196 e 198). É de observar que o mesmo diário publicou, em cinco edições de abril de 1849, o texto "Trabalho assalariado e capital", que, reproduzindo no essencial uma conferência de Marx, ainda em Bruxelas, na Sociedade Operária Alemã (criada por ele e Engels no mês de agosto de 1847), não menciona Proudhon; a conferência

foi pronunciada em dezembro de 1847, quando a *Miséria da filosofia* já circulava (cf. Karl Marx, *Nova Gazeta Renana*, cit., p. 531-58).

[112] Cf. Karl Marx, *As lutas de classes na França de 1848 a 1850* (São Paulo, Boitempo, 2012), p. 147. A revista mencionada (*Neue Rheinische Zeitung: Politisch-Ökonomische Revue*), mensário editado em Hamburgo, tirou uns poucos números (o primeiro em janeiro de 1850) – em três deles saiu o ensaio de Marx.

[113] Cf. Karl Marx, *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* (São Paulo, Boitempo, 2011), p. 69; note-se, porém, que: a) no prefácio escrito em 23 de junho de 1869 para a segunda edição desse estudo, Marx mencionou o livro de Proudhon (cujo título completo é *La révolution sociale démontrée par le coup d'État du 2 décembre*, Paris, Garnier, 1852) e sublinhou a diferença entre suas interpretações históricas (ver *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, cit., p. 18); e b) na carta a Schweitzer (1865), Marx qualifica *La révolution sociale* como "uma verdadeira vilania" e diz de um outro trabalho de Proudhon (que tocava na situação da Polônia) que "demonstra o cinismo próprio de um cretino" (ver p. 203 deste volume). Vale lembrar que *O 18 de brumário* foi originalmente publicado em 1852, na revista *Die Revolution: Eine Zeitschrift in zwanglosen Heften* [A Revolução: Revista em Brochuras Informais], editada em Nova York por Joseph Weydemeyer (1818-1866), combatente alemão das jornadas de 1848. Há indicações de que, antes da publicação d'*O 18 de brumário*, Marx escreveu um longo artigo sobre o livro de Proudhon *Idée générale de la révolution au XIXe siècle* (Paris, Garnier, 1851), mas o manuscrito teria se perdido (cf. Roman Rosdolsky, *Gênese e estrutura de* O capital *de Karl Marx*, Rio de Janeiro, Editora da Uerj/Contraponto, 2001, p. 24).

[114] Cf. Karl Marx, *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 – Esboços da crítica da economia política* (São Paulo/Rio de Janeiro, Boitempo/Editora da UFRJ, 2011), p. 34; para mais referências a Proudhon nos *Grundrisse*, ver Roman Rosdolsky, *Gênese e estrutura de* O capital *de Karl Marx*, cit. Em outros materiais que, como os *Grundrisse*, não foram preparados para publicação, referências duramente críticas a Proudhon se repetem – por exemplo, no também relevante *Para a crítica da economia política: manuscrito de 1861-1863* (Belo Horizonte, Autêntica, 2010), no qual, além de reiterar críticas contidas nos *Grundrisse*, ainda formula outras (ver ibidem, p. 171-2 e 402-3).

[115] Ibidem, p. 718-9.

[116] Sobre a polêmica entre Proudhon e Frédéric Bastiat (1801-1850), vale a leitura de Carlos Leonardo K. Cinelli e Rogério Arthmar, "Quando o liberal e o socialista se defrontam: Bastiat, Proudhon e a renda do capital", *Nova Economia: Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG*, Belo Horizonte, FACE-UFMG, v. 20, n. 3, set.-dez. 2010.

[117] Por razões de espaço, não reproduzo aqui a passagem – que, repita-se, é *essencial* do ponto de vista teórico-metodológico. Ela se encontra nos *Grundrisse*, cit., p. 205.

[118] Cf. Karl Marx, *Grundrisse*, cit., p. 347.

[119] Ibidem, p. 208. A "ignorância" de Proudhon é mencionada também às p. 536 e 537.

[120] Cf. Karl Marx, *Para a crítica da economia política: salário, preço e lucro: o rendimento e suas fontes* (São Paulo, Abril Cultural, 1982), p. 69; ver outra tradução na p. 167 deste volume.

[121] Cf. Karl Marx, *O capital: crítica da economia política*, Livro I: *O processo de produção do capital* (São Paulo, Boitempo, 2013), p. 144.

[122] Ibidem, p. 159.

[123] Ibidem, p. 494.

[124] Ibidem, p. 608.

[125] Idem, *O capital: crítica da economia política*, Livro II: *O processo de circulação do capital* (São Paulo, Boitempo, 2014), p. 492.

[126] Idem, *O capital: crítica da economia política*, Livro III: *O processo global da produção capitalista* (São Paulo, Boitempo, 2017), p. 65.

[127] Ibidem, p. 392-4.

[128] Ibidem, p. 402.

[129] Ibidem, p. 667.

[130] Ibidem, p. 903, 905-6.

[131] Karl Marx e Friedrich Engels, *Werke*, v. 26, Berlim, Dietz, 1974; v. 26.2, Berlim, Dietz, 1974; v. 26.3, Berlim, Dietz, 1976. As citações seguintes remetem à ed. bras.: Karl Marx, *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, v. I; São Paulo, Difel, 1983-1985, v. II e III).

[132] Karl Marx, *Teorias da mais-valia*, cit., v. I, p. 307-10.

[133] Ibidem, v. II, p. 1.558-62.

[134] Para o primeiro, cf. Karl Marx, *A revolução antes da revolução*, cit., v. II, p. 375-433; para o segundo, cf. Karl Marx e Friedrich Engels, *Obras escolhidas em três volumes* (Rio de Janeiro, Vitória, 1961), v. 2, p. 209-36.

[135] Material reunido em Karl Marx e Friedrich Engels, *Obras fundamentales. 17: La Internacional* (Cidade do México, Fondo de Cultura Económica, 1988). Proudhon, todavia, é citado por outros membros da Internacional; ver Marcello Musto (org.), *Trabalhadores, uni-vos! Antologia política da I Internacional* (São Paulo, Boitempo, 2014).

[136] Cf. Karl Marx e Friedrich Engels, *Obras fundamentales*, cit., p. 219-52.

[137] Ibidem, p. 332-6.

[138] Cf. a "advertência" de Maximilien Rubel em Karl Marx, *Oeuvres I: Économie* (Paris, Gallimard, 1965, Bibliothèque de la Pléiade), p. liii.

[139] Ver, neste volume, p. 197-204, o texto aqui referido no anexo "Carta de Marx a J. B. Schweitzer". *Der Socialdemokrat* era o órgão oficial da Associação Geral dos Operários Alemães, fundada em 1863 por Ferdinand Lassalle (1825-1864), e Johann Baptist von Schweitzer (1833-1867) dirigiu-o entre 1864 e 1867.

MISÉRIA DA FILOSOFIA

PRÓLOGO

O sr. Proudhon tem a infelicidade de ser singularmente desconhecido na Europa. Na França, tem o direito de ser um mau economista, porque passa por ser um bom filósofo alemão. Na Alemanha, tem o direito de ser um mau filósofo, porque passa por ser um dos melhores economistas franceses. Na qualidade de alemão e economista, quisemos protestar contra esse duplo erro.

O leitor compreenderá que, nesta ingrata tarefa, fomos obrigados muitas vezes a abandonar a crítica ao sr. Proudhon para fazer a crítica à filosofia alemã e, ao mesmo tempo, apresentar um breve resumo da economia política.

Karl Marx
Bruxelas, 15 de junho de 1847

A obra do sr. Proudhon não é simplesmente um tratado de economia política, um livro comum, é uma Bíblia: "Mistérios", "Segredos arrancados ao seio de Deus", "Revelações", nada lhe falta. No entanto, como em nossos dias os profetas são discutidos mais conscienciosamente que os autores profanos, o leitor deve resignar-se a percorrer conosco a erudição árida e tenebrosa do *Gênesis* para alçar-se depois, com o sr. Proudhon, às

etéreas e fecundas regiões do suprassocialismo (ver Proudhon, “Prólogo”, *Philosophie de la misère*, p. iii, linha 20).

1. Uma descoberta científica

§1. Oposição entre o valor de uso e o valor de troca

> A capacidade de todos os produtos, naturais ou industriais, de servir à subsistência do homem recebe a denominação particular de *valor de uso*; a capacidade que eles têm de se permutarem uns pelos outros designa-se *valor de troca*. [...] Como o valor de uso se torna valor de troca? [...] A formação da ideia do valor [de troca] não foi tratada pelos economistas com o devido cuidado: é importante que nos detenhamos nela. Como, entre os objetos de que necessito, muitos só existem na natureza em quantidade limitada, ou nem existem, sou obrigado a colaborar na produção do que me falta; e, como não posso produzir tantas coisas, *proporei* a outros homens, meus colaboradores em funções diversas, que me cedam uma parte dos seus produtos em *troca* do meu.[1]

O sr. Proudhon propõe-se explicar-nos, antes de tudo, a dupla natureza do valor, a "*distinção no interior do valor*", o movimento que faz do valor de uso o valor de troca. Devemos nos deter com o sr. Proudhon nesse ato de transubstanciação. Eis como esse ato se realiza, segundo o nosso autor.

Um grande número de produtos não se encontra na natureza, eles se encontram na ponta da indústria. Suponha que as necessidades ultrapassem a produção espontânea da natureza, o homem é obrigado a recorrer à produção industrial. O que é essa indústria, na suposição do sr. Proudhon? Qual é sua origem? Um homem sozinho, necessitando de um grande número de objetos, "não pode produzir tantas coisas". Tantas necessidades para satisfazer supõem tantas coisas para produzir – não há produtos sem

produção –, tantas coisas para produzir já não supõem apenas a mão de um homem sozinho ajudando a produzi-las. Ora, a partir do momento em que se supõe mais de uma mão ajudando na produção, supõe-se toda uma produção baseada na divisão do trabalho. Supondo-se a divisão do trabalho, tem-se a troca e, consequentemente, o valor de troca. Teria valido mais supor, desde o início, o valor de troca.

Mas o sr. Proudhon preferiu dar voltas. Vamos segui-lo em todos os seus volteios para retornar sempre ao seu ponto de partida.

Para sair do estado de coisas em que cada um produz sozinho e chegar à troca, "dirijo-me", diz o sr. Proudhon, "a meus colaboradores em funções diversas". Logo, tenho colaboradores, que exercem funções diversas, sem que para isso eu e todos os outros, sempre segundo a suposição do sr. Proudhon, tenhamos saído da posição solitária e pouco social dos Robinsons. Os colaboradores e as funções diversas, a divisão do trabalho e a troca que ela implica foram todos inventados.

Resumamos: tenho necessidades baseadas na divisão do trabalho e na troca. Supondo essas necessidades, o sr. Proudhon supôs a troca e o valor de troca, do qual precisamente ele se propõe "tratar a formação com mais cuidado que os outros economistas".

O sr. Proudhon poderia muito bem inverter a ordem das coisas, sem com isso alterar a correção de suas conclusões. Para explicar o valor de troca, é necessária a troca. Para explicar a troca, é necessária a divisão do trabalho. Para explicar a divisão do trabalho, é preciso que existam necessidades que exijam a divisão do trabalho. Para explicar essas necessidades, é preciso "supô-las", o que não equivale a negá-las, ao contrário do que diz o primeiro axioma do prólogo do sr. Proudhon: "Supor Deus é negá-lo"[2].

Como o sr. Proudhon, para quem a divisão do trabalho é presumidamente conhecida, faz para explicar o valor de troca, que para ele é sempre desconhecido?

“Um homem” vai “*propor* a outros homens, seus colaboradores em funções diversas”, que se estabeleça a troca e se faça uma distinção entre o valor usual e o valor de permuta. Aceitando essa distinção proposta, os colaboradores deixaram ao sr. Proudhon apenas o “cuidado” de tomar nota do fato, assinalar, “registrar” em seu tratado de economia política a “formação da ideia de valor”. Mas ele ainda nos deve a explicação da “formação” dessa proposta, como afinal esse homem solitário, esse Robinson, teve de repente a ideia de fazer “a seus colaboradores” uma proposta *semelhante* e como esses colaboradores a aceitaram sem protestar.

O sr. Proudhon não entra nesses detalhes genealógicos. Ele imprime simplesmente no fato da troca uma espécie de chancela histórica, apresentando-o na forma de uma moção que um terceiro teria feito, tendendo a estabelecer a troca.

Eis uma amostra do “*método histórico e descritivo*” do sr. Proudhon, que professa um soberbo desdém pelo “método histórico e descritivo” dos Adam Smiths e dos Ricardos.

A troca tem sua própria história, passou por diferentes fases.

Houve um tempo, como na Idade Média, por exemplo, em que se trocava apenas o supérfluo, o excedente da produção sobre o consumo.

Houve um tempo também em que não apenas o supérfluo mas todos os produtos, toda a existência industrial, passavam pelo comércio, um tempo em que toda a produção passou a depender da troca. Como explicar essa segunda fase da troca – o valor venal elevado à sua segunda potência?

O sr. Proudhon tem uma resposta pronta: basta supor que um homem haja “*proposto* a outros homens, seus colaboradores em funções diversas”, a elevação do valor venal à sua segunda potência.

Veio um tempo, enfim, em que tudo aquilo que os homens consideravam inalienável se tornou objeto de troca, de tráfico, e podia alienar-se. Foi o tempo em que as coisas que até então eram transmitidas, mas jamais trocadas, dadas, mas jamais vendidas, adquiridas, mas jamais

compradas – virtude, amor, opinião, ciência, consciência etc. –, o tempo em que tudo passava pelo comércio. Esse tempo foi o da corrupção geral, da venalidade universal ou, para falar em termos de economia política, o tempo em que todas as coisas, morais ou físicas, tornando-se valores venais, são levadas ao mercado para que sejam apreciadas em seu mais justo valor[a].

Como explicar essa nova e última fase da troca – o valor venal elevado à sua terceira potência?

O sr. Proudhon tem uma resposta pronta: basta supor que uma pessoa haja "*proposto* a outras pessoas, suas colaboradoras em funções diversas", fazer da virtude, do amor etc., um valor venal e elevar o valor de troca à sua terceira e última potência.

Como se vê, o "método histórico e descritivo" do sr. Proudhon serve para tudo, responde a tudo, explica tudo. Em especial quando se trata de explicar historicamente a "formação de uma ideia econômica", ele supõe um homem que propõe a outros homens, seus colaboradores em funções diversas, realizar esse ato de formação e não há mais nada a dizer.

A partir daí, aceitamos a "formação" do valor de troca como um ato consumado; só resta expor a relação do valor de troca com o valor de uso. Escutemos o sr. Proudhon:

> Os economistas conseguiram ressaltar muito bem o duplo caráter do valor; mas não evidenciaram com a mesma nitidez a sua *natureza contraditória*; aqui começa nossa crítica. [...] Não é suficiente assinalar no valor útil e no valor permutável esse contraste surpreendente, o qual os economistas se habituaram a ver como muito simples; é preciso mostrar que essa pretensa simplicidade esconde um mistério profundo, que temos o dever de compreender. [...] Em termos técnicos, o valor útil e o valor permutável estão em razão inversa entre si.[b]

Se captamos bem o pensamento do sr. Proudhon, eis os quatro pontos que ele se propõe estabelecer:

1. o valor útil e o valor permutável formam um "contraste surpreendente", estão em oposição;

2. o valor útil e o valor permutável estão em razão inversa entre si, em contradição;
3. os economistas nunca viram essa oposição, tampouco essa contradição;
4. a crítica do sr. Proudhon começa pelo fim.

Também começaremos pelo fim e, para desculpar os economistas das acusações do sr. Proudhon, daremos a palavra a dois economistas muito importantes.

Sismondi: "É a oposição entre o valor usual e o valor permutável à qual o comércio reduziu todas as coisas etc."[3].

Lauderdale: "Em geral, a riqueza nacional [o valor útil] diminui à proporção que as fortunas individuais crescem pelo aumento do valor venal; e, à medida que estas se reduzem pela diminuição desse valor, aquela geralmente aumenta"[4].

Sismondi fundamentou na *oposição* entre o valor usual e o valor permutável sua doutrina principal, segundo a qual a diminuição da renda é proporcional ao crescimento da produção.

Lauderdale fundamentou seu sistema na razão inversa das duas espécies de valor, e sua doutrina era tão popular nos tempos de Ricardo que este podia referir-se a ela como uma coisa geralmente conhecida: "Confundindo as ideias do valor venal e das riquezas [valor útil], pretendeu-se que, diminuindo a quantidade das coisas necessárias, úteis ou agradáveis à vida, podiam-se aumentar as riquezas"[5].

Acabamos de ver que os economistas, antes do sr. Proudhon, "assinalaram" o mistério profundo da oposição e da contradição. Vejamos agora como o sr. Proudhon explica esse mistério segundo os economistas.

O valor de troca de um produto diminui à medida que a oferta vai crescendo, permanecendo inalterada a demanda; noutros termos: quanto mais abundante é um produto *em relação* à demanda, menor é o seu valor de troca ou seu preço. Vice-versa: quanto menor é a oferta em relação à

demanda, mais aumenta o valor de troca ou o preço do produto oferecido; noutros termos: quanto maior a escassez dos produtos oferecidos em relação à demanda, mais alto o preço. O valor de troca de um produto depende de sua abundância ou escassez, mas sempre em relação à demanda. Suponha um produto mais que raro, único em seu gênero, se for possível: esse produto único será mais que abundante, será supérfluo, se não houver procura. Em compensação, suponha um produto multiplicado por milhões: ele será sempre escasso, se não for suficiente para a demanda, isto é, se houver muita procura.

Tais são essas verdades, que diríamos quase banais e que, no entanto, foi necessário reproduzir aqui para tornar compreensíveis os mistérios do sr. Proudhon.

> Seguindo assim o princípio até as últimas consequências, chegar-se-ia à conclusão, da forma mais lógica do mundo, que as coisas cujo uso é necessário e cuja quantidade é infinita não deveriam valer nada, e aquelas cuja utilidade é nula e a escassez é extrema deveriam ser inestimáveis. Para o cúmulo da dificuldade, a prática não admite esses extremos: de um lado, nenhum produto humano poderia jamais ser infinito em grandeza; de outro, as coisas mais escassas têm de ser úteis em alguma medida. Do contrário, elas não seriam susceptíveis de valor. O valor útil e o valor permutável permanecem, pois, necessariamente acorrentados um ao outro, embora tendam continuamente, por sua natureza, a excluir-se.[6]

O que conduz o sr. Proudhon ao cúmulo da dificuldade? É que ele simplesmente se esqueceu da *demanda*, que uma coisa só pode ser escassa ou abundante na medida em que é procurada. Deixando de lado a demanda, ele identifica o valor de troca com a *escassez* e o valor útil com a *abundância*. Com efeito, ao dizer que as coisas "cuja *utilidade* é *nula* e a *escassez é extrema*" são "*inestimáveis*", ele diz simplesmente que o valor de troca é a escassez. "Escassez extrema e utilidade nula", eis a pura escassez. "Preço inestimável", eis o máximo do valor de troca, puro valor de troca. Ele põe esses dois termos em uma equação. Logo, valor e troca e escassez são termos equivalentes. Chegando a essas pretensas "consequências extremas", o sr. Proudhon levou ao extremo não as coisas, mas os termos

que as exprimem, e nisso ele dá mostra bem mais de retórica do que de lógica. Quando acredita ter encontrado novas consequências, na verdade ele encontra suas primeiras hipóteses em toda a sua nudez. Graças ao mesmo procedimento, consegue identificar o valor útil com a abundância pura.

Após equalizar o valor de troca e a escassez, o valor útil e a abundância, o sr. Proudhon fica assombrado por não encontrar nem o valor útil na escassez e no valor de troca, nem o valor de troca na abundância e no valor útil; e, vendo que a prática não admite esses extremos, ele só pode acreditar no mistério. Segundo ele, existe preço inestimável porque não há compradores, e jamais os encontrará, enquanto fizer abstração da demanda.

Por outro lado, a abundância do sr. Proudhon parece ser uma coisa espontânea. Ele se esquece totalmente de que existem pessoas que a produzem, e que é do interesse dessas pessoas nunca perder de vista a demanda. Se não fosse assim, como o sr. Proudhon poderia dizer que as coisas que são muito úteis devem ter um preço muito baixo, ou mesmo não custar nada? Ele deveria concluir, ao contrário, que é preciso restringir a abundância, a produção das coisas muito úteis, se o que se quer é elevar seu preço, seu valor de troca.

Os antigos vinhateiros da França, reclamando uma lei que proibisse a plantação de novas vinhas, e os holandeses, queimando as especiarias vindas da Ásia e arrancando os pés de cravo das Molucas, queriam simplesmente reduzir a abundância para elevar o valor de troca. Toda a Idade Média, limitando por leis o número de companheiros que cada mestre podia empregar, limitando o número de instrumentos que podia utilizar, agia conforme esse mesmo princípio. (Ver Anderson, *Histoire du commerce* [História do Comércio].)[c]

Depois de representar a abundância como o valor útil e a escassez como o valor permutável – nada é mais fácil do que demonstrar que a abundância e a escassez estão em razão inversa –, o sr. Proudhon identifica o valor útil com a *oferta* e o valor permutável com a *demanda*. Para tornar a antítese

ainda mais nítida, ele faz uma substituição dos termos, colocando "*valor de opinião*" no lugar de *valor permutável*. Eis que o conflito mudou de terreno, e temos, de um lado, a *utilidade* (o valor de uso, a oferta) e, de outro, a *opinião* (o valor permutável, a demanda).

Essas duas tendências opostas uma à outra, quem as conciliará? Como fazer para harmonizá-las? Pode-se ao menos estabelecer entre elas um ponto de comparação? "É claro que existe esse ponto", exclama o sr. Proudhon, "é o *arbítrio*. O preço que resultará dessa luta entre a oferta e a demanda, entre a utilidade e a opinião, não será a expressão da justiça eterna."

O sr. Proudhon continua a desenvolver essa antítese:

> Em minha qualidade de *comprador livre*, sou o juiz da minha necessidade, juiz da conveniência do objeto, do preço que quero lhe dar. De outra parte, na qualidade de produtor *livre*, você é dono dos *meios de execução* e, consequentemente, tem a faculdade de reduzir seus custos.[7]

E, como a demanda, ou o valor de troca, identifica-se com a opinião, o sr. Proudhon é levado a afirmar: "Está provado que é o livre-arbítrio do homem que possibilita a oposição entre o valor útil e o valor de troca. Como resolver essa oposição enquanto subsistir o livre-arbítrio? E como sacrificar este sem sacrificar o homem?"[8]. Desse modo, não há resultado possível. Existe uma luta entre duas potências, por assim dizer, incomensuráveis, entre o útil e a opinião, entre o comprador livre e o produtor livre.

Vejamos as coisas mais de perto.

A oferta não representa exclusivamente a utilidade, a demanda não representa exclusivamente a opinião. Aquele que procura não oferece também um produto qualquer, ou o signo representativo de todos os produtos, o dinheiro, e, ao oferecê-lo, ele não representa, segundo o sr. Proudhon, a utilidade ou o valor de uso?

Por outro lado, aquele que oferece não procura também um produto qualquer, ou o signo representativo de todos os produtos, o dinheiro? E ele

não se torna assim o representante da opinião, do valor de opinião ou do valor de troca?

A demanda é ao mesmo tempo uma oferta; a oferta é ao mesmo tempo uma demanda. Assim, a antítese do sr. Proudhon, que identifica simplesmente a oferta com a utilidade e a demanda com a opinião, funda-se numa abstração fútil.

O que o sr. Proudhon chama de valor útil outros economistas chamam, com o mesmo direito, de valor de opinião. Citaremos somente Storch[9].

Segundo esse economista, chamam-se *necessidades* as coisas de que necessitamos e *valores* aquelas a que atribuímos valor. A maioria das coisas só tem valor porque satisfaz às necessidades produzidas pela opinião. A opinião sobre as nossas necessidades pode mudar; logo, a utilidade das coisas, que exprime a relação dessas coisas com as nossas necessidades, também pode mudar. As próprias necessidades naturais mudam continuamente. De fato, que variedade não existe nos objetos que servem de alimento principal aos diferentes povos?

O conflito que se estabelece não é entre a utilidade e a opinião, mas entre o valor venal que pede quem oferece e o valor venal que oferece quem procura. O valor de troca do produto é, em cada caso, a resultante dessas apreciações contraditórias.

Em última análise, a oferta e a demanda põem frente a frente a produção e o consumo, mas a produção e o consumo fundados nas trocas individuais.

O produto oferecido não é, em si mesmo, útil. É o consumidor que constata sua utilidade. E, mesmo quando sua qualidade útil é reconhecida, ele não é exclusivamente útil. No decurso da produção, foi trocado por todos os custos de produção, tais como as matérias-primas, o salário dos operários etc., coisas que são valores venais. Portanto, aos olhos do produtor, o produto representa uma soma de valores venais. O que ele oferece é não apenas um objeto útil mas também, e sobretudo, um valor venal.

Quanto à demanda, ela só será efetiva se tiver meios de troca à sua disposição, meios que também são produtos, valores venais.

Portanto, na oferta e na demanda encontramos, de um lado, um produto que custou valores venais e a necessidade de vender e, de outro, meios que custaram valores venais e o desejo de comprar.

O sr. Proudhon opõe o *comprador livre* ao *produtor livre*. Atribui a um e outro qualidades puramente metafísicas, o que o faz afirmar: "Está provado que é o *livre-arbítrio* do homem que dá lugar à oposição entre o valor útil e o valor de troca".

O produtor, a partir do momento em que produziu numa sociedade fundada na divisão do trabalho e nas trocas, e essa é a hipótese do sr. Proudhon, é obrigado a vender. O sr. Proudhon faz do produtor o dono dos meios de produção; mas há de convir conosco em que não é do *livre-arbítrio* que dependem seus meios de produção. Mais: esses meios de produção são, em grande parte, produtos que lhe chegam de fora e, na produção moderna, ele não é livre nem sequer para produzir a quantidade que quer. O grau atual do desenvolvimento das forças produtivas obriga o produtor a produzir em tal ou qual escala.

O consumidor não é mais livre que o produtor. Sua opinião repousa sobre seus meios e suas necessidades. Ambos são determinados por sua situação social, que, por sua vez, depende de toda a organização social. Sim, o operário que compra batatas e a amante que compra rendas seguem cada um a sua opinião. Mas a diversidade dessas opiniões explica-se pela diferença da posição que eles ocupam no mundo, a qual é produto da organização social.

Todo o sistema de necessidades funda-se na opinião ou na organização global da produção? Na maioria das vezes, as necessidades nascem diretamente da produção, ou de um estado de coisas baseado na produção. O comércio universal gira quase inteiramente em torno das necessidades não do consumo individual, mas da produção. Assim, para tomarmos outro

exemplo, a necessidade que temos dos tabeliães não supõe determinado direito civil, que é apenas uma expressão de dado desenvolvimento da propriedade, isto é, da produção?

Ao sr. Proudhon não foi suficiente eliminar da relação entre oferta e demanda os elementos que mencionamos. Ele conduz a abstração aos últimos extremos, fundindo todos os produtores num *único* produtor, todos os consumidores num *único* consumidor e estabelecendo a luta entre esses dois personagens quiméricos. Mas as coisas são diferentes no mundo real. A concorrência entre aqueles que oferecem e a concorrência entre aqueles que procuram constituem um elemento necessário da luta entre os compradores e os vendedores, da qual resulta o valor venal.

Depois de eliminar os custos de produção e a concorrência, o sr. Proudhon pôde reduzir a fórmula da oferta e da demanda ao absurdo:

> A oferta e a demanda são apenas duas *formas cerimoniais* que servem para colocar frente a frente o valor de utilidade e o valor de troca e promover sua conciliação. São dois polos elétricos cuja relação deve produzir o fenômeno de afinidade denominado *troca*.[10]

Isso significa que a troca é apenas uma "forma cerimonial" para pôr frente a frente o consumidor e o objeto do consumo. Isso significa que todas as relações econômicas são "formas cerimoniais" que servem de intermediário ao consumo imediato. A oferta e a demanda são relações de determinada produção, tanto quanto as trocas individuais.

Então, em que consiste a dialética do sr. Proudhon? Consiste em substituir o valor útil e o valor permutável, a oferta e a demanda por noções abstratas e contraditórias, como a escassez e a abundância, o útil e a opinião, *um* produtor e *um* consumidor, ambos *cavaleiros do livre-arbítrio*.

E a que ele pretende chegar?

Conseguir uma forma de introduzir posteriormente um dos elementos que descartara, os *custos de produção*, como a síntese entre o valor útil e o valor permutável. Assim, aos olhos do sr. Proudhon, os custos de produção constituem o *valor sintético* ou *valor constituído*.

§2. O valor constituído ou valor sintético

"O valor (venal) é a pedra angular do edifício econômico."[d] O valor "*constituído*" é a pedra angular do sistema de contradições econômicas.

O que é, então, esse "*valor constituído*" que constitui toda a descoberta do sr. Proudhon em economia política?

Uma vez admitida a utilidade, o trabalho é a fonte do valor. A medida do trabalho é o tempo. O valor relativo dos produtos é determinado pelo tempo de trabalho que foi preciso empregar para produzi-los. O preço é a expressão monetária do valor relativo de um produto. Enfim, o valor *constituído* de um produto é simplesmente o valor que se constitui pelo tempo de trabalho nele cristalizado.

Assim como Adam Smith descobriu a *divisão do trabalho*, o sr. Proudhon pretende ter descoberto o "*valor constituído*". Não se trata exatamente de "algo inaudito", mas é preciso convir que não há nada de inaudito em nenhuma descoberta da ciência econômica. Todavia, o sr. Proudhon, que pressente toda a importância de sua invenção, procura atenuar o mérito dela, "a fim de tranquilizar o leitor acerca de suas pretensões à originalidade e reconciliar-se com os espíritos cuja timidez os torna pouco favoráveis às ideias novas". No entanto, à medida que aprecia o que cada um de seus precursores fez para a avaliação do valor, vê-se constrangido a confessar em alto e bom som que a parte que lhe cabe é a maior, é a parte do leão.

> A ideia sintética do valor [...] foi vagamente percebida por Adam Smith [...]. Mas essa ideia do valor era puramente intuitiva em A. Smith [...]: ora, a sociedade não muda seus hábitos por fé em intuições – ela se decide apenas sob a autoridade dos fatos. Era necessário que a antinomia se expressasse de forma mais sensível e mais nítida: J.-B. Say foi seu principal intérprete.[e]

Eis a história completa da descoberta do valor sintético: a Adam Smith a intuição vaga, a J.-B. Say a antinomia, ao sr. Proudhon a verdade constituinte e "constituída". E que ninguém se equivoque: todos os outros

economistas, de Say a Proudhon, apenas se arrastaram na trilha da antinomia.

> É incrível que tantos homens inteligentes se debatam há quarenta anos com uma ideia tão simples. Mas não: a *comparação entre valores se realiza sem que haja entre eles qualquer ponto de comparação e sem unidade de medida*, eis o que os *economistas do século XIX* resolveram sustentar diante de todos e contra todos, em vez de abraçar a teoria revolucionária da igualdade. *O que dirá a posteridade*?[11]

A posteridade, apostrofada tão de repente, começará por se confundir com a cronologia. Há necessariamente de se perguntar: Ricardo e sua escola não são economistas do século XIX? O sistema de Ricardo, que estabelece em princípio "que o valor relativo das mercadorias depende exclusivamente da quantidade de trabalho requerido para sua produção", remonta a 1817. Ricardo lidera uma escola que reina na Inglaterra desde a Restauração[f]. A doutrina ricardiana resume rigorosamente, impiedosamente, toda a burguesia inglesa, que é em si mesma a típica burguesia moderna. *O que dirá a posteridade?* Não dirá que o sr. Proudhon não "conheceu" Ricardo, porque ele fala dele, fala longamente, retorna continuamente e acaba por dizer que é uma "mixórdia". Se a posteridade algum dia intervier, talvez diga que o sr. Proudhon, temendo chocar a anglofobia de seus leitores, preferiu fazer-se o editor responsável das ideias de Ricardo. De qualquer maneira, à posteridade parecerá muito ingênuo que o sr. Proudhon exiba como "teoria revolucionária do futuro" o que Ricardo expôs cientificamente como a teoria da sociedade atual, da sociedade burguesa, e que ele tome como solução da antinomia entre a utilidade e o valor de troca aquilo que Ricardo e sua escola apresentaram muito antes dele como a fórmula científica de um único termo da antinomia, do *valor de troca*. Mas deixemos a posteridade de lado e confrontemos o sr. Proudhon com seu predecessor Ricardo. Eis algumas passagens desse autor que resumem sua doutrina sobre o valor:

> Não é [...] a utilidade que é a medida do *valor de troca*, embora ela lhe seja absolutamente necessária.[12]

> As coisas, uma vez reconhecidas como úteis por si mesmas, extraem seu valor de troca de duas fontes: de sua escassez e da quantidade de trabalho necessário para adquiri-las. Há coisas cujo valor depende apenas de sua escassez. Já que nenhum trabalho pode aumentar sua quantidade, seu valor não pode diminuir por uma abundância maior. É o caso das estátuas, dos quadros de grande valor etc. Esse valor depende apenas das faculdades, do gosto e do capricho daqueles que desejam possuir tais objetos.[13]
>
> Contudo, eles constituem apenas uma pequeníssima quantidade das mercadorias que se trocam diariamente. Sendo fruto da indústria o maior número dos objetos que se deseja possuir, eles podem ser multiplicados, não apenas em um país, mas em vários, numa proporção tal que é quase impossível fixar limites, sempre que se queira empregar a indústria necessária para criá-los.[14]
>
> Portanto, quando falamos de mercadorias, de seu valor de troca e dos princípios que regulam seu preço relativo, referimo-nos àquelas cuja quantidade pode ser acrescida pela indústria do homem, cuja produção é estimulada pela concorrência e não é contrariada por nenhum entrave. [15]

Ricardo cita Adam Smith, que, segundo ele, "definiu com *muita precisão* a fonte primitiva de todo valor de troca" (Smith, t. I, cap. 5)[g], e acrescenta:

> Qualquer que seja, na realidade, a base do valor de troca de todas as coisas [isto é, o tempo de trabalho], exceto daquelas que a indústria dos homens não pode multiplicar à vontade, esse é um ponto doutrinário da mais alta importância em economia política: porque não existe fonte da qual tenham brotado tantos erros, e da qual tenham nascido tantas opiniões diversas nessa ciência, como o sentido vago e pouco preciso que se confere à palavra *valor*.[16]
>
> Se é a quantidade de trabalho fixado numa coisa que regula seu valor de troca, segue-se que todo aumento na quantidade de trabalho deve aumentar o valor do objeto no qual ele foi empregado e, do mesmo modo, toda diminuição de trabalho deve diminuir o preço.[17]

Em seguida, Ricardo critica Smith:

1. por conferir ao valor uma medida diferente do trabalho, ora o valor do trigo, ora a quantidade de trabalho que uma coisa pode comprar etc. [18];
2. por admitir sem reservas o princípio e, no entanto, restringir sua aplicação ao estado primitivo e grosseiro da sociedade, que precede a acumulação dos capitais e a propriedade das terras.[19]

Ricardo empenha-se em demonstrar que a propriedade das terras, isto é, a renda, não poderia alterar o valor relativo[h] dos gêneros alimentícios e que a acumulação dos capitais tem apenas uma ação passageira e oscilatória sobre os valores relativos determinados pela quantidade comparativa de trabalho empregado em sua produção. Para sustentar essa tese, Ricardo apresenta sua famosa teoria da renda fundiária, decompõe o capital e, em última análise, só encontra nele trabalho acumulado. Em seguida, desenvolve toda uma teoria do salário e do lucro, demonstrando que ambos têm seus movimentos de alta e de baixa, em razão inversa um do outro, sem influir no valor relativo do produto. Ele não omite a influência que a acumulação dos capitais e a diferença de natureza destes (capitais fixos e capitais circulantes), assim como a taxa dos salários, podem exercer sobre o valor proporcional dos produtos. De fato, esses são os problemas principais a que se dedica Ricardo.

> Nenhuma economia no trabalho deixa de fazer baixar o valor relativo de uma mercadoria, quer incida sobre o trabalho necessário à fabricação do próprio objeto, quer sobre o trabalho necessário à formação do capital empregado nessa produção.[20]
>
> Consequentemente, enquanto uma jornada de trabalho continuar fornecendo a um a mesma quantidade de peixe e a outro a mesma quantidade de caça, a taxa natural dos respectivos preços de troca permanecerá sempre a mesma, independentemente da variação dos salários e do lucro, e a despeito dos vários efeitos da acumulação do capital.[21]
>
> Vimos o trabalho como o fundamento do valor das coisas, e a quantidade de trabalho necessário à sua produção como o padrão que determina as quantidades respectivas das mercadorias que devem ser dadas em troca por outras; mas não tivemos a intenção de negar que houve, no preço corrente das mercadorias, algum desvio acidental e passageiro desse preço primitivo e natural.[22]
>
> Em última análise, são os custos de produção que regulam os preços das coisas, e não, como se pretendeu com frequência, a proporção entre a oferta e a demanda.[23]

Lorde Lauderdale desenvolveu as variações do valor de troca segundo a lei da oferta e da demanda, ou da escassez e da abundância em relação à demanda. No seu entender, o valor de uma coisa pode aumentar quando ela escasseia ou quando a demanda por ela cresce, e pode diminuir quando ela abunda ou quando a demanda por ela diminui. Assim, o valor de uma coisa

pode variar pela ação de oito causas diferentes, a saber, quatro causas aplicadas à própria coisa e quatro causas aplicadas ao dinheiro ou a qualquer outra coisa que sirva de medida de seu valor. Eis a refutação de Ricardo:

> Produtos dos quais um particular ou uma companhia detém o *monopólio* variam de valor segundo a lei formulada por lorde Lauderdale: diminuem à proporção em que são oferecidos em maior quantidade e aumentam com o desejo dos compradores de adquiri-los; seu preço não tem nenhuma relação necessária com seu valor natural. Contudo, no que se refere às coisas que estão sujeitas à concorrência entre os vendedores, e cuja quantidade pode aumentar dentro de limites moderados, seu preço depende, em última instância, não do estado da demanda e do fornecimento, mas do aumento ou da redução dos custos de produção.[24]

Deixaremos ao leitor a comparação entre a linguagem tão precisa, tão clara e tão simples de Ricardo e os esforços retóricos do sr. Proudhon para chegar à determinação do valor relativo pelo tempo de trabalho.

Ricardo nos apresenta o movimento real da produção burguesa que constitui o valor. Abstraindo desse movimento real, o sr. Proudhon "se esforça" na invenção de novos procedimentos, a fim de ordenar o mundo segundo uma fórmula pretensamente original, que, na verdade, é apenas a expressão teórica do movimento real existente e tão bem exposto por Ricardo. Este toma a sociedade atual como ponto de partida para demonstrar como ela constitui o valor; o sr. Proudhon toma o valor constituído como ponto de partida para constituir um novo mundo social por intermédio desse valor. Para o sr. Proudhon, o valor constituído deve dar a volta e retornar constituinte para um mundo já constituído de acordo com esse modo de avaliação. A determinação do valor pelo tempo de trabalho é, para Ricardo, a lei do valor de troca; para o sr. Proudhon, ela é a síntese do valor útil e do valor de troca. A teoria dos valores de Ricardo é a interpretação científica da vida econômica atual; a teoria dos valores do sr. Proudhon é a interpretação utópica da teoria de Ricardo. Este constata a verdade de sua fórmula derivando-a de todas as relações econômicas e explicando desse modo todos os fenômenos, mesmo aqueles que, à primeira

vista, parecem contradizê-la, como a renda, a acumulação dos capitais e a relação entre salário e lucro; e é isso, precisamente, o que faz de sua doutrina um sistema científico. O sr. Proudhon, que chegou a essa fórmula de Ricardo através de hipóteses inteiramente arbitrárias, é obrigado a procurar fatos econômicos isolados, os quais ele violenta e falsifica para fazê-los passar por exemplos, aplicações já existentes e realizações iniciais de sua ideia regeneradora[25].

Passemos agora às conclusões que o sr. Proudhon extrai do valor constituído (pelo tempo de trabalho).

– Uma certa quantidade de trabalho equivale ao produto criado por essa mesma quantidade de trabalho.

– Qualquer jornada de trabalho equivale a outra jornada de trabalho, isto é, em quantidade igual, o trabalho de um homem equivale ao de outro: não há diferença qualificativa. Em quantidade igual de trabalho, o produto de um se dá em troca pelo produto de outro. Todos os homens são trabalhadores assalariados, e assalariados igualmente pagos por um tempo igual de trabalho. A igualdade perfeita preside às trocas.

Tais conclusões são as consequências naturais, rigorosas, do valor "constituído" ou determinado pelo tempo de trabalho?

Se o valor relativo de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho requerida para produzi-la, segue-se naturalmente que o valor relativo do trabalho, ou o salário, é igualmente determinado pela quantidade de trabalho que é necessária para produzir o salário. O salário, isto é, o valor relativo ou o preço do trabalho, é, pois, determinado pelo tempo de trabalho requerido para produzir tudo o que é necessário à manutenção do operário.

> *Reduzam-se os custos de fabricação* dos chapéus e o preço destes acabará por cair ao seu novo preço natural, embora a demanda possa dobrar, triplicar ou quadruplicar. *Reduzam-se os custos de manutenção dos homens*, reduzindo o preço natural dos alimentos e das roupas que garantem a vida, e os salários acabarão por baixar, embora a demanda de braços tenha de crescer consideravelmente.[26]

É evidente que a linguagem de Ricardo não poderia ser mais cínica. Colocar no mesmo plano os custos de fabricação dos chapéus e os custos de manutenção do homem é transformar o homem em chapéu. Mas não protestemos tanto contra tal cinismo. O cinismo está nas coisas, não nas palavras que exprimem as coisas. Escritores franceses como os srs. Droz, Blanqui, Rossi e outros procuram a inocente satisfação de provar sua superioridade sobre os economistas ingleses, observando a etiqueta de uma linguagem "humanitária"; censuram a Ricardo e à sua escola a linguagem cínica porque se sentem vexados com a exposição das relações econômicas em toda a sua crueza, com a traição dos mistérios da burguesia.

Resumamos: o trabalho, sendo ele mesmo mercadoria, mede-se como tal pelo tempo de trabalho que é necessário para produzir o trabalho-mercadoria. E o que é preciso para produzir o trabalho-mercadoria? Exatamente o tempo de trabalho necessário para produzir os objetos indispensáveis à manutenção contínua do trabalho, isto é, para permitir a sobrevivência do trabalhador e as condições de propagação de sua espécie. O preço natural do trabalho é o mínimo do salário[i]. Se o preço corrente do salário sobe acima do preço natural é precisamente porque a lei do valor, estabelecida em princípio pelo sr. Proudhon, é contrabalançada pelas consequências das variações da relação entre a oferta e a demanda. Mas o mínimo do salário não deixa de ser o centro em torno do qual gravitam os preços correntes do salário.

Assim, o valor relativo, medido pelo tempo de trabalho, é fatalmente a fórmula da escravidão moderna do operário, e não, como pretende o sr. Proudhon, a "teoria revolucionária" da emancipação do proletariado.

Vejamos, agora, em que casos a aplicação do tempo de trabalho como medida do valor é incompatível com o antagonismo existente entre as classes e com a retribuição desigual do produto entre o trabalhador imediato e o dono do trabalho acumulado.

Suponhamos um produto qualquer, por exemplo, um tecido de linho[j]. Esse produto, como tal, encerra uma quantidade determinada de trabalho. Essa quantidade será sempre a mesma, qualquer que seja a situação recíproca daqueles que concorreram para criar o produto.

Tomemos outro produto: um tecido de lã, que teria exigido a mesma quantidade de trabalho que o tecido de linho.

Se há troca desses dois produtos, há troca de quantidades iguais de trabalho. Trocando-se essas quantidades iguais de tempo de trabalho, não se altera a situação recíproca dos produtores, assim como permanece inalterada a situação dos operários e dos fabricantes entre si. Afirmar que essa troca de produtos medidos pelo tempo de trabalho tem como consequência a retribuição igualitária de todos os produtores é supor que a igualdade de participação no produto existia antes da troca[k]. Quando se troca um tecido de lã por um tecido de linho, os produtores do tecido de lã participarão do tecido de linho na mesma proporção com que participaram antes do tecido de lã.

A ilusão do sr. Proudhon provém do fato de que ele toma como consequência o que, no máximo, não seria mais que uma suposição gratuita.

Prossigamos.

O tempo de trabalho como medida de valor pressupõe, ao menos, que as jornadas são *equivalentes*, e que a jornada de um vale tanto quanto a jornada de outro? Não.

Suponhamos, por um momento, que a jornada de um joalheiro equivalha a três jornadas de um tecelão: sempre que ocorrer uma alteração do valor das joias em relação aos tecidos, a menos que seja o resultado passageiro das oscilações da oferta e da demanda, ela deve ter como causa uma diminuição ou um aumento do tempo de trabalho empregado por uma ou outra parte na produção. Se três jornadas de trabalho de trabalhadores diferentes estão para as outras como 1, 2, 3, qualquer alteração no valor relativo de seus produtos alterará essa relação de 1, 2, 3. Assim, é possível

medir os valores pelo tempo de trabalho, apesar da desigualdade do valor das diferentes jornadas de trabalho; mas, para aplicar tal medida, é necessário uma escala comparativa das diferentes jornadas de trabalho: é a concorrência que estabelece essa escala.

Sua hora de trabalho vale a minha? Essa é uma questão que se debate pela concorrência.

A concorrência, segundo um economista norte-americano, determina quantas jornadas de trabalho simples estão contidas numa jornada de trabalho complexo. Essa redução de jornadas de trabalho complexo a jornadas de trabalho simples não supõe que se tome o trabalho simples como medida do valor? Por outro lado, tomar apenas a quantidade de trabalho como medida de valor, sem levar em conta a qualidade, supõe que o trabalho simples se tornou o fulcro da indústria. Supõe que os trabalhos se igualaram pela subordinação do homem à máquina ou pela divisão extrema do trabalho; supõe que os homens se apagam diante do trabalho; supõe que o movimento do pêndulo tornou-se a exata medida da atividade relativa de dois operários, como é do mesmo modo da velocidade de duas locomotivas. Então, não há por que dizer que uma hora de um homem equivale a uma hora de outro homem; deve-se dizer, ao contrário, que um homem de uma hora vale tanto quanto outro homem de uma hora. O tempo é tudo, o homem não é mais nada; quando muito, ele é a carcaça do tempo. Não se trata mais da qualidade. A quantidade decide tudo: hora por hora, jornada por jornada. Mas essa equalização do trabalho não é obra da justiça eterna do sr. Proudhon; ela é, simplesmente, a maneira de ser da indústria moderna.

Nas fábricas mecanizadas, o trabalho de um operário quase não se distingue mais do trabalho de outro operário: os operários só se distinguem entre si pela quantidade de tempo que despendem no trabalho. No entanto, essa diferença quantitativa torna-se qualitativa, sob certo ponto de vista, na medida em que o tempo de dedicação ao trabalho depende, em parte, de

causas puramente materiais (como a constituição física, a idade, o sexo) e, em parte, de causas morais puramente negativas (como a paciência, a impassibilidade, a assiduidade). Enfim, se há uma diferença de qualidade no trabalho dos operários, é no máximo uma qualidade da pior qualidade, que está muito longe de ser uma especialidade distintiva. Em última análise, esse é o estado de coisas na indústria moderna. E é sobre essa igualdade já realizada do trabalho mecanizado que o sr. Proudhon passa a sua plaina de "equalização", que ele se propõe cumprir universalmente no "futuro"[l].

Todas as consequências "igualitárias" que o sr. Proudhon extrai da doutrina de Ricardo baseiam-se num erro fundamental. Ele confunde o valor das mercadorias medido pela quantidade de trabalho nelas fixada com o valor das mercadorias medido pelo "*valor do trabalho*". Se essas duas maneiras de medir o valor se misturassem numa só, poderíamos dizer indiferentemente: o valor relativo de uma mercadoria qualquer é medido pela quantidade de trabalho nela fixada; ou então: o valor é medido pela quantidade de trabalho que ele pode comprar; ou ainda: o valor é medido pela quantidade de trabalho que é capaz de comprá-la. Mas as coisas não são bem assim. O valor do trabalho, como o valor de qualquer outra mercadoria, não pode mais servir para medir o valor. Alguns exemplos serão suficientes para explicar melhor o que acabamos de dizer.

Se o moio[m] de trigo custasse duas jornadas de trabalho, em vez de uma, ele teria o dobro de seu valor primitivo; contudo não propiciaria o dobro da quantidade de trabalho, porque não conteria mais matéria nutritiva do que antes. Assim, o valor do trigo, medido pela quantidade de trabalho empregado para produzi-lo, teria dobrado; mas, medido pela quantidade de trabalho que pode comprar ou pela quantidade de trabalho pela qual pode ser comprado, ele distaria muito de seu dobro. Por outro lado, se o mesmo trabalho produzisse o dobro de roupas que antes, o valor relativo das roupas cairia pela metade; todavia, o dobro da quantidade de roupas nem por isso exigiria apenas a metade da quantidade de trabalho, ou o mesmo trabalho

não exigiria o dobro da quantidade de roupas, porque a metade das roupas continuaria a prestar ao operário o mesmo serviço de antes.

Portanto, determinar o valor relativo das mercadorias pelo valor do trabalho é ir contra os fatos econômicos. É mover-se num círculo vicioso, é determinar o valor relativo por um valor relativo que, por sua vez, precisa ser determinado.

É indubitável que o sr. Proudhon confunde as duas medidas, a medida pelo tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria e a medida pelo valor do trabalho. "O trabalho de todo homem", afirma, "pode comprar o valor que ele encerra." Assim, para ele, uma certa quantidade de trabalho cristalizado num produto equivale à retribuição do trabalhador, isto é, ao valor do trabalho. A mesma razão o autoriza a confundir os custos de produção com os salários.

"O que é o salário? É o preço de custo do trigo etc., é o preço integral de todas as coisas." E, mais adiante: "O salário é a proporcionalidade dos elementos que compõem a riqueza". O que é o salário? É o valor do trabalho.

Adam Smith toma como medida do valor ora o tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria, ora o valor do trabalho. Ricardo desvelou esse erro, mostrando claramente a disparidade dessas duas formas de mensuração. O sr. Proudhon potencia o erro de Adam Smith identificando as duas coisas, que no outro são apenas justapostas.

Para encontrar a justa proporção em que os operários devem participar dos produtos ou, em outros termos, para determinar o valor relativo do trabalho, o sr. Proudhon procura uma medida do valor relativo das mercadorias. Para determinar a medida do valor relativo das mercadorias, ele não imagina nada melhor do que apresentar como equivalente de certa quantidade de trabalho a soma dos produtos que ela criou, o que significa supor que toda a sociedade consiste apenas em trabalhadores imediatos, recebendo como salário o seu próprio produto. Em segundo lugar, ele

estabelece a equivalência das jornadas dos diversos trabalhadores. Em suma, procura a medida do valor relativo das mercadorias para encontrar a retribuição igual dos trabalhadores e toma um dado já dado, a igualdade dos salários, para procurar o valor relativo das mercadorias. Que dialética admirável!

> Say e os economistas que o seguiram observaram que, estando o próprio trabalho sujeito à avaliação, sendo enfim uma mercadoria como qualquer outra, tomá-lo como princípio e causa eficiente do valor é cair num círculo vicioso. [...] Esses economistas, permitam-me dizê-lo, demonstraram uma prodigiosa falta de atenção. Dizem que o trabalho tem *valor* não enquanto mercadoria, mas em função dos valores que se supõe potencialmente contidos nele. O *valor do trabalho* é uma expressão figurada, uma antecipação da causa sobre o efeito. É uma ficção do mesmo gênero da *produtividade do capital*. O trabalho produz, o capital vale. [...] Por uma espécie de elipse, dizem o valor do trabalho [...]. O trabalho, como a liberdade [...], é coisa vaga e indeterminada por natureza, mas define-se qualitativamente por seu objeto, ou seja, torna-se uma realidade pelo produto.[27]

Será preciso insistir? Desde que o economista[28] troca o nome das coisas, *vera rerum vocabula* [a verdadeira denominação das coisas], ele confessa implicitamente sua impotência e coloca-se fora de questão[29].

Vimos que o sr. Proudhon faz do valor do trabalho a "causa eficiente" do valor dos produtos, a ponto de, para ele, o *salário*, nome oficial do "valor do trabalho", constituir o preço integrante de todas as coisas. É por isso que o perturba a objeção de Say. No trabalho-mercadoria, que é de uma realidade espantosa, ele vê apenas uma elipse gramatical. Logo, toda a sociedade atual, fundada no trabalho-mercadoria, passa a fundar-se numa licença poética, numa expressão figurada. A sociedade pretende "eliminar todos os inconvenientes" que a atormentam? Muito bem! Basta que ela elimine os termos inconvenientes, troque a linguagem e dirija-se à Academia para encomendar uma nova edição de seu dicionário! Depois de tudo o que acabamos de ver, é fácil compreender por que o sr. Proudhon, numa obra de economia política, sentiu-se obrigado a entrar em longas dissertações sobre etimologia e outras partes da gramática. Assim, continua a discutir doutamente a derivação desusada de *servus* [servo] a *servare*

[conservar][n]. Essas dissertações filológicas têm um sentido profundo, um sentido esotérico, e são parte essencial da argumentação do sr. Proudhon.

O trabalho[o], enquanto vendido e comprado, é uma mercadoria como qualquer outra, consequentemente tem um valor de troca. Mas o valor do trabalho, ou o trabalho, enquanto mercadoria, produz tão pouco quanto o valor do trigo, ou o trigo, enquanto mercadoria, serve de alimento.

O trabalho "vale" mais ou menos conforme os gêneros alimentícios sejam mais ou menos caros, conforme o nível da oferta e da demanda de braços etc. etc.

O trabalho nunca é uma "coisa vaga"; é sempre um trabalho determinado, nunca o trabalho em geral, que se compra ou se vende. E não é o trabalho somente que se define qualitativamente pelo objeto, é também o objeto que é determinado pela qualidade específica do trabalho.

O próprio trabalho, enquanto se vende e se compra, é mercadoria. Por que se compra trabalho? "Visando aos valores que se supõe potencialmente contidos nele." Mas, quando se diz que tal coisa é uma mercadoria, não se trata mais da finalidade para a qual ela é comprada, isto é, da utilidade que se pretende extrair dela, da aplicação que se quer fazer dela. Ela é mercadoria como objeto de tráfico. Todos os raciocínios do sr. Proudhon se resumem nisto: o trabalho não é comprado como objeto imediato de consumo. Não: o trabalho é comprado como instrumento de produção, como se compraria uma máquina. Enquanto mercadoria, o trabalho vale e não produz. O sr. Proudhon poderia dizer igualmente que não existe mercadoria, já que toda mercadoria é adquirida apenas com uma finalidade de utilidade e nunca enquanto mercadoria.

Medindo o valor das mercadorias pelo trabalho, o sr. Proudhon vislumbra vagamente a impossibilidade de subtrair o trabalho a essa mesma medida, uma vez que ele tem um valor, o trabalho-mercadoria. Ele pressente que isso é fazer do mínimo de salário o preço natural e normal do trabalho imediato, o que significa aceitar o estado atual da sociedade.

Assim, para escapar dessa consequência fatal, faz meia-volta e afirma que o trabalho não é uma mercadoria, que ele não poderia ter um valor. Esquece-se de que ele mesmo tomou como medida o valor do trabalho; esquece-se de que todo o seu sistema se funda no trabalho-mercadoria, no trabalho que é trocado, vendido e comprado, permutado por produtos etc., no trabalho, enfim, que é fonte imediata de renda para o trabalhador. Ele se esquece de tudo.

Para salvar seu sistema, ele aceita sacrificar sua base.

Et propter vitam vivendi perdere causas [E, para viver, sacrificar as razões de viver][p].

Chegamos aqui a uma nova determinação do "valor *constituído*": "O valor é a *relação de proporcionalidade* dos produtos que compõem a riqueza".

Observemos, antes de mais, que as simples palavras "valor relativo ou permutável" implicam a ideia de uma relação qualquer, na qual os produtos se trocam reciprocamente. Dando-se a essa relação a denominação de "relação de proporcionalidade", não se muda nada no valor relativo, exceto a sua expressão. Nem a depreciação nem a elevação do valor de um produto destroem a sua propriedade de entrar numa "relação de proporcionalidade" qualquer com outros produtos que constituem a riqueza.

Por que, então, essa nova designação, que não introduz uma ideia nova?

A "relação de proporcionalidade" sugere muitas outras relações econômicas, como a proporcionalidade da produção, a justa proporção entre a oferta e a demanda etc., e o sr. Proudhon pensou em tudo isso ao formular essa paráfrase didática do valor venal.

Em primeiro lugar, já que o valor relativo dos produtos é determinado pela quantidade comparativa de trabalho empregado na produção de cada um, a relação de proporcionalidade, aplicada a esse caso especial, significa a quantidade respectiva de produtos que podem ser fabricados em dado tempo e, consequentemente, podem ser trocados um pelo outro.

Vejamos que partido tira o sr. Proudhon dessa relação de proporcionalidade.

Todo o mundo sabe que, quando a oferta e a demanda se equilibram, o valor relativo de um produto qualquer é exatamente determinado pela quantidade de trabalho que é fixada nele, isto é, esse valor relativo exprime a relação de proporcionalidade precisamente no sentido que acabamos de dar a ele. O sr. Proudhon inverte a ordem das coisas. Comece, diz ele, medindo o valor relativo de um produto pela quantidade de trabalho que é fixada nele e infalivelmente a oferta e a demanda se equilibrarão. A produção corresponderá ao consumo, o produto será sempre permutável. Seu preço corrente expressará com exatidão seu justo valor. Em vez de dizer como todo mundo "quando o tempo está bom, vemos muita gente passeando", o sr. Proudhon manda a sua gente passear para lhe assegurar que está fazendo tempo bom.

Aquilo que o sr. Proudhon apresenta como a consequência do valor venal determinado *a priori* pelo tempo de trabalho só poderia se justificar por uma lei expressa mais ou menos nos seguintes termos: os produtos serão trocados, de agora em diante, na razão exata do tempo de trabalho que custaram. Seja qual for a proporção entre a oferta e a demanda, a troca das mercadorias será sempre como se estas tivessem sido produzidas proporcionalmente à demanda. Se o sr. Proudhon assumir a responsabilidade de formular e fazer semelhante lei, nós o dispensaremos de provas. Mas se, ao contrário, insistir em justificar sua teoria, não como legislador, mas como economista, então terá de provar que o *tempo* necessário para criar uma mercadoria indica exatamente seu grau de *utilidade* e marca sua relação de proporcionalidade com a demanda e, consequentemente, com o conjunto das riquezas. Nesse caso, se um produto é vendido por um preço igual a seus custos de produção, a oferta e a demanda se equilibrarão sempre, porque se considera que os custos de produção exprimem a verdadeira relação entre a oferta e a demanda.

Efetivamente, o sr. Proudhon se esforça para provar que o tempo de trabalho requerido para criar um produto expressa sua justa proporção às necessidades, de tal forma que as coisas cuja produção custa menos tempo são as mais imediatamente úteis, e assim por diante, gradualmente. A simples produção de um objeto de luxo comprova, de acordo com essa doutrina, que a sociedade dispõe de um tempo excedente que lhe permite satisfazer a uma necessidade de luxo.

O sr. Proudhon encontra a prova de sua tese na observação de que as coisas mais úteis custam menos tempo de produção, a sociedade começa sempre pelas indústrias mais fáceis e, sucessivamente, "*dedica-se à produção de objetos que exigem mais tempo de trabalho e correspondem a necessidades de uma ordem mais elevada*".

O sr. Proudhon toma do sr. Dunoyer o exemplo da indústria de extração – coleta, pastoreio, caça, pesca etc. –, que é a indústria mais simples, menos onerosa, e pela qual o homem começou "o primeiro dia de sua segunda criação"[q]. O primeiro dia de sua segunda criação está registrado no *Gênesis*, que nos apresenta Deus como o primeiro industrial do mundo.

As coisas acontecem de modo muito diferente daquele que pensa o sr. Proudhon. No mesmo momento em que começa a civilização, a produção começa a se fundar no antagonismo das ordens, dos estamentos, das classes, enfim, no antagonismo do trabalho acumulado e do trabalho imediato. Sem antagonismo não há progresso. Essa é a lei que a civilização seguiu até hoje. Até o presente, as forças produtivas se desenvolveram graças a esse regime antagônico das classes. Afirmar, agora, que, estando satisfeitas todas as necessidades de todos os trabalhadores, os homens puderam dedicar-se à criação de produtos de uma ordem superior, a indústrias mais complexas, é abstrair do antagonismo entre as classes e subverter todo o desenvolvimento histórico. É como querer afirmar que, como se criavam moreias em piscinas artificiais sob os imperadores romanos, podia-se alimentar fartamente toda a população de Roma; mas, na verdade, enquanto o povo romano não tinha

como comprar o seu pão, não faltavam escravos aos aristocratas para oferecer como comida às moreias.

O preço dos gêneros alimentícios aumentou quase continuamente, enquanto o preço dos objetos manufaturados e de luxo baixou quase continuamente. Tome-se a própria indústria agrícola: o preço dos objetos mais indispensáveis, como o trigo, a carne etc., aumentou, enquanto o preço do algodão, o do açúcar, o do café etc. caíram continuamente, reduzidos numa proporção surpreendente. E, mesmo entre os comestíveis propriamente ditos, os de luxo, como as alcachofras, os aspargos etc., são hoje relativamente mais baratos que os de primeira necessidade. Atualmente, é mais fácil produzir o supérfluo que o necessário. Finalmente, em diversas épocas históricas, as relações recíprocas dos preços não são apenas diferentes, mas opostas. Durante toda a Idade Média, os produtos agrícolas eram relativamente mais baratos que os produtos manufaturados; na época moderna, eles se encontram em razão inversa. A utilidade dos produtos agrícolas diminuiu desde a Idade Média?

O uso dos produtos é determinado pelas condições sociais em que se encontram os consumidores, e essas condições repousam sobre o antagonismo das classes.

O algodão, as batatas e a aguardente são produtos de uso muito corrente. As batatas provocaram a escrófula[r]; o algodão eliminou em larga medida o linho e a lã, embora a lã e o linho tenham mais utilidade em muitos casos, ainda que seja apenas do ponto de vista da higiene; enfim, a aguardente impôs-se à cerveja e ao vinho, se bem que a aguardente empregada como alimento seja geralmente reconhecida como veneno. Durante um século, os governos lutaram inutilmente contra o ópio europeu; a economia prevaleceu e ditou ordens ao consumo.

Por que, então, o algodão, a batata e a aguardente são as pedras angulares da sociedade burguesa? Porque, para produzi-los, é necessário menos trabalho e, consequentemente, eles são mais baratos. Por que o

mínimo de preço determina o máximo de consumo? Por acaso seria em função da utilidade absoluta desses produtos, de sua utilidade intrínseca, de sua utilidade na medida em que correspondem melhor às necessidades do operário como homem, e não do homem como operário? Não. É porque, numa sociedade fundada na *miséria*, os produtos mais *miseráveis* têm a prerrogativa fatal de servir ao uso da maioria.

Dizer, agora, que as coisas mais baratas, porque são as mais usadas, devem ser de maior utilidade significa dizer que o uso generalizado da aguardente, por causa dos poucos custos de sua produção, é a prova mais concludente de sua utilidade; significa dizer ao proletário que a batata é mais saudável que a carne; significa aceitar o estado de coisas vigente; significa, enfim, fazer, como o sr. Proudhon, a apologia de uma sociedade sem compreendê-la.

Numa sociedade futura, quando não existir mais o antagonismo das classes, quando não existirem mais as classes, o uso não será mais determinado pelo *mínimo* do tempo de produção, mas o tempo de produção consagrado aos diferentes produtos será determinado por seu grau de utilidade social[s].

Para retornarmos à tese do sr. Proudhon: se o tempo de trabalho necessário à produção de um objeto não é a expressão de seu grau de utilidade, o valor de troca desse mesmo objeto, determinado previamente pelo tempo de trabalho nele fixado, não poderá nunca regular a justa relação entre a oferta e a demanda, isto é, a relação de proporcionalidade no sentido que lhe atribui o sr. Proudhon.

Não é a venda de um produto qualquer pelo preço de seu custo de produção que constitui a "relação de proporcionalidade" entre a oferta e a demanda, ou a parte proporcional desse produto em relação ao conjunto da produção; são as *variações da demanda e da oferta* que indicam ao produtor em que quantidade é preciso produzir uma mercadoria para receber, em troca, ao menos os custos de produção. E, como essas variações

são contínuas, há também um contínuo movimento de aplicação e retirada de capitais nos diferentes ramos da indústria.

> É somente em razão dessas variações que os capitais são aplicados exatamente na proporção requerida, e não além dela, na produção de diferentes mercadorias para as quais existe demanda. Pela alta ou pela queda dos preços, os lucros se elevam acima ou caem abaixo de seu nível geral e, em consequência, os capitais são atraídos ou desviados do emprego particular que acaba de passar por uma ou outra dessas variações.
>
> Se observarmos os mercados das grandes cidades, veremos a regularidade com que são abastecidos de todos os tipos de mercadorias, nacionais e estrangeiras, na quantidade requerida, e seja qual for a demanda por efeito dos caprichos, dos gostos ou das variações da população, sem que haja saturação por fornecimento superabundante nem encarecimento excessivo por exiguidade do fornecimento em comparação com a demanda: deve-se convir que o princípio que distribui o capital em cada ramo da indústria, *nas proporções exatamente convenientes*, é mais poderoso do que se supõe em geral.[30]

Se o sr. Proudhon aceita o valor dos produtos como determinados pelo tempo de trabalho, deve aceitar igualmente o movimento oscilatório que faz do trabalho a medida do valor[t]. Não há "relação de proporcionalidade" já constituída, há apenas um movimento constituinte.

Acabamos de ver em que sentido é correto falar da "proporcionalidade" como uma consequência do valor determinado pelo tempo de trabalho. Veremos agora como essa medida pelo tempo, denominada "lei da proporcionalidade" pelo sr. Proudhon, transforma-se em lei de *desproporcionalidade*.

Toda invenção nova que permite produzir em uma hora o que antes se produzia em duas deprecia todos os produtos similares[u] que se encontram no mercado. A concorrência força o produtor a vender o produto de duas horas tão barato como o de uma hora. A concorrência realiza a lei segundo a qual o valor relativo de um produto é determinado pelo tempo de trabalho necessário para produzi-lo. O tempo de trabalho que serve de medida do valor venal transforma-se, assim, em lei de *depreciação* contínua do trabalho. Diremos mais. Haverá depreciação não só para as mercadorias levadas ao mercado, mas também para os instrumentos de produção e para

toda a fábrica. Esse fato já é assinalado por Ricardo, que diz: “Aumentando constantemente a facilidade de produção, diminuímos constantemente o valor de algumas das coisas produzidas anteriormente”[31].

Sismondi vai mais longe. Ele vê esse “valor *constituído*” pelo tempo de trabalho como a fonte de todas as contradições da indústria e do comércio modernos:

> O valor mercantil é sempre fixado, em última análise, pela quantidade de trabalho necessário para se obter a coisa avaliada: não a quantidade que custou atualmente, mas a quantidade que custaria de hoje em diante, com meios talvez aprimorados; e essa quantidade, mesmo que seja difícil de se calcular, é sempre estabelecida com fidelidade pela concorrência [...]. É sobre essa base que se calcula tanto a demanda do vendedor como a oferta do comprador. O primeiro afirmará, talvez, que a coisa lhe custou dez jornadas de trabalho; mas, se o outro reconhece que, dali em diante, ela pode ser realizada com oito jornadas e se a concorrência demonstra esse fato aos dois contratantes, então o valor reduzir-se-á a oito jornadas apenas e o preço do mercado estabelecer-se-á sobre essa base. É certo que ambos os contratantes têm a noção de que a coisa é útil e desejada e de que sem esse desejo não haveria venda; mas a fixação do preço não tem nenhuma relação com a utilidade.[32]

É importante enfatizar este ponto: o que determina o valor não é o tempo de produção de uma coisa, mas o *mínimo* de tempo no qual ela pode ser produzida, e esse mínimo é constatado pela concorrência. Suponha, por um instante, que não exista mais a concorrência e, consequentemente, não haja como verificar o mínimo de trabalho necessário para a produção de uma mercadoria. O que acontecerá? Bastará aplicar na produção de um objeto seis horas de trabalho para se ter o direito, segundo o sr. Proudhon, de exigir em troca seis vezes mais do que aquele que aplicou apenas uma hora na produção do mesmo objeto.

Em vez de uma “relação de proporcionalidade”, temos uma relação de desproporcionalidade, se insistirmos em permanecer nas relações, boas ou más.

A depreciação contínua do trabalho é apenas um aspecto, uma consequência da avaliação dos artigos pelo tempo de trabalho. A

superelevação dos preços, a superprodução e muitos outros fenômenos de anarquia industrial são interpretáveis por esse mesmo modo de avaliação.

Mas, servindo de medida do valor, o tempo de trabalho faz surgir, ao menos, a variedade proporcional de produtos que tanto fascina o sr. Proudhon?

Muito pelo contrário: o monopólio, com toda a sua monotonia, invade o mundo dos produtos, do mesmo modo que, à vista de todos, invadiu o mundo dos instrumentos de produção. Apenas alguns ramos industriais, como a indústria algodoeira, podem fazer progressos rápidos. A consequência natural desses progressos é que os produtos da manufatura algodoeira, por exemplo, baixam rapidamente de preço; mas, à medida que o preço do algodão cai, o do linho, comparativamente, deve aumentar. O que acontecerá? O linho será substituído pelo algodão. Foi desse modo que o linho foi abandonado em quase toda a América do Norte. E obtivemos, em vez da variedade proporcional dos produtos, o império do algodão.

O que resta dessa "relação de proporcionalidade"? Nada mais que o desejo de um homem honesto, que gostaria que as mercadorias se produzissem em proporções tais que pudessem ser vendidas a um preço honesto. Desde sempre, os bons burgueses e os economistas filantropos gostam de formular esse desejo inocente.

Deixemos falar o velho Boisguillebert:

> O preço das mercadorias deve ser sempre *proporcionado*, uma vez que só essa inteligência lhes permite conviver, *para se trocarem a todo momento* [eis a permutabilidade contínua do sr. Proudhon][v] e receberem reciprocamente o surgimento uns dos outros [...]. Já que a riqueza é apenas esse contínuo intercâmbio de homem para homem, de profissão para profissão etc., constitui uma espantosa cegueira procurar a causa da miséria fora da interrupção de semelhante comércio, ocasionada pela desordem das proporções nos preços.[33]

Ouçamos também um economista moderno:

> Uma grande lei que se deve aplicar à produção é a *lei da proporcionalidade* (*the law of proportion*), que é a única que pode preservar a continuidade do valor [...]. O equivalente deve ser garantido. [...] Todas as nações tentaram, em diversas épocas, por numerosos regulamentos e

> restrições comerciais, realizar até certo ponto essa lei da proporcionalidade; mas o egoísmo, inerente à natureza do homem, levou-o a subverter todo esse regime regulamentar. Uma produção proporcionada (*proportionate production*) constitui a realização da verdade plena da ciência da economia social.[34]

Fuit Troja! [Troia já não existe!] Essa justa proporção entre a oferta e a demanda, que volta a ser objeto de tantos votos, deixou de existir há muito. Tornou-se uma velharia. Só foi possível em épocas nas quais os meios de produção eram limitados, nas quais a troca ocorria em limites extremamente pequenos. Com o aparecimento da grande indústria, essa justa proporção teve de acabar, e a produção foi fatalmente obrigada a passar, numa sucessão perpétua, pelas vicissitudes de prosperidade, depressão, crise, estagnação, nova prosperidade e assim por diante.

Aqueles que, como Sismondi, querem retornar à justa proporcionalidade da produção, conservando ao mesmo tempo as bases atuais da sociedade, são reacionários, porque, para serem consequentes, devem querer também o restabelecimento de todas as outras condições da indústria dos tempos passados.

O que mantinha a produção em proporções justas ou quase justas? Era a demanda, que determinava e precedia a oferta. A produção acompanhava o consumo, passo a passo. A grande indústria, forçada a produzir sempre em escala cada vez maior pelos próprios instrumentos de que dispõe, não pode mais esperar pela demanda. A produção precede o consumo, a oferta pressiona a demanda.

Na sociedade atual, na indústria fundada nas trocas individuais, a anarquia da produção, que é a fonte de tanta miséria, é, ao mesmo tempo, a fonte de todo progresso.

Assim, das duas uma: ou se deseja a justa proporção dos séculos passados com os meios de produção de nossa época e, nesse caso, é-se reacionário e utopista ao mesmo tempo; ou se deseja o progresso sem anarquia e, nesse caso, para conservar as forças produtivas, é-se obrigado a abandonar as trocas individuais.

As trocas individuais só são compatíveis com a pequena indústria dos séculos passados, com seu corolário da "justa proporção", ou com a grande indústria atual, mas com todo o seu cortejo de miséria e anarquia.

De tudo o que dissemos, a determinação do valor pelo tempo de trabalho, isto é, a fórmula que o sr. Proudhon nos oferece como a fórmula regeneradora do futuro, não é mais que a expressão científica das relações econômicas da sociedade atual, como Ricardo demonstrou clara e nitidamente bem antes do sr. Proudhon.

Mas ao menos a aplicação "*igualitária*" dessa fórmula cabe ao sr. Proudhon? Não é ele o primeiro a imaginar a reforma da sociedade, transformando todos os homens em trabalhadores imediatos, trocando iguais quantidades de trabalho? Não compete a ele censurar os comunistas – essa gente desprovida de qualquer conhecimento de economia política, esses "homens obstinadamente idiotas", esses "sonhadores paradisíacos" – por não terem encontrado, antes dele, essa "solução do problema do proletariado"?

Qualquer pessoa minimamente familiarizada com o movimento da economia política na Inglaterra não ignora que quase todos os socialistas desse país propuseram, em épocas diferentes, a aplicação igualitária da teoria ricardiana. Poderíamos citar ao sr. Proudhon: a *Economia política*, de Hodgskin, de 1827[w]; William Thompson, *An Inquiry into the Principles of the Distribution of Wealth, Most Conducive to Human Happiness* [Investigação sobre os princípios de distribuição da riqueza, melhor conducentes à felicidade humana], de 1824; T. R. Edmonds, *Practical, Moral and Political Economy* [Economia prática, moral e política], de 1828, etc. etc. e quatro páginas de etc. Contentamo-nos em dar a palavra a um *comunista* inglês, o sr. Bray. Citaremos as passagens decisivas de sua notável obra *Labour's Wrongs and Labour's Remedy* [Sofrimentos da classe trabalhadora e sua solução] (Leeds, 1839) e deter-nos-emos bastante nesse livro porque, primeiro, o sr. Bray é pouco conhecido na França e, depois,

porque acreditamos encontrar nele a chave das obras passadas, presentes e futuras do sr. Proudhon.

> O único meio de chegar à verdade consiste em abordar frontalmente os primeiros princípios. [...] Retornemos diretamente à fonte de que derivam os próprios governos. [...] Indo assim à origem da coisa, verificaremos que toda forma de governo, toda injustiça social e governamental provêm do sistema social hoje vigente – *da instituição da propriedade tal como ela existe hoje* (*the institution of property as it at present exists*) e, portanto, para acabar definitivamente com as injustiças e misérias atuais, é necessário *derrubar inteiramente o estado atual da sociedade*. [...] Atacando os economistas em seu próprio terreno e com as suas próprias armas, evitaremos a absurda tagarelice sobre os *visionários* e os *teóricos*, que eles estão sempre dispostos a exibir. [...] Exceto negando ou desaprovando as verdades e os princípios reconhecidos, sobre os quais fundam os seus próprios argumentos, os economistas não poderão rejeitar as conclusões a que chegamos por esse método [...].[35]
>
> *Somente o trabalho cria valor (It is labour alone which bestows value*). [...] Cada homem tem um direito indubitável a tudo o que lhe pode proporcionar o seu trabalho honesto. Apropriando-se assim dos frutos de seu trabalho, ele não comete nenhuma injustiça contra os outros homens, porque não usurpa do outro o direito de fazer o mesmo. [...] Todas as ideias de superioridade e inferioridade, de patrão e assalariado, originam-se da *negligência* desses primeiros princípios e porque, consequentemente, a *desigualdade* se introduziu na posse (*and to the consequent rise of inequality of possessions*). Enquanto se mantiver essa desigualdade, será impossível erradicar tais ideias ou derrubar as instituições nelas fundadas. Até hoje, sempre se teve a inútil esperança de remediar um estado de coisas contrário à natureza, tal como o que ele rege no presente, destruindo a *desigualdade existente* e deixando subsistir a causa da desigualdade; porém, demonstraremos em breve que o governo não é uma causa, mas um efeito, que ele não cria, mas é criado – que, numa palavra, ele é o *resultado da desigualdade na posse* (*the offspring of inequality of possessions*) e que esta se encontra vinculada, inseparavelmente, ao sistema social atual.[36]
>
> O sistema da igualdade tem a seu favor não apenas grandes vantagens, mas ainda a estrita justiça. [...] Cada homem é um elo, e um elo indispensável, na cadeia de efeitos que parte de uma ideia para chegar, talvez, à produção de uma peça de tecido. Por isso, dado que os nossos gostos não são os mesmos pelas diferentes profissões, não se pode concluir que o trabalho de um deva ser mais bem recompensado que o de outro. O inventor receberá sempre, além de sua justa recompensa em dinheiro, o tributo de nossa admiração, que somente o gênio pode obter de nós [...][37].
>
> Pela natureza mesma do trabalho e da troca, a estrita justiça exige que todos aqueles que trocam tenham benefícios não apenas *mútuos*, mas *iguais* (*all exchangers should be not only mutually but they should likewise be equally benefited*). Só existem duas coisas que os homens podem trocar entre si: o trabalho e o produto do trabalho. Se as trocas se operassem segundo um sistema equitativo, o valor de todos os artigos seria determinado por *seus custos de produção*

completos, e *valores iguais seriam sempre trocados por valores iguais* (*If a just system of exchanges were acted upon, the value of all articles would be determined by the entire cost of production, and equal values should always exchange for equal values*). Se, por exemplo, um chapeleiro investe uma jornada para fazer um chapéu e um sapateiro o mesmo tempo para fabricar um par de sapatos (supondo que a matéria-prima que empregam tenha igual valor) e se eles trocam esses artigos entre si, o benefício que obtêm é, simultaneamente, mútuo e igual. A vantagem alcançada por cada uma das partes não pode constituir uma desvantagem para a outra, já que cada qual forneceu a mesma quantidade de trabalho e os materiais que utilizaram eram de igual valor. Mas, se o chapeleiro, mantidas as condições acima expostas, obtivesse *dois* pares de sapatos contra um chapéu, é evidente que a troca seria injusta. O chapeleiro usurparia do sapateiro uma jornada de trabalho; e, se agisse assim em todas as suas trocas, receberia pelo trabalho de *meio ano* o produto de *um ano inteiro* de outra pessoa. [...] Até aqui, seguimos sempre esse sistema de troca soberanamente injusto: os *operários forneceram* ao capitalista o trabalho de um ano inteiro em troca do valor de meio ano (*the workmen have given the capitalist the labour of a whole year, in exchange for the value of only half a year*) – disso, e não de uma suposta desigualdade entre as forças físicas e intelectuais dos indivíduos, é que provém a desigualdade de riqueza e poder. A desigualdade das trocas, a diferença de preços nas compras e vendas só podem existir se os capitalistas continuarem capitalistas e os operários continuarem operários para todo o sempre – uns, uma classe de tiranos; outros, uma classe de escravos. [...] Essa transação prova claramente, portanto, que os capitalistas e os proprietários oferecem ao operário, por seu trabalho de uma semana, somente uma parte da riqueza que obtiveram dele na semana anterior; isto é, por *alguma coisa*, eles não lhe dão *nada* (*nothing for something*). [...] A transação entre o trabalhador e o capitalista é uma verdadeira farsa: de fato, em muitas circunstâncias, ela não passa de um *roubo* vergonhoso, embora legal (*The whole transaction between the producer and the capitalist is a mere farce: it is, in fact, in thousands of instances, no other than a barefaced though legal robbery*)[38].

O benefício do empresário sempre será uma perda para o operário – até que as trocas entre as partes sejam iguais, e as trocas não podem ser iguais enquanto a sociedade estiver dividida em capitalistas e produtores, e estes viverem de seu trabalho e aqueles se fartarem com o lucro desse trabalho.

É claro que, por mais que se estabeleça tal ou qual forma de governo [...] por mais que se pregue a moral e o amor fraterno, [...] a reciprocidade continuará incompatível com a desigualdade das trocas. A desigualdade das trocas, sendo a fonte da desigualdade das posses, é o inimigo secreto que nos devora (*No reciprocity can exist where there are unequal exchanges. Inequality of exchanges, as being the cause of inequality of possessions, is the secret enemy that devours us*) [39].

A consideração do objetivo e da finalidade da sociedade autoriza-me a concluir que não só todos os homens devem trabalhar e, assim, poder trocar, como também que valores iguais devem trocar-se por valores iguais. Ademais, como o lucro de um não deve ser a perda para o outro, o valor deve ser determinado pelos custos de produção. Entretanto, vimos que, sob o regime social atual, [...] o lucro do capitalista e do homem rico é sempre a perda do operário –

que esse resultado deve decorrer inevitavelmente e que o pobre permanece inteiramente abandonado, à mercê do rico, sob qualquer forma de governo, enquanto existir a desigualdade das trocas – e que a igualdade nas trocas só pode ser assegurada por um regime social que reconheça a universalidade do trabalho. [...] A igualdade nas trocas transferiria gradualmente a riqueza das mãos dos capitalistas atuais para as das classes operárias.[40]

Enquanto se mantiver em vigor esse sistema de desigualdade das trocas, os produtores serão sempre tão pobres, tão ignorantes, tão sobrecarregados de trabalho como o são hoje, mesmo que *sejam abolidas todas as taxas, todos os impostos governamentais*. [...] Somente a mudança completa de sistema, a introdução da igualdade do trabalho e das trocas pode melhorar esse estado de coisas e assegurar aos homens a verdadeira igualdade de direitos. [...] Os produtores só precisam fazer um esforço – e é por eles que deve ser feito todo o esforço para sua própria salvação – e suas correntes serão quebradas para sempre. [...] Como objetivo, a igualdade política é um erro; mesmo como meio ela é um erro (*As an end, the political equality is there a failure; as a means, also, it is there a failure*)[41].

Com a igualdade das trocas, o lucro de um não pode ser a perda do outro: porque toda troca não é mais que uma simples *transferência* de trabalho e riqueza, não exige nenhum sacrifício. Assim, sob um sistema social baseado na igualdade das trocas, o produtor ainda poderá alcançar a riqueza por meio de suas economias[x]; mas sua riqueza será apenas o produto acumulado de seu próprio trabalho. Ele poderá trocar sua riqueza ou doá-la a outros, mas ser-lhe-á impossível continuar rico, por um período prolongado, depois que deixar de trabalho. Pela igualdade das trocas, a riqueza perde o poder atual de renovar-se e reproduzir-se por si mesma, por assim dizer; ela não poderá mais suprir o vazio gerado pelo consumo, porque, a menos que seja reproduzida pelo trabalho, a riqueza consumida perde-se definitivamente. O que hoje denominamos *lucros* e *juros* não poderá existir sob o regime das trocas iguais. O produtor e o distribuidor serão igualmente recompensados e a soma total de seu trabalho é que servirá para determinar o valor de todo artigo criado e posto à disposição do consumidor [...].

Portanto, o princípio da igualdade nas trocas deve, por sua própria natureza, conduzir ao *trabalho universal*.[42]

Depois de refutar as objeções dos economistas contra o *comunismo,* o sr. Bray prossegue:

Se uma transformação de caráter é indispensável para fazer que seja bem-sucedido um sistema social de comunidade em sua forma perfeita; e, se, ademais, o regime social atual não apresenta nem as circunstâncias nem as facilidades desejadas para se chegar a essa transformação e preparar os homens para o estado melhor que todos desejamos, é evidente que as coisas devem, necessariamente, permanecer como estão, a menos que se descubra e aplique um termo social preparatório – um movimento que participe tanto do sistema atual quanto do sistema futuro (o sistema da comunidade) –, uma espécie de estágio intermédio ao qual a sociedade possa chegar com todos os seus excessos e loucuras e do qual possa sair, em seguida, cheia de qualidades e atributos que são as condições vitais do sistema de comunidade.[43]

> Todo esse movimento exigiria apenas cooperação em sua forma mais simples. [...] Os custos de produção determinariam, em todas as circunstâncias, o valor do produto, e valores iguais sempre se trocariam por valores iguais. Se, de duas pessoas, uma houvesse trabalhado uma semana inteira e a outra meia semana, a primeira receberia o dobro da remuneração da segunda; mas esse excedente de pagamento não seria feito a uma às expensas da outra: a perda de uma não redundaria em ganho para a outra. Cada pessoa trocaria o salário que recebeu individualmente por objetos de valor idêntico ao seu salário e, em nenhum caso, o lucro realizado por um homem ou por uma indústria constituiria uma perda para outro homem ou outro ramo industrial. O trabalho de cada indivíduo seria a *única medida* dos seus lucros e perdas.[44]
>
> Através de agências comerciais (*boards of trade*), gerais e locais, determinar-se-iam a quantidade dos diferentes objetos exigidos pelo consumo e o valor relativo de cada objeto em comparação com os outros (o número de operários empregados nos diferentes ramos de trabalho), em suma: tudo o que se relaciona à produção e à distribuição social. Essas operações se realizariam, num país, com a mesma rapidez e facilidade com que se fazem, sob o regime atual, numa empresa particular [...]. Os indivíduos se agrupariam em famílias, as famílias em comunas, como no regime atual. [...] nem sequer se aboliria diretamente a distribuição da população entre a cidade e o campo, por pior que seja. [...] Nessa associação, cada indivíduo continuaria a desfrutar da liberdade que possui hoje de acumular como bem lhe parecer, e utilizar como quiser essa acumulação. [...] Nossa sociedade será, por assim dizer, uma grande sociedade por ações, composta de um número infinito de pequenas sociedades por ações que trabalham, produzem e trocam seus produtos na mais perfeita igualdade. [...] Nosso novo sistema de sociedade por ações, que não é mais que uma concessão à sociedade atual para chegar ao comunismo[y], estabelecida de forma a permitir a coexistência da *propriedade individual* dos produtos e da *propriedade em comum* das forças produtivas, subordina a sorte de cada indivíduo à sua própria atividade e concede-lhe uma parte igual em todas as vantagens propiciadas pela natureza e pelo progresso das artes. Por isso, ele pode aplicar-se à sociedade tal como existe e prepará-la para ulteriores transformações.[45]

Poucas palavras serão suficientes para responder ao sr. Bray, que, independentemente de nossa vontade, suplantou o sr. Proudhon, salvo que o sr. Bray, longe de querer ter a última palavra da humanidade, apenas propõe as medidas que lhe parecem corretas para uma época de transição entre a sociedade atual e o regime da comunidade.

Uma hora de trabalho de Pedro troca-se por uma hora de trabalho de Paulo. Eis o axioma fundamental do sr. Bray.

Suponhamos que Pedro tenha doze horas de trabalho diante dele e Paulo apenas seis; nesse caso, Pedro só poderá fazer com Paulo uma troca de seis

por seis. Consequentemente, sobram a Pedro seis horas de trabalho. O que ele fará com essas seis horas?

Ou não fará nada, isto é, trabalhou seis horas para nada; ou deixará de trabalhar seis horas para restabelecer o equilíbrio; ou então, e esta é sua última alternativa, dará essas seis horas a Paulo, com as quais não tem o que fazer, ainda por cima.

Assim, no final das contas, o que Pedro ganhou de Paulo? Horas de trabalho, não. Ganhou apenas horas de lazer: será obrigado a bancar o ocioso durante seis horas. E, para que esse novo direito de ócio não seja apenas desfrutado, mas também apreciado na nova sociedade, é preciso que esta encontre sua mais alta felicidade na preguiça e que o trabalho lhe pese como um grilhão do qual deverá se libertar a qualquer preço. Voltando ao nosso exemplo, se ainda essas seis horas de lazer que Pedro ganhou de Paulo fossem um ganho real! Mas não! Paulo, partindo de apenas seis horas de trabalho, alcança com um trabalho regular e regrado o mesmo resultado que Pedro só obtém partindo de um excesso de trabalho. Todos desejarão ser Paulo: haverá concorrência para conquistar o lugar de Paulo, concorrência pela preguiça.

Pois bem! O que ganhamos com a troca de quantidades iguais de trabalho? Superprodução, depreciação, excesso de trabalho seguido de desemprego, enfim, as mesmas relações econômicas que vemos constituídas na sociedade atual, exceto a concorrência pelo trabalho.

Não, estamos enganados. Há ainda um expediente que poderá salvar a nova sociedade, a sociedade dos Pedros e dos Paulos. Pedro consumirá sozinho o produto das seis horas de trabalho que lhe restam. Mas, já que não precisa mais trocar por ter produzido, ele não precisa mais produzir para trocar, e toda a suposição de uma sociedade baseada na troca e na divisão do trabalho cai por terra. Salva-se a igualdade das trocas porque as trocas deixam de existir.

Pedro e Paulo alcançam a condição de Robinson.

Portanto, se se supõem todos os membros da sociedade como trabalhadores imediatos, a troca das quantidades iguais de horas de trabalho só é possível se se convencionar previamente o número de horas que será necessário empregar na produção material. Mas uma tal convenção nega a troca individual[z].

Chegamos à mesma consequência se partirmos não mais da distribuição dos produtos criados, mas do ato de produção. Na grande indústria, Pedro não é livre para fixar seu tempo de trabalho, porque o trabalho de Pedro não é nada sem o concurso de todos os Pedros e todos os Paulos que formam a fábrica. Isso explica muito bem a resistência obstinada dos comerciantes ingleses à *bill* [lei] *das dez horas*. Eles sabiam perfeitamente bem que uma redução de duas horas concedida às mulheres e às crianças[aa] implicaria uma redução do tempo de trabalho dos homens adultos. A natureza mesma da grande indústria exige que o tempo de trabalho seja igual para todos. O que é hoje o resultado do capital e da concorrência entre os operários será amanhã – se abolirmos a relação entre o trabalho e o capital – o resultado de uma convenção baseada na relação entre a soma das forças produtivas e a soma das necessidades existentes[ab].

Tal convenção, porém, será a condenação da troca individual, e assim voltamos ao nosso primeiro resultado.

Em princípio, não há troca dos produtos, mas troca dos trabalhos que concorrem para a produção. É do modo de troca das forças produtivas que depende o modo de troca dos produtos. Em geral, a forma de troca dos produtos corresponde à forma da produção. Modifique-se esta última e a primeira mudará como consequência. Por isso, na história da sociedade, vemos o modo de troca dos produtos se regular pelo modo de sua produção. A troca individual corresponde também a um modo de produção determinado, que, por sua vez, corresponde ao antagonismo das classes. Assim, não há troca individual sem o antagonismo das classes.

As consciências honestas, todavia, recusam essa evidência. O burguês não pode impedir-se de ver nessa relação de antagonismo uma relação de harmonia e justiça eterna, que não permite que ninguém se faça valer à custa dos outros. Para o burguês, a troca individual pode subsistir sem o antagonismo das classes: para ele, trata-se de coisas totalmente diferentes. A troca individual, tal como a imagina o burguês, não se parece em nada com a troca individual tal como ele a pratica.

O sr. Bray faz da *ilusão* do burguês honesto o *ideal* que ele gostaria de realizar. Depurando a troca individual, expurgando-a de todos os seus componentes antagônicos, ele acredita encontrar uma relação "*igualitária*" que gostaria de introduzir na sociedade.

O sr. Bray não vê que essa relação igualitária, esse *ideal corretivo* que ele gostaria de aplicar no mundo, é apenas o reflexo do mundo atual e, consequentemente, é totalmente impossível reconstruir a sociedade sobre uma base que não passa de uma sombra embelezada de si mesma. À medida que a sombra se torna corpo, percebe-se que esse corpo, longe de ser a transfiguração sonhada, é o corpo atual da sociedade[46].

§3. Aplicação da lei das proporcionalidades dos valores

a) A moeda

"O ouro e a prata são as primeiras mercadorias cujo valor chegou à sua constituição."[ac]

Assim, o ouro e a prata são as primeiras aplicações do "valor constituído"... pelo sr. Proudhon. E, como o sr. Proudhon constitui os valores dos produtos determinando-os pela quantidade comparativa de trabalho neles fixado, a única coisa que tinha a fazer era demonstrar que as *variações* ocorridas no valor do ouro e da prata explicam-se sempre pelas variações do tempo de trabalho requerido para produzi-los. Mas o sr.

Proudhon não se preocupa com isso: não fala do ouro e da prata como mercadoria, fala deles como moeda.

Toda a sua lógica, se é que há alguma lógica, consiste em escamotear a qualidade que têm o ouro e a prata de servir de *moeda*, em benefício de todas as mercadorias que têm a qualidade de serem avaliadas pelo tempo de trabalho. Definitivamente, há mais ingenuidade que malícia nessa escamoteação.

Um produto útil, sendo avaliado pelo tempo de trabalho necessário à sua produção, é sempre aceitável em troca. Prova disso, exclama o sr. Proudhon, são o ouro e a prata, que se encontram em minhas condições exigidas de "permutabilidade". O ouro e a prata, portanto, são o valor no estado de constituição, são a encarnação da ideia do sr. Proudhon. Ele não poderia ser mais feliz na escolha do exemplo. O ouro e a prata, além de terem a qualidade de mercadoria, avaliada, como qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho, possuem ainda a qualidade de agente universal da troca, de ser moeda. Tomando agora o ouro e a prata como uma aplicação do "*valor constituído*" pelo tempo de trabalho, nada mais fácil de provar que toda mercadoria cujo valor se constitui pelo tempo de trabalho será sempre permutável, será sempre moeda.

Uma questão muito simples se apresenta ao espírito do sr. Proudhon: por que o ouro e a prata têm o privilégio de ser o tipo do "valor constituído"?

> A função particular que o uso conferiu aos metais preciosos de servirem de agente ao comércio é puramente convencional e qualquer outra mercadoria poderia, talvez menos comodamente, mas de um modo igualmente autêntico, desempenhar esse papel – os economistas o reconhecem e mais de um exemplo é citado. Então, qual a razão dessa preferência geralmente dada aos metais para servirem de moeda e como se explica essa especialidade das funções do dinheiro, sem análogo na economia política?... Ora, é possível *restabelecer a série* da qual a *moeda* parece ter sido destacada e, consequentemente, reconduzi-la ao seu verdadeiro princípio?[ad]

Colocando a questão nesses termos, o sr. Proudhon já supôs a *moeda*. A primeira questão que ele deveria colocar-se é por que, nas trocas, tais como

se constituem hoje, foi preciso individualizar, por assim dizer, o valor permutável, criando um agente especial de troca. A moeda não é uma coisa, é uma relação social. Por que a relação da moeda é uma relação da produção, como qualquer outra relação econômica, por exemplo a divisão do trabalho etc.? Se o sr. Proudhon compreendesse bem essa relação, não teria visto na moeda uma exceção, um elemento destacado de uma série desconhecida ou que se deve recuperar.

Ele teria reconhecido, ao contrário, que essa relação é um elo e, como tal, está intimamente ligada a todo o encadeamento das outras relações econômicas e corresponde a um modo de produção determinado, tanto quanto a troca individual. Mas o que faz ele? Começa por destacar a moeda do conjunto do modo de produção atual para, mais tarde, torná-la o primeiro elemento de uma série imaginária, de uma série a ser recuperada.

Uma vez reconhecida a necessidade de um agente particular de troca, isto é, a necessidade da moeda, só resta explicar por que essa função particular é conferida ao ouro e à prata, de preferência a qualquer outra mercadoria. Essa é uma questão secundária, que se explica não pelo encadeamento das relações de produção, mas pelas qualidades específicas inerentes ao ouro e à prata como matéria. Se, depois de tudo isso, os economistas "colocaram-se fora do domínio da ciência, se produziram a física, a mecânica, a história etc.", como os censura o sr. Proudhon, eles apenas fizeram o que deveriam fazer. A questão não pertence mais ao domínio da economia política.

O que nenhum economista viu ou compreendeu, diz o sr. Proudhon, é que foi a *razão econômica* que determinou, em favor dos metais preciosos, o privilégio de que gozam[ae].

A razão econômica, que, com razão, ninguém viu ou compreendeu, o sr. Proudhon viu, compreendeu e legou à posteridade.

> Ora, o que ninguém observou é que, de todas as mercadorias, o ouro e a prata são as primeiras cujo valor chegou à constituição. No período patriarcal, o ouro e a prata ainda se negociavam e se trocavam em lingotes, mas já com uma tendência visível à dominação e uma preferência

> marcada. *Pouco a pouco*, os soberanos se apoderaram desses metais e lhes puseram a sua chancela; e dessa consagração soberana nasceu a moeda, ou seja, a mercadoria por excelência, aquela que, apesar de todas as convulsões do comércio, conserva um valor proporcional determinado e é aceita em todos os pagamentos. [...] O traço distintivo do ouro e da prata decorre, repito-o, de que, graças às suas propriedades metálicas, às dificuldades de sua produção e, sobretudo, à intervenção da autoridade pública, eles conquistaram logo, como mercadorias, a solidez e a autenticidade.[af]

Afirmar que, de todas as mercadorias, o ouro e a prata são as primeiras cujo valor chegou à constituição é afirmar, como se depreende de tudo o que precede, que o ouro e a prata são as primeiras mercadorias que chegaram ao estado de moeda. Essa é a grande revelação do sr. Proudhon, a grande verdade que escapou a todos os que o antecederam.

Se, com essas palavras, o sr. Proudhon quis dizer que o ouro e a prata são mercadorias para a produção das quais o tempo necessário foi conhecido antes das outras, trata-se de mais uma daquelas suposições com que ele sempre está pronto a gratificar os leitores. Se quiséssemos nos ater a essa erudição patriarcal, diríamos ao sr. Proudhon que o tempo requerido para produzir os objetos de primeira necessidade, como o ferro etc., foi conhecido antes. Nós o dispensaríamos do arco clássico de Adam Smith[ag].

Mas, depois de tudo isso, como o sr. Proudhon pode ainda falar da constituição de um valor, se este jamais se constitui por si só? Ele não se constitui pelo tempo requerido para produzi-lo isoladamente, constitui-se pela relação com a cota de todos os outros produtos que podem ser criados no mesmo tempo. Assim, a constituição do valor do ouro e da prata supõe a constituição já alcançada do valor de um grande número de outros produtos.

Portanto, não é a mercadoria que chegou, no ouro e na prata, ao estado de "valor constituído", mas é o "valor constituído" do sr. Proudhon que, no ouro e na prata, chegou ao estado de moeda.

Examinemos agora, mais de perto, essas *razões econômicas* que, de acordo com o sr. Proudhon, valeram ao ouro e à prata o privilégio de serem erigidos em moeda mais cedo do que todos os outros produtos, passando pelo estado constitutivo do valor.

Essas razões econômicas são a "tendência visível à dominação", a "preferência marcada", já no "período patriarcal", e outros circunlóquios sobre o mesmo fato, que aumentam a dificuldade, visto que multiplicam o fato multiplicando os incidentes que o sr. Proudhon apresenta para explicá-lo. Mas o sr. Proudhon ainda não esgotou todas as suas razões pretensamente econômicas. Eis uma de uma força soberana, irresistível: "É da consagração soberana que nasce a moeda: os soberanos se apoderam do ouro e da prata e lhes apõem a sua chancela"[ah]. Assim, o arbítrio dos soberanos é, para o sr. Proudhon, a razão suprema em economia política!

De fato, é preciso ser desprovido de qualquer conhecimento histórico para ignorar que os soberanos, em todos os tempos, submeteram-se às condições econômicas, sem jamais lhes impor sua lei. A legislação, tanto política quanto civil, apenas enuncia, verbaliza o poder das relações econômicas.

Foi o soberano que se apoderou do ouro e da prata para torná-los agentes universais da troca, imprimindo-lhes sua chancela, ou foram esses agentes universais da troca que, ao contrário, se apoderaram do soberano, obrigando-o a imprimir-lhes sua chancela e a dar-lhes uma consagração política?

A marca que se imprimiu e se imprime à moeda não é a do seu valor, mas a do seu peso. A solidez e a autenticidade de que fala o sr. Proudhon aplicam-se apenas ao teor da moeda, e esse teor indica a quantidade de matéria metálica que existe num pedaço de prata monetizada.

"O único valor intrínseco de um marco de prata", diz Voltaire, com seu conhecido bom senso, "é um marco de prata, meia libra pesando oito onças. O que faz esse valor intrínseco é unicamente o peso e o teor."[47]

Mas subsiste a questão: quanto vale uma onça de ouro e de prata? Se um tecido da loja Grand Colbert trouxesse a marca de fábrica "pura lã", essa marca ainda não diria nada do valor do tecido – restaria saber quanto vale a lã.

> Filipe I, rei da França, mistura à libra tornesa[ai] de Carlos Magno um terço de liga, imaginando que, porque tem o monopólio da fabricação das moedas, pode fazer o que faz todo comerciante que tem o monopólio de um produto. Mas o que foi essa alteração da moeda, tão censurada a Filipe e seus sucessores? Um raciocínio muito correto do ponto de vista da rotina comercial, mas muito errado do ponto de vista da ciência econômica, é saber que, sendo a oferta e a demanda a medida dos valores, pode-se – quer produzindo uma escassez artificial, quer açambarcando a produção – elevar a apreciação e, portanto, o valor das coisas e que isso é verdade tanto para o ouro e para a prata quanto para o trigo, o vinho, o azeite, o tabaco. Entretanto, logo que se suspeitou da fraude de Filipe, a moeda foi reduzida a seu justo valor, e ele perdeu o que acreditara ganhar à custa de seus súditos. O mesmo ocorreu, depois, com todas as tentativas semelhantes.[aj]

Em primeiro lugar, já se demonstrou várias vezes que, se o soberano decide alterar a moeda, é ele quem sai perdendo. O que ganhou uma única vez, quando da primeira emissão, perde-o todas as vezes que as moedas falsificadas lhe retornam na forma de impostos etc. No entanto, Filipe e seus sucessores souberam resguardar-se em parte dessas perdas, porque, logo que a moeda alterada era posta em circulação, eles se apressavam em ordenar uma refundição geral das moedas segundo o antigo escalão.

E, ademais, se Filipe I raciocinasse de fato como o sr. Proudhon, não teria raciocinado “do ponto de vista comercial”. Nem Filipe I nem o sr. Proudhon demonstram genialidade mercantil quando imaginam que se pode alterar o valor do ouro como o de qualquer outra mercadoria, unicamente em razão de o seu valor ser determinado pela relação entre a oferta e a demanda.

Se o rei Filipe tivesse ordenado que um moio de trigo passasse, dali em diante, a se chamar dois moios de trigo, o rei seria um escroque. Teria enganado todos os rentistas, todos os que tinham a receber cem moios de trigo, teria sido a causa de todas as pessoas receberem apenas cinquenta moios de trigo, em vez de cem. Suponha-se que o rei devesse cem moios de trigo; então, ele teria de pagar somente cinquenta. Mas, no comércio, cem moios nunca valeriam mais que cinquenta. Mudando-se o nome, não se muda a coisa. A quantidade de trigo oferecida ou procurada não diminuirá nem aumentará pela simples mudança de nome. Portanto, a relação entre a

oferta e a demanda sendo igualmente a mesma, apesar da alteração nominal, o preço do trigo não sofrerá nenhuma alteração real. Falando da oferta e da demanda das coisas, não se fala da oferta e da demanda do nome das coisas. Filipe I não fazia o ouro e a prata, como diz o sr. Proudhon; fazia o nome das moedas. Fazendo passar a caxemira[ak] francesa pela asiática, é possível enganar um ou dois compradores; mas, descoberta a fraude, as falsas caxemiras asiáticas voltarão ao preço das francesas. Atribuindo um rótulo falso ao ouro e à prata, o rei Filipe I só podia enganar enquanto a fraude não fosse conhecida. Como qualquer negociante, burlava os fregueses com uma falsa qualificação da mercadoria – mas isso durava pouco. Cedo ou tarde, sofreria o rigor das leis comerciais. Era isso o que o sr. Proudhon queria provar? Não. No seu entender, o dinheiro recebe valor do soberano, e não do comércio. E o que ele provou, de fato? Que o comércio é mais soberano que o soberano. Se o soberano decidir que um marco passe a ser dois marcos, o comércio dirá sempre que esses dois marcos valem tanto quanto o marco de antes.

Mas nem assim a questão do valor determinado pela quantidade de trabalho avançou. Resta ainda decidir se esses dois marcos, reconvertidos ao marco anterior, são determinados pelos custos de produção ou pela lei da oferta e da demanda.

O sr. Proudhon continua: “Deve-se observar ainda que, se, em vez de alterar as moedas, o rei pudesse duplicar sua massa, o valor permutável do ouro e da prata teria logo baixado à metade, ainda por essa razão da proporcionalidade e do equilíbrio”[al].

Se essa opinião, que o sr. Proudhon compartilha com outros economistas, é correta, ela constitui uma prova em favor da doutrina da oferta e da demanda defendida por eles, mas não em favor da proporcionalidade do sr. Proudhon. Porque, qualquer que fosse a quantidade de trabalho fixado na massa duplicada do ouro e da prata, seu valor seria reduzido pela metade, com a demanda permanecendo igual e a oferta sendo

dobrada. Ou será que dessa vez, por acaso, "*a lei da proporcionalidade*" confunde-se com a lei tão desprezada da oferta e da demanda? Essa justa proporcionalidade do sr. Proudhon é tão elástica, presta-se a tantas variações, combinações e permutações, que poderia muito bem coincidir uma vez com a relação entre a oferta e a demanda.

Tornar "toda mercadoria aceitável na troca, se não de fato, pelo menos de direito", fundando-se no papel desempenhado pelo ouro e pela prata, significa desconhecer esse papel. O ouro e a prata só são aceitáveis de direito porque o são de fato, e o são de fato porque a organização atual da indústria necessita de um agente universal de troca. O direito não é mais que o reconhecimento oficial do fato.

Como vimos, o exemplo do dinheiro enquanto aplicação do valor que passa ao estado de constituição só foi escolhido pelo sr. Proudhon para fazer passar de contrabando sua doutrina da permutabilidade, isto é, para demonstrar que toda mercadoria avaliada por seus custos de produção deve chegar ao estado de moeda. Tudo isso seria perfeito não fora o inconveniente de que, de todas as mercadorias, o ouro e a prata, enquanto moeda, são precisamente as únicas não determinadas por seus custos de produção – e tanto isso é verdade que, na circulação, podem ser substituídas pelo papel.

Enquanto houver certa proporção respeitada entre as necessidades de circulação e de quantidade de moeda emitida (em papel, ouro, platina ou cobre), não se poderá colocar a questão de uma proporção a observar entre o valor intrínseco (os custos de produção) e o valor nominal da moeda. Sem dúvida, no comércio internacional, a moeda é determinada pelo tempo de trabalho, como qualquer outra mercadoria. Mas é porque o ouro e a prata, no comércio internacional, são meios de troca como produto e não como moeda, isto é, perdem esse caráter de "solidez e autenticidade", de "consagração soberana", que, segundo o sr. Proudhon, constituem sua natureza específica. Ricardo compreendeu tão bem essa verdade que, após

embasar todo o seu sistema no valor determinado pelo tempo de trabalho e dizer que "*o ouro e a prata*, como todas as outras mercadorias, só têm valor na proporção da quantidade de trabalho necessário para produzi-los e fazê-los chegar ao mercado", acrescentou que o valor da *moeda* não é determinado pelo tempo de trabalho fixado em sua matéria, mas, unicamente, pela lei da oferta e da demanda.

> Embora o papel não tenha nenhum valor intrínseco, se limitamos sua quantidade, seu valor permutável pode igualar o valor de uma moeda metálica da mesma denominação ou lingotes avaliados em espécie. Graças ainda ao mesmo princípio, ou seja, limitando a quantidade de moeda, é que peças de baixo teor podem circular com o mesmo valor que teriam se seu peso e seu teor fossem aqueles fixados pela lei, e não segundo o valor intrínseco do metal puro que conteriam. É por isso que, na história das moedas inglesas, vemos que nosso numerário nunca foi depreciado na mesma proporção em que foi alterado. A razão é que ele nunca foi multiplicado na proporção de sua depreciação.[48]

Eis o que observa J.-B. Say sobre essa passagem de Ricardo: "Esse *exemplo* deveria bastar, creio eu, para convencer o autor de que a base de todo valor não é a quantidade de trabalho necessário para produzir uma mercadoria, mas a necessidade que se tem dela, comparada à sua escassez"[am].

Assim, a moeda, que, para Ricardo, já não é um valor determinado pelo tempo de trabalho, e J.-B. Say se aproveita disso para convencê-lo de que também os outros valores não poderiam ser determinados pelo tempo de trabalho, essa moeda, repito, tomada por J.-B. Say como exemplo de um valor determinado exclusivamente pela oferta e pela demanda, torna-se, para o sr. Proudhon, o exemplo por excelência da aplicação do valor constituído... pelo tempo de trabalho.

Para concluir: se a moeda não é um "valor constituído" pelo tempo de trabalho, menos ainda poderia ter qualquer coisa em comum com a justa "proporcionalidade" do sr. Proudhon. O ouro e a prata são sempre permutáveis porque têm a função particular de servir de agente universal de troca, e não porque existem em quantidade proporcional ao conjunto das

riquezas; melhor dizendo, eles são sempre proporcionais porque, entre todas as mercadorias, são as únicas a servir de moeda, de agente universal de troca, qualquer que seja sua quantidade em relação ao conjunto das riquezas. "A moeda em circulação nunca poderia ser abundante a ponto de ser transbordante, porque, se seu valor diminui, sua quantidade aumenta na mesma proporção e, seu valor aumentando, sua quantidade diminui."[49]

"Que imbróglio é a economia política!", exclama o sr. Proudhon[an].

"Maldito ouro!", exclama ridiculamente o comunista (pela boca do sr. Proudhon). Mais vale dizer: maldito trigo, malditas vinhas, malditas ovelhas; porque, "como o ouro e a prata, *todo valor comercial* deve alcançar sua exata e rigorosa determinação"[ao].

A ideia de fazer as ovelhas e as vinhas chegarem ao estado de moeda não é nova. Na França, ela pertence ao século de Luís XIV. Nessa época, o dinheiro começava a estabelecer sua onipotência, e lamentava-se a depreciação de todas as outras mercadorias: todos ansiavam pelo momento em que "todo valor comercial" pudesse chegar à sua exata e rigorosa determinação, ao estado de moeda. Eis o que encontramos em Boisguillebert, um dos mais antigos economistas da França: "O dinheiro, graças ao aparecimento inesperado de inumeráveis concorrentes, que serão as próprias mercadorias restabelecidas em seus justos valores, será levado a seus limites naturais"[50].

Como se vê, as primeiras ilusões da burguesia são também as últimas[ap].

b) O excedente do trabalho

"Lê-se nas obras de economia política esta hipótese absurda: '*Se o preço de todas as coisas duplicasse...*'. Como se o preço de todas as coisas não fosse a proporção das coisas e fosse possível duplicar uma proporção, uma relação, uma lei!"[51]

Os economistas incorreram nesse erro porque não souberam aplicar a "lei da proporcionalidade" e a do "valor constituído".

Infelizmente, lê-se na própria obra do sr. Proudhon, na página 110 do tomo primeiro, esta hipótese absurda: "Se o salário subisse de modo geral, o preço de todas as coisas aumentaria". De resto, se a frase em questão se encontra em obras de economia política, aí também se encontra sua explicação: "Se se diz que o preço de todas as mercadorias aumenta ou diminui, exclui-se sempre uma ou outra mercadoria; a mercadoria excluída é, em geral, o dinheiro ou o trabalho"[52].

Passemos agora à *segunda aplicação* do "valor constituído" e de outras proporcionalidades, cujo único defeito é serem pouco proporcionadas, e vejamos se o sr. Proudhon é mais feliz do que na *monetização* das ovelhas.

> Um axioma geralmente aceito pelos economistas é o de que todo trabalho deve deixar um excedente. Essa proposição é, para mim, de uma verdade universal e absoluta: é o corolário da lei da proporcionalidade, que podemos considerar a síntese de toda a ciência econômica. Mas, que me perdoem os economistas, o princípio de que *todo trabalho deve deixar um excedente* não tem sentido em sua teoria e não é susceptível de nenhuma *demonstração*.[53]

Para provar que todo trabalho deve deixar um excedente, o sr. Proudhon personifica a sociedade; faz dela uma *sociedade-pessoa*, que não é a sociedade das pessoas, já que possui leis à parte – pois não tem nada em comum com as pessoas das quais se compõe a sociedade – e sua "própria inteligência" – que não é a inteligência do comum dos homens, mas uma inteligência desprovida de senso comum. O sr. Proudhon acusa os economistas de não haverem compreendido a personalidade desse ser coletivo. Gostaríamos de lhe opor a seguinte passagem, de um economista norte-americano, que reprova nos outros economistas exatamente o contrário:

> *A entidade moral* (*the moral entity*), o ser gramatical (*the grammatical being*) denominado sociedade foi revestido de atribuições que só têm existência real na imaginação daqueles que, com uma palavra, fazem uma coisa. [...] Eis o que deu origem a tantas dificuldades e a deploráveis equívocos na economia política.[54]

Continua o sr. Proudhon: “Esse princípio do excedente do trabalho só é verdadeiro para os indivíduos porque emana da sociedade, que, assim, lhes confere o benefício de suas próprias leis”[aq].

Com isso, o sr. Proudhon quer dizer simplesmente que a produção do indivíduo social excede a do indivíduo isolado? É desse excedente da produção de indivíduos associados, em relação à produção de indivíduos não associados, que o sr. Proudhon pretende falar? Se é esse o caso, poderemos indicar-lhe cem economistas que exprimiram essa verdade simples sem todo o misticismo com o qual se envolve o sr. Proudhon. Eis o que diz, por exemplo, o sr. Sadler:

> O trabalho combinado propicia resultados que o trabalho individual jamais poderia produzir. Assim, à medida que a humanidade cresce numericamente, os produtos da indústria reunida excedem largamente a soma de uma simples adição calculada sobre esse crescimento. [...] Nas artes mecânicas e nos trabalhos científicos, um homem, hoje, pode fazer mais num dia do que um indivíduo isolado durante toda a sua vida. O axioma dos matemáticos, segundo o qual o todo é igual às partes, aplicado ao nosso objeto, não é mais verdadeiro. Quanto ao trabalho, esse grande pilar da existência humana (*the great pillar of human existence*), pode-se dizer que o resultado dos esforços acumulados supera em muito tudo o que os esforços individuais e separados podem produzir algum dia.[55]

Retornemos ao sr. Proudhon. O excedente do trabalho, diz ele, explica-se pela sociedade-pessoa. A vida dessa pessoa segue leis opostas àquelas que fazem o homem agir como indivíduo, e o sr. Proudhon quer provar isso com “fatos”.

> A descoberta de um novo procedimento econômico não pode jamais proporcionar ao inventor um lucro igual ao que ele oferece à sociedade. [...] Já se observou que as empresas ferroviárias são bem menos uma fonte de riquezas para os proprietários do que para o Estado. [...] O preço médio do transporte de mercadorias por estradas é 18 cêntimos por tonelada e por quilômetro, mercadoria carregada e descarregada em armazém. Calculou-se que, por esse preço, uma empresa ferroviária comum não obteria 10% de lucro líquido, resultado semelhante ao de uma empresa de transporte. Mas admitamos que a rapidez do transporte ferroviário seja quatro vezes maior que a do transporte por estrada: como, na sociedade, o tempo é o próprio valor, dada uma igualdade de preços, a ferrovia oferecerá, comparada ao transporte por estrada, uma vantagem de 400%. Entretanto, essa enorme vantagem, muito real para a sociedade, está bem longe de se realizar na mesma proporção para o transportador: proporcionando à sociedade um lucro de

> 400%, não consegue mais que 10%. Suponhamos, para evidenciar ainda mais a coisa, que a ferrovia eleve a tarifa para 25 cêntimos, permanecendo a do transporte por estrada em 18: ela perderá imediatamente todos os seus clientes. Expedidores, destinatários – todos retornarão à *malbrouke*[ar] e, se preciso, à carroça. A locomotiva será abandonada: uma vantagem social de 400% será sacrificada a uma perda privada de 35%. A razão é facilmente compreensível: a vantagem que resulta da rapidez da ferrovia é inteiramente social, cada indivíduo participa dela numa proporção mínima (não podemos nos esquecer de que, neste momento, se trata apenas do transporte de mercadorias), ao passo que a perda toca direta e pessoalmente ao consumidor. Um benefício social igual a 400 representa para o indivíduo, numa sociedade de 1 milhão de pessoas, quatro décimos de milésimo, enquanto uma perda de 33% para o consumidor redundaria num déficit social de 33 milhões.[56]

Que o sr. Proudhon exprima uma celeridade elevada ao quádruplo por 400% da velocidade original ainda passa; mas que relacione o percentual de celeridade com o percentual de lucro e estabeleça uma proporção entre duas relações que, embora possam ser medidas separadamente em porcentagem, são incomensuráveis entre si, isso é estabelecer uma proporção entre os percentuais e deixar de lado as denominações[as].

Percentuais são sempre percentuais, 10% e 400% são comensuráveis: um está para o outro como 10 está para 400. Portanto, conclui o sr. Proudhon, um lucro de 10% vale 40 vezes menos que uma velocidade quadruplicada. Para salvar as aparências, ele diz que, para a sociedade, tempo é valor (*time is money*). Esse erro provém de que ele se recorda, confusamente, da existência de uma relação entre o valor e o tempo de trabalho, apressando-se a assimilar o tempo de trabalho ao tempo de transporte, ou seja, identifica uns poucos maquinistas, guardas de trem e semelhantes, cujo tempo de trabalho é o tempo de transporte, com a sociedade inteira. Dessa vez, a celeridade se transforma em capital e, nesse caso, ele tem toda a razão de dizer: “Um benefício de 400% será sacrificado a uma perda de 35%”. Depois de estabelecer como matemático essa estranha proposição, dá a seguinte explicação como economista: “Um benefício social igual a 400 representa para o indivíduo, se a sociedade é de apenas 1 milhão de homens, quatro décimos de milésimo”. De acordo; mas não se trata de 400, trata-se de 400%, e um benefício de 400% representa,

para o indivíduo, 400% – nem mais, nem menos. Qualquer que seja o capital, os dividendos se determinarão sempre na relação de 400%. O que o sr. Proudhon faz? Toma a porcentagem como o capital e, receando que sua confusão não seja bastante clara, bastante "sensível", prossegue: "Uma perda de 33% para o consumidor redundaria num déficit social de 33 milhões". 33% de perda para um consumidor continuam a ser 33% de perda para 1 milhão de consumidores. Como depois o sr. Proudhon pode dizer, pertinentemente, que o déficit social, no caso de uma perda de 33%, eleva-se a 33 milhões, se desconhece tanto o capital social quanto o capital de ao menos um dos interessados? Assim, não bastava ao sr. Proudhon confundir o *capital* e os *percentuais*: ele se supera e identifica o *capital* investido numa empresa com o *número* dos interessados.

"Suponhamos, para tornar a coisa mais evidente", um capital determinado. Um lucro social de 400%, repartido por 1 milhão de participantes, investindo cada um 1 franco, oferece 4 francos de lucro a cada indivíduo, e não 0,0004, como afirma o sr. Proudhon. Do mesmo modo, uma perda de 33% para cada um dos participantes representa um déficit social de 330 mil francos, e não de 33 milhões (100:33 = 1.000.000:330.000).

O sr. Proudhon, preocupado com a sua teoria da sociedade-pessoa, esquece-se de fazer a divisão por 100, obtendo, assim, 330 mil francos de perda; mas 4 francos de lucro por indivíduo dão, para a sociedade, 4 milhões de francos de lucro. Para a sociedade, resta um lucro líquido de 3,67 milhões de francos. Esse cálculo exato prova exatamente o contrário do que o sr. Proudhon queria demonstrar, isto é, que os benefícios e perdas da sociedade não estão em razão inversa aos benefícios e perdas dos indivíduos.

Depois de corrigir esses simples erros de cálculo, vejamos brevemente as consequências a que se chegaria se se admitisse para as ferrovias essa relação entre velocidade e capital, como o sr. Proudhon a estabelece –

abstraídos os erros de cálculo. Suponhamos que um transporte quatro vezes mais rápido custe quatro vezes mais; ele não propiciaria um lucro menor que o transporte por estrada, que é quatro vezes mais lento e custa a quarta parte dos gastos com o outro. Assim, se o transporte por estrada custa 18 cêntimos, o transporte por ferrovia custaria 72 cêntimos. Essa seria, segundo o "rigor matemático", a consequência das suposições do sr. Proudhon (sempre abstraídos os erros de cálculo). Mas, de súbito, ele diz que, se a ferrovia cobrasse 25 cêntimos, em vez de 72, perderia imediatamente todos os clientes. Decididamente, voltaríamos à *malbrouke* ou mesmo à carroça. Se tivéssemos um conselho a dar ao sr. Proudhon, seria não esquecer a divisão por 100 em seu "*Programa de Associação Progressiva*". Mas, infelizmente, não temos esperanças de que ele ouça nosso conselho, porque está tão fascinado com o cálculo "progressivo" correspondente à "associação progressiva", que exclama enfaticamente:

> Já demonstrei, no capítulo II, pela solução da antinomia do valor, que a vantagem de qualquer descoberta útil é incomparavelmente menor para o inventor do que para a sociedade, faça ele o que fizer; conduzi minha demonstração sobre esse ponto com *rigor matemático*![at]

Retornemos à ficção da sociedade-pessoa, ficção cujo único objetivo era provar esta simples verdade: uma nova invenção, permitindo produzir com a mesma quantidade de trabalho uma maior quantidade de mercadorias, reduz o valor venal do produto. A sociedade lucra, não obtendo mais valores permutáveis, mas obtendo mais mercadorias para o mesmo valor. Quanto ao inventor, a concorrência faz seu lucro cair sucessivamente ao nível geral dos lucros. O sr. Proudhon demonstrou essa proposição como queria? Não. Mas isso não o impede de censurar aos economistas a ausência dessa demonstração. Para lhe provar o contrário, citaremos somente Ricardo e Lauderdale: Ricardo, cabeça da escola que determina o valor pelo tempo de trabalho, e Lauderdale, um dos mais acérrimos defensores da determinação do valor pela oferta e pela demanda. Ambos desenvolveram a mesma tese.

> Aumentando constantemente a facilidade de produção, diminuímos constantemente o valor de algumas das coisas produzidas anteriormente, embora, por esse meio, aumentemos não apenas a riqueza nacional, mas também a faculdade de produzir para o futuro. [...] Quando, por máquinas ou por nossos conhecimentos de física, forçamos os agentes naturais a fazer o que antes era feito pelo homem, o valor permutável dessa obra cai consequentemente. Se fossem necessários dez homens para mover um moinho, e se descobríssemos que, utilizando o vento ou a água, poderíamos poupar o trabalho desses dez homens, a farinha que seria produzida pelo moinho, a partir daí, diminuiria de valor na proporção da soma do trabalho economizado; a sociedade se enriqueceria com todo o valor das coisas que o trabalho daqueles dez homens produziria, e os fundos destinados à manutenção dos trabalhadores não sofreriam a menor redução.[57]

Lauderdale, por sua vez, afirma:

> O lucro dos capitais provém sempre do fato de que eles substituem parte do trabalho que o homem deveria fazer com suas mãos, ou executam parte do trabalho que está acima dos esforços pessoais do homem e que ele próprio não conseguiria executar. O diminuto lucro que os proprietários das máquinas obtêm em geral, em comparação com o preço do trabalho que elas substituem, talvez faça surgir dúvidas sobre a correção dessa assertiva. Uma bomba a vapor, por exemplo, tira mais água de uma mina de carvão em um dia do que trezentos homens conseguiriam tirar, mesmo com a ajuda de cestos; e é indiscutível que a bomba substitui o trabalho deles com menos custos. Esse é o caso de todas as máquinas. O trabalho que era feito pela mão do homem e foi substituído por máquinas deve ser realizado por elas um preço inferior. [...] Suponho que se conceda uma patente ao inventor de uma máquina que faz o trabalho de quatro: como o privilégio exclusivo interdita a concorrência, exceto a que resulta do trabalho dos operários, é claro que o salário destes será, enquanto durar o privilégio, a medida do preço que o inventor deve dar aos seus produtos. Isso significa que, para garantir o uso, o inventor exigirá um pouco menos que o salário do trabalho que a sua máquina substitui. Mas, expirado o privilégio, surgem outras máquinas semelhantes, que rivalizam com a sua. Então ele regulará seu preço pelo princípio geral, fazendo-o depender da abundância das máquinas. O lucro dos capitais investidos [...], embora resulte de um trabalho substituído, regula-se afinal não pelo valor desse trabalho, mas, como em todos os outros casos, pela concorrência entre os proprietários dos capitais; e o grau dessa concorrência é sempre determinado pela proporção entre a quantidade dos capitais oferecidos para essa função e a demanda que se tem dela.[au]

Em último lugar, portanto, enquanto o lucro for maior que em outras indústrias, haverá capitais que se lançarão na nova indústria, até que a taxa de lucro se reduza ao nível comum[av].

Acabamos de ver que o exemplo da ferrovia não era apropriado para esclarecer a ficção da sociedade-pessoa. Não obstante, o sr. Proudhon

retoma seu discurso com audácia: “Clarificados esses pontos, nada mais fácil do que explicar como o trabalho deve deixar a cada produtor um excedente”[aw].

O que se segue então pertence à Antiguidade Clássica. Trata-se de um conto poético, escrito para descansar o leitor das fadigas que lhe causou o rigor das demonstrações matemáticas. O sr. Proudhon batiza sua sociedade-pessoa com o nome de Prometeu e glorifica seus altos feitos nestes termos:

> Inicialmente, saindo do seio da natureza, Prometeu desperta para a vida numa inércia cheia de encantos [...]. Prometeu põe mãos à obra e, desde o primeiro dia, primeiro dia da segunda criação, produto de Prometeu, isto é, sua riqueza, seu bem-estar, é igual a dez. No segundo dia, Prometeu divide seu trabalho, e seu produto torna-se igual a cem. No terceiro dia, e em cada um dos seguintes, Prometeu inventa máquinas, descobre novas utilidades nos corpos, novas forças na natureza. [...] A cada passo de sua indústria, a soma de sua produção se eleva e anuncia um acréscimo de felicidade. E, por fim, já que, para ele, consumir é produzir, é claro que cada dia de consumo, fazendo desaparecer apenas o produto da véspera, deixa para o dia seguinte um excedente de produto.[ax]

Esse Prometeu do sr. Proudhon é um personagem cômico, tão frágil em lógica como em economia política. Enquanto Prometeu se limita a nos ensinar a divisão do trabalho, o emprego das máquinas, a exploração das forças naturais e do poder científico, multiplicando as forças produtivas dos homens e fornecendo um excedente comparado ao que produz o trabalho isolado, esse novo Prometeu tem apenas a infelicidade de chegar com muito atraso. Mas, quando se mete a discutir produção e consumo, Prometeu se torna realmente grotesco. Consumir, para ele, é produzir; ele consome no dia seguinte o que produziu na véspera, por isso conta sempre com um dia de reserva, que é seu “excedente de trabalho”. Mas, consumindo no dia seguinte o que produzira na véspera, no primeiro dia, que não teve véspera, ele teve de trabalhar dois dias, a fim de ter um dia de reserva. Como é que Prometeu conseguiu esse excedente no primeiro dia, quando não havia nem divisão do trabalho, nem máquinas, nem outros conhecimentos das forças físicas além do fogo? Assim, a questão, recuando “ao primeiro dia da

segunda criação", não avançou sequer um passo. Essa maneira de explicar as coisas agrada a gregos e troianos, é ao mesmo tempo mística e alegórica, e dá ao sr. Proudhon todo o direito de afirmar: "Demonstrei pela teoria e pelos fatos que todo trabalho deve deixar um excedente"[ay].

Os fatos são o famoso cálculo progressivo, a teoria é o mito de Prometeu. Continua o sr. Proudhon:

> Mas esse princípio, tão certo quanto uma proposição de aritmética, está ainda longe de se realizar para todos. Enquanto, pelo progresso da indústria coletiva, cada jornada de trabalho individual obtém um produto cada vez maior, e, por uma consequência necessária, enquanto o trabalhador, com o mesmo salário, deveria tornar-se mais rico a cada dia, existem estados[az] na sociedade que prosperam e outros que declinam.[ba]

Em 1770, a população do Reino Unido da Grã-Bretanha era de 15 milhões e a população produtiva era de 3 milhões. O poder científico da produção equivalia a uma população adicional de 12 milhões de indivíduos; em suma, pois, havia 15 milhões de forças produtivas. Assim, o poder produtivo estava para a população na relação de 1 para 1, enquanto o poder científico estava para o poder manual na relação de 4 para 1.

Em 1840, a população não ultrapassava 30 milhões; a população produtiva era de 6 milhões, enquanto o poder científico chegava a 650 milhões, ou seja, estava para a população total na relação de 21 para 1 e para o poder manual na de 108 para 1[bb].

Na sociedade inglesa, portanto, a jornada de trabalho ganhou em setenta anos um excedente de produtividade de 2.700%, isto é, em 1840 ela produziu 27 vezes mais que em 1770. Segundo o sr. Proudhon, deveríamos fazer a seguinte pergunta: por que o operário inglês de 1840 não era 27 vezes mais rico que o de 1770? Ao fazermos semelhante pergunta, supomos naturalmente que os ingleses poderiam produzir essas riquezas sem que existissem as condições históricas nas quais foram produzidas, tais como a acumulação privada de capitais, a divisão moderna do trabalho, a fábrica mecanizada, a concorrência anárquica, o salariato, enfim, tudo o que se baseia no antagonismo das classes. Ora, para o desenvolvimento das forças

produtivas e do excedente do trabalho, essas eram precisamente as condições de sua existência. Portanto, para obter esse desenvolvimento das forças produtivas e do excedente do trabalho, eram necessárias classes que prosperam e outras que declinam.

O que é, afinal, esse Prometeu ressuscitado pelo sr. Proudhon? É a sociedade, são as relações sociais fundadas no antagonismo das classes. Essas relações não são relações do indivíduo com o indivíduo, mas do operário com o capitalista, do arrendatário com o proprietário fundiário etc. Suprimidas essas relações, estará suprimida a sociedade, e o Prometeu não será mais que um fantasma sem braços ou pernas, isto é, sem fábrica, sem divisão de trabalho, sem tudo aquilo afinal que lhe foi atribuído em princípio para obter esse excedente de trabalho.

Se, pois, na teoria, bastava, como faz o sr. Proudhon, interpretar a fórmula do excedente de trabalho no sentido da igualdade, desprezando as condições atuais da produção, na prática deveria bastar uma repartição igualitária, entre os operários, de todas as riquezas hoje obtidas, sem nada alterar nas condições atuais da produção. É claro que essa repartição não garantiria um nível muito grande de conforto a cada um dos participantes.

Mas o sr. Proudhon não é tão pessimista quanto se poderia acreditar. Como a proporcionalidade é tudo para ele, não deixaria de ver no Prometeu, tal como o apresenta, ou seja, na sociedade atual, um início de realização de sua ideia favorita.

> Mas em todos os lugares o progresso da riqueza, isto é, a *proporcionalidade dos valores*, é a lei dominante; e, quando os economistas opõem às queixas do partido social o crescimento progressivo da fortuna pública e as melhorias introduzidas na condição das classes, mesmo as mais desfavorecidas, eles proclamam, sem perceber, uma verdade que é a condenação de suas teorias.[bc]

De fato, o que é a riqueza coletiva, a fortuna pública? É a riqueza da burguesia, não a de cada burguês em particular. Pois bem: os economistas não fazem outra coisa que demonstrar como, nas relações de produção existentes, a riqueza da burguesia se desenvolveu e deve aumentar ainda

mais. Quanto às classes operárias, ainda é questão muito discutida saber se sua situação melhorou em consequência do aumento da riqueza pretensamente pública. Quando os economistas citam, para apoiar seu otimismo, o exemplo dos operários ingleses empregados na indústria algodoeira, eles só tomam sua situação em raros momentos de prosperidade do comércio. Esses momentos de prosperidade, em relação às épocas de crise e estagnação, estão na "justa proporção" de três para dez. Mas pode ser que, falando de melhorias, os economistas tivessem a intenção de mencionar os milhões de operários que tiveram de morrer nas Índias Orientais para propiciar ao 1,5 milhão de operários empregados na mesma indústria na Inglaterra três anos de prosperidade em cada dez.

Quanto à participação temporária no crescimento da riqueza pública, a questão é outra. O fato da participação temporária é explicado pela teoria dos economistas. Ele é sua confirmação, e não, como diz o sr. Proudhon, sua "condenação". Se houvesse o que condenar, seria certamente o sistema do sr. Proudhon, que reduz, como demonstramos, o operário ao mínimo de salário, apesar do crescimento das riquezas. Somente reduzindo-o ao mínimo de salário ele faria a aplicação da justa proporcionalidade dos valores, do "valor constituído" – pelo tempo de trabalho. É porque o salário, em razão da concorrência, oscila para além e para aquém do preço dos gêneros necessários ao sustento do operário que este pode participar, por pouco que seja, do desenvolvimento da riqueza coletiva, mas também pode morrer de miséria. Nisso consiste toda a teoria dos economistas que não se deixam iludir.

Depois dessas longas divagações sobre as ferrovias, Prometeu e a nova sociedade que se deve reconstituir com base no "valor constituído", o sr. Proudhon se recolhe; a emoção o domina e ele exclama em tom paternal:

> *Conclamo* os economistas a se interrogarem por um momento, no silêncio de seu coração, longe dos preconceitos que os perturbam e sem levar em conta os empregos que têm ou esperam ter, os interesses a que servem, os sufrágios que ambicionam, as distinções que embalam sua vaidade: que se interroguem e digam se, até hoje, o princípio de que todo trabalho deve deixar

um excedente lhes apareceu com essa cadeia de preliminares e consequências que ressaltamos. [bd]

---

[1] Pierre-Joseph Proudhon, *Système des contradictions économiques, ou la philosophie de la misère* [Paris, Guillaumin et Cie.,] 1846, t. I, cap. 2 [ed. bras.: *Sistema das contradições econômicas, ou Filosofia da miséria*, São Paulo, Ícone, 2003]. [Essa citação se compõe de três passagens de Proudhon; os grifos são de Marx.]

[2] Ibidem, p. i.

[a] Essa temática marxiana – a corrupção generalizada pela dominância do valor de troca e do dinheiro – existe desde *Sobre a questão judaica*, cit., está presente sobretudo nos *Manuscritos econômico-filosóficos* (ed. bras.: São Paulo, Boitempo, 2012) e projeta-se na análise teórica de *O capital: crítica da economia política*.

[b] Pierre-Joseph Proudhon, *Système des contradictions économiques*, edição de 1923, t. I, p. 93 e 95.

[3] Jean de Sismondi, *Études sur l'économie politique*, edição de Bruxelas, t. II, p. 162. [A obra citada por Marx foi publicada em dois volumes, em 1837 e 1838, pela Société Typographique Belge.]

[4] James Lauderdale, *Recherches sur la nature et l'origine de la richesse publique*, tradução de Lagentie de Lavaisse, 1808, p. 33. [Essa tradução foi publicada em Paris, pela Dentu.]

[5] David Ricardo, *Principes de l'économie politique*, tradução de Constancio, notas de J.-B. Say, Paris, 1835, t. II, cap. "Sur la valeur et les richesses" [ed. bras.: *Princípios de economia política e tributação*, São Paulo, Nova Cultural, 1996]. [A citação, da 2. ed. da editora J.-P. Aillaud, foi extraída da p. 65.]

[6] Pierre-Joseph Proudhon, *Système des contradictions économiques*, cit., t. I, p. 390.

[c] Essa referência de Marx não é inequívoca. Os organizadores da edição MEGA (Marx-Engels-Gesamtausgabe) (Berlim, Dietz) fazem a remissão a Adam Anderson, *An Historical and Chronological Deduction of the Origin of Commerce from the Earliest Accounts to the Present Time*, publicado em Londres, em 1764; esse mesmo autor é citado por Marx em *O capital* e *Theorien über den Mehrwert* [Teorias sobre o mais-valor], sem mais informações bibliográficas. Todavia, a referência pode ser a James Anderson, que Marx cita nas *Teorias*... e cuja obra *A Calm Investigation of the Circumstances that Have Led to the Present Scarcity of Grain in Britain* (Londres, John Cumming, 1801) ele conheceu durante sua breve passagem por Manchester, em 1845.

[7] Pierre-Joseph Proudhon, *Système des contradictions économiques*, cit., t. I, p. 41.

[8] Idem.

[9] Heinrich Friedrich von Storch, *Cours d'économie politique* (Paris, [J. P. Aillaud,] 1823), p. 88-9. [Marx refere-se ao primeiro dos quatro volumes dessa obra, cujo subtítulo é *Exposition des principes qui déterminent la prospérité des nations*.]

[10] Pierre-Joseph Proudhon, *Système des contradictions économiques*, cit., t. I, p. 49-50.

[d] Ibidem, edição de 1923, p. 90.

[e] Ibidem, edição de 1923, p. 116-7.

[11] Ibidem, p. 68.

[f] Marx refere-se ao período posterior às guerras napoleônicas (1815) e à restauração da dinastia dos Bourbons na França.

[12] David Ricardo, *Principes de l'économie politique*, cit., t. I, p. 3.

[13] Ibidem, p. 4-5.

[14] Ibidem, p. 5.

[15] Idem.

[g] A indicação refere-se à obra fundamental de Adam Smith, *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* (Londres, W. Strahan and T. Cadell, 1776) (ed. bras.: *A riqueza das nações*, 3. ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2017, 2 v.).

[16] David Ricardo, *Principes de l'économie politique*, cit., t. I, p. 8.

[17] Idem.

[18] Ibidem, t. I, p. 9-10.

[19] Ibidem, t. I, p. 21.

[h] Na relação de "Notas e modificações" que preparava para uma nova edição francesa desta obra, Engels destinava a esse ponto a seguinte frase, que não figura na edição de 1896: "Em Ricardo, o valor relativo é o valor expresso em numerário".

[20] David Ricardo, *Principes de l'économie politique*, cit., t. I, p. 28. [Na edição alemã de 1885, Engels introduziu aqui a seguinte nota: "Sabe-se que, para Ricardo, o valor de uma mercadoria é determinado pela 'quantidade de trabalho necessária para obtê-la'. Ora, o modo de troca que predomina em toda forma de produção fundada na mercadoria – logo também no sistema capitalista – tem como consequência, contudo, que esse valor não se exprime diretamente em quantidades de trabalho, mas em quantidades de outra mercadoria. Ao valor de uma mercadoria expresso em um *quantum* de outra mercadoria (dinheiro ou não) Ricardo denomina seu valor relativo".]

[21] Ibidem, p. 32.

[22] Ibidem, p. 105.

[23] Ibidem, t. II, p. 253.

[24] Ibidem, p. 259.

[25] Ver nosso §3.

[26] David Ricardo, *Principes de l'économie politique*, cit., t. II, p. 253.

[i] À edição alemã de 1885, Engels acrescentou a seguinte nota: "A tese de que o preço 'natural', ou seja, normal, da força de trabalho coincide com o mínimo de salário, isto é, com o valor de troca dos meios de subsistência absolutamente necessários à vida e à reprodução do operário, essa tese eu a formulei pela primeira vez em 'Umrisse zu einer Kritik der Nationalökonomie' [Esboço de uma crítica da economia política, em *Deutsch-Französische Jahrbücher* [Anais Franco-Alemães], 1844, e em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (Leipzig, 1845) (ed. bras.: São Paulo, Boitempo, 2008). Como se vê, Marx adotou-a e, posteriormente, Lassalle tomou-a de nós. Mas, mesmo que, na realidade, o salário tenda a aproximar-se constantemente de seu mínimo, essa tese não é exata. É verdade que, em geral e em média, a força de trabalho é paga abaixo de seu valor; no entanto, esse fato não altera seu valor. N'*O capital*, Marx corrigiu essa tese (ver o item 'A compra e a venda de

força de trabalho'), analisando as condições que permitem à produção capitalista reduzir progressivamente o preço da força de trabalho, pagando por ela menos que o seu valor (ver cap. 23, 'A lei geral da acumulação capitalista')". O ensaio de Engels, aqui mencionado, foi publicado no volume 5 de *Temas de Ciências Humanas* (São Paulo, Ciências Humanas, 1979); as referências a Marx, na edição brasileira d'*O capital: crítica da economia política*, Livro I: *O processo de produção do capital*, cit., encontram-se, respectivamente, nas páginas 241-511 e 689-784. Ao tomar "emprestada" essa lei, Lassalle apresenta-a, em 1863, como "a lei de bronze dos salários", e como tal será incorporada pelo Partido Operário Alemão unificado no Congresso de Gotha (1875). Marx criticou duramente o programa oriundo desse congresso; ver *Crítica do Programa de Gotha* (São Paulo, Boitempo, 2012).

[j] Aqui, no original, Marx emprega a palavra *toile*, tecido de linho ou algodão; no parágrafo seguinte, exemplifica com *drap*, tecido à base de lã. A distinção se fará traduzindo *toile* como *tecido de linho* e *drap* como *tecido de lã*.

[k] A concretização dessa possibilidade constituirá aquilo que Marx denominou a "primeira fase" da sociedade comunista.

[l] Marx, neste trecho, traz à tona a intrincada relação entre o trabalho simples e o trabalho complexo, que solucionará n'*O capital*.

[m] No original, *muid:* antiga unidade de medida para secos, variável conforme a região e o país; na França, equivalia a cerca de 18 hectolitros.

[27] Pierre-Joseph Proudhon, *Système des contradictions économiques*, cit., t. I, p. 61.

[28] Leia-se: o sr. Proudhon. [M. Rubel assinala aqui um erro de transcrição de Marx: no texto de Proudhon, aparece *comunista*, no lugar de *economista*.]

[29] Pierre-Joseph Proudhon, *Système des contradictions économiques*, cit., t. I, p. 188.

[n] A discussão está em Pierre-Joseph Proudhon, *Système des contradictions économiques*, edição de 1923, t. I, p. 200.

[o] O exemplar da primeira edição francesa que Marx ofereceu a Natália Utina em 1876 registra, depois da palavra *trabalho*, em autógrafo, a expressão *força de trabalho*. A segunda edição francesa, de 1896, acatou essa adição, que é um evidente anacronismo, como atesta o próprio Engels no prefácio que redigiu para a primeira edição alemã.

[p] A passagem transcrita é de Juvenal.

[q] Pierre-Joseph Proudhon, *Système des contradictions économiques*, edição de 1923, t. I, p. 126.

[r] No século XIX, acreditava-se que a escrofulose fosse provocada pela batata; entre 1875 e 1876, Engels ainda escrevia: "Os propagadores da batata na Europa não sabiam que, por meio desse tubérculo, estavam difundindo a escrófula" (ver *Dialética da natureza*, Rio de Janeiro, Leitura, s.d., p. 224). Posteriormente, constatou-se que a escrofulose não resultava do consumo de batata, mas de uma dieta extremamente pobre, à qual a batata, pelo seu baixo custo, estava sempre associada.

[s] No exemplar oferecido por Marx a Natália Utina, o adjetivo *social* aparece riscado. Sobre a função do tempo de trabalho numa sociedade de homens livres, ver Karl Marx, *O capital*, Livro I, cit., p. 116-8.

[30] David Ricardo, *Principes de l'économie politique*, cit., t. I, p. 105 e 108.

[t] Segundo Engels, Marx modificou a redação dessa passagem: "[...] o movimento oscilatório que, somente ele, nas sociedades fundadas nas trocas individuais [...]".

[u] No original de 1847: *homogènes*. A tradução alemã corrige para *gleichartige* [semelhante].

[31] David Ricardo, *Principes de l'économie politique*, cit., t. II, p. 59.

[32] Jean de Sismondi, *Études sur l'économie politique*, cit., t. II, p. 267.

[v] Colchetes de Marx.

[33] *Dissertation sur la nature des richesses*, edição de Daire, p. 405 e 408. [Marx cita segundo a antologia *Économistes-financiers du XVIIIe siècle. Précedés de notices historiques sur chaque auteur, et accompagnés de commentaires et de notes explicatives par Eugène Daire* (Paris, Guillaumin, 1843).]

[34] William Atkinson, *Principles of Political Economy*, Londres, [Whittaker,] 1840, p. 170 e 195.

[w] Na edição de 1847, aparece *Hopkins*; o erro foi aproveitado por Menger em 1885, até que Engels o corrigiu; ver seu prefácio à edição de 1892. Contudo, é preciso assinalar a existência de um Thomas Hopkins, cuja obra Marx conhecia.

[35] John Francis Bray, *Labour's Wrongs and Labour's Remedy*, Leeds, [David Green,] 1839, p. 17 e 41.

[36] Ibidem, p. 33 e 36-7.

[37] Ibidem, p. 45.

[38] Ibidem, p. 45, 48-50.

[39] Ibidem, p. 51-2.

[40] Ibidem, p. 53 e 55.

[41] Ibidem, p. 67, 88-9 e 94.

[x] A partir deste trecho, e até o parágrafo sobre a concorrência e o monopólio, encontram-se, no exemplar de *Miséria da filosofia* que pertenceu a Proudhon, várias anotações marginais. Ao lado dessa citação de Bray, ele escreveu: "Sim".

[42] John Francis Bray, *Labour's Wrongs and Labour's Remedy*, cit., p. 109-10.

[43] Ibidem, p. 134.

[44] Ibidem, p. 158 e 160.

[y] No original inglês: *community of possessions*.

[45] John Francis Bray, *Labour's Wrongs and Labour's Remedy*, cit., p. 162-3, 168, 170 e 194.

[z] Marx retoma essa questão em *Crítica do Programa de Gotha*, cit., quando menciona a primeira fase da sociedade comunista.

[aa] A lei da jornada de dez horas, que incidia apenas sobre as mulheres e as crianças, foi promulgada pelo Parlamento inglês em 8 de junho de 1847. Muitos fabricantes, porém, não a cumpriam.

[ab] Marx retoma aqui a argumentação desenvolvida por Engels em 1843-1844: "Numa situação digna da humanidade [...], a comunidade terá de calcular aquilo que pode fabricar com os meios de que dispõe e, segundo a relação dessa força produtiva com a massa dos consumidores, terá de

determinar em que medida deve aumentar ou reduzir a produção" (ver "Esboço de uma crítica da economia política", cit., p. 20).

[46] Como qualquer teoria, a do sr. Bray encontrou seus partidários, que se deixaram enganar pelas aparências. Londres, Sheffield, Leeds e muitas outras cidades inglesas criaram as *equitable-labour-exchange-bazars* [lojas para a troca justa de produtos do trabalho]: depois de absorver enormes capitais, essas lojas faliram escandalosamente. As pessoas decepcionaram-se definitivamente com elas – esse é um aviso ao sr. Proudhon! [Para a edição alemã de 1885, Engels redigiu a seguinte nota: "Sabe-se que Proudhon não tomou a sério essa advertência. Em 1849, ele mesmo tentou a experiência de um novo banco de trocas em Paris, que faliu antes mesmo de iniciar suas operações. As perseguições judiciárias a Proudhon encobriram essa falência". A instituição em tela foi fundada em Saint-Denis, em janeiro de 1849; as perseguições a Proudhon, que lhe custaram três anos de prisão, deveram-se aos seus artigos contra o príncipe presidente, publicados em *O Povo*. O primeiro banco de trocas foi criado em Londres, em 1830, inspirado nas ideias de Robert Owen.]

[ac] Pierre-Joseph Proudhon, *Système des contradictions économiques*, cit., t. I, p. 69.

[ad] Ibidem, t. I, p. 68-9.

[ae] Ibidem, t. I, p. 69.

[af] Ibidem, edição de 1923, t. I, p. 119-20.

[ag] Aqui, Marx alude à seguinte passagem da obra de Adam Smith, *A riqueza das nações*: "Numa tribo de caçadores ou de pastores, um indivíduo faz arcos e flechas com mais rapidez e agilidade que outro. Trocará frequentemente esses objetos com seus companheiros, contra caça ou gado, e logo perceberá que, por esse meio, poderá obter mais caça ou gado do que se se dedicar à caça. Assim, calculando seu lucro, ele torna a fabricação de arcos e flechas sua principal ocupação, transformando-se numa espécie de armeiro".

[ah] Pierre-Joseph Proudhon, *Système des contradictions économiques*, cit., t. I, p. 69.

[47] Voltaire, *Systeme de Law*. [Trata-se da obra *Histoire du Parlement de Paris*; a citação é extraída do capítulo LX, "Finances et système de Law pendant la régence".]

[ai] Libra tornesa: moeda de Tours; valia 20 *sous*, à diferença da libra parisiense, que valia 25.

[aj] Pierre-Joseph Proudhon, *Système des contradictions économiques*, cit., t. I, p. 70-1.

[ak] No original, "*cachemire*". Segundo o *Grande dicionário francês-português*, de Domingos de Azevedo (rev. Duthoy e Rousé, Lisboa, Bertrand, 1975): "Caxemira, tecido finíssimo feito com o pelo das cabras e carneiros do vale de Caxemira (Indostão)".

[al] Pierre-Joseph Proudhon, *Système des contradictions économiques*, cit., t. I, p. 71.

[48] David Ricardo, *Principes de l'économie politique*, cit. [t. II, p. 206-7].

[am] Trata-se da nota de Say à edição francesa da obra de David Ricardo, *Principes de l'économie politique*, cit., t. II, p. 206, nota 7.

[49] David Ricardo, *Principes de l'économie politique*, cit. [t. II, p. 205].

[an] Pierre-Joseph Proudhon, *Système des contradictions économiques*, cit., t. I, p. 72.

[ao] Ibidem, t. I, p. 73.

[50] Boisguillebert, *Économistes-financiers du XVIIIe siècle*, edição de Daire, p. 442.

[ap] Marx retomará os estudos sistemáticos sobre a moeda a partir de 1850, como atestam seus primeiros cadernos de notas do período londrino.

[51] Pierre-Joseph Proudhon, *Système des contradictions économiques*, cit., t. I, p. 81.

[52] *Encyclopaedia Metropolitana or Universal Dictionary of Knowledge* ([Londres, J. J. Griffin,] 1836), t. IV, verbete "Political Economy", de Senior. Sobre essa expressão, ver também John Stuart Mill, *Essays on Some Unsettled Questions of Political Economy* ([Londres, Longmans, Green, Reader, and Dyer], 1844), e Thomas Tooke, *A History of Prices* [*and of the State of the Circulation, from 1793 to 1837*] ([Londres, Longman, Orme, Brown, Green, and Longmans], 1838), t. I.

[53] Pierre-Joseph Proudhon, *Système des contradictions économiques*, cit. [t. I, p. 73].

[54] Thomas Cooper, *Lectures on the Elements of Political Economy*, 1826. [O livro citado foi publicado pela primeira vez em Columbia, pela D. E. Sweeny; uma segunda edição, ampliada, apareceu em Londres, em 1831.]

[aq] Pierre-Joseph Proudhon, *Système des contradictions économiques*, cit., t. I, p. 75.

[55] Michael Thomas Sadler, *The Law of Population* ([Londres, J. Murray],1830). [O trecho transcrito foi extraído das páginas 83 e 84 do volume I.]

[ar] Espécie de furgão puxado por animais.

[56] Pierre-Joseph Proudhon, *Système des contradictions économiques*, cit. [t. I, p. 75-6].

[as] Isto é, as próprias coisas a que os percentuais se referem.

[at] Pierre-Joseph Proudhon, *Système des contradictions économiques*, edição de 1923, t. I, p. 252-3.

[57] David Ricardo, *Principes de l'économie politique*, cit. [t. II, p. 59 e 98].

[au] James Lauderdale, *Recherches sur la nature*, cit., p. 119, 123, 124, 125 e 134.

[av] O problema da "taxa de lucro médio", levantado por Ricardo no sexto capítulo de seus *Princípios de economia política*, será minuciosamente analisado por Marx na segunda seção de *O capital: crítica da economia política*, Livro III: *O processo global da produção capitalista*, cit.

[aw] Pierre-Joseph Proudhon, *Système des contradictions économiques*, cit., t. I, p. 77.

[ax] Ibidem, t. I, p. 77-8.

[ay] Ibidem, edição de 1964, p. 81.

[az] Ou seja, camadas sociais.

[ba] Pierre-Joseph Proudhon, *Système des contradictions économiques*, cit., t. I, p. 79-80.

[bb] Essa observação de Marx foi feita originalmente por Robert Owen.

[bc] Pierre-Joseph Proudhon, *Système des contradictions économiques*, cit., t. I, p. 80.

[bd] Idem.

2. A METAFÍSICA DA ECONOMIA POLÍTICA

§1. O método

Eis-nos em plena Alemanha! Teremos de falar de metafísica, sem abandonar a economia política. E, também nisso, apenas seguimos as "contradições" do sr. Proudhon. Até há pouco, ele nos obrigava a falar inglês, a sermos passavelmente ingleses. Agora, a cena muda: o sr. Proudhon nos transporta à nossa querida pátria e nos força a recuperar nossa qualidade de alemães, a contragosto[a].

Se o inglês transforma os homens em chapéus, o alemão transforma os chapéus em ideias. O inglês é Ricardo, rico banqueiro e distinto economista; o alemão é Hegel, simples professor de filosofia na Universidade de Berlim.

Luís XV, último rei absoluto, e representante da decadência da realeza francesa, tinha a seu serviço um médico que era o primeiro economista da França. Esse médico, esse economista, representava o triunfo iminente e seguro da burguesia francesa. O dr. Quesnay fez da economia política uma ciência; resumiu-a em seu famoso *Quadro econômico*. Além dos mil e um comentários feitos sobre esse quadro, temos um do próprio autor. Trata-se de "análise do quadro econômico", seguida de "sete *observações importantes*"[b].

O sr. Proudhon é outro dr. Quesnay. É o Quesnay da metafísica da economia política.

Ora, a metafísica, a filosofia inteira, resume-se, segundo Hegel, no método. É necessário, pois, que procuremos esclarecer o método do sr. Proudhon, que é ao menos tão tenebroso quanto o *Quadro econômico*. Para isso, apresentaremos sete observações mais ou menos importantes. Se o dr. Proudhon não ficar contente com elas, que se faça de abade Baudeau e dê ele mesmo a "explicação do método econômico-metafísico"[c].

Primeira observação

> Não fazemos uma história de acordo com a ordem temporal, mas de acordo com a sucessão das ideias. As fases ou categorias econômicas são, em sua manifestação, ora contemporâneas, ora invertidas. [...] As teorias econômicas nem por isso deixam de ter sua sucessão lógica e sua série no entendimento: é essa ordem que nos orgulhamos de ter descoberto.[1]

Decididamente, o sr. Proudhon quis amedrontar os franceses, lançando-lhes ao rosto frases quase hegelianas. Temos, pois, de nos haver com dois homens, primeiro com o sr. Proudhon, depois com Hegel. Como o sr. Proudhon se distingue dos outros economistas? E Hegel, que papel ele desempenha na economia política do sr. Proudhon?

Os economistas exprimem as relações da produção burguesa, a divisão do trabalho, o crédito, a moeda etc., como categorias fixas, imutáveis, eternas. O sr. Proudhon, que tem à sua frente essas categorias já formadas, quer nos explicar o ato de formação, a geração dessas categorias, princípios, leis, ideias, pensamentos.

Os economistas nos explicam como se produz nessas relações dadas, mas não nos explicam como se produzem essas relações, isto é, o movimento histórico que as engendra. O sr. Proudhon, tomando essas relações como princípios, categorias, pensamentos abstratos, tem apenas de *ordenar* tais pensamentos, que se encontram ordenados alfabeticamente no final de qualquer tratado de economia política. O material dos economistas

é a vida ativa e atuante dos homens; o material do sr. Proudhon são os dogmas dos economistas. Mas, a partir do momento em que não se persegue o movimento histórico das relações de produção, das quais as categorias são apenas a expressão teórica, a partir do momento em que se quer ver nessas categorias somente ideias, pensamentos espontâneos, independentes das relações reais, a partir de então se é forçado a considerar o movimento da razão pura como a origem desses pensamentos[d]. Como a razão pura, eterna, impessoal, engendra esses pensamentos? Como procede para produzi-los?

Se tivéssemos a intrepidez do sr. Proudhon em matéria de hegelianismo, diríamos: ela se distingue em si mesma de si mesma. O que significa isso? A razão impessoal, não tendo fora de si nem terreno no qual possa pôr-se nem objeto ao qual possa opor-se, vê-se forçada a uma cambalhota, pondo-se, opondo-se e compondo-se – posição, oposição, composição. Para falar grego, temos tese, antítese e síntese. Quanto aos que desconhecem a linguagem hegeliana, dir-lhes-emos a fórmula sacramental: afirmação, negação e negação da negação. Eis o que significa isso. Obviamente, não se trata de hebraico, não se ofenda o sr. Proudhon[e]; trata-se da linguagem dessa razão tão pura, separada do indivíduo. Em lugar do indivíduo comum, com sua maneira comum de falar e pensar, o que temos é essa maneira comum inteiramente pura, sem o indivíduo.

Há razão para espantar-se de que todas as coisas, em última abstração – porque aqui há abstração, e não análise –, apresentem-se no estado de categoria lógica? Há razão para espantar-se de que, abandonando aos poucos tudo o que constitui a individualidade de uma casa, abstraindo dos materiais de que ela se compõe e da forma que a distingue, chegue-se a ter apenas um corpo; e que, abstraindo dos limites desse corpo, obtenha-se somente um espaço; e que, enfim, abstraindo das dimensões desse espaço, acabe-se por ter apenas a pura quantidade, a categoria lógica? À força de abstrair assim de todo objeto todos os pretensos acidentes, animados ou

inanimados, homens ou coisas, temos razão de dizer que, em último grau de abstração, chegamos às categorias lógicas como substância. Assim, os metafísicos, que, fazendo tais abstrações, acreditam fazer análise e que, à medida que se afastam progressivamente dos objetos, imaginam aproximar-se deles para penetrá-los, esses metafísicos têm razão de dizer que as coisas aqui da Terra são bordados cujo pano de fundo é constituído pelas categorias lógicas. Eis o que distingue o filósofo do cristão: este, a despeito da lógica, só conhece uma encarnação do *Logos*; o filósofo conhece-as infinitas. Que tudo o que existe, tudo o que vive sobre a terra e sob a água, possa ser reduzido, à força de abstração, a uma categoria lógica; que, desse modo, todo o mundo real possa submergir no mundo das abstrações, no mundo das categorias lógicas – quem se espantará com isso[f]?

Tudo o que existe, tudo o que vive sobre a terra e sob a água, existe e vive graças a um movimento qualquer. Assim, o movimento da história produz as relações sociais, o movimento industrial nos proporciona os produtos industriais etc. etc.

Da mesma forma como, a poder de abstração, transformamos todas as coisas em categorias lógicas, basta-nos somente abstrair de todo caráter distintivo dos diferentes movimentos para chegar ao movimento em estado abstrato, ao movimento puramente formal, à fórmula puramente lógica do movimento. Se encontramos nas categorias lógicas a substância de todas as coisas, imaginamos encontrar na fórmula lógica do movimento o *método absoluto*, que tanto explica todas as coisas como ainda implica o movimento delas.

É desse método absoluto que Hegel fala nos seguintes termos: “O método é a força absoluta, única, suprema, infinita, a que nenhum objeto poderia resistir; é a tendência da razão a reconhecer-se em todas as coisas”[2].

Reduzidas todas as coisas a uma categoria lógica, e todo movimento, todo ato de produção, ao método, segue-se naturalmente que todo conjunto de produtos e de produção, de objetos e de movimento, reduz-se a uma metafísica aplicada. O que Hegel fez pela religião, pelo direito etc., o sr. Proudhon tenta fazer pela economia política[g].

Mas o que é esse método absoluto? A abstração do movimento. E o que é a abstração do movimento? O movimento em estado abstrato. O que é o movimento em estado abstrato? A fórmula puramente lógica do movimento ou o movimento da razão pura. Em que consiste o movimento da razão pura? Consiste em pôr-se, opor-se, compor-se, formular-se como tese, antítese, síntese ou, ainda, afirmar-se, negar-se, negar sua negação.

Como opera a razão para afirmar-se, para pôr-se como categoria determinada? Isso é tarefa da própria razão e de seus apologistas.

Mas, uma vez que a razão conseguiu pôr-se como tese, essa tese, esse pensamento, oposto a si mesmo, desdobra-se em dois pensamentos contraditórios, o positivo e o negativo, o sim e o não. A luta desses dois elementos antagônicos, compreendidos na antítese, constitui o movimento dialético. O sim tornando-se não, o não tornando-se sim, o sim tornando-se simultaneamente sim e não, o não tornando-se simultaneamente não e sim, os contrários se equilibram, neutralizam, paralisam. A fusão desses dois elementos contraditórios constitui um pensamento novo, que é sua síntese. Esse novo pensamento se desdobra ainda em dois pensamentos contraditórios que, por seu turno, se fundem em uma nova síntese. Desse trabalho de processo de criação nasce um grupo de pensamentos. Esse grupo de pensamentos segue o mesmo movimento dialético de uma categoria simples e tem por antítese um grupo contraditório. Desses dois grupos de pensamento nasce um novo, que é sua síntese.

Assim como do movimento dialético das categorias simples nasce o grupo, do movimento dialético dos grupos nasce a série e do movimento dialético das séries nasce todo o sistema.

Aplique-se esse método à economia política e ter-se-á a lógica e a metafísica da economia política ou, em outros termos, as categorias econômicas que todos conhecem traduzidas numa linguagem pouco conhecida, o que lhes dá a aparência de recém-desabrochadas de uma cabeça de razão pura – porque essas categorias parecem engendrar-se umas às outras, encadear-se e entrelaçar-se umas às outras, graças ao exclusivo trabalho do movimento dialético. O leitor que não se espante com essa metafísica e todos os seus andaimes de categorias, grupos, séries e sistemas. O sr. Proudhon, apesar de todo o seu grande esforço para escalar o cimo do *sistema das contradições*, jamais conseguiu passar dos dois primeiros degraus da tese e da antítese simples e, ademais, só os alcançou duas vezes – numa delas, caiu de costas.

Até agora, expusemos apenas a dialética de Hegel. Mais tarde, veremos como o sr. Proudhon conseguiu reduzi-la às mais mesquinhas proporções. Para Hegel, portanto, tudo o que ocorreu e que ainda ocorre é precisamente o que ocorre em seu próprio raciocínio. Assim, a filosofia da história não é mais que a história da filosofia, de sua própria filosofia. Já não há a "história de acordo com a ordem temporal"; há apenas a "sucessão das ideias no entendimento". Ele acredita construir o mundo pelo movimento do pensamento, mas apenas reconstrói sistematicamente e ordena segundo o método absoluto as ideias que estão na cabeça de todo o mundo[h].

Segunda observação

As categorias econômicas são apenas expressões teóricas, abstrações das relações sociais da produção. O sr. Proudhon, qual um verdadeiro filósofo, tomando as coisas ao inverso, vê nas relações reais somente as encarnações desses princípios, dessas categorias que, como nos diz ainda o filósofo sr. Proudhon, estariam adormecidas no seio da "razão impessoal da humanidade".

O sr. Proudhon, economista, compreendeu muito bem que os homens fazem os tecidos de lã, algodão e seda em relações determinadas de produção. Mas o que não compreendeu é que essas relações sociais determinadas são produzidas tanto pelos homens quanto pelo tecido, pelo linho etc.[i] As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens mudam seu modo de produção e, ao mudar o modo de produção, a maneira de ganhar a vida, eles mudam todas as suas relações sociais. O moinho movido pelo braço humano nos dá a sociedade com o suserano; o moinho a vapor nos dá a sociedade com o capitalista industrial.

Os mesmos homens que estabeleceram as relações sociais de acordo com sua produtividade material produzem também os princípios, as ideias, as categorias, de acordo com suas relações sociais.

Assim, essas ideias, essas categorias, são tão pouco eternas quanto as relações que elas exprimem. Elas são *produtos históricos e transitórios*.

Há um movimento contínuo de crescimento nas forças produtivas, de destruição nas relações sociais, de formação nas ideias; de imutável só existe a abstração do movimento – *mors immortalis*[j].

Terceira observação

As relações de produção de qualquer sociedade constituem um todo. O sr. Proudhon considera que as relações econômicas são fases sociais que se engendram umas às outras, resultam umas das outras, como a antítese resulta da tese, e realizam, em sua sucessão lógica, a razão impessoal da humanidade.

O único inconveniente desse método é que, ao abordar o exame de apenas uma dessas fases, o sr. Proudhon só pode explicá-la recorrendo a todas as outras relações da sociedade, relações que, no entanto, ele ainda não engendrou por seu movimento dialético. Quando, em seguida, o sr. Proudhon, através da razão pura, passa ao parto das outras fases, ele

procede como se estas fossem recém-nascidas, esquecendo-se de que têm a mesma idade da primeira[k].

Assim, para chegar à constituição do valor que, para ele, é a base de todas as evoluções econômicas, não podia prescindir da divisão do trabalho, da concorrência etc. Entretanto, na *série*, no *entendimento* do sr. Proudhon, na *sucessão lógica*, essas relações ainda não existiam.

Construindo-se com as categorias da economia política o edifício de um sistema ideológico, os componentes do sistema social são deslocados. Os diferentes componentes da sociedade são transformados em sociedades à parte, que se sucedem umas às outras. De fato, como é que a fórmula lógica do movimento, da sucessão, do tempo, poderia explicar, sozinha, o corpo social, no qual todas as relações coexistem simultaneamente, sustentando-se umas às outras[l]?

Quarta observação

Vejamos agora que modificações o sr. Proudhon impõe à dialética de Hegel ao aplicá-la à economia política.

Para o sr. Proudhon, toda categoria econômica tem dois lados: um bom, outro mau. Ele considera as categorias como o pequeno-burguês considera os grandes homens da história: *Napoleão* é um grande homem; fez muita coisa boa, mas também fez muita coisa má.

O *lado bom* e o *lado mau*, a *vantagem* e o *inconveniente*, tomados em conjunto, constituem, para o sr. Proudhon, a *contradição* em cada categoria econômica.

Problema a ser resolvido: conservar o lado bom, eliminando o mau.

A *escravidão* é uma categoria econômica como qualquer outra. Portanto, também possui dois lados. Deixemos o lado mau e falemos do lado bom da escravidão, esclarecendo naturalmente que se trata da escravidão direta, a dos negros no Suriname, no Brasil, nas regiões meridionais da América do Norte.

A escravidão direta é o eixo da indústria burguesa, assim como as máquinas, o crédito etc. Sem escravidão, não teríamos o algodão; sem o algodão, não teríamos a indústria moderna. A escravidão deu valor às colônias, as colônias criaram o comércio universal, o comércio universal é a condição da grande indústria. Assim, a escravidão é uma categoria econômica da mais alta importância.

Sem a escravidão, a América do Norte, o país mais progressista, transformar-se-ia num país patriarcal. Tire-se a América do Norte do mapa do mundo e ter-se-á a anarquia, a completa decadência do comércio e da civilização modernos. Suprima-se a escravidão e ter-se-á apagado a América do Norte do mapa das nações[m].

Assim, a escravidão, por ser uma categoria econômica, sempre existiu nas instituições dos povos. Os povos modernos souberam apenas disfarçar a escravidão em seus próprios países e impuseram-na sem véus no novo mundo.

Como fará o sr. Proudhon para salvar a escravidão? Colocará o *problema*: conservar o lado bom dessa categoria econômica e eliminar o lado mau.

Hegel não tem problemas a colocar, ele tem apenas a dialética. Da dialética de Hegel, o sr. Proudhon tem só a linguagem. Seu movimento dialético é a distinção dogmática entre o bom e o mau.

Tomemos, por um instante, o próprio sr. Proudhon como categoria. Examinemos seu lado bom e seu lado mau, suas vantagens e seus inconvenientes.

Se ele tem, em relação a Hegel, a vantagem de colocar problemas, reservando-se o resolvê-los para o bem maior da humanidade, tem o inconveniente de ser atacado de esterilidade quando se trata de engendrar, pelo trabalho de parto dialético, uma categoria nova. O que constitui o movimento dialético é a coexistência de dois lados contraditórios, sua luta e sua fusão numa categoria nova. É suficiente colocar o problema da

eliminação do lado mau para liquidar o movimento dialético. Não é a categoria que se põe e se opõe a si mesma por sua natureza contraditória; é o sr. Proudhon, que se agita, se debate e se fatiga entre os dois lados da categoria.

Pego assim num impasse, do qual é difícil escapar pelos meios legais, o sr. Proudhon dá um verdadeiro salto, que o transporta diretamente para uma nova categoria. É então que se revela, a seus olhos assombrados, a *série no entendimento*.

Ele toma a primeira categoria que aparece e lhe atribui arbitrariamente a qualidade de remediar os inconvenientes da categoria que é necessário depurar. Assim, os impostos remedeiam, a crer-se no sr. Proudhon, os inconvenientes do monopólio; a balança comercial, os inconvenientes dos impostos; a propriedade fundiária, os inconvenientes do crédito.

Tomando as categorias econômicas sucessivamente, uma a uma, e fazendo de uma o *antídoto* da outra, o sr. Proudhon consegue construir, com essa mistura de contradições e antídotos de contradições, dois volumes de contradições, aos quais dá, com justa razão, o título de *Sistema das contradições econômicas*[n].

Quinta observação

> Na razão absoluta, todas essas ideias [...] são igualmente simples e gerais. [...] De fato, só chegamos à ciência através de *andaimes* erguidos com nossas ideias. Mas a verdade em si é independente dessas figuras dialéticas e livre das combinações do nosso espírito.[3]

Repentinamente, graças a uma espécie de reviravolta cujo segredo já conhecemos, eis que a metafísica da economia política tornou-se uma ilusão! Jamais o sr. Proudhon disse algo tão correto. É claro que, a partir do momento em que o processo do movimento dialético se reduz ao simples procedimento de opor o bom ao mau, de colocar problemas destinados à eliminação do mau e apresentar uma categoria como antídoto da outra, a partir desse momento as categorias perdem sua espontaneidade: a ideia “já

não *funciona*", já não tem vida em si mesma. Ela não se põe nem se decompõe mais em categorias. A sucessão das categorias tornou-se um *andaime*. A dialética não é mais o movimento da razão absoluta. Não há mais dialética; há, no máximo, a moral pura.

Quando o sr. Proudhon falava da *série no entendimento*, da *sucessão lógica das categorias*, declarava positivamente que não pretendia expor a história de acordo com *a ordem temporal*, ou seja, segundo o sr. Proudhon, a sucessão histórica em que as categorias se *manifestaram*. Tudo se passava, para ele, no *éter puro da razão*. Tudo devia decorrer desse éter por meio da dialética. Agora, quando se trata de pôr em prática essa dialética, a razão o abandona. A dialética do sr. Proudhon falta ao compromisso com a de Hegel, e ei-lo compelido a dizer que a ordem em que apresenta as categorias econômicas não é aquela pela qual elas se engendram umas às outras. As evoluções econômicas já não são mais as evoluções da própria razão.

O que, então, o sr. Proudhon nos apresenta? A história real, isto é, segundo seu entendimento, a sucessão de acordo com a qual as categorias se *manifestaram* na ordem temporal? Não. A história tal como se desenvolve na própria ideia? Menos ainda. Nem a história profana nem a história sagrada das categorias, portanto. Afinal, que história ele nos oferece? A história de suas próprias contradições. Vejamos como elas se desenvolvem e como arrastam atrás de si o sr. Proudhon.

Antes de abordar essa análise, que constituirá nossa sexta observação importante, temos ainda uma outra observação a fazer, menos importante.

Admitamos, com o sr. Proudhon, que a história real, a história segundo a ordem temporal, é a sucessão histórica na qual as ideias, as categorias e os princípios se manifestaram.

Cada princípio teve seu século para nele manifestar-se: o princípio da autoridade, por exemplo, teve o século XI, assim como o do individualismo teve o século XVIII. De consequência em consequência, era o século que

pertencia ao princípio, e não o princípio ao século. Em outros termos: era o princípio que fazia história, não era a história que fazia o princípio. Quando, em seguida, para salvar tanto os princípios quanto a história, indaga-se por que tal princípio se manifestou no século XI ou no XVIII e não em outro qualquer, é-se necessariamente obrigado a examinar com minúcia quem eram os homens dos séculos XI e XVIII, quais eram suas necessidades, suas forças produtivas, seu modo de produção, as matérias-primas de sua produção – enfim, quais eram as relações de homem para homem que resultavam de todas essas condições de existência. Aprofundar todas essas questões não é fazer a história real, a história profana, dos homens em cada século, representar esses homens ao mesmo tempo como os autores e os atores de seu próprio drama? Mas, a partir do momento em que os homens são representados como os atores e os autores de sua própria história, chega-se, por um atalho, ao verdadeiro ponto de partida, uma vez que são abandonados os princípios eternos de que se tratava inicialmente.

O sr. Proudhon nem mesmo avançou o suficiente nesses atalhos que o ideólogo percorre para alcançar a grande estrada da história[o].

Sexta observação

Tomemos o atalho com o sr. Proudhon.

Admitamos que as relações econômicas, consideradas *leis imutáveis*, *princípios eternos*, *categorias ideais*, sejam anteriores aos homens ativos e atuantes[p]; admitamos ainda que essas leis, esses princípios, essas categorias, desde a origem dos tempos, tenham estado adormecidas "no seio da razão impessoal da humanidade". Já vimos que, com todas essas eternidades imutáveis e imóveis, não há história; há, no máximo, a história na ideia, isto é, a história que se reflete no movimento dialético da razão pura. O sr. Proudhon, afirmando que, no movimento dialético, as ideias não se "*diferenciam*" mais, liquidou tanto a *sombra* do movimento como o *movimento das sombras*, pelos quais se poderia ao menos criar um

simulacro de história. *Em vez disso*, ele imputa à história sua própria impotência e reclama de tudo, até da língua francesa. Diz o sr. Proudhon filósofo: "Não é exato dizer, portanto, que alguma coisa *acontece*, que alguma coisa *se realiza*: na civilização, como no universo, tudo existe, tudo age desde sempre. [...] O mesmo acontece com toda a economia social"[4].

Tamanha é a força produtora das contradições que *funcionam* e fazem funcionar o sr. Proudhon que, pretendendo explicar a história, ele é obrigado a negá-la, pretendendo explicar o aparecimento sucessivo das relações sociais, ele nega que *alguma coisa* possa acontecer, pretendendo explicar a produção com todas as suas fases, ele contesta que *alguma coisa possa realizar-se*.

Portanto, para o sr. Proudhon, já não há história, já não há sucessão de ideias e, entretanto, seu livro subsiste – e esse livro é, precisamente, segundo sua própria expressão, a *história de acordo com a sucessão das ideias*. Como encontrar uma fórmula – porque o sr. Proudhon é o homem das fórmulas – que o ajude a ultrapassar, *com um único salto*, todas as suas contradições?

Para isso, ele inventou uma razão nova, que não é nem a razão absoluta, pura e virgem, nem a razão comum dos homens ativos e atuantes nos diferentes tempos, mas uma razão inteiramente à parte: a razão da sociedade-pessoa, do sujeito *humanidade*, que, sob a pena do sr. Proudhon, surge às vezes como "*gênio social*", "*razão geral*" e, por último, como "*razão humana*". Essa razão, travestida com tantos nomes, dá-se, todavia, a conhecer a cada instante, como a razão individual do sr. Proudhon, com seus lados bom e mau, seus antídotos e seus problemas.

"A razão humana não cria a verdade", oculta nas profundezas da razão absoluta, eterna; apenas pode desvelá-la. Mas as verdades que ela desvelou até hoje são incompletas, insuficientes e, por isso mesmo, contraditórias. Portanto, as categorias econômicas, sendo elas mesmas verdades descobertas, reveladas pela razão humana, pelo gênio social, também são

incompletas e contêm o germe da contradição. Antes do sr. Proudhon, o gênio social viu somente os *elementos antagônicos*, e não *a fórmula sintética*, ambos ocultos, simultaneamente, na *razão absoluta*. As relações econômicas, apenas realizando sobre a terra essas verdades insuficientes, essas categorias incompletas, essas noções contraditórias, são contraditórias em si mesmas e apresentam os dois lados, um bom e outro mau.

Encontrar a verdade completa, a noção em toda a sua plenitude, a fórmula sintética que liquide a antinomia, eis o problema do gênio social. Eis também por que, na ilusão do sr. Proudhon, o mesmo gênio social foi conduzido de uma categoria a outra, sem ter conseguido ainda, com toda a sua bateria de categorias, arrancar de Deus, da razão absoluta, uma fórmula sintética.

> Inicialmente, a sociedade (o gênio social) postula um primeiro fato, formula uma *hipótese* [...], verdadeira antinomia, cujos resultados antagônicos se desenvolvem na economia social da mesma forma como as consequências poderiam ser deduzidas no espírito; de modo que o movimento industrial, seguindo em tudo a dedução das ideias, divide-se em duas correntes: uma, dos efeitos úteis, e outra, dos resultados subversivos. [...] Para constituir harmonicamente esse princípio dúplice e resolver essa antinomia, a sociedade faz surgir uma *segunda* antinomia, que logo será seguida de uma terceira, e essa será a *marcha do gênio social*, até que, esgotadas todas as suas contradições – suponho, embora não esteja provado, que a contradição na humanidade tenha um fim –, ele reconsidera de um salto todas as suas posições anteriores e resolve *com uma só fórmula* todos os seus problemas.[5]

Do mesmo modo que antes a *antítese* se transformou em *antídoto*, agora a *tese* se torna *hipótese*. Essa mudança de termos não tem mais por que nos surpreender, em se tratando do sr. Proudhon. A razão humana, que é tudo, exceto pura, tendo apenas visões incompletas, encontra a cada passo novos problemas para resolver. Cada nova tese que descobre na razão absoluta, e que é a negação da primeira tese, torna-se, para ela, uma síntese, que ela aceita ingenuamente como a solução do problema em causa. Eis por que essa razão se debate em contradições sempre novas, até que, não mais as encontrando, percebe que todas as suas teses e sínteses são apenas hipóteses contraditórias. Em sua perplexidade, “a razão humana, o gênio social,

reconsidera de um salto todas as suas posições anteriores e resolve com uma só fórmula todos os seus problemas". Essa fórmula única, diga-se de passagem, constitui a verdadeira descoberta do sr. Proudhon. É o *valor constituído*.

Formulamos hipóteses sempre tendo em vista um fim qualquer. O fim visado primeiramente pelo gênio social que fala pela boca do sr. Proudhon era eliminar o que havia de mau em cada categoria econômica, para guardar apenas o lado bom. Para ele, o bom, o bem supremo, o verdadeiro fim prático, é a *igualdade*. E por que o gênio social se propunha a igualdade, ao invés da desigualdade, da fraternidade, do catolicismo ou de qualquer outro princípio? Porque "a humanidade realizou sucessivamente tantas hipóteses particulares apenas tendo em vista uma hipótese superior", que é precisamente a igualdade. Em outras palavras: porque a igualdade é o ideal do sr. Proudhon. Ele imagina que a divisão do trabalho, o crédito, a fábrica, todas as relações econômicas foram inventadas apenas em proveito da igualdade e, no entanto, sempre acabaram se voltando contra ela. Já que a história e a ficção do sr. Proudhon se contradizem a cada passo, ele deduz que existe contradição. Se existe contradição, é apenas entre a sua ideia fixa e o movimento real.

Daqui em diante, o lado bom de uma relação econômica é aquele que afirma a igualdade; o mau é aquele que a nega e afirma a desigualdade. Toda nova categoria é uma hipótese do gênio social para eliminar a desigualdade engendrada pela hipótese precedente. Em resumo, a igualdade é a *intenção primitiva*, a *tendência mística*, o *objetivo providencial* que o gênio social tem sempre em vista, girando no círculo das contradições econômicas. Por isso, a bagagem econômica do sr. Proudhon avança melhor com a locomotiva da *Providência* do que com sua razão pura e etérea. Ele consagra todo um capítulo à Providência, o que se segue ao capítulo sobre os impostos[q].

Providência, fim providencial, eis os termos pomposos utilizados hoje para explicar a marcha da história. Na realidade, esses termos nada explicam: são, no máximo, formas declamatórias, maneiras, como quaisquer outras, de parafrasear os fatos[r].

É verdade que, na Escócia, as propriedades fundiárias adquiriram novo valor pelo desenvolvimento da indústria inglesa. Essa indústria abriu novos mercados para a lã. Para produzir lã em grande escala, era preciso transformar os campos de lavoura em pastagens. Para realizar essa transformação, era preciso concentrar as propriedades. Para concentrar as propriedades, era preciso erradicar os pequenos arrendamentos, expulsar milhares de arrendatários de sua terra natal e substituí-los por uns quantos pastores encarregados de cuidar de milhões de ovelhas. Assim, através de sucessivas transformações, a propriedade fundiária teve como resultado na Escócia a expulsão dos homens pelas ovelhas. Digam, agora, que o fim providencial da instituição da propriedade fundiária na Escócia era as ovelhas expulsarem os homens e terão feito história providencial.

É indiscutível que a tendência à igualdade pertence ao nosso século. Agora, dizer que todos os séculos anteriores, com necessidades, meios de produção etc. totalmente diferentes, trabalhavam providencialmente para a realização da igualdade é substituir os meios e os homens de séculos anteriores pelos meios e pelos homens do nosso século e desconhecer o movimento histórico pelo qual as gerações sucessivas transformavam os resultados adquiridos pelas gerações que as precederam. Os economistas sabem muito bem que uma coisa que era matéria trabalhada para um é para outro apenas a matéria-prima de uma nova produção.

Suponha-se, como faz o sr. Proudhon, que o gênio social tenha produzido, ou melhor, improvisado os senhores feudais com o objetivo providencial de transformar os *colonos* em *trabalhadores responsáveis* e *igualitários*. Ter-se-á, assim, uma substituição de fins e pessoas digna dessa

Providência que, na Escócia, institui a propriedade fundiária para se dar ao maligno prazer de contemplar a expulsão dos homens pelas ovelhas[s].

Mas, visto que o sr. Proudhon tem um interesse tão terno pela Providência, remetamo-lo à *História da economia política*, do sr. Villeneuve-Bargemont[t], que também corre atrás de um fim providencial. Esse fim não é a igualdade, é o catolicismo.

Sétima e última observação

Os economistas têm uma maneira singular de proceder. Para eles, só existem duas espécies de instituições: as da arte e as da natureza. As instituições feudais são artificiais, as da burguesia são naturais. Nisso, eles se parecem com os teólogos, que também estabelecem dois tipos de religião: toda religião que não é a deles é uma invenção dos homens, ao passo que a deles é uma emanação de Deus. Dizendo que as relações atuais – as relações da produção burguesa – são naturais, os economistas dão a entender que é nessas relações que se cria a riqueza e se desenvolvem as forças produtivas segundo as leis da natureza. Portanto, essas relações são leis naturais independentes da influência do tempo. São leis eternas que devem sempre reger a sociedade. Assim, houve história, mas não há mais. Houve história porque existiram instituições de feudalidade e porque nelas se encontram relações de produção inteiramente diferentes das da sociedade burguesa, que os economistas querem fazer passar por naturais, logo eternas.

O feudalismo também possuía um proletariado – os servos, que continham em si o embrião da burguesia. A produção feudal também possuía dois elementos antagônicos, designados igualmente o *lado bom* e o *lado mau* do feudalismo, sem se considerar que o lado mau sempre acaba sobrepondo-se ao bom. É o lado mau que produz o movimento que faz a história, constituindo a luta. Se, na época da dominação feudal, os economistas, entusiasmados com as virtudes cavalheirescas, com a bela

harmonia entre deveres e direitos, com a vida patriarcal das cidades, com o estado de prosperidade da indústria doméstica no campo, com o desenvolvimento da indústria organizada por corporações, confrarias e grêmios, enfim, com tudo o que constitui o lado bom do feudalismo, se eles resolvessem eliminar tudo que tornava sombrio esse quadro – servidão, privilégios, anarquia –, o que aconteceria? Ter-se-iam eliminado todos os elementos constitutivos da luta e sufocado, em seu embrião, o desenvolvimento da burguesia. Ter-se-ia colocado o absurdo problema da liquidação da história.

Quando a burguesia se impôs, não se colocou a questão do lado bom e do lado mau do feudalismo. Ela incorporou as forças produtivas que desenvolvera sob ele. Foram destruídas todas as antigas formas econômicas, as relações civis que lhes correspondiam, o estado político que era a expressão oficial da antiga sociedade civil.

Assim, para avaliar corretamente a produção feudal, é preciso vê-la como um modo de produção baseado no antagonismo. É preciso mostrar como a riqueza se produzia no interior desse antagonismo, como as forças produtivas se desenvolviam ao mesmo tempo que o antagonismo das classes, como uma dessas classes, o lado mau, o inconveniente da sociedade, ia sempre crescendo, até que as condições materiais de sua emancipação alcançaram seu ponto de maturidade. Não é suficiente dizer que o modo de produção, as relações nas quais se desenvolvem as forças produtivas, não são nada menos que leis eternas, mas correspondem a um desenvolvimento determinado dos homens e de suas forças produtivas, e que uma mudança nas forças produtivas dos homens conduz necessariamente a uma mudança em suas relações de produção? Como o que importa é principalmente não se privar dos frutos da civilização, das forças produtivas adquiridas, é preciso liquidar as formas tradicionais nas quais elas foram produzidas. A partir de então, a classe revolucionária torna-se conservadora.

A burguesia começa com um proletariado que é ele próprio um resto do proletariado[u] dos tempos feudais. No curso de seu desenvolvimento histórico, a burguesia desenvolve necessariamente seu caráter antagônico, que no início aparece mais ou menos disfarçado, existe apenas em estado latente. À medida que a burguesia se desenvolve, desenvolve-se em seu interior um novo proletariado, um proletariado moderno: desenvolve-se uma luta entre a classe proletária e a classe burguesa, uma luta que, antes de ser sentida por ambos os lados, percebida, avaliada, compreendida, confessada e proclamada, manifesta-se previamente por conflitos parciais e momentâneos, por episódios subversivos. Por outro lado, se todos os membros da burguesia moderna têm o mesmo interesse, na medida em que formam uma classe *vis-à-vis* a outra classe, eles têm interesses opostos, antagônicos, na medida em que se colocam *vis-à-vis* aos outros. Essa oposição de interesses decorre das condições econômicas da vida burguesa. Dia após dia, torna-se mais claro que as relações de produção nas quais a burguesia se move não têm um caráter uno, simples, mas um caráter de duplicidade; que, nas mesmas relações em que se produz a riqueza, também se produz a miséria; que, nas mesmas relações em que há desenvolvimento das forças produtivas, há uma força produtora de repressão; que essas relações só produzem a *riqueza burguesa*, isto é, a riqueza da classe burguesa, destruindo continuamente a riqueza dos membros integrantes dessa classe e produzindo um proletariado sempre crescente.

Quanto mais se evidencia esse caráter antagônico, mais os economistas, os representantes científicos da produção burguesa, embaralham-se em sua própria teoria e formam diferentes escolas.

Temos os economistas *fatalistas*, que, em sua teoria, são tão indiferentes ao que chamam de inconvenientes da produção burguesa quanto o são, na prática, os próprios burgueses aos sofrimentos dos proletários que os ajudam a adquirir riquezas. Nessa escola fatalista, há clássicos e românticos. Os clássicos, como Adam Smith e Ricardo, representam uma

burguesia que, lutando ainda contra os restos da sociedade feudal, trabalha apenas para depurar as relações econômicas das marcas feudais, para aumentar as forças produtivas e para dar um novo impulso à indústria e ao comércio. Participando dessa luta, o proletariado, absorvido nesse trabalho febril, tem apenas sofrimentos passageiros, acidentais, e ele mesmo os vê desse modo. Os economistas como Adam Smith e Ricardo, que são os historiadores dessa época, não têm outra missão a não ser demonstrar como a riqueza se adquire nas relações de produção burguesas, formular essas relações em categorias, em leis, e demonstrar como essas leis, essas categorias, são, para a produção de riquezas, superiores às leis e às categorias da sociedade feudal. A miséria, para eles, é apenas a dor que acompanha todo parto, tanto na natureza quanto na indústria[v].

Os românticos pertencem à nossa época, na qual a burguesia se encontra em oposição direta ao proletariado e a miséria se engendra em tão grande abundância quanto a riqueza. Nesse caso, os economistas se apresentam como fatalistas enfastiados que, do alto de sua posição, lançam um olhar de soberbo desprezo sobre os homens-locomotiva que fabricam as riquezas. Eles plagiam todos os desenvolvimentos de seus antecessores, e a indiferença que, naqueles, era ingenuidade, neles se converte em afetação.

Em seguida vem a *escola humanitária*, que toma a peito o lado mau das relações de produção atuais. Procura, para desencargo de consciência, amenizar um pouco os contrastes reais; deplora sinceramente a infelicidade do proletariado, a concorrência desenfreada dos burgueses entre si; aconselha aos operários a sobriedade, o trabalho conscienciosо e o controle de filhos; recomenda aos burgueses que se dediquem à produção com entusiasmo refletido. Toda a teoria dessa escola assenta sobre as distinções intermináveis entre a teoria e a prática, os princípios e os resultados, a ideia e a aplicação, o conteúdo e a forma, a essência e a realidade, o direito e o fato, os lados bom e mau.

A *escola filantrópica* é a escola humanitária aperfeiçoada. Ela nega a necessidade do antagonismo; quer tornar burgueses todos os homens e realizar a teoria na medida em que esta se distingue da prática e não contém nenhum antagonismo. É supérfluo dizer que, na teoria, é fácil abstrair das contradições que encontramos a cada passo na realidade. Essa teoria seria então a realidade idealizada. Assim, os filantropos querem conservar as categorias que exprimem as relações burguesas sem o antagonismo que as constitui e é inseparável delas. Imaginam combater seriamente a prática burguesa e são mais burgueses que os outros[w].

Do mesmo modo que os *economistas* são os representantes científicos da classe burguesa, os *socialistas* e os *comunistas* são os teóricos da classe proletária. Enquanto o proletariado não estiver bastante desenvolvido para se constituir como classe e, consequentemente, sua luta com a burguesia não tiver ainda um caráter político; enquanto as forças produtivas não estiverem bastante desenvolvidas no próprio interior da burguesia para possibilitar uma antevisão das condições materiais necessárias à libertação do proletariado e à formação de uma sociedade nova, esses teóricos serão apenas utopistas que, para amenizar os sofrimentos das classes oprimidas, improvisam sistemas e correm atrás de uma ciência regeneradora. Mas, à medida que a história avança e, com ela, a luta do proletariado se desenha mais claramente, eles não precisam mais procurar a ciência em seu espírito: basta-lhes dar-se conta do que se passa diante de seus olhos e tornar-se porta-vozes disso. Enquanto procuram a ciência e apenas formulam sistemas, enquanto estão no início da luta, eles veem na miséria somente a miséria, não veem nela o lado revolucionário, subversivo, que derrubará a velha sociedade. A partir desse momento, a ciência produzida pelo movimento histórico, e associando-se a ele com pleno conhecimento de causa, deixa de ser doutrinária e se torna revolucionária.

Voltemos ao sr. Proudhon[x].

Cada relação econômica tem um lado bom e um lado mau, e esse é o único ponto em que o sr. Proudhon não se desmente. O lado bom ele o vê exposto pelos economistas; o mau, denunciado pelos socialistas. Toma emprestada dos economistas a necessidade das relações eternas; dos socialistas, a ilusão de ver na miséria apenas a miséria. Concorda com estes e aqueles quando quer se referir à autoridade da ciência. Esta, para ele, reduz-se às magras proporções de uma fórmula científica: é um homem à caça de fórmulas. Assim, o sr. Proudhon jacta-se de ter feito a crítica da economia política e do comunismo, mas está aquém de ambos. Está aquém dos economistas porque, como filósofo que tem na manga uma fórmula mágica, acreditou poder dispensar-se de entrar em pormenores puramente econômicos; aquém dos socialistas porque carece da coragem e da lucidez necessárias para se elevar, ainda que especulativamente, acima do horizonte burguês.

Ele quer ser a síntese, e é um erro composto.

Como homem de ciência, quer pairar acima de burgueses e proletários, mas não passa de um pequeno-burguês que oscila constantemente entre o capital e o trabalho, entre a economia política e o comunismo.

§2. A divisão do trabalho e as máquinas

Segundo o sr. Proudhon, a divisão do trabalho inaugura a série das *evoluções econômicas*.

Lado bom da divisão do trabalho	"Considerada em sua essência, a divisão do trabalho é o modo segundo o qual se realiza a *igualdade* das condições e das inteligências."[y]
Lado mau da divisão do trabalho	"A divisão do trabalho tornou-se, para nós, um instrumento de miséria."[z] VARIANTE "O trabalho, *dividindo-se segundo a lei* que lhe é própria, e que é condição primeira de sua fecundidade, resulta na negação de seus fins e destrói a si mesmo."[aa]

Problema a resolver	Descobrir “a recomposição que elimine os inconvenientes da divisão, conservando ao mesmo tempo seus efeitos úteis”.[ab]

A divisão do trabalho, de acordo com o sr. Proudhon, é uma lei eterna, uma categoria simples e abstrata. Portanto, é também preciso que a abstração, a ideia, a palavra lhe bastem para explicar a divisão do trabalho nas diferentes épocas da história. As castas, as corporações, o regime manufatureiro, a grande indústria devem explicar-se por uma única palavra – *dividir*. Estudando-se bem, logo de início, o sentido de *dividir*, será desnecessário estudar as numerosas influências que conferem à divisão do trabalho, em cada época, um caráter determinado.

É claro que reduzir as coisas às categorias do sr. Proudhon é torná-las demasiado simples. A história nunca procede de maneira tão categórica[ac]. Na Alemanha, foram necessários três séculos inteiros para que se estabelecesse a primeira grande divisão do trabalho, a separação entre a cidade e o campo. À medida que essa relação da cidade com o campo se modificava, modificava-se a sociedade inteira. Tomando-se somente esse aspecto da divisão do trabalho, o que se tem são as repúblicas antigas ou o feudalismo cristão, a antiga Inglaterra, com seus barões, ou a Inglaterra moderna, com seus senhores algodoeiros (*cotton-lords*). Nos séculos XIV e XV, quando ainda não existiam colônias, quando a América ainda não existia para a Europa, quando a Ásia existia apenas por intermédio de Constantinopla e o Mediterrâneo era o centro da atividade comercial, a divisão do trabalho tinha uma forma e um aspecto inteiramente diversos dos do século XVII, quando espanhóis, portugueses, ingleses e franceses possuíam colônias em todas as partes do mundo. A extensão e a fisionomia do mercado dão à divisão do trabalho, nas diferentes épocas, uma fisionomia e um caráter dificilmente dedutíveis da simples palavra *dividir*, da ideia, da categoria.

Afirma o sr. Proudhon:

> Todos os economistas, desde A. Smith, assinalaram as *vantagens* e os *inconvenientes* da lei da divisão, mas enfatizando muito mais as primeiras que os segundos, porque serviam melhor ao seu otimismo, e sem que nenhum jamais se perguntasse o que poderiam ser os inconvenientes de uma lei. [...] Como o mesmo princípio, perseguido rigorosamente em todas as suas consequências, conduz a efeitos diametralmente opostos? Nenhum economista, nem antes nem depois de Adam Smith, percebeu que havia aí um problema a esclarecer. Say chega a reconhecer que, na divisão do trabalho, a mesma causa que produz o bem engendra o mal.[ad]

Adam Smith viu mais longe do que imagina o sr. Proudhon. Observou muito bem que:

> na realidade, a diferença dos talentos naturais entre os indivíduos é bem menor do que se acredita. Essas disposições tão diferentes, que parecem distinguir os homens das diversas profissões, quando chegam à maturidade, são menos a *causa* que o *efeito* da divisão do trabalho. [ae]

No princípio, um carregador difere menos de um filósofo que um mastim de um galgo[af]. A divisão do trabalho é que introduziu um abismo entre eles. Mas isso não impede que o sr. Proudhon afirme, em outra passagem, que Adam Smith nem sequer suspeitou dos inconvenientes produzidos pela divisão do trabalho[ag]. E isso também o leva a dizer que J.-B. Say foi o primeiro a reconhecer que, "na divisão do trabalho, a mesma causa que produz o bem engendra o mal".

Mas escutemos Lemontey: *Suum cuique* [A cada um o que lhe pertence].

> O sr. J.-B. Say deu-me a honra de adotar, em seu excelente tratado sobre economia política, o princípio *que enunciei* neste fragmento sobre a influência moral da divisão do trabalho. O título um tanto frívolo do meu livro[ah] provavelmente não permitiu que ele me citasse. Só a esse motivo posso atribuir o silêncio de um escritor tão rico em pensamentos próprios para negar um empréstimo tão modesto.[ai]

Façamos justiça: Lemontey expôs espirituosamente as consequências dolorosas da divisão do trabalho, tal como ela se apresenta em nossos dias, e o sr. Proudhon não encontrou nada a acrescentar. Mas, já que, por culpa do sr. Proudhon, estamos envolvidos nessa questão de prioridade, devemos dizer de passagem que, muito antes do sr. Lemontey e dezessete anos antes

de Adam Smith, aluno de A. Ferguson, este último expusera o problema com clareza num capítulo que trata especialmente da divisão do trabalho:

> Haveria motivos para duvidar de que a capacidade geral de uma nação cresce proporcionalmente ao progresso das artes. Várias artes mecânicas [...] triunfam perfeitamente quando são totalmente privadas do auxílio da razão e do sentimento; a ignorância é a mãe tanto da indústria quanto da superstição. A reflexão e a imaginação são passíveis de erros; mas o movimento habitual do pé ou da mão independem de uma e outra. Assim, poder-se-ia afirmar que a perfeição, em relação às manufaturas, consiste em se poder prescindir do espírito, de forma que, sem esforço da cabeça, a oficina pode ser considerada uma máquina cujas partes são os homens. [...] O general pode ser muito hábil na arte da guerra, ao passo que o mérito do soldado se limita à execução de alguns movimentos do pé ou da mão. Um pode ter ganhado o que o outro perdeu. [...] Num período em que tudo é separado, a arte de pensar pode constituir uma profissão à parte.[6]

Para terminar esta resenha literária, negamos formalmente que "*todos* os economistas tenham enfatizado mais as vantagens que os inconvenientes da divisão do trabalho". Basta citar Sismondi.

Assim, no que concerne às *vantagens* da divisão do trabalho, só restava ao sr. Proudhon a paráfrase mais ou menos pomposa de expressões gerais que todo o mundo conhecia.

Vejamos agora como ele deriva da divisão do trabalho tomada como lei geral, como categoria, como pensamento, os *inconvenientes* que lhe são próprios. Como essa lei, essa categoria, implica uma repartição desigual do trabalho, em detrimento do sistema igualitário do sr. Proudhon?

> Nessa hora solene da divisão do trabalho, ventos tempestuosos começam a soprar sobre a humanidade. O progresso não se realiza igual e uniformemente para todos; começa por conquistar um pequeno número de privilegiados. [...] É essa parcialidade do progresso que durante tanto tempo fez crer na desigualdade natural e providencial das condições, engendrou as castas e constituiu hierarquicamente todas as sociedades.[7]

A divisão do trabalho criou as castas. Ora, as castas são os inconvenientes da divisão do trabalho; logo, foi a divisão do trabalho que engendrou os inconvenientes. *Quod erat demonstrandum* [Como se queria demonstrar]. Quer-se ir mais longe e perguntar o que fez a divisão do trabalho criar as castas, os regimes hierárquicos e os privilegiados? O sr.

Proudhon responderá: o progresso. E o que engendrou o progresso? A limitação. Para o sr. Proudhon, a limitação é a acepção de pessoas por parte do progresso.

Depois da filosofia, vem a história. Já não é história descritiva nem história dialética: é história comparada. O sr. Proudhon estabelece um paralelo entre o operário impressor atual e o operário impressor medieval, entre o operário do Creusot e o ferreiro aldeão, entre o homem de letras contemporâneo e o da Idade Média, e faz a balança pender para o lado daqueles que mais ou menos se referem à divisão do trabalho tal como a Idade Média a constituiu ou transmitiu. Ele opõe a divisão do trabalho de uma época histórica à de outra época histórica. Era isso o que o sr. Proudhon deveria demonstrar? Não. Ele deveria mostrar os inconvenientes da divisão do trabalho em geral, da divisão do trabalho como categoria. Aliás, por que insistir nessa parte da obra do sr. Proudhon, se, mais adiante, ele se retrata formalmente de todos esses pretensos desenvolvimentos[aj]?

O sr. Proudhon continua:

> O primeiro efeito do trabalho parcelar, após a *depravação da alma*, é o prolongamento das jornadas de trabalho, que crescem na razão inversa da soma da inteligência despendida. [...] Mas, como a duração das jornadas não pode exceder 16-18 horas, a partir do momento em que a compensação não pode ser feita sobre o tempo, far-se-á sobre o preço, e o salário cairá. [...] O que é certo e nos interessa frisar é que a *consciência universal* não põe no mesmo nível o trabalho de um contramestre e a atividade de um servente. Há, *portanto*, a necessidade de se reduzir o preço da jornada, de forma que o trabalhador, depois de ser atormentado em sua alma por uma função degradante, é afetado também em seu corpo pela exiguidade da recompensa.[ak]

Deixaremos de lado o valor lógico desses silogismos, que Kant chamaria de paralogismos manquitolantes[al].

Eis a substância: a divisão do trabalho reduz o operário a uma função degradante; a essa função degradante corresponde uma alma depravada; à depravação da alma convém uma redução sempre crescente do salário. E, para provar que essa redução do salário convém a uma alma depravada, o sr. Proudhon diz, por desencargo de consciência, que a consciência

universal quer que seja assim. A alma do sr. Proudhon estará incluída na consciência universal[am]?

As *máquinas* são, para o sr. Proudhon, a "antítese lógica da divisão do trabalho" e, com o apoio da dialética, começa por transformá-las em *fábrica*.

Depois de supor a fábrica moderna, para derivar a miséria da divisão do trabalho, o sr. Proudhon supõe a miséria engendrada pela divisão do trabalho para chegar à fábrica e poder representá-la como a negação dialética dessa miséria. Depois de ter afligido moral e fisicamente o trabalhador com uma *função degradante* e com a exiguidade do salário, depois de ter colocado o operário na *dependência do contramestre* e rebaixado seu trabalho à *atividade de um servente*, ele ataca mais uma vez a fábrica e as máquinas para *degradar* o trabalhador, "dando-lhe um *patrão*", e conclui o envilecimento fazendo-o "decair da condição de artífice à de servente". Que bela dialética! E se ao menos parasse por aí... Mas não: ele precisa de uma nova história da divisão do trabalho, não mais para derivar dela as contradições, mas para reconstruir a fábrica à sua maneira. Para alcançar esse fim, necessita esquecer tudo o que, pouco antes, dissera sobre a divisão.

O trabalho se organiza e se divide diferentemente conforme os instrumentos de que dispõe. O moinho manual supõe uma divisão distinta daquela requerida pelo moinho a vapor. Portanto, é chocar-se contra a história querer começar pela divisão do trabalho em geral para chegar em seguida a um instrumento específico de produção, as máquinas.

As máquinas, assim como o boi que puxa o arado, não são uma categoria econômica. São apenas uma força produtiva. A fábrica moderna, fundada na utilização de máquinas, é uma relação social de produção, uma categoria econômica[an].

Vejamos agora como as coisas se passam na brilhante imaginação do sr. Proudhon:

> Na sociedade, o aparecimento incessante das máquinas é a antítese, a fórmula inversa do trabalho: é o *protesto* do gênio industrial contra o *trabalho parcelar e homicida*. De fato, o que é uma máquina? *Uma maneira de reunir diversas partículas de trabalho*, separadas pela divisão. Toda máquina pode ser definida como um resumo de várias operações. [...] Logo, pela máquina, haverá *restauração do trabalhador* [...]. As máquinas, colocando-se na economia política em contradição com a divisão do trabalho, representam a síntese que se opõe à análise no espírito humano. [...] A divisão apenas separava as diversas partes do trabalho, deixando que cada um se dedicasse à especialidade que mais lhe agradasse; a fábrica reúne os trabalhadores conforme a relação de cada parte com o todo, [...] introduz o princípio de autoridade no trabalho [...]. Mas não é tudo: a *máquina* ou a *fábrica*, depois de degradar o trabalhador dando-lhe um patrão, conclui seu envilecimento fazendo-o decair da condição de artífice à de servente. [...] O período que ora percorremos, o das máquinas, distingue-se por um caráter particular – o *salariato*. O salariato é *posterior* à divisão do trabalho e à troca.[ao]

Uma simples observação ao sr. Proudhon: a separação das diversas partes do trabalho, deixando a cada um a faculdade de dedicar-se à especialidade que mais lhe agrada – separação que o sr. Proudhon data do começo do mundo –, só existe na indústria moderna sob o regime da concorrência.

Em seguida, o sr. Proudhon apresenta uma "genealogia" extraordinariamente "interessante" para demonstrar como a fábrica nasceu da divisão do trabalho e o salariato da fábrica.

1. Ele supõe um homem que "observou que, dividindo a produção em suas diversas partes e fazendo cada uma ser executada por um operário", multiplicou as forças de produção.
2. Tal homem, "seguindo o fio dessa ideia, diz a si mesmo que, formando um grupo permanente de trabalhadores escolhidos para o objetivo especial que *se propõe*, obterá uma produção mais contínua etc."[ap].
3. Esse homem faz uma *proposta* a outros homens para que aceitem sua ideia e sigam o fio dessa ideia.
4. No início da indústria, esse homem trata de *igual para igual* seus *companheiros*, que depois se tornam seus operários.

5. “Com efeito, é patente que essa igualdade primitiva deveria desaparecer rapidamente graças à posição vantajosa do patrão e à dependência do assalariado.”[aq]

Essa é outra amostra do *método histórico e descritivo* do sr. Proudhon.

Examinemos agora, a partir do ponto de vista histórico e econômico, se realmente a fábrica ou a máquina introduziram o *princípio de autoridade* na sociedade posteriormente à divisão do trabalho; se isso, de um lado, reabilitou o operário, ao mesmo tempo que, de outro, o submeteu à autoridade; se a máquina é a recomposição do trabalho dividido, a *síntese* do trabalho oposta à sua *análise*.

A sociedade inteira tem em comum com o interior de uma fábrica o fato de também possuir uma divisão do trabalho. Se a divisão do trabalho de uma fábrica moderna fosse tomada como modelo a ser aplicado numa sociedade inteira, a sociedade mais bem organizada para a produção de riquezas seria, incontestavelmente, aquela que só tivesse um empresário-chefe, distribuindo as tarefas entre os membros da comunidade de acordo com regras previamente determinadas. Mas não é isso o que se verifica. Enquanto, no interior da fábrica moderna, a divisão do trabalho é minuciosamente regulada pela autoridade do empresário, a sociedade moderna, para distribuir o trabalho, não tem outra regra ou autoridade que a da livre concorrência.

Sob o regime patriarcal, sob o regime de castas, sob o regime feudal e corporativo, havia divisão do trabalho na sociedade inteira, segundo regras fixas. Tais regras eram estabelecidas por um legislador? Não. Elas nasceram primitivamente das condições da produção material e só muito mais tarde foram alçadas a lei. Foi assim que essas diversas formas da divisão do trabalho se tornaram bases de organização social. Quanto à divisão do trabalho na fábrica, ela era muito pouco desenvolvida em todas essas formas de sociedade.

Pode-se até mesmo estabelecer como regra geral que, quanto menos autoridade preside à divisão do trabalho no interior da sociedade, mais a divisão do trabalho se desenvolve no interior da fábrica e mais está submetida à autoridade de uma só pessoa. Portanto, em relação à divisão do trabalho, a autoridade na fábrica e a autoridade na sociedade estão reciprocamente em *razão inversa*.

Convém observar, agora, o que é a fábrica, onde as ocupações são separadas, onde a tarefa de cada trabalhador se reduz a uma operação muito simples e onde a autoridade, o capital, reúne e dirige os trabalhos. Como nasceu essa fábrica? Para responder a essa pergunta, teríamos de examinar como se desenvolveu a indústria manufatureira propriamente dita. Pretendo falar dessa indústria que ainda não é a indústria moderna com suas máquinas, mas também não é mais a indústria dos artesãos da Idade Média nem a indústria doméstica. Não entraremos em pormenores: exporemos alguns pontos sumários, para mostrar que não se faz história com fórmulas.

Uma condição das mais indispensáveis para a formação da indústria manufatureira foi a acumulação dos capitais, facilitada pela descoberta da América e pela introdução de seus metais preciosos.

Está suficientemente provado que o aumento dos meios de troca teve por consequência, de um lado, a depreciação dos salários e das rendas fundiárias e, de outro, o crescimento dos lucros industriais. Em outros termos: enquanto a classe dos proprietários e a classe dos trabalhadores, os senhores feudais e o povo, decaíam, ascendia a classe dos capitalistas, a burguesia.

Outras circunstâncias concorreram simultaneamente para o desenvolvimento da indústria manufatureira: o aumento de mercadorias em circulação depois que o comércio penetra nas Índias Orientais pelo Cabo da Boa Esperança, o regime colonial, o desenvolvimento do comércio marítimo.

Um outro ponto que ainda não foi devidamente apreciado na história da indústria manufatureira foi a liberação de numerosos séquitos de senhores feudais, cujos membros subalternos se tornaram vagabundos antes de entrar para as fábricas. A criação da fábrica foi precedida por uma vagabundagem quase universal nos séculos XV e XVI. A fábrica encontrou ainda um forte apoio entre os numerosos camponeses que, expulsos do campo pela transformação da terra em pasto e pelos progressos agrícolas que requeriam menos braços para o cultivo, afluíram às cidades durante séculos inteiros[ar].

A ampliação do mercado, a acumulação de capitais, as modificações verificadas na posição social das classes, uma multidão de pessoas privadas de suas fontes de renda, eis as condições históricas para a formação da manufatura. Não foram, como diz o sr. Proudhon, estipulações amistosas entre iguais que reuniram os homens na fábrica. A manufatura nem sequer nasceu no seio das antigas corporações. Foi o comerciante que se tornou o chefe da oficina moderna, não o antigo mestre das corporações. Em quase todos os lugares, houve uma luta encarniçada entre a manufatura e os ofícios.

A acumulação e a concentração de instrumentos e trabalhadores precederam o desenvolvimento da divisão do trabalho no interior da fábrica. Uma manufatura consistia muito mais na reunião de vários trabalhadores e ofícios num mesmo local, numa mesma sala, sob o comando de um capital, do que na análise dos trabalhos e na adaptação de um operário especial a uma tarefa bastante simples.

A utilidade de uma fábrica consistia bem menos na divisão do trabalho propriamente dita do que no fato de se trabalhar em escala muito maior, reduzindo-se custos inúteis etc. No fim do século XVI e início do século XVII, a manufatura holandesa conhecia pouco a divisão do trabalho.

O desenvolvimento da divisão do trabalho supõe a reunião dos trabalhadores em uma oficina. Não há um único exemplo, tanto no século XVI quanto no XVII, de que os diversos ramos de um mesmo ofício

tenham sido tão explorados separadamente a ponto de ser suficiente reuni-los num só local para se obter uma oficina completa. No entanto, reunidos os homens e os instrumentos, a divisão do trabalho, tal como existia sob a forma das corporações, reproduzia-se e refletia-se no interior da fábrica.

Para o sr. Proudhon, que vê as coisas ao inverso, se é que as vê, a divisão do trabalho no sentido dado por Adam Smith precede a fábrica, que é uma condição de sua existência.

As *máquinas* propriamente ditas datam do fim do século XVIII. Nada é mais absurdo do que vê-las como a *antítese* da divisão do trabalho, a *síntese* que restabelece a unidade no trabalho fragmentado.

A máquina é uma reunião de instrumentos de trabalho, e nunca uma combinação de trabalhos para o próprio operário.

"Quando, pela divisão do trabalho, cada operação particular é reduzida ao emprego de um instrumento simples, a reunião de todos esses instrumentos, acionados por um único motor, constitui uma máquina."[8]

Instrumentos simples, acumulação de instrumentos, instrumentos complexos, acionamento de um instrumento complexo por um único motor manual, pelo homem, acionamento desses instrumentos pelas forças naturais, máquina, sistema de máquinas com um só motor, sistema de máquinas com um motor automático, esse foi o caminho das máquinas[as].

A concentração dos instrumentos de produção e a divisão do trabalho são tão inseparáveis uma da outra quanto o são, no regime político, a concentração dos poderes públicos e a divisão dos interesses privados. Na Inglaterra, com a concentração de terras, esse instrumento do trabalho agrícola, há também a divisão do trabalho agrícola e a mecânica aplicada à exploração da terra. Na França, que tem a divisão dos instrumentos, o regime parcelar, não existe, em geral, nem divisão do trabalho nem aplicação das máquinas à terra.

Para o sr. Proudhon, a concentração dos instrumentos de trabalho é a negação da divisão do trabalho. Na realidade, verificamos o oposto. *À*

medida que se desenvolve a concentração dos instrumentos, desenvolve-se também a divisão e vice-versa. É isso o que faz com que toda grande invenção na mecânica seja seguida de uma maior divisão do trabalho e que cada incremento na divisão do trabalho conduza a novas invenções mecânicas[at].

Não temos necessidade de lembrar que os grandes progressos da divisão do trabalho começaram na Inglaterra após a invenção das máquinas. Assim, os tecelões e os fiandeiros eram camponeses em sua maioria, como ainda o são nos países atrasados. A invenção das máquinas acabou por separar a indústria manufatureira da indústria agrícola. O tecelão e o fiandeiro, outrora reunidos numa só família, foram separados pela máquina. Graças a ela, o fiandeiro pode morar na Inglaterra enquanto o tecelão vive nas Índias Orientais. Antes da invenção das máquinas, a indústria de um país operava principalmente com as matérias-primas produzidas em solo nacional: a lã na Inglaterra, o linho na Alemanha, a seda e o linho na França, o algodão nas Índias e no Levante etc. Com as máquinas e o vapor, a divisão do trabalho adquiriu dimensões tais que a grande indústria, desvinculada do solo nacional, depende apenas do mercado universal, das trocas internacionais, de uma divisão do trabalho internacional. Enfim, a máquina exerce uma tal influência sobre a divisão do trabalho que, no fabrico de qualquer coisa, quando se consegue introduzir parcialmente a mecânica, a fabricação divide-se logo em duas explorações independentes entre si.

É necessário falar do *objetivo providencial* e filantrópico que o sr. Proudhon descobre na invenção e na aplicação primitiva das máquinas?

Na Inglaterra, quando o mercado alcançou um desenvolvimento tal que o trabalho manual já não era suficiente, experimentou-se a necessidade de máquinas. Começou-se a pensar então na aplicação da ciência mecânica, constituída já no século XVIII.

A fábrica mecanizada assinala seu aparecimento com atos que não eram nada filantrópicos. As crianças eram mantidas no trabalho a chicotadas e

tornaram-se objeto de tráfico, fizeram-se contratos com orfanatos. Todas as leis sobre a aprendizagem dos operários foram abolidas, porque, como diz o sr. Proudhon, já não se precisava de operários *sintéticos*. Enfim, a partir de 1825, quase todas as novas invenções resultaram das colisões entre o operário e o patrão, em que este procurava a todo custo depreciar a especialidade daquele. Depois de cada greve de alguma importância, surgia uma nova máquina. O operário via tão pouco o uso das máquinas como uma espécie de reabilitação ou *restauração* – como diz o sr. Proudhon – que no século XVIII, durante muito tempo, ele resistiu ao nascente império do automatismo[au]. Diz o doutor Ure:

> Wyatt descobriu "os dedos de fiar" [a série de rolos canelados] muito antes de Arkwright [...]. A principal dificuldade não consistia tanto na invenção de um mecanismo automático [...]. A dificuldade consistia, sobretudo, na disciplina necessária para fazer os homens renunciarem aos seus hábitos irregulares no trabalho e identificá-los com a regularidade invariável de um grande autômato. Mas inventar e impor um código de disciplina manufatureira, conveniente às exigências e à celeridade do sistema automático, eis uma empresa digna de Hércules, eis a notável obra de Arkwright.[av]

Em suma, com a introdução das máquinas, a divisão do trabalho no interior da sociedade cresceu, a tarefa do operário no interior da oficina foi simplificada, o capital foi concentrado, o homem foi dividido ainda mais.

Quando quer ser economista e abandonar, por um instante, "a evolução na série do entendimento", o sr. Proudhon busca sua erudição em Adam Smith, no tempo em que a fábrica mal havia nascido. De fato, há uma enorme diferença entre a divisão do trabalho da época de Adam Smith e a que constatamos na fábrica mecanizada. Para torná-la compreensível, basta citar algumas passagens da *Filosofia das manufaturas*, do doutor Ure[aw].

> Quando A. Smith escreveu a sua obra imortal sobre os elementos da economia política, o sistema automático da indústria era quase desconhecido. A divisão do trabalho lhe aparece, com razão, como o grande princípio do aperfeiçoamento manufatureiro; ele demonstrou, no caso de uma fábrica de alfinetes, que um operário, aperfeiçoando-se pela prática em um só e mesmo ponto, torna-se mais expedito e menos oneroso. Em cada ramo da manufatura, observou-se que, segundo esse princípio, algumas operações, como o corte de fios de latão em comprimentos iguais, tornam-se de fácil execução e que outras, como o fabrico e a fixação das cabeças dos

alfinetes, são relativamente mais difíceis; assim, concluiu que se pode naturalmente adequar a cada uma dessas operações um operário, cujo salário corresponde à sua habilidade. Essa *adequação* é a essência da divisão dos trabalhos. No entanto, o que no tempo do doutor Smith podia servir de exemplo útil atualmente só induziria o público a erro, no que diz respeito ao princípio real da indústria manufatureira. De fato, a distribuição, ou melhor, a adaptação dos trabalhos às diferentes capacidades individuais, quase não entra no plano de operação das fábricas: ao contrário, sempre que um procedimento qualquer exige muita destreza ou mão segura, ele é retirado do braço do operário hábil e frequentemente inclinado a irregularidades de vários tipos, sendo entregue a um mecanismo particular, cuja operação automática é tão bem regulada que uma criança pode controlá-lo.

O princípio do sistema automático, portanto, consiste na substituição da mão de obra pela arte mecânica e da divisão do trabalho entre os operários pela análise de um procedimento em seus princípios constituintes[ax]. No sistema de operação manual, a mão de obra era normalmente o elemento mais oneroso de um produto qualquer; mas, de acordo com o sistema automático, os talentos do artesão estão sendo progressivamente substituídos por simples supervisores de mecânica.

A fraqueza da natureza humana é tal que, quanto mais hábil o operário, mais voluntarioso e intratável ele se torna e, consequentemente, menos apropriado a um sistema de mecânica a cujo conjunto suas saídas caprichosas podem causar um dano considerável. Por isso, o grande problema do manufatureiro atual é, combinando a ciência com seus capitais, reduzir a tarefa dos operários à observação e à destreza, faculdades que se aperfeiçoam na juventude *quando concentradas num único objeto*.

De acordo com o sistema de gradações do trabalho, é necessário um aprendizado de muitos anos antes que o olho e a mão se tornem suficientemente hábeis para executar algumas operações mecânicas dificílimas; mas, de acordo com o sistema que decompõe um procedimento reduzindo-o a seus princípios constitutivos, e que submete todas as suas partes à operação de uma máquina automática, é possível confiar essas partes elementares a uma pessoa dotada de capacidades comuns, depois de passar por uma breve prova; e é mesmo possível, em caso de urgência, transferi-la de uma máquina a outra, segundo a vontade do chefe do estabelecimento. Essas mutações opõem-se abertamente à velha rotina, que divide o trabalho e assinala a um operário a tarefa de fazer a cabeça de um alfinete e a outro a de afinar-lhe a ponta, trabalho cuja uniformidade entediante os enerva [...][ay]. Todavia, sob o princípio da *equalização* ou sistema automático, as faculdades do operário submetem-se apenas a um exercício agradável etc. [...]. Já que ele as emprega para controlar o trabalho de um mecanismo bem regulado, pode aprender em pouco tempo; e, quando transfere seus serviços de uma máquina a outra, varia a tarefa e desenvolve as ideias, refletindo nas combinações gerais que resultam de suas tarefas e das de seus companheiros. Assim, essa limitação das faculdades, essa atrofia das ideias, esse mal-estar do corpo, que, com razão, foram atribuídos à divisão do trabalho, não podem, em condições normais, existir sob o regime de uma *distribuição igual das tarefas*.

O objetivo constante e a tendência de todo aperfeiçoamento no mecanismo são, de fato, prescindir inteiramente do trabalho do homem ou reduzir seu preço, substituindo a atividade do

> operário adulto pela das mulheres e das crianças, ou as tarefas de hábeis artesãos pelas de operários sem destreza. [...] Essa tendência a só empregar crianças de olhar vivo e dedos ágeis, em lugar de jornaleiros com longa experiência, demonstra que o dogma escolástico da divisão do trabalho segundo os diferentes graus de habilidade foi finalmente rejeitado por nossos manufatureiros esclarecidos.[9]

O que caracteriza a divisão do trabalho no interior da sociedade moderna é que ela engendra as especialidades, as especializações e, com elas, o idiotismo do ofício. Diz Lemontey:

> Ficamos admirados quando vemos, entre os antigos, um mesmo personagem ser a um só tempo, e em grau notável, filósofo, poeta, orador, historiador, padre, administrador, general. Nossa alma se espanta diante de um domínio tão vasto. Cada um planta sua sebe e se fecha em seu recinto. Não sei se, com essa separação, o campo se amplia, mas sei muito bem que o homem se amesquinha.[az]

O que caracteriza a divisão do trabalho na fábrica mecanizada é o fato de que o trabalho perdeu todo caráter de especialidade. Mas, a partir do momento em que cessa todo desenvolvimento especial, a necessidade de universalidade, a tendência a um desenvolvimento integral do indivíduo começa a se fazer sentir. A fábrica mecanizada liquida os tipos e o idiotismo do ofício.

O sr. Proudhon, não tendo compreendido nem sequer esse lado revolucionário da fábrica, dá um passo para trás e propõe ao operário fazer não apenas a duodécima parte de um alfinete, mas todas as doze partes sucessivamente[ba]. O operário chegaria, assim, à ciência e à consciência do alfinete. É isso o trabalho sintético do sr. Proudhon. Ninguém contestará que fazer um movimento para a frente e outro para trás é fazer um movimento sintético.

Em resumo, o sr. Proudhon não foi além do ideal do pequeno-burguês. E, para realizar esse ideal, ele não imagina nada melhor do que nos fazer voltar ao companheiro ou, quando muito, ao mestre artesão da Idade Média. Basta, diz ele numa passagem qualquer de seu livro, fazer uma obra-prima uma vez só na vida, sentir-se homem uma vez só. Essa não é, tanto na

forma quanto no fundo, a obra-prima exigida pelas corporações de ofício da Idade Média?

§3. A concorrência e o monopólio

Lado bom da concorrência	"A concorrência é tão essencial ao trabalho quanto a divisão. [...] Ela é necessária *ao advento da igualdade*."[bb]
Lado mau da concorrência	"O princípio é a negação de si mesmo. Seu efeito mais certo é perder aqueles que envolve."[bc]
Reflexão geral	"Os *inconvenientes* que a sucedem, tanto quanto o bem que proporciona [...], decorrem logicamente do princípio."[bd]
Problema a resolver	"Procurar o princípio de *acomodação* que deve derivar de uma lei superior à própria liberdade."[be] VARIANTE "Portanto, aqui não seria o caso de destruir a concorrência, coisa tão impossível quanto destruir a liberdade; trata-se de encontrar o equilíbrio – eu diria, de bom grado: a *polícia*."[bf]

O sr. Proudhon começa por defender a necessidade eterna da concorrência contra aqueles que querem substituí-la pela *emulação*[bg].

Não há "emulação sem objetivo" e, como "o objeto de toda paixão é necessariamente análogo à própria paixão – uma mulher para o amante, o poder para o ambicioso, o ouro para o avaro, a coroa para o poeta –, o objeto da emulação industrial é necessariamente o *lucro*. [...] A emulação não é outra coisa que a própria concorrência"[bh].

A concorrência é a emulação visando ao lucro. A emulação industrial é necessariamente a emulação visando ao lucro, isto é, a concorrência? O sr. Proudhon prova-o afirmando-o. Já vimos isso: para ele, afirmar é provar, do mesmo modo que supor é negar.

Se o *objeto* imediato do amante é a mulher, o objeto imediato da emulação industrial não é o lucro, é o produto.

A concorrência não é a emulação industrial: é a emulação comercial[bi]. Atualmente, a emulação industrial só existe com vista ao comércio. Há até mesmo fases na vida econômica dos povos modernos em que todo o mundo é tomado de uma espécie de vertigem para lucrar sem produzir. Essa vertigem de especulação, que retorna periodicamente, desnuda o verdadeiro caráter da concorrência, que procura escapar à necessidade da emulação industrial.

Se dissessem a um artesão do século XIV que os privilégios e toda a organização feudal da indústria seriam abolidos e substituídos pela emulação industrial, a chamada concorrência, ele replicaria que os privilégios das diversas corporações, confrarias e grêmios são a concorrência organizada. O sr. Proudhon não diz coisa melhor, afirmando que "a emulação não é outra coisa senão a própria concorrência. [...] Ordene-se que, a partir de 1º de janeiro de 1847, o trabalho e o salário sejam garantidos a todo o mundo e logo um enorme relaxamento sucederá à ardente tensão da indústria"[bj].

Em vez de uma suposição, de uma afirmação e de uma negação, temos agora uma ordem que o sr. Proudhon dita expressamente para provar a necessidade da concorrência, sua eternidade como categoria etc.

Se se imagina que bastam ordens para escapar à concorrência, jamais se sairá dela. E se se levam as coisas ao ponto de se propor a abolição da concorrência conservando-se o salário, o que se propõe é um contrassenso por decreto real. Mas os povos não procedem por decreto real. Antes de recorrer às ordens, eles devem ao menos mudar de alto a baixo suas condições de existência industrial e política e, consequentemente, toda a sua maneira de ser.

O sr. Proudhon responderá, com sua imperturbável segurança, que essa é a hipótese "de uma transformação da nossa natureza sem precedentes

históricos" e que ele teria o direito "de nos *desviar* da discussão", em virtude de um decreto que não sabemos qual seja.

O sr. Proudhon ignora que toda a história não é mais que uma transformação contínua da natureza humana.

> Fiquemos nos fatos. [...] A Revolução Francesa aconteceu tanto pela liberdade industrial quanto pela liberdade política; e, embora a França, em 1789, não tenha percebido todas as consequências do princípio do qual exigia a realização, digamo-lo em voz alta, ela não se enganou nem em seus desejos nem em sua esperança. Quem tentasse negá-lo perderia, no meu entender, o direito à crítica: eu não discutiria jamais com um adversário que colocasse como princípio o erro espontâneo de 25 milhões de homens. [...] Se a concorrência não era um *princípio* da economia social, um *decreto do destino*, uma *necessidade da alma humana*, por que, em vez de *abolir* corporações, confrarias e grêmios, não se pensou antes em *corrigir* o todo?[bk]

Assim, já que os franceses do século XVIII aboliram corporações, confrarias e grêmios em vez de modificá-los, os franceses do século XIX devem modificar a concorrência, em vez de aboli-la. Já que a concorrência se estabeleceu na França no século XVIII, como consequência de necessidades históricas, ela não deve ser destruída no século XIX por causa de outras necessidades históricas. O sr. Proudhon, não compreendendo que o estabelecimento da concorrência estava ligado ao desenvolvimento real dos homens do século XVIII, fez dela uma necessidade da *alma humana, in partibus infidelium* [nos países dos infiéis][bl]. O que ele não faria do grande Colbert no século XVII?

Após a Revolução [Francesa], surge o estado de coisas atual. O sr. Proudhon recorre novamente aos fatos para mostrar a eternidade da concorrência, provando que todas as indústrias nas quais essa categoria ainda não se desenvolveu o suficiente, como a agricultura, encontram-se em estado de inferioridade, de decadência.

Dizer que há indústrias que ainda não estão à altura da concorrência e que outras ainda estão abaixo do nível da produção burguesa não passa de disparates que não provam a eternidade da concorrência.

Toda a lógica do sr. Proudhon se resume nisto: a concorrência é uma relação social no interior da qual desenvolvemos atualmente nossas forças produtivas. Ele não dá a essa verdade desenvolvimentos lógicos, mas formas frequentemente muito bem desenvolvidas, dizendo que a concorrência é a emulação industrial, o modo atual de ser livre, a responsabilidade no trabalho, a constituição do valor, uma condição para o advento da igualdade, um princípio da economia social, um decreto do destino, uma necessidade da alma humana, uma inspiração da justiça eterna, a liberdade na divisão, a divisão na liberdade, uma categoria econômica.

> A *concorrência* e a *associação* apoiam-se uma na outra. Longe de se excluírem, não são nem mesmo *divergentes*. Quem diz concorrência, já supõe um *objetivo comum*. A concorrência, pois, não é o *egoísmo*, e o erro mais deplorável do socialismo consiste em tê-la considerado a destruição da sociedade.[bm]

Quem diz concorrência diz objetivo comum – e isso prova, de um lado, que a concorrência é associação e, de outro, que ela não é egoísmo. E quem diz *egoísmo* não diz objetivo comum? Todo egoísmo se exerce na sociedade e graças à sociedade. Portanto, o egoísmo supõe a sociedade, isto é, objetivos comuns, meios de produção comuns etc. etc. Será por acaso que a concorrência e a associação de que falam os socialistas não são nem mesmo divergentes?

Os socialistas sabem muito bem que a sociedade atual se funda na concorrência. Como poderiam acusar a concorrência de destruir a sociedade atual, que eles mesmos querem destruir? E como poderiam acusar a concorrência de destruir a sociedade futura, na qual, ao contrário, eles veem a destruição da concorrência?

Mais adiante, o sr. Proudhon diz que a concorrência é o *oposto do monopólio* e, consequentemente, não poderia ser o *oposto da associação*.

O feudalismo, desde a sua origem, opunha-se à monarquia patriarcal; assim, não se opunha à concorrência, que ainda não existia. Segue-se daí que a concorrência não se oponha ao feudalismo?

De fato, *sociedade* e *associação* são denominações que se pode dar a todas as sociedades, tanto à sociedade feudal como à sociedade burguesa, que é a associação fundada na concorrência. Como então podem existir socialistas que, apenas com a palavra *associação*, acreditem ser possível refutar a concorrência? E como o próprio sr. Proudhon pode querer defender a concorrência contra o socialismo, designando-a pela simples palavra *associação*?

Tudo o que acabamos de dizer constitui o lado bom da concorrência, tal como a compreende o sr. Proudhon. Passemos agora ao lado vilão, isto é, ao lado negativo da concorrência, ao que ela possui de destrutivo, subversivo, pernicioso.

O quadro que o sr. Proudhon nos apresenta tem algo de lúgubre.

A concorrência engendra a miséria, fomenta a guerra civil, "altera as regiões naturais", confunde as nacionalidades, perturba as famílias, corrompe a consciência pública, "subverte as noções da equidade, da justiça", da moral e, o que é pior, destrói o comércio probo e livre e não oferece como compensação o *valor sintético*, o preço fixo e honesto. Ela decepciona a todos, inclusive os economistas. Leva as coisas ao ponto de destruir a si mesma.

Depois de todo o mal que o sr. Proudhon diz dela, pode existir, para as relações da sociedade burguesa, para seus princípios e suas ilusões, um elemento mais dissolvente, mais destrutivo que a concorrência?

Observemos que a concorrência se torna progressivamente mais destrutiva para as *relações* burguesas, à medida que estimula uma criação febril de novas forças produtivas, isto é, das condições materiais de uma sociedade nova. Sob esse aspecto, pelo menos, o lado mau da concorrência possuiria algo de bom. "A concorrência, como posição ou fase econômica considerada em sua origem, é o resultado necessário [...] da teoria de redução dos custos gerais."[bn]

Para o sr. Proudhon, a circulação do sangue deve ser uma consequência da teoria de [William] Harvey.

> O *monopólio* é o termo fatal da concorrência, que o engendra por uma negação incessante de si mesma. Essa geração do monopólio é já a sua justificação. [...] O monopólio é o oposto natural da concorrência [...] mas, visto que a concorrência é necessária, ela implica a ideia do monopólio, uma vez que este é como que a sede de cada individualidade concorrente.[bo]

Alegramo-nos que, ao menos uma vez, o sr. Proudhon possa aplicar bem a sua fórmula da tese e da antítese. Todo o mundo sabe que o monopólio moderno é engendrado pela própria concorrência.

Quanto ao conteúdo, o sr. Proudhon se restringe às imagens poéticas. A concorrência fazia "de cada subdivisão do trabalho como que uma soberania em que cada indivíduo se colocava em sua força e independência". O monopólio é a "*sede* de cada individualidade concorrente". A soberania vale ao menos a sede.

O sr. Proudhon fala apenas do moderno monopólio engendrado pela concorrência. Mas todos sabemos que a concorrência foi engendrada pelo monopólio feudal. Assim, primitivamente, a concorrência foi o contrário do monopólio, e não o monopólio o contrário da concorrência. Portanto, o monopólio moderno não é uma simples antítese, mas, ao contrário, a verdadeira síntese.

Tese: O monopólio feudal é anterior à concorrência.

Antítese: A concorrência.

Síntese: O monopólio moderno, que é a negação do monopólio feudal na medida em que supõe o regime da concorrência, e é a negação da concorrência na medida em que é monopólio.

Assim, o monopólio moderno, o monopólio burguês, é o monopólio sintético, a negação da negação, a unidade dos contrários. É o monopólio em estado puro, normal, racional. O sr. Proudhon contradiz sua própria filosofia quando faz do monopólio burguês o monopólio em estado bruto, *simplista*, contraditório, espasmódico. O sr. Rossi, que o sr. Proudhon cita

várias vezes a propósito do monopólio, parece ter apreendido melhor o caráter sintético do monopólio burguês. Em seu *Curso de economia política*[bp], ele distingue monopólios artificiais de monopólios naturais. Os monopólios feudais, diz, são artificiais, isto é, arbitrários; os monopólios burgueses são naturais, isto é, racionais.

O monopólio é uma boa coisa, raciocina o sr. Proudhon, porque é uma categoria econômica, uma emanação "da razão impessoal da humanidade". A concorrência também é uma boa coisa, já que também ela é uma categoria econômica. O que não é bom, contudo, é a realidade do monopólio e a realidade da concorrência. E o pior é que a concorrência e o monopólio se devoram mutuamente. O que fazer? Procurar a síntese desses dois pensamentos eternos, arrancá-la do seio de Deus, onde ela se encontra desde tempos imemoriais.

Na vida prática, encontramos não apenas a concorrência, o monopólio e seu antagonismo, mas também sua síntese, que não é uma fórmula, e sim um movimento. O monopólio produz a concorrência, a concorrência produz o monopólio. Os monopolistas concorrem entre si, os concorrentes tornam-se monopolistas. Se os monopolistas restringem a concorrência entre si por meio de associações parciais, a concorrência cresce entre os operários; e, quanto mais a massa de proletários cresce em relação aos monopolistas de uma nação, mais a concorrência entre monopolistas de nações diferentes se torna desenfreada. A síntese é tal que o monopólio só pode se manter passando continuamente pela luta da concorrência.

Para engendrar dialeticamente os *impostos* que vêm com o monopólio, o sr. Proudhon nos fala do *gênio social* que, após seguir *intrepidamente seu caminho em zigue-zague*,

> após marchar a passos seguros, *sem se arrepender* e sem se deter, *chega ao ângulo do monopólio*, olha melancolicamente para trás e, após uma reflexão profunda, sobrecarrega com impostos todos os objetos da produção e cria toda uma organização administrativa, a fim de que todos os *empregos sejam concedidos ao proletariado e pagos pelos homens do monopólio*.[bq]

O que dizer desse gênio que, em jejum, passeia em zigue-zague? E o que dizer desse passeio, que não teria outro objetivo senão demolir os burgueses por meio dos impostos, quando estes servem precisamente para dar aos burgueses os meios para se conservar como classe dominante?

Apenas para mostrar o modo como o sr. Proudhon trata os detalhes econômicos, bastará dizer que, segundo ele, o *imposto sobre o consumo* teria sido estabelecido visando à igualdade e para socorrer o proletariado.

O imposto sobre o consumo só se desenvolveu verdadeiramente após o advento da burguesia. Nas mãos do capital industrial, isto é, da riqueza sóbria e econômica que se mantém, se reproduz e cresce pela exploração direta do trabalho, o imposto sobre o consumo era um meio de explorar a riqueza frívola, feliz, pródiga, dos grandes senhores, que apenas consumiam. James Steuart expôs muito bem esse objetivo primitivo do imposto sobre o consumo em *Investigação sobre os princípios da economia política*, que ele publicou dez anos antes de Adam Smith. Diz ele:

> Na monarquia pura, os príncipes parecem de algum modo invejosos do crescimento das riquezas e, por isso, cobram impostos daqueles que enriquecem – impostos sobre a produção. No governo constitucional, os impostos recaem principalmente sobre aqueles que se tornam pobres – impostos sobre o consumo. Assim, os monarcas lançam um imposto sobre a indústria [...] por exemplo: a capitação e a derrama são proporcionais à suposta opulência daqueles que estão sujeitos a elas. A cada um se impõe o tributo na razão do lucro que se supõe que aufira. Nos governos constitucionais, os impostos incidem normalmente sobre o consumo. A cada um se impõe o tributo na razão da despesa que realiza.[br]

Quanto à *sucessão lógica* dos impostos, da balança comercial, do crédito – segundo o entendimento do sr. Proudhon –, observaremos apenas que a burguesia inglesa, que chegou à sua constituição política sob Guilherme de Orange, criou um novo sistema de impostos, o crédito público e o sistema de direitos protecionistas, logo que pôde desenvolver livremente suas condições de existência.

Esse rápido apanhado bastará para dar ao leitor uma ideia justa das elucubrações do sr. Proudhon sobre a polícia ou os impostos, a balança

comercial, o crédito, o comunismo e a população. Desafiamos a crítica mais indulgente a abordar com seriedade esses capítulos.

§4. A propriedade ou a renda

Em cada época histórica, a propriedade desenvolveu-se diferentemente e numa série de relações sociais totalmente distintas. Portanto, definir a propriedade burguesa não é mais que expor todas as relações sociais da produção burguesa.

Pretender dar uma definição da propriedade como uma relação independente, uma categoria à parte, uma ideia abstrata e eterna, só pode ser uma ilusão de metafísica ou jurisprudência.

O sr. Proudhon, com ares de quem fala da propriedade em geral, trata apenas da *propriedade fundiária*, da *renda fundiária*. "A origem da renda, como da propriedade, é, por assim dizer, extraeconômica: reside em considerações de psicologia e moral, que só remotamente se relacionam com a produção das riquezas."[bs]

Assim, o sr. Proudhon se reconhece incapaz de compreender a origem econômica da renda e da propriedade. Admite que essa incapacidade o obriga a recorrer a considerações psicológicas e morais que, de fato, estão remotamente relacionadas à produção de riquezas, mas vinculam-se de maneira muito íntima à estreiteza de sua visão histórica. O sr. Proudhon afirma que a origem da propriedade possui algo de *místico* e *misterioso*. Ora, ver mistério na origem da propriedade, ou seja, transformar em mistério a relação da própria produção com a distribuição dos instrumentos de produção, não é – para falar a linguagem do sr. Proudhon – renunciar a qualquer pretensão à ciência econômica?

O sr. Proudhon se *limita* a recordar que, "na sétima época da evolução econômica – o *crédito* –, tendo a ficção esvanecido a realidade e a atividade humana ameaçado cair no vazio, tornara-se necessário *ligar mais*

fortemente o homem à natureza: ora, a renda foi o preço desse novo contrato"[bt].

O *homem dos quarenta escudos* pressentiu um futuro Proudhon: "Senhor criador, faça o que bem lhe parecer; cada qual é senhor no seu mundo; mas nunca me fará acreditar que este em que estamos seja de vidro"[bu].

Em seu mundo, onde o crédito era um meio para *se perder no vazio*, é bem possível que a propriedade tenha se tornado necessária para *ligar o homem à natureza*. No mundo da produção real, onde a propriedade fundiária sempre precede o crédito, o *horror vacui* [horror ao vazio] do sr. Proudhon não poderia existir.

Admitida a existência da renda, qualquer que seja, aliás, sua origem, ela se disputa contraditoriamente entre o arrendatário e o proprietário fundiário. Qual o último termo dessa disputa, em outras palavras, qual a taxa média da renda? Eis o que diz o sr. Proudhon:

> A teoria de Ricardo responde a essa questão. No início da sociedade, quando o homem, novo sobre a terra, defrontava-se apenas com a imensidão das florestas, a vastidão das terras e a indústria nascente, a renda tinha de ser nula. A terra, ainda não cultivada pelo trabalho, era um objeto de utilidade, e não um valor de troca; era comum, e não social. Pouco a pouco, a multiplicação das famílias e o progresso da agricultura revelaram o preço da terra. O trabalho veio dar ao solo o seu valor: daí nasceu a renda. Quanto mais um campo podia render frutos com a mesma quantidade de serviços, mais ele era valorizado; assim, a tendência dos proprietários foi sempre atribuir-se a totalidade dos frutos da terra, exceto o salário do arrendatário, isto é, os custos de produção. Por isso, a propriedade segue de perto o trabalho para arrebatar-lhe tudo o que, no produto, ultrapassa os custos reais. Com o proprietário cumprindo um dever místico e representando a comunidade em relação ao colono, o arrendatário não passa de um trabalhador responsável nas previsões da Providência, o qual deve prestar contas à sociedade de tudo o que colhe, além de seu salário legítimo. [...] Por essência e destinação, a renda, pois, é um instrumento de justiça distributiva, um dos milhares de meios que o gênio econômico utiliza para chegar à igualdade. Trata-se de um imenso cadastro, executado contraditoriamente pelos proprietários e arrendatários, sem colisão possível, num interesse superior, e cujo resultado definitivo deve ser a equalização da posse da terra entre os exploradores do solo e os industriais. [...] Não era menos necessária essa magia da propriedade para extrair do colono o excedente do produto que ele não pode deixar de considerar seu e do qual se crê o autor exclusivo. A renda, ou, melhor dizendo, a propriedade, liquidou o egoísmo

> agrícola e criou uma solidariedade que nenhuma força, nenhuma repartição de terras teria engendrado. [...] Atualmente, alcançado o efeito moral da propriedade, resta fazer a distribuição da renda.[bv]

Toda essa verborragia se reduz, antes de mais, ao seguinte: Ricardo diz que o excedente do preço dos produtos agrícolas sobre os custos de produção, incluídos o lucro e o juro ordinários do capital, dá a medida da renda. O sr. Proudhon faz melhor: faz o proprietário intervir, como um *deus ex machina*[bw] que extrai do *colono* todo o excedente da produção sobre os custos desta. Ele se serve da intervenção do proprietário para explicar a propriedade, da intervenção do arrendatário para explicar a renda. Responde ao problema apresentando-o novamente e acrescentando-lhe uma sílaba.

Observemos ainda que, determinando a renda pela diferença de fecundidade da terra, o sr. Proudhon atribui-lhe uma nova origem, uma vez que a terra, antes de ser avaliada segundo os diferentes graus de fertilidade, "não era", segundo ele, "um valor de troca", mas "era comum". O que aconteceu com essa ficção da renda, surgida da *necessidade* de reintegrar *à terra* o homem que *ia se perder no infinito do vazio*?

Desembaracemos agora a doutrina de Ricardo das frases providenciais, alegóricas e místicas com que o sr. Proudhon a envolveu zelosamente.

A renda, no sentido de Ricardo, é a propriedade fundiária no Estado burguês, isto é, a propriedade feudal submetida às condições da produção burguesa.

Vimos que, segundo a doutrina de Ricardo, o preço de todos os produtos agrícolas é determinado pelos custos de produção, incluído o lucro industrial; em outros termos, pelo tempo de trabalho empregado. Na indústria manufatureira, o preço do produto obtido com o mínimo de trabalho regula o preço de todas as outras mercadorias da mesma espécie, visto que se pode multiplicar ao infinito os instrumentos de produção menos onerosos e mais produtivos e que a livre concorrência conduz necessariamente a um preço de mercado, ou seja, a um preço comum para todos os produtos da mesma espécie.

Na indústria agrícola, ao contrário, o que regula o preço de todos os produtos da mesma espécie é o preço do produto obtido com a maior quantidade de trabalho. Em primeiro lugar, não se pode, como na indústria, multiplicar à vontade instrumentos de produção com o mesmo grau de produtividade, isto é, terrenos com o mesmo grau de fertilidade. Em segundo lugar, à medida que a população cresce, são explorados terrenos de qualidade inferior ou são feitos novos investimentos de capital no mesmo terreno, proporcionalmente menos produtivos que os primeiros. Num caso e noutro, emprega-se uma maior quantidade de trabalho para obter um produto proporcionalmente menor. Como o crescimento da população torna necessário esse acréscimo de trabalho, o produto do terreno de uma exploração mais onerosa tem um escoamento forçado, do mesmo modo que aquele do terreno de uma exploração mais produtiva. Como a concorrência nivela o preço do mercado, o produto do melhor terreno será pago pelo mesmo preço do produto do terreno inferior. O excedente do preço dos produtos do terreno melhor sobre os custos de sua produção constitui a renda. Se houvesse sempre à disposição terras de mesma fertilidade, se fosse possível, como na indústria manufatureira, recorrer sempre a máquinas mais baratas e produtivas ou se os novos investimentos de capital fossem tão produtivos como os anteriores, o preço dos produtos agrícolas seria determinado pelo custo dos artigos produzidos pelos melhores instrumentos de produção, como vimos no caso dos preços dos produtos manufaturados. Mas, nesse caso, a renda também desapareceria.

Para que a doutrina de Ricardo seja verdadeira de modo geral, é preciso[bx] que os capitais possam ser livremente aplicados nos diferentes ramos da indústria; que uma concorrência fortemente desenvolvida entre os capitalistas tenha levado os lucros a uma taxa igual; que o arrendatário seja um capitalista industrial que procure, para o emprego de seu capital em terrenos de qualidade inferior[by], lucros iguais ao que obteria, por exemplo, na indústria algodoeira[bz]; que a exploração agrícola esteja submetida ao

regime da grande indústria; e que, enfim, o proprietário fundiário só vise à renda monetária.

Na Irlanda, apesar do extremo desenvolvimento do arrendamento, ainda não existe renda[ca]. Sendo a renda o excedente não só do salário, mas também do lucro industrial, ela não poderia existir onde as receitas do proprietário são apenas uma antecipação do salário.

A renda, pois, longe de fazer do explorador da terra, do arrendatário, um *simples trabalhador* e de "extrair do colono o excedente do produto que ele não pode deixar de considerar seu", coloca diante do proprietário fundiário o capitalista industrial, em vez do escravo, do servo, do tributário, do assalariado.

A propriedade fundiária, uma vez constituída em renda, só tem a posse do excedente sobre os custos de produção, determinados não somente pelo salário, mas também pelo lucro industrial. É, portanto, do proprietário fundiário que a renda extrai uma parte de suas receitas[cb].

Por isso, decorreu um largo lapso de tempo antes que o arrendatário feudal fosse substituído pelo capitalista industrial. Na Alemanha, por exemplo, essa transformação começou apenas no último terço do século XVIII. Somente na Inglaterra essa relação entre o capitalista industrial e o proprietário fundiário se desenvolveu por inteiro.

Enquanto existiu apenas o *colono* do sr. Proudhon, não havia renda. A partir do momento em que há renda, o colono não é mais o arrendatário, é o operário, o colono do arrendatário. O amesquinhamento do trabalhador, reduzido ao papel de simples operário, jornaleiro, assalariado que trabalha para o capitalista industrial; a intervenção do capitalista industrial, que explora a terra como uma fábrica qualquer; o proprietário fundiário transformado de pequeno soberano em vulgar usurário, essas são as diferentes relações expressas pela renda.

A renda, no sentido de Ricardo, é a agricultura patriarcal transformada em indústria comercial, o capital industrial aplicado à terra, a burguesia das

cidades transplantada para o campo. A renda, em vez de *ligar o homem à natureza*, apenas liga a exploração da terra à concorrência. Uma vez constituída em renda, a propriedade fundiária mesma é *resultado da concorrência*, já que, a partir daí, ela depende do valor venal dos produtos agrícolas. Como renda, a propriedade fundiária é mobilizada e se torna um objeto de comércio. A renda só é possível a partir do momento em que o desenvolvimento da indústria das cidades e a organização social dele resultante forçam o proprietário fundiário a visar somente ao lucro venal, à relação monetária de seus produtos agrícolas, enfim, a ver sua propriedade fundiária apenas como uma máquina de cunhar moedas. A renda separou tão perfeitamente o proprietário fundiário do solo, da natureza, que ele nem sequer necessita conhecer suas terras, como se vê na Inglaterra. Quanto ao arrendatário, ao capitalista industrial e ao operário agrícola, eles não estão mais ligados à terra que exploram do que o empresário e o operário manufatureiro ao algodão ou à lã que fabricam; eles só têm vinculação com o preço de sua exploração, com o produto monetário. Daí as jeremiadas dos partidos reacionários, que apelam com todas as vozes pelo retorno do feudalismo, da boa vida patriarcal, dos costumes simples e das grandes virtudes de nossos antepassados. A sujeição do solo às leis que regem todas as outras indústrias é e será sempre o tema de condolências interesseiras. Por isso, pode-se dizer que a renda se tornou a força motriz que lançou o idílio no movimento da história.

Ricardo, depois de supor a produção burguesa como necessária para determinar a renda, aplica-a, todavia, à propriedade fundiária de todas as épocas e de todos os países. Esse é o erro de todos os economistas, que apresentam as relações da produção burguesa como categorias eternas.

Do objetivo providencial da renda, que, para ele, é a transformação do *colono* em *trabalhador responsável*, o sr. Proudhon passa à retribuição igualitária da renda.

A renda, como acabamos de ver, é constituída pelo *preço igual* dos produtos de terrenos de *fertilidade desigual*, de modo que um hectolitro de trigo que custou 10 francos é vendido por 20, se os custos de produção se elevam, num terreno de qualidade inferior, a 20 francos.

Enquanto a necessidade nos obriga a comprar todos os produtos agrícolas levados ao mercado, o preço de mercado é determinado pelos custos do produto mais caro. Portanto, é essa equalização do preço, resultante da concorrência, não da fertilidade diferente dos terrenos, que proporciona ao proprietário do melhor terreno uma renda de 10 francos em cada hectolitro que o seu arrendatário vende.

Suponhamos, por um momento, que o preço do trigo seja determinado pelo tempo de trabalho necessário para produzi-lo; logo, o hectolitro de trigo obtido no melhor terreno será vendido a 10 francos, enquanto o produzido no terreno de qualidade inferior será vendido a 20 francos. Admitida essa suposição, o preço médio do mercado será 15 francos, ao passo que, segundo a lei da concorrência, é de 20 francos. Se o preço médio fosse 15 francos, não haveria nenhuma distribuição, nem igualitária nem desigual, porque não haveria renda. A renda só existe porque o hectolitro de trigo, que custa ao produtor 10 francos, é vendido por 20. O sr. Proudhon supõe a igualdade do preço de mercado para custos de produção desiguais para chegar à repartição igualitária do produto da desigualdade.

Podemos conceber que economistas como Mill[cc], Cherbuliez, Hilditch e outros tenham reclamado a atribuição da renda ao Estado para servir à quitação dos impostos. Essa é a franca expressão do ódio que o capitalista industrial vota ao proprietário fundiário, que lhe parece uma inutilidade, algo supérfluo no conjunto da produção burguesa.

No entanto, fazer que se pague o hectolitro de trigo a 20 francos para depois fazer uma distribuição geral dos 10 francos que se arrancaram a mais dos consumidores basta para que o *gênio social* continue *melancolicamente seu caminho em zigue-zague* e quebre a cabeça numa *quina* qualquer.

Na pena do sr. Proudhon, a renda se converte em “um imenso cadastro, executado contraditoriamente pelos proprietários e arrendatários [...] num interesse superior, cujo resultado definitivo deve ser a equalização da posse da terra entre os exploradores do solo e os industriais”[cd].

Para que um cadastro qualquer, constituído pela renda, tenha algum valor prático, é preciso que sempre se permaneça nas condições da sociedade atual.

Ora, já demonstramos que o arrendamento pago pelo arrendatário ao proprietário exprime com maior ou menor exatidão a renda apenas nos países mais avançados industrial e comercialmente. E, com frequência, mesmo esse arrendamento exprime o juro pago ao proprietário pelo capital incorporado à terra. A situação dos terrenos, a proximidade com cidades e muitas outras circunstâncias influem sobre o arrendamento e modificam a renda. Tais razões peremptórias seriam suficientes para provar a inexatidão de um cadastro baseado na renda.

Por outro lado, a renda não poderia ser o índice constante do grau de fertilidade de um terreno, porque a aplicação moderna da química vem a todo instante alterar a natureza do solo, e os conhecimentos geológicos começam, justamente nos dias atuais, a modificar por inteiro a antiga avaliação da fertilidade relativa: foi apenas há cerca de vinte anos que se começaram a arar vastas áreas dos condados orientais da Inglaterra, áreas que permaneceram incultas porque se apreciavam mal as relações entre o húmus e a composição da camada inferior. Assim, a história, longe de apresentar na renda um cadastro concluído, não faz outra coisa senão alterar, modificar inteiramente, os cadastros já prontos.

Finalmente, a fertilidade não é uma qualidade tão natural como se poderia acreditar: ela se vincula intimamente às relações sociais atuais. Uma terra pode ser muito fértil para o cultivo do trigo e, no entanto, o preço do mercado poderá persuadir o cultivador a transformá-la em pastagem artificial, tornando-a estéril.

O sr. Proudhon improvisou seu cadastro, que nem sequer tem o valor do cadastro comum, apenas para dar corpo ao *objetivo providencialmente igualitário* da renda. Ele continua:

> A renda é o juro pago por um capital que jamais perece: a terra. E, como esse capital não é suscetível de nenhum acréscimo quanto à matéria, somente de melhorias indefinidas quanto ao uso, ocorre que, enquanto o juro ou o lucro do empréstimo (*mutuum*) tende incessantemente a diminuir pela abundância de capitais, a renda tende a aumentar sempre pelo aperfeiçoamento da indústria, de que resulta a melhoria no uso da terra. [...] Eis, em sua essência, a renda[ce].

Desta vez, o sr. Proudhon vê na renda todos os sintomas do juro, com a diferença de que ela provém de um capital de natureza específica. Esse capital é a terra, capital eterno, que "não é suscetível de nenhum acréscimo quanto à matéria, somente de melhorias indefinidas quanto ao uso".

Na marcha progressiva da civilização, o juro possui uma tendência contínua a baixar, enquanto a renda tende continuamente a subir. O juro baixa por causa da abundância de capitais; a renda aumenta com os aperfeiçoamentos introduzidos na indústria, que têm por consequência um uso mais inteligente do solo.

Eis, em sua essência, a opinião do sr. Proudhon.

Examinemos, primeiro, até que ponto é correto dizer que a renda é o juro de um capital.

Para o proprietário fundiário, a renda representa o juro do capital que a terra lhe custou ou que ele obteria se a vendesse. Mas, comprando ou vendendo a terra, ele só compra ou vende a renda. O preço que paga para adquirir a renda é regulado pela taxa de juro geral e nada tem a ver com a própria natureza da renda. O juro dos capitais investidos na terra é, geralmente, inferior ao daqueles investidos nas manufaturas ou no comércio. Assim, para aquele que não distingue entre o juro que a terra representa para o proprietário e a própria renda, o juro da terra-capital diminui ainda mais que o dos outros capitais. Mas não se trata do preço de compra ou venda da renda, de seu valor venal, da renda capitalizada; trata-se da própria renda.

O arrendamento pode implicar ainda, além da renda propriamente dita, o juro do capital incorporado à terra. Então, o proprietário recebe essa parte do arrendamento não como proprietário, mas como capitalista; no entanto, essa não é a renda propriamente dita, sobre a qual devemos falar.

A terra, enquanto não é explorada como meio de produção, não é um capital. A terra-capital pode ser aumentada, como todos os outros instrumentos de produção. Nada se acresce à matéria, para empregarmos a linguagem do sr. Proudhon, mas multiplicam-se as terras que servem de instrumento de produção. Basta aplicar novos capitais nas terras, já transformadas em meio de produção, para aumentar a terra-capital sem aumentar em nada a terra-matéria, ou seja, sem ampliar sua extensão. A terra-matéria do sr. Proudhon é a terra como limite. Quanto à eternidade que ele atribui à terra, admitimos que ela tenha essa virtude enquanto matéria. A terra-capital não é mais eterna do que qualquer outro capital.

O ouro e a prata, que propiciam o juro, são tão duráveis e eternos quanto a terra. Se o preço do ouro e da prata diminui, enquanto o da terra sobe, certamente isso não decorre de sua natureza mais ou menos eterna.

A terra-capital é um capital fixo, mas este se desgasta como os capitais circulantes. As melhorias introduzidas na terra necessitam de reprodução e manutenção; elas duram um certo tempo, e é isso o que têm em comum com todas as outras melhorias usadas para transformar a matéria em meio de produção. Se a terra-capital fosse eterna, certos terrenos apresentariam um aspecto que não têm hoje: veríamos os campos de Roma, da Sicília e da Palestina em todo o esplendor de sua antiga prosperidade.

Há até casos em que a terra-capital pode desaparecer, mesmo que as melhorias permaneçam incorporadas à terra. Em primeiro lugar, isso ocorre sempre que a renda propriamente dita é anulada pela concorrência de novos terrenos, mais férteis. Em segundo lugar, porque melhorias que poderiam ter um valor em certa época deixam de possuí-lo a partir do momento em que se tornam universais pelo desenvolvimento da agronomia.

O representante da terra-capital não é o proprietário fundiário, mas o arrendatário. A receita que a terra proporciona como capital é o juro e o lucro industrial, não é a renda. Há terras que oferecem esse juro e esse lucro e que não propiciam renda.

Em resumo, a terra, enquanto proporciona juros, é a terra-capital e, como tal, não oferece renda, não constitui a propriedade fundiária. A renda resulta das relações sociais nas quais se realiza a exploração. Ela não poderia resultar da natureza mais ou menos sólida, mais ou menos durável da terra. A renda não provém do solo, mas da sociedade.

De acordo com o sr. Proudhon, a "melhoria no uso da terra" – consequência do "aperfeiçoamento da indústria" – é a causa do aumento contínuo da renda. Ao contrário, essa melhoria faz a renda baixar periodicamente.

Em geral, em que consiste toda melhoria, quer na agricultura, quer na manufatura? Consiste em produzir mais com o mesmo trabalho, em produzir tanto ou mesmo mais com menos trabalho. Graças a essas melhorias, o arrendatário é dispensado de empregar uma maior quantidade de trabalho para um produto proporcionalmente menor. Assim, ele não tem necessidade de recorrer a terrenos inferiores, e parcelas do capital aplicadas sucessivamente no mesmo terreno permanecem igualmente produtivas. Portanto, essas melhorias, longe de elevarem continuamente a renda, como afirma o sr. Proudhon, são, ao contrário, obstáculos temporários que se opõem à sua elevação.

Os proprietários ingleses do século XVII percebiam tão bem essa verdade que se opuseram aos progressos da agricultura, temendo ver diminuir suas receitas[10].

§5. As greves e as coalizões dos operários

Todo movimento de alta nos salários só pode ter como efeito uma alta do trigo, do vinho etc., ou seja, o efeito de uma escassez. Pois o que é o salário? É o preço de custo do trigo etc.; é o preço

> integral de todas as coisas. Vamos mais longe: o salário é a proporcionalidade dos elementos que compõem a riqueza e são consumidos reprodutivamente, a cada dia, pela massa dos trabalhadores. Ora, duplicar os salários [...] é atribuir a cada um dos produtores uma parte maior que seu produto, o que é contraditório; e, se a alta incide apenas sobre um pequeno número de indústrias, provoca uma perturbação geral nas trocas, em uma palavra, *escassez*. [...] É impossível, afirmo, que as greves seguidas de uma elevação de salários não conduzam a um *encarecimento geral*: isso é tão certo como dois e dois são quatro[11].

Negamos todas essas assertivas, exceto que dois e dois são quatro.

Em primeiro lugar, não há *encarecimento geral*. Se o preço de tudo dobra ao mesmo tempo que o salário, não há alteração nos preços, há apenas alteração nos termos.

Em segundo lugar, uma elevação geral dos salários jamais pode produzir um encarecimento mais ou menos geral das mercadorias. De fato, se todas as indústrias empregassem o mesmo número de operários em relação ao capital fixo ou aos instrumentos de que se servem, uma elevação geral dos salários produziria uma redução geral dos lucros e o preço corrente das mercadorias não sofreria nenhuma alteração.

Mas, como a relação entre o trabalho manual e o capital fixo não é a mesma nas diferentes indústrias, todas aquelas que empregam relativamente uma massa maior de capital fixo e menos operários serão forçadas, cedo ou tarde, a reduzir o preço de suas mercadorias. Em caso contrário, não se reduzindo o preço das mercadorias, o lucro se elevará acima da taxa comum dos lucros. As máquinas não são assalariados. Portanto, a elevação geral de salários afetará menos as indústrias que empregam, comparativamente às outras, mais máquinas que operários. Mas, como a concorrência tende sempre a nivelar os lucros, aqueles que se elevam acima da taxa comum seriam apenas passageiros. Assim, à parte algumas oscilações, uma elevação geral dos salários conduzirá não a um encarecimento geral, como diz o sr. Proudhon, mas a uma baixa parcial, ou seja, a uma baixa no preço corrente das mercadorias fabricadas principalmente com a ajuda de máquinas.

A elevação e a baixa do lucro e dos salários exprimem apenas a proporção na qual os capitalistas e os trabalhadores participam do produto de uma jornada de trabalho, sem influir, na maioria dos casos, no preço do produto. A ideia de que as "greves seguidas de uma elevação de salários conduzem a um encarecimento geral" é uma daquelas que só desabrocham no cérebro de um poeta incompreendido.

Na Inglaterra, as greves deram lugar, regularmente, à invenção e à aplicação de máquinas novas. Podemos dizer que as máquinas eram a arma que os capitalistas empregavam para derrubar o trabalho especial em revolta. A *self-acting mule*, a maior invenção da indústria moderna, pôs fora de combate os fiandeiros revoltados[cf]. Ainda que as coalizões e as greves conseguissem apenas voltar contra elas os esforços do gênio mecânico, sempre tiveram uma enorme influência sobre o desenvolvimento da indústria.

Prossegue o sr. Proudhon:

> Vejo, num artigo publicado pelo sr. Léon Faucher [...] em setembro de 1845[cg], que, há algum tempo, os operários ingleses perderam o hábito das *coalizões*, o que seguramente é um progresso pelo qual só podemos felicitá-los; mas essa melhora no moral dos operários decorre sobretudo de sua instrução econômica. "Os salários não dependem dos manufatureiros", bradou um operário fiandeiro no comício de Bolton. Nas épocas de depressão, os patrões são apenas, por assim dizer, o chicote com que se arma a necessidade e, querendo ou não, é preciso que chicoteiem. O princípio regulador é a relação entre a oferta e a demanda; e os patrões não têm esse poder [...].

E o sr. Proudhon exclama: "Até que enfim, eis operários bem-educados, operários modelares etc. etc. [...] Faltava essa miséria à Inglaterra: ela não cruzará o estreito"[12].

De todas as cidades da Inglaterra, Bolton é aquela onde o radicalismo está mais desenvolvido. Os operários de Bolton são conhecidos por serem extremamente revolucionários. Quando da grande agitação ocorrida na Inglaterra pela abolição das leis sobre os cereais[ch], os fabricantes ingleses não acreditaram que pudessem enfrentar os proprietários fundiários se não

colocassem os operários à frente. Mas, como os interesses dos operários não eram menos opostos aos dos fabricantes que os interesses dos fabricantes aos dos proprietários fundiários, era natural que os fabricantes não ficassem em desvantagem nos comícios dos operários. O que fizeram os fabricantes? Para salvar as aparências, organizaram comícios compostos em grande parte de contramestres, de um pequeno número de operários que lhes eram dedicados e de *amigos do comércio* propriamente ditos. Quando, em seguida, os verdadeiros operários tentaram participar desses comícios em Bolton e em Manchester, para protestar contra essas falsas demonstrações, foi-lhes proibida a entrada, sob o pretexto de que se tratava de um *ticket-meeting*. Entende-se por essa expressão um comício do qual só podem participar pessoas munidas de convite. No entanto, os cartazes colados nos muros anunciavam comícios públicos. Todas as vezes que havia comícios desse tipo, os jornais dos fabricantes noticiavam com pompa e detalhes os discursos que haviam sido proferidos. Não é preciso dizer que eram proferidos pelos contramestres. Os jornais de Londres reproduziam-nos literalmente. O sr. Proudhon tem a infelicidade de tomar os contramestres por operários comuns e dá-lhes a ordem de não cruzarem o estreito.

Se, em 1844 e 1845, as greves saltavam menos à vista que antes, é porque esses foram os dois primeiros anos de prosperidade para a indústria inglesa desde 1837. Contudo, nenhuma *trade union* foi dissolvida.

Ouçamos, agora, os contramestres de Bolton. Segundo eles, os fabricantes não são os donos dos salários porque não são os donos dos preços do produto, e não são os donos dos preços do produto porque não são os donos do mercado do universo. Por isso dão a entender que não é preciso fazer coalizões para arrancar aos patrões um aumento de salário. O sr. Proudhon, ao contrário, proíbe as coalizões por temor de que sejam seguidas de uma elevação de salários que acarretaria uma escassez geral. Não é preciso dizer que, num único ponto, existe um entendimento cordial

entre os contramestres e o sr. Proudhon: é que uma elevação dos salários equivale a uma alta nos preços dos produtos.

Mas o temor de uma escassez é a verdadeira causa do rancor do sr. Proudhon? Não. Muito simplesmente, ele não perdoa os contramestres de Bolton porque eles determinam o valor pela *oferta* e pela *demanda* e desprezam o *valor constituído*, o valor que passou ao estado de constituição, a constituição do valor, inclusive a *permutabilidade permanente* e todas as outras *proporcionalidades de relações* e *relações de proporcionalidade*, sempre acompanhadas da Providência.

> A greve dos operários é *ilegal*, e não é somente o Código Penal que o afirma, é o sistema econômico, é a necessidade da ordem estabelecida. [...] Que cada operário, individualmente, possa dispor livremente de sua pessoa e de seus braços, isso é tolerável; mas que por meio de coalizões os operários violentem o monopólio, eis o que a sociedade não pode permitir.[13]

O sr. Proudhon pretende fazer com que se tome um artigo do Código Penal por um resultado necessário e geral das relações da produção burguesa.

Na Inglaterra, as coalizões são autorizadas por um ato do Parlamento e foi o sistema econômico que forçou o Parlamento a dar a essa autorização uma sanção legal. Em 1825, quando, sob o ministro Huskisson, o Parlamento teve de modificar a legislação para adequá-la a um estado de coisas resultante da livre concorrência, foi preciso, necessariamente, abolir todas as leis que interditavam as coalizões dos operários. Quanto mais a indústria moderna e a concorrência se desenvolvem, mais existem elementos que provocam e favorecem as coalizões e, tão logo se tornem um fato econômico, assumindo mais consistência a cada dia, elas não tardam a se tornar um fato legal.

Portanto, o artigo do Código Penal prova, quando muito, que a indústria moderna e a concorrência ainda não estavam bem desenvolvidas sob a Assembleia Constituinte e o Império[ci].

Os economistas e os socialistas[cj] concordam num único ponto: na condenação das *coalizões*. A única diferença é que apresentam motivos diferentes para o ato de condenação.

Os economistas dizem aos operários: Não façam coalizões. Coligando-se, vocês obstruem a marcha regular da indústria, impedem os fabricantes de atender às encomendas, perturbam o comércio e precipitam a introdução de máquinas que, tornando seu trabalho parcialmente inútil, força-os a aceitar um salário ainda mais baixo. Ademais, seria em vão: o salário de vocês será sempre determinado pela relação entre os braços procurados e os braços oferecidos, e é um esforço tão ridículo quanto perigoso a revolta contra as leis eternas da economia política.

Os socialistas dizem aos operários: Não façam coalizões porque, no fim das contas, o que ganharão? Uma elevação de salário? Os economistas provarão inequivocamente que os poucos centavos que vocês poderiam conquistar em caso de êxito, por alguns momentos, serão seguidos de uma baixa permanente. Calculistas hábeis mostrarão que vocês precisarão de anos para recuperar, apenas considerando o aumento dos salários, as despesas que tiveram para organizar e manter as coalizões.

E nós, na qualidade de socialistas, diremos que, independentemente dessa questão de dinheiro, vocês não serão menos operários e os patrões não serão menos patrões, antes e depois. Sendo assim, não façam coalizões, não façam política, pois fazer coalizões não é fazer política?

Os economistas querem que os operários permaneçam na sociedade tal como ela está formada e tal como eles a consignaram e sancionaram em seus manuais.

Os socialistas querem que os operários abandonem a sociedade antiga para entrar melhor na nova sociedade que prepararam para eles com tanta previdência.

Apesar de uns e outros, apesar dos manuais e das utopias, as coalizões não deixaram nunca de progredir e crescer com o desenvolvimento e o

crescimento da indústria moderna. E isso a tal ponto que, hoje, o grau a que chega a coalizão em um país assinala nitidamente o grau que esse país ocupa na hierarquia do mercado do universo. A Inglaterra, onde a indústria atingiu o mais alto grau de desenvolvimento, possui as coalizões mais amplas e mais bem organizadas.

Na Inglaterra, não se ficou nas coalizões parciais, que só objetivavam uma greve passageira e desapareciam com ela. Formaram-se coalizões permanentes, *trade unions* que servem de baluarte aos operários em suas lutas contra os empresários. E, atualmente, todas essas *trade unions* locais encontram um ponto de união na National Association of United Trades[ck], cujo comitê central está localizado em Londres e já conta com 80 mil membros. A formação dessas greves, coalizões e *trade unions* caminha lado a lado com as lutas políticas dos trabalhadores, que hoje constituem um grande partido político sob a denominação de *cartistas*[cl].

É na forma de coalizões que sempre ocorrem as primeiras tentativas dos trabalhadores para se *associarem*.

A grande indústria aglomera num mesmo local uma multidão de pessoas que não se conhecem. A concorrência divide seus interesses. Mas a manutenção do salário, o interesse comum que elas têm contra o patrão, reúne-as num mesmo pensamento de resistência – *coalizão*. A coalizão, pois, tem sempre um duplo objetivo: fazer cessar entre elas a concorrência, para poder fazer uma concorrência geral ao capitalista. Se o primeiro objetivo da resistência é apenas a manutenção do salário, à medida que os capitalistas se reúnem num mesmo pensamento de repressão, as coalizões, inicialmente isoladas, agrupam-se e, em face do capital sempre reunido, a manutenção da associação torna-se mais importante para elas que a manutenção do salário. Isso é tão verdadeiro que os economistas ingleses assombram-se ao ver que os operários sacrificam boa parte do salário em defesa das associações que, para esses economistas, só existem em defesa do salário. Nessa luta – verdadeira guerra civil –, reúnem-se e

desenvolvem-se todos os elementos necessários a uma batalha futura. Uma vez chegada a esse ponto, a associação adquire um caráter político.

As condições econômicas primeiro transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Assim, essa massa já é uma classe em relação ao capital, mas não o é ainda para si mesma. Na luta, da qual assinalamos apenas algumas fases, essa massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política.

Na burguesia, devemos distinguir duas fases: aquela durante a qual ela se constituiu como classe, sob o feudalismo e a monarquia absoluta, e aquela em que, já constituída como classe, derrubou o feudalismo e a monarquia para fazer da sociedade uma sociedade burguesa. A primeira dessas fases foi a mais longa e exigiu os maiores esforços. Ela também se iniciou com coalizões parciais contra os senhores feudais.

Houve muitas pesquisas para descrever as diferentes fases históricas que a burguesia percorreu, desde a comuna até a sua constituição como classe. Mas, quando se trata de apresentar um quadro exato das greves, coalizões e outras formas pelas quais os proletários se organizam diante de nossos olhos como classe, alguns são invadidos por um temor real e outros demonstram um desprezo *transcendental*.

Uma classe oprimida é a condição vital de toda sociedade fundada no antagonismo entre classes. A libertação da classe oprimida implica, pois, necessariamente, a criação de uma sociedade nova. Para que a classe oprimida possa libertar-se, é preciso que os poderes produtivos já adquiridos e as relações sociais existentes não possam mais existir lado a lado. De todos os instrumentos de produção, o maior poder produtivo é a classe revolucionária. A organização dos elementos revolucionários como classe supõe a existência de todas as forças produtivas que possam engendrar-se no seio da sociedade antiga.

Isso significa que, após a ruína da velha sociedade, haverá uma nova dominação de classe, resumida num novo poder político? Não.

A condição de libertação da classe laboriosa é a abolição de toda classe, assim como a condição da libertação do terceiro Estado, da ordem burguesa, foi a abolição de todos os Estados[cm] e de todas as ordens.

No curso de seu desenvolvimento, a classe laboriosa substituirá a antiga sociedade civil por uma associação que excluirá as classes e seu antagonismo, e não haverá mais poder político propriamente dito, já que o poder político é justamente o resumo oficial do antagonismo na sociedade civil.

Entretanto, o antagonismo entre o proletariado e a burguesia é uma luta de uma classe contra outra, uma luta que, levada à sua mais alta expressão, é uma revolução total. Ademais, é de provocar espanto que uma sociedade fundada na *oposição* de classes conduza à *contradição* brutal, a um choque corpo a corpo como derradeira solução?

Não digam que o movimento social exclui o movimento político. Não há jamais um movimento político que não seja ao mesmo tempo social.

Somente numa ordem de coisas em que não houver mais classes e antagonismo de classes as *evoluções sociais* deixarão de ser *revoluções políticas*. Até lá, às vésperas de cada reorganização geral da sociedade, a última palavra da ciência social será sempre: "O combate ou a morte, a luta sanguinária ou o nada. É assim que a questão está irresistivelmente posta" (George Sand)[cn].

---

[a] Como se sabe, em 1º de dezembro de 1845, em Bruxelas, Marx foi obrigado a renunciar à cidadania prussiana.

[b] Trata-se das duas principais obras econômicas de François Quesnay: *Tableau économique* (1758) [ed. bras.: *Quadro econômico*, São Paulo, Nova Cultural, 1988] e *Analyse du tableau économique* (1766).

[c] Referência ao abade Nicolas Baudeau, contemporâneo de Quesnay, que em 1770 publicou *Explication du tableau économique*. Marx conheceu essa obra na edição de Daire.

[1] Pierre-Joseph Proudhon, *Système des contradictions économiques*, cit., t. I, p. 146.

[d] Em seu exemplar, Proudhon anotou: "É claro que se é forçado, porque, na sociedade, tudo é, não importa o que se diga, *contemporâneo*; como, na natureza, todos os átomos são eternos". Rubel considera essa "observação bem obscura" e aventa a hipótese de que ela tenha relação com as reflexões epistemológicas que, sobre o atomismo, estão no "prólogo" da obra de Proudhon.

[e] Alusão irônica às explicações etimológicas que são frequentes na obra de Proudhon, conhecedor da língua hebraica. Proudhon aprendeu esse idioma por volta de 1836, quando revisou as provas tipográficas de uma *Vulgata*, em Besançon.

[f] Nessa passagem, Marx retoma o argumento que desenvolvera em *A sagrada família*, cit., no cap. 5, item 2, "O mistério da construção especulativa".

[2] Georg Wilhelm Friedrich Hegel, *Logik*, III. [Trata-se, na verdade, de um resumo de um trecho da seção III, cap. 3, intitulado "Die absolute Idee" ("A ideia absoluta"), da obra *Wissenschaft der Logik* (*Ciência da lógica*).]

[g] Em seu exemplar, Proudhon anotou: "Muito bem; e isso é tão estúpido?". De fato, a ambição declarada de Proudhon é, como escreveu a Paul Ackermann em 4 de outubro de 1844, "popularizar a metafísica". É dele ainda a afirmação, reproduzida por Charles Augustin Sainte-Beuve: "Vou demonstrar que a economia política é a metafísica em ação".

[h] Em seu exemplar, Proudhon anotou: "Foi o que pretendi fazer; e creio que já é alguma coisa. Sua primeira observação não observa nada".

[i] Em seu exemplar, Proudhon anotou: "Mentira. Digo exatamente isso. A sociedade produz *leis* e os *materiais* de sua experiência".

[j] Marx retoma aqui um verso de Lucrécio, extraído de *rerum natura* (*Da natureza das coisas*), Livro III, verso 869: "*Mortalem vitam mors immortalis ademit*" ("A morte imortal ceifou a vida mortal"). Em seu exemplar, Proudhon anotou: "Sim, eternas como a humanidade, nem mais nem menos; e todas contemporâneas. Sua segunda observação não conduz a nada".

[k] Em seu exemplar, Proudhon anotou: "Digo exatamente tudo isso. Então, explique-me como você parte daí para falar sucessivamente dos objetos da economia política".

[l] Em seu exemplar, Proudhon anotou: "Quem lhe fala disso? Sua observação é uma calúnia".

[m] Na edição alemã de 1885, Engels introduziu aqui a seguinte nota: "Em 1847, isso era perfeitamente exato. Na época, o comércio dos Estados Unidos com o mundo limitava-se principalmente à importação de emigrantes e artigos industriais e à exportação de algodão e tabaco, ou seja, produtos do trabalho dos escravos do Sul. O Norte produzia sobretudo trigo e carne para as regiões escravagistas. A abolição da escravatura só foi possível quando o Norte começou a produzir trigo e carne para exportação, ao mesmo tempo que se industrializava, e o monopólio algodoeiro norte-americano começou a sofrer forte concorrência da Índia, do Egito, do Brasil etc. A consequência da abolição foi a ruína do Sul, que não conseguiu substituir a escravidão aberta dos negros pela escravidão camuflada dos *coolies* hindus e chineses".

[n] Ao longo dessa *quarta observação* de Marx, Proudhon fez seis anotações em seu exemplar. Considera "absurda" a interpretação que Marx oferece de sua dialética, nega qualquer intenção de suprimir o "lado mau" e afirma que essa observação é apenas "calúnia" e "mentira". No último parágrafo dessa *quarta observação*, Marx ironiza não apenas o título da obra de Proudhon como também suas disquisições sobre o problema da balança comercial.

[3] Pierre-Joseph Proudhon, *Système des contradictions économiques*, cit., t. II, p. 97.

[o] Em seu exemplar, Proudhon anotou: "Quando é que pretendi que os *princípios* sejam, mais que representação intelectual, causa geradora de fatos? [...] O verdadeiro sentido da obra de Marx está na queixa de que, em tudo, eu tenha pensado como ele e que o tenha dito antes dele. Só resta ao leitor crer que é Marx quem, depois de me ler, lamenta pensar como eu. Que homem!".

[p] Em seu exemplar, Proudhon anotou: "Não tenho necessidade dessa sua admissão".

[4] Pierre-Joseph Proudhon, *Système des contradictions économiques*, cit., t. II, p. 102.

[5] Ibidem, t. I, p. 133.

[q] Marx refere-se ao capítulo 8 do livro de Proudhon, intitulado "Da responsabilidade do homem e de Deus sob a lei da contradição, ou solução do problema da Providência".

[r] Em seu exemplar, Proudhon, indignado, fez várias anotações, concluídas pela frase: "Eis-me culpado também de adorar a Providência!".

[s] A expulsão dos arrendatários escoceses (*clearing of mates*) será objeto de um artigo de Marx, publicado no *New York Tribune* (9/2/1853), e tema do capítulo 27 do Livro I d'*O capital*. Ao longo de toda essa passagem, Proudhon fez várias anotações em seu exemplar; um de seus comentários foi: "Pasquinada!". Em face das observações de Marx sobre sua filosofia da igualdade, escreveu: "O que significa essa chicana? – As gerações *transformam!* – Digo que o mesmo princípio une, governa todas as manifestações; só sei de *transformação*. A França de 1789 transformou seu monarca absoluto em monarca constitucional. Muito bem. Eis seu estilo. De minha parte, digo que o Estado, em 1789, regularizou a divisão de poderes políticos existentes antes de 1789. O leitor julgará. A sexta observação incide sobre Hegel e nada expõe". No fim, quando Marx ironiza sua ternura pela Providência, Proudhon se irrita novamente: "Quanta asneira sobre o que escrevi!".

[t] Marx refere-se à *Histoire de l'économie politique*, de Alban de Villeneuve-Bargemont, publicada em Bruxelas, em 1839, pela Société Nationale.

[u] No exemplar oferecido a Natália Utina, figura esta anotação: "da classe trabalhadora".

[v] Em seu exemplar, Proudhon fez várias anotações: "Marx tem a pretensão de apresentar, em oposição ao que eu teria escrito, tudo isso como sendo seu?"; "Tudo isso é da minha lavra"; "Eu disse tudo isso".

[w] Em seu exemplar, Proudhon anotou: "Marx faz como Vidal". Em seus *Carnets*, Proudhon acusa Vidal dos mesmos "crimes" de Marx: incompreensão e plágio.

[x] Em seu exemplar, junto das observações de Marx acerca dos utopistas, Proudhon anotou: "Plágio do meu primeiro capítulo". Quanto à frase "Voltemos ao sr, Proudhon", escreveu: "Mas como? *Voltemos!* Se as páginas precedentes são uma cópia do que redigi".

[y] Pierre-Joseph Proudhon, *Système des contradictions économiques*, cit., t. I, p. 93.

[z] Ibidem, t. I, p. 94.

[aa] Idem.

[ab] Ibidem, t. I, p. 97.

[ac] Em seu exemplar, Proudhon anotou: "O que tudo isso prova? Que a humanidade progride lentamente".

[ad] Pierre-Joseph Proudhon, *Système des contradictions économiques*, cit., t. I, p. 95-6.

[ae] Marx tira essa passagem da tradução francesa de Adam Smith, *Recherches sur la nature et les causes de la richesse des nations* (Paris, H. Agasse, 1802), t. I, p. 33-4.

[af] Essa frase é uma citação quase literal de Adam Smith.

[ag] Em seu exemplar, Proudhon anotou: "Certo. Mas Smith esclareceu o problema? Não".

[ah] Lemontey refere-se a seu livro *Raison, folie, chacun son mot: petit cours de morale mis a la portée des vieux enfants* (Paris, Deterville, 1801).

[ai] Pierre-Édouard Lemontey, *Oeuvres complètes* (Paris, A. Sautelet et Cie., Brissot-Thivars, A. Mesnier, 1829-1832), t. I, p. 194.

[6] Adam Ferguson, *Essai sur l'histoire de la société civile*, Paris, [Veuve Desaint,] 1783 [t. II, p. 108-10.]

[7] Pierre-Joseph Proudhon, *Système des contradictions économiques*, cit., t. I, p. 97.

[aj] Em seu exemplar, Proudhon anotou: "O problema não está esclarecido".

[ak] Pierre-Joseph Proudhon, *Système des contradictions économiques*, cit., t. I, p. 97-8.

[al] Paralogismo: raciocínio falso. Kant analisou o paralogismo no segundo livro da *Crítica da razão pura* (ed. bras.: Petrópolis/Bragança Paulista, Vozes/Editora Universitária São Francisco, 2012).

[am] Em seu exemplar, Proudhon anotou: "Vamos, caro Marx, você tem má-fé, enfim, não sabe nada".

[an] Em seu exemplar, Proudhon anotou: "Quem diz isso é um filósofo".

[ao] Pierre-Joseph Proudhon, *Système des contradictions économiques*, cit., t. I, p. 135-6 e 161.

[ap] Ibidem, t. I, p. 161.

[aq] Ibidem, t. I, p. 163.

[ar] Essa questão será retomada e desenvolvida por Marx n'*O capital*, Livro I, cit.; ver em especial o capítulo 24, "A assim chamada acumulação primitiva", item 2, "Expropriação da terra pertencente à população rural", p. 788-804.

[8] Charles Babbage, *Traité sur l'économie des machines*, Paris, [Bachelier,] 1833. [A citação de Marx foi extraída da página 230 desse livro, cujo título completo é *Traité sur l'économie des machines et des manufactures*.]

[as] Em seu exemplar, Proudhon fez várias anotações: "Não a divisão no sentido de A. Smith, mas a grande divisão natural das profissões"; "Mantenho o que escrevi"; "Logo, a máquina vem depois da divisão"; "Logo, a oficina que reúne as partes do trabalho vem depois da divisão".

[at] Em seu exemplar, Proudhon fez as seguintes anotações, referentes aos dois últimos parágrafos: "Sem dúvida, trata-se de uma sucessão apenas lógica"; "Sim"; "Sim, tudo isso é verdadeiro, ao mesmo tempo"; "Muito bem: isso se explica perfeitamente na sua teoria, como o desenvolvimento paralelo da riqueza e da miséria".

[au] Em seu exemplar, Proudhon anotou: "Absurdo, como a opinião que supõe desacreditar a balança comercial pelos vexames alfandegários". Aqui, há uma alusão ao nono capítulo de seu livro, dedicado à "sexta época", 1825, data da primeira crise de superprodução.

[av] Andrew Ure, *Philosophie des manufactures ou Économie industrielle* (Bruxelas, Périchon, 1836), t. I, p. 21-3.

[aw] Em seu exemplar, Proudhon anotou: “A divisão, para mim, é anterior a A. Smith; ela é tomada também num sentido mais largo”.

[ax] Em seu exemplar, Proudhon anotou: “Um é consequência do outro; e tudo o que se diz do primeiro cabe para o segundo”.

[ay] Em seu exemplar, Proudhon escreveu: “Muito bem: assinalei essa oposição – a degradação do operário é maior no que você chama de *sistema automático* do que naquilo que A. Smith denomina divisão. Quanto a mim, indiquei esses dois graus pela *divisão* e pelas *máquinas*. Eu disse: a divisão do trabalho retalha, mutila, dispersa o homem; as máquinas o *escravizam* – é exatamente o mesmo que o dr. Ure afirma”. Aqui, Proudhon se refere aos capítulos 3 (“A divisão do trabalho”) e 4 (“As máquinas”) do seu livro.

[9] Andrew Ure, *Philosophie des manufactures ou Économie industrielle*, cit., t. I, cap. 1 [p. 34-5.]

[az] Pierre-Édouard Lemontey, *Oeuvres complètes*, cit., t. I, p. 213.

[ba] Em seu exemplar, Proudhon anotou: “Muito bem: como você entende esse desenvolvimento integral?”. E mais: “Sim, desde que se tratasse de resolver a antinomia da divisão; mas não resumi tudo a isso...”. “É preciso que o operário, sempre sintetizando a habilidade antiga e a moderna, saiba trabalhar ao mesmo tempo com as mãos e com as máquinas...”. “Porque é absurdo que ele possa prescindir da máquina, ele, que é substituído por ela [...]. O sintetismo, chegado ao mais alto grau, exige do operário, simultaneamente, uma capacidade maior e um menor desenvolvimento” (o que se segue é ilegível; Rubel sugere: “da sagacidade”).

[bb] Pierre-Joseph Proudhon, *Système des contradictions économiques*, cit., t. I, p. 186 e 188.

[bc] Ibidem, t. I, p. 185.

[bd] Ibidem, t. I, p. 185-6.

[be] Ibidem, t. I, p. 185.

[bf] Idem.

[bg] Na edição alemã, Engels introduziu o seguinte esclarecimento: “Os adeptos de Fourier”.

[bh] Pierre-Joseph Proudhon, *Système des contradictions économiques*, cit., t. I, p. 187.

[bi] Em seu exemplar, à margem desses três últimos parágrafos, Proudhon anotou: “Sinônimos”, “Outros sinônimos”. Essas foram suas últimas observações. Em seus *Carnets*, ele faz um último juízo de Marx: “Marx é a *tênia* do socialismo” (27 set. 1847); dois meses depois (20 nov. 1847), afirma que Marx, Molinari, Vidal e Cabet comentaram seu livro “com uma suprema má-fé, inveja ou estupidez”. Mais tarde (24 dez. 1847), propõe-se escrever um artigo contra os judeus, “essa raça que envenena tudo”; pretende exigir a expulsão dos judeus da França, porque “o judeu é inimigo do gênero humano”. Conclui: “É preciso recambiar essa raça para a Ásia ou exterminá-la”. Aqui, Marx é relacionado a Heine, A. Weil, Rotschild, Crémieux e Fould, “seres iníquos, biliosos, invejosos, ásperos etc. etc., que nos odeiam”.

[bj] Pierre-Joseph Proudhon, *Système des contradictions économiques*, edição de 1923, t. I, p. 211 e 212.

[bk] Ibidem, t. I, p. 191-2.

[bl] Literalmente: diz-se do bispo católico cujo título é puramente honorífico. No texto, o sentido é: fora da realidade.

[bm] Pierre-Joseph Proudhon, *Système des contradictions économiques*, cit., t. I, p. 223.

[bn] Ibidem, t. I, p. 235.

[bo] Ibidem, t. I, p. 236-7.

[bp] Pellegrino Rossi, *Cours d'économie politique* (Paris, Joubert, 1840-1841), t. I e II.

[bq] Pierre-Joseph Proudhon, *Système des contradictions économiques*, cit., t. I, p. 284-5.

[br] James Steuart, *Recherches des principes* de *l'économie politique* (Paris, Didot, 1789), t. II, p. 190-1. A primeira edição inglesa desse livro foi publicada em Londres, em 1767.

[bs] Pierre-Joseph Proudhon, *Système des contradictions économiques*, cit., t. II, p. 265.

[bt] Idem.

[bu] Marx extrai essa citação do conto de Voltaire, "O homem dos quarenta escudos", publicado em Amsterdã, em 1768. Aqui, valemo-nos da tradução de Mário Quintana: Voltaire, *Contos* (São Paulo, Abril, 1972, "Os Imortais da Literatura Universal", n. 40), p. 386.

[bv] Pierre-Joseph Proudhon, *Système des contradictions économiques*, cit., t. II, p. 270-2.

[bw] Literalmente: um deus (baixado) por uma máquina. No teatro da Antiguidade, os atores que representavam os deuses eram baixados à cena por meio de uma máquina. Em sentido figurado, a expressão designa a aparição súbita de um personagem que salva uma situação.

[bx] No exemplar oferecido a Natália Utina, essa frase foi modificada: "Para que a doutrina de Ricardo, aceitos seus postulados, seja verdadeira de modo geral, é preciso ainda...".

[by] No exemplar oferecido a Natália Utina, e na edição francesa de 1896, em lugar de "em terrenos de qualidade inferior", aparece "na terra".

[bz] No exemplar oferecido a Natália Utina, em lugar de "por exemplo, na indústria algodoeira", aparece "em uma manufatura qualquer".

[ca] No exemplar de Natália Utina, lê-se: "É possível que a renda não exista ainda, mesmo em um país onde o arrendamento seja extremamente desenvolvido". A edição francesa de 1896 registra: "É possível que a renda não exista ainda, como na Irlanda, apesar...". A edição alemã de 1885 consigna: "Pode ocorrer, como na Irlanda, que a renda não exista ainda, apesar...".

[cb] Na edição alemã de 1885, esse parágrafo foi suprimido. Ademais, no parágrafo anterior, logo depois de "o capitalista industrial", introduziu-se: "que explora a terra por meio de seus operários assalariados e só paga ao proprietário do solo o excedente que resta após a dedução do custo de produção, inclusive o lucro do industrial".

[cc] Aqui, Marx se refere a James Mill, e não a seu filho John Stuart Mill, como ele mesmo esclarece em carta a Sorge, em 20 de junho de 1881, em que afirma que alude a Mill, "o velho, e não a seu filho John Stuart, que retomou essa ideia modificando-a um pouco". Ver Karl Marx e Friedrich Engels, *Correspondance* (Moscou, Progrès, 1976), p. 342.

[cd] Pierre-Joseph Proudhon, *Système des contradictions économiques*, cit., t. II, p. 271.

[ce] Ibidem, t. II, p. 265.

[10] Ver William Petty, economista inglês do tempo de Carlos II. [A referência de Marx é ao texto "Political Arithmetick", incluído no livro *Several Essays in Political Arithmetick* (Londres, Robert Clavel and Henry Mortlock, 1699).]

[11] Pierre-Joseph Proudhon, *Système des contradictions économiques*, cit., t. I, p. 110-1.

[cf] Recordemos um pouco da cronologia das invenções da indústria têxtil: 1735, o tear de John Wyatt; 1764, a *mule jenny*, máquina de fiar hidráulica, de James Hargreaves, aperfeiçoada por Arkwright em 1769-1771; 1779, a *mule* de Samuel Crompton; 1825, a *self-acting mule* de Richard Robert.

[cg] Trata-se do artigo "Les coallitions condamnées par les ouvriers anglais", publicado no *Journal des Économistes*, v. II, ago.-nov. 1845, p. 113-20.

[12] Pierre-Joseph Proudhon, *Système des contradictions économiques*, cit., t. I, p. 261-2.

[ch] As leis relativas aos cereais, procurando limitar ou proibir a importação de grãos, foram implantadas na Inglaterra a partir de 1815, beneficiando os grandes proprietários fundiários (*landlords*). A burguesia industrial lutou contra essas leis, sob a consigna da liberdade de comércio, e conseguiu sua abolição em 1846.

[13] Pierre-Joseph Proudhon, *Système des contradictions économiques*, cit., t. I, p. 334-5. [Até por volta de 1800, a legislação inglesa declarava ilegais todas as coalizões. Essa legislação foi abolida em 1824 e, a partir do ano seguinte, as *trade unions* se expandem.]

[ci] As leis então vigentes na França – a chamada "lei de Le Chapelier", adotada pela Assembleia Constituinte em 1791, e o Código Penal, redigido no período imperial de Napoleão – proibiam aos operários associações e greves. Essa legislação só foi abolida em 1884.

[cj] Na edição alemã de 1885, Engels introduziu a seguinte nota: "Ou seja, os socialistas da época, adeptos de Fourier na França, de Owen na Inglaterra".

[ck] Essa Associação Nacional das Profissões Unidas foi criada em 1845 e desenvolveu grande mobilização para defender melhorias na legislação fabril e nas condições de venda da força de trabalho. Existiu até o início dos anos 1860, mas a partir de 1851 não desempenhou nenhum papel importante no movimento sindical.

[cl] Denomina-se *cartismo* (por suas reivindicações básicas, contidas na Carta do Povo) o movimento político que empolgou os trabalhadores ingleses entre 1830 e 1850. No verão de 1846, Marx estabeleceu relações com George Harvey e Feargus O'Connor, líderes cartistas.

[cm] Na edição alemã de 1885, Engels introduziu a seguinte nota: "*Estado* tem aqui o sentido histórico das ordens do Estado feudal, desfrutando de privilégios bem delimitados. A revolução burguesa aboliu as ordens e, ao mesmo tempo, seus privilégios. A sociedade burguesa só conhece *classes*. Portanto, contradiz totalmente a história a designação do proletariado como *quarto Estado*".

[cn] A frase é extraída do romance histórico *Jean Ziska: épisode de la Guerre des Hussites*, publicado pela primeira vez em 1843.

Anexos

Prefácio de Engels
à primeira edição alemã[A]

Esta obra foi escrita durante o inverno de 1846-1847, quando Marx elaborou definitivamente os princípios fundamentais de sua nova concepção histórica e econômica. O livro de Proudhon, *Système des contradictions économiques ou Philosophie de la misère* [Sistema das contradições econômicas ou Filosofia da miséria][b], publicado pouco antes, propiciou-lhe a oportunidade para desenvolver esses princípios fundamentais, contrapondo-os aos pontos de vista do homem que, a partir de então, ocuparia a posição mais proeminente entre os socialistas franceses da época. Desde os tempos em que discutiam juntos, em Paris, essas questões econômicas, muitas vezes durante noites inteiras, seus caminhos se afastaram cada vez mais; o livro de Proudhon mostrou que já havia um abismo intransponível entre eles; era impossível silenciar. Marx constatou essa ruptura irreparável na resposta que lhe deu.

O julgamento global de Marx sobre Proudhon encontra-se no artigo[c] que é reproduzido no apêndice e apareceu pela primeira vez nos números 16, 17 e 18 do *Sozial-Demokrat* [Social-Democrata][d], de Berlim. Esse foi o único artigo escrito por Marx para tal periódico. Tendo-se manifestado desde logo as tentativas do sr. von Schweitzer de conduzir o jornal para

águas governamentais e feudais, sentimo-nos obrigados a retirar publicamente nossa colaboração ao cabo de poucas semanas[e].

Hoje, este livro tem um significado para a Alemanha que Marx jamais previu. Como ele poderia imaginar que, atacando Proudhon, atingiria o ídolo dos arrivistas modernos, esse Rodbertus do qual nem sequer conhecia o nome?

Este não é o lugar para o exame detalhado das relações entre Marx e Rodbertus. Em breve terei a oportunidade de fazê-lo[f]. Direi apenas que, quando Rodbertus acusa Marx de tê-lo "saqueado" e de, n'*O capital*, ter tirado proveito de seu livro *Zur Erkenntnis*[g] sem citá-lo etc., ele chega às raias de uma calúnia que só se explica pelo mau humor natural de um gênio desconhecido e pela assombrosa ignorância acerca do que acontece fora da Prússia, em especial da literatura econômica e socialista. Essas acusações, tanto quanto a obra de Rodbertus já mencionada, jamais chegaram ao conhecimento de Marx. Ele conhecia de Rodbertus apenas as três *Sozialen Briefe*[h], e mesmo estas não antes de 1858 ou 1859.

É com mais fundamento que Rodbertus assegura nessas cartas ter descoberto "o valor constituído de Proudhon" bem *antes* de Proudhon. Mas vangloria-se equivocadamente, mais uma vez, acreditando tê-lo descoberto *primeiro*. De qualquer maneira, nosso livro o critica com Proudhon, e isso me obriga a me estender um pouco sobre o seu opúsculo "fundamental", *Zur Erkenntnis unserer staatswirtschaftlichen Zustande* [Contribuição ao conhecimento de nosso regimento econômico], de 1842, ao menos na medida em que este, além do comunismo à Weitling que contém (inconscientemente, aliás), antecipa Proudhon.

Na medida em que o socialismo moderno, qualquer que seja sua tendência, procede da economia política burguesa, ele se encontra ligado quase exclusivamente à teoria do valor de Ricardo. As duas proposições que Ricardo estabelece, em 1817, no início de seus *Principles*[i] – 1º) que o valor de toda mercadoria é determinado única e exclusivamente pela

quantidade de trabalho necessário para sua produção e 2º) que o produto da totalidade do trabalho social é dividido entre três classes: a dos proprietários fundiários (renda), a dos capitalistas (lucro) e a dos operários (salário) –, essas duas proposições já haviam dado matéria na Inglaterra, desde 1821, a conclusões socialistas[j]. Elas foram deduzidas com tanta profundidade e clareza que essa literatura, hoje quase esquecida e em grande parte recuperada por Marx, não foi superada até a publicação d'*O capital*. Voltaremos em outra oportunidade a essa questão. Em 1842, quando Rodbertus extraiu conclusões socialistas das proposições referidas, isso significou, naturalmente, um passo importante para um alemão, mas só na Alemanha foi uma descoberta. Marx mostra a pouca originalidade dessa aplicação da teoria de Ricardo a Proudhon, que sofria da mesma imaginação:

> Qualquer pessoa minimamente familiarizada com o movimento da economia política na Inglaterra não ignora que quase todos os socialistas desse país propuseram, em épocas diferentes, a aplicação igualitária [isto é, socialista] da teoria ricardiana. Poderíamos citar ao sr. Proudhon: a *Economia política*, de Hodgskin, de 1827; William Thompson: *An Inquiry into the Principles of the Distribution of Wealth, Most Conducive to Human Happiness* [Investigação sobre os princípios de distribuição da riqueza, melhor conducentes à felicidade humana], de 1824; T. R. Edmonds, *Practical, Moral and Political Economy* [Economia prática, moral e política], de 1828, etc. etc. e quatro páginas de etc. Contentamo-nos em dar a palavra a um *comunista* inglês, o sr. Bray. Citaremos as passagens decisivas da sua notável obra: *Labour's Wrongs and Labour's Remedy* [Sofrimentos da classe trabalhadora e sua solução] (Leeds, 1839) [...].[k]

E apenas as citações de Bray suprimem, em boa parte, a prioridade reivindicada por Rodbertus.

Naquela época, Marx ainda não entrara na sala de leitura do Museu Britânico. Além das bibliotecas de Paris e Bruxelas, além de meus livros e resumos, que ele lera durante uma viagem de seis semanas que fizemos juntos à Inglaterra no verão de 1845, consultara apenas as obras que encontrara em Manchester. A literatura a que nos referimos não era, pois, tão inacessível como pode ser hoje. Se, apesar disso, continuou ignorada

por Rodbertus, a razão está exclusivamente no fato de que ele era um prussiano obtuso. Ele é o verdadeiro fundador do socialismo especificamente prussiano e hoje é enfim reconhecido como tal.

Contudo, nem mesmo em sua amada Prússia Rodbertus teve paz. Em 1859, apareceu em Berlim a primeira edição da *Contribuição à crítica da economia política*, de Marx[l]. Destaca-se ali, entre as objeções levantadas pelos economistas contra Ricardo, como segunda objeção, na página 40:

> Se o valor de troca de um produto é igual ao tempo que contém, o valor de troca de um dia de trabalho é igual a seu produto. Ou o salário de trabalho deve ser igual ao produto do trabalho. Mas o caso é que sucede o contrário.[m]

E em nota:

> Essa objeção feita a Ricardo pelos economistas burgueses foi renovada mais tarde pelos socialistas. Suposta a correção teórica da fórmula, censurou-se a prática de contradizer a teoria e se convidou a sociedade burguesa a tirar praticamente a pretendida consequência de seu princípio teórico. Pelo menos desse modo os socialistas ingleses tergiversaram a fórmula do valor de troca contra a Economia Política.[n]

Nessa mesma nota, remete-se a *Miséria da filosofia*, de Marx, que àquela altura ainda estava à venda nas livrarias.

Era, pois, bastante fácil para Rodbertus convencer-se da novidade real de suas descobertas de 1842. Em vez de fazê-lo, não se cansa de proclamá-las e acredita serem tão insuperáveis que não lhe ocorre nem uma única vez que Marx pudesse ter tirado sozinho suas conclusões de Ricardo como ele próprio fizera! Nunca! Marx o "saqueou" – ele, a quem o próprio Marx oferecia todas as facilidades para convencer-se de que, bem antes de ambos, essas conclusões, ao menos sob a forma tosca que ainda conservavam em Rodbertus, já haviam sido enunciadas na Inglaterra!

A mais simples aplicação socialista da teoria de Ricardo é aquela que demos acima. Em muitos casos, ela conduziu a considerações sobre a origem e a natureza do mais-valor que ultrapassam largamente Ricardo. É assim também em Rodbertus. Deixando de lado o fato de que, nessa ordem de ideias, ele não oferece nada que já não tenha sido ao menos enunciado

antes dele, sua exposição apresenta os mesmos defeitos daquela de seus predecessores: ele aceita as categorias econômicas trabalho, capital, valor, na forma bruta em que lhe foram transmitidas pelos economistas, uma forma que se detém na superfície, sem buscar o conteúdo. Desse modo, ele não só se priva de qualquer meio de desenvolvê-las mais inteiramente – ao contrário de Marx, que foi o primeiro a fazer alguma coisa com essas proposições, que são repetidamente retomadas há 64 anos – como toma ainda o caminho que leva diretamente para a utopia, como se demonstrará.

A aplicação precedente da teoria de Ricardo – que mostra aos trabalhadores que a totalidade da produção social, que é o *seu* produto, apenas a eles pertence porque são os únicos produtores reais – conduz diretamente ao comunismo. Mas ela é também, como assinala Marx, formalmente falsa em termos econômicos, porque é uma simples aplicação da moral à economia. Segundo as leis da economia burguesa, a maior parte do produto não pertence aos operários que o criaram. Se dizemos que isso é injusto, que não deve ser assim, isso não tem nada a ver com a economia. Dizemos apenas que esse fato econômico colide com nosso senso moral. Por isso, Marx jamais fundou suas reivindicações comunistas nesses argumentos, e sim na ruína necessária, que se consuma sob nossos olhos, todos os dias e cada vez mais, do modo de produção capitalista. Marx se limita a dizer que o mais-valor se constitui de trabalho não pago: isso é fato puro e simples. Mas o que pode ser formalmente falso do ponto de vista econômico pode ser verdadeiro do ponto de vista da história universal. Se o senso moral da massa considera injusto um fato econômico qualquer, como outrora a escravatura ou a servidão, isso prova que o fenômeno em tela é anacrônico, que outros fatos econômicos surgiram graças aos quais o primeiro se tornou intolerável, insustentável. Por trás da inexatidão econômica formal pode ocultar-se um conteúdo econômico real. Aqui, porém, seria despropositado nos estendermos sobre a importância e a história da teoria do mais-valor.

No entanto, podem-se ainda tirar outras inferências da teoria do valor de Ricardo, e isso foi feito. O valor das mercadorias é determinado pelo trabalho necessário à sua produção. Entretanto, acontece que, neste nosso mundo de pecados, as mercadorias são compradas ora acima, ora abaixo de seu valor, e sem que haja nenhuma relação com as variações da concorrência. Do mesmo modo que a taxa de lucro tende a manter-se num mesmo nível para todos os capitalistas, os preços das mercadorias tendem a reduzir-se ao valor do trabalho por intermédio da oferta e da procura. No entanto, a taxa de lucro é calculada segundo o capital total investido numa empresa industrial; ora, como em dois ramos industriais diferentes a produção anual pode incorporar massas de trabalho iguais, isto é, apresentar valores iguais, e, se os salários podem ser igualmente altos nesses dois ramos, os capitais investidos podem ser, e frequentemente o são, o dobro ou o triplo num ou noutro; nesse caso a lei do valor de Ricardo, como o próprio Ricardo percebeu, contradiz a lei da equalização da taxa de lucro. Se os produtos dos dois ramos industriais são vendidos por seu valor, as taxas de lucro não podem ser iguais; mas, se as taxas de lucro são iguais, os produtos dos dois ramos industriais não são vendidos por seu valor sempre e por toda parte. Temos aqui uma contradição, uma antinomia de duas leis econômicas. A solução prática se dá, segundo Ricardo (capítulo I, seções 4 e 5), regularmente em favor da taxa de lucro, em detrimento do valor.

Mas a determinação ricardiana do valor, apesar de seus aspectos nefastos, possui um lado que a torna gratificante ao bom burguês. Trata-se do lado pelo qual ela apela, com um vigor irresistível, ao seu senso de justiça. Justiça e igualdade de direitos são os pilares com o auxílio dos quais o burguês dos séculos XVIII e XIX desejava construir seu edifício social sobre as ruínas das injustiças, das desigualdades e dos privilégios feudais. Como Marx demonstrou, a determinação do valor das mercadorias pelo trabalho e a livre troca que se realiza segundo essa medida de valor entre possuidores iguais em direito são os fundamentos reais sobre os quais se

edificou toda a ideologia política, jurídica e filosófica da burguesia moderna. Uma vez sabido que o trabalho é a medida das mercadorias, os bons sentimentos do bravo burguês devem se sentir profundamente feridos pela maldade de um mundo que reconhece nominalmente esse princípio de justiça, mas, na realidade, a cada instante, e sem se abalar, parece deixá-lo de lado. Sobretudo o pequeno-burguês, cujo trabalho honesto – ainda que seja apenas o de seus operários e aprendizes – perde cada dia mais seu valor em consequência da concorrência da grande produção e das máquinas; sobretudo, o pequeno produtor deve desejar ardorosamente uma sociedade em que a troca dos produtos segundo seu valor de trabalho seja uma verdade plena e absoluta. Noutras palavras: ele deve desejar ardorosamente uma sociedade em que reine exclusiva e plenamente uma lei única de produção das mercadorias, mas na qual estejam suprimidas as condições que garantem a vigência dessa lei, ou seja, as outras leis da produção das mercadorias e, melhor ainda, da produção capitalista.

Essa utopia criou raízes profundas na mentalidade do pequeno-burguês moderno – real ou ideal. A prova é que, já em 1831, ela foi sistematicamente desenvolvida por John Gray[o], ensaiada na prática e divulgada nessa mesma época na Inglaterra, proclamada como a mais recente verdade em 1842 por Rodbertus, na Alemanha, e em 1846 por Proudhon, na França; em 1871, foi publicada novamente por Rodbertus como solução para a questão social e, por assim dizer, como seu testamento social[p]; em 1884, colhe a adesão da camarilha que, em nome de Rodbertus, se esforça para explorar o socialismo de Estado prussiano[q].

Marx faz uma crítica tão exaustiva dessa utopia, tanto contra Proudhon quanto contra Gray[r], que posso limitar-me a poucas observações sobre a forma específica que Rodbertus adotou para fundamentá-la e expô-la.

Como dissemos, Rodbertus aceita os conceitos econômicos tradicionais na forma exata como foram apresentados pelos economistas. E faz poucas tentativas para verificá-los. Para ele, o valor é a “avaliação quantitativa de

uma coisa em relação às outras, sendo tomada essa avaliação como medida"[s].

Essa definição, no mínimo pouco rigorosa, oferece-nos, no melhor dos casos, uma ideia aproximada do valor, mas não esclarece, em absoluto, o que ele é. E, como isso é tudo o que Rodbertus pode dizer-nos sobre o valor, é compreensível que procure uma medida do valor fora do valor. Depois de examinar ao acaso, na maior desordem, o valor de uso e o valor de troca, com uma capacidade de abstração que causa infinito assombro a Adolph Wagner[t], Rodbertus conclui que não existe uma medida real do valor e que devemos contentar-nos com uma medida supererrogatória. O trabalho poderia ser essa medida, mas apenas no caso de troca entre produtos de iguais quantidades de trabalho, independentemente de que o caso seja "tal em si mesmo ou que se tenham tomado providências para tanto"[u]. Consequentemente, valor e trabalho continuam sem o mínimo vínculo real, embora o primeiro capítulo da obra seja inteiramente consagrado a explicar como e por que as mercadorias "custam trabalho" e nada mais que trabalho.

O trabalho é tomado mais uma vez sob a forma como se apresenta nos economistas. Ou nem sequer isso. Pois, embora Rodbertus aluda rapidamente às diferenças de intensidade do trabalho, este é muito geralmente representado como algo que "custa", isto é, que é medida de valor, seja ou não empregado na média das condições normais da sociedade. O fato de os produtores investirem um dia ou dez dias na fabricação de produtos que podem ser feitos em um dia, de utilizarem os melhores ou piores instrumentos, de aplicarem seu tempo de trabalho na fabricação de artigos socialmente necessários e na quantidade socialmente exigida, ou de fabricarem artigos para os quais não há demanda, ou artigos em quantidade superior ou inferior à demanda, nada disso interessa a Rodbertus: o trabalho é o trabalho, o produto de um trabalho igual deve ser trocado por um produto de trabalho igual. Rodbertus, que em outras questões está sempre

disposto, pertinente ou impertinentemente, a adotar o ponto de vista nacional, e a considerar as relações dos produtores a partir das alturas do observatório da sociedade em geral, aqui evita temerosamente tudo isso. Simplesmente porque, desde a primeira linha de seu livro, ele se joga na utopia dos vales de trabalho e qualquer análise do trabalho como produtor de valor acabaria semeando um caminho de obstáculos intransponíveis. Aqui, o instinto de Rodbertus é consideravelmente mais forte que sua capacidade de abstração, que, diga-se de passagem, só pode ser encontrada mediante a mais concreta indigência de ideias.

A passagem para a utopia é feita num piscar de olhos. As "disposições" que estabelecem a troca das mercadorias pelo valor do trabalho, segundo uma regra absoluta, não oferecem dificuldade. Outros utopistas da mesma tendência, de Gray a Proudhon, queimaram as pestanas para elaborar medidas sociais capazes de atingir esse objetivo. Pelo menos, tentaram resolver a questão econômica por vias econômicas, graças à ação do dono das mercadorias que realiza a troca. A solução de Rodbertus é muito mais simples. Como bom prussiano que é, apela para o Estado. Um decreto do poder público ordena a reforma.

Portanto, assim é "constituído" o valor, mas não a primazia dessa constituição, como pretende Rodbertus. Ao contrário, muito antes dele, Gray e Bray – entre diversos outros – cansaram de repetir esta mesma ideia: desejavam piamente as medidas pelas quais os produtos poderiam ser trocados, contra todos os obstáculos, sempre e em todas as circunstâncias por seu valor de trabalho.

Depois de constituir assim o valor – ao menos de uma parte dos produtos, pois Rodbertus é modesto –, o Estado emite vales de trabalho, faz adiantamentos aos capitalistas industriais, que pagam com eles os operários; estes, por sua vez, compram os produtos com os vales que receberam e assim permitem que o papel-moeda retorne ao ponto de partida. O próprio Rodbertus nos ensina como isso funciona de forma admirável:

> Quanto a essa segunda condição, atingir-se-á a disposição que exige que o valor consignado no vale esteja realmente em circulação dando apenas àquele que entrega realmente um produto um vale no qual será exatamente indicada a quantidade de trabalho empregado na produção do produto. Quem entrega um produto de dois dias de trabalho recebe um vale em que se lê: "dois dias". A segunda condição será necessariamente satisfeita pela estrita observância dessa regra na emissão. De acordo com nossa hipótese, o valor verdadeiro dos bens coincide com a quantidade de trabalho empregada em sua produção, e a medida dessa quantidade de trabalho é a unidade de tempo habitual. Quem entrega um produto ao qual foram dedicados dois dias de trabalho, se logra que lhe sejam certificados dois dias de trabalho, logrou apenas que lhe fosse distribuído ou certificado nem mais nem menos o valor que ele entregou de fato. E, ademais, como *somente* ele recebe a atestação de que pôs efetivamente um produto em circulação, ele tem certeza de que o valor consignado no vale é capaz de pagar a sociedade. Alargue-se quanto se queira a esfera da divisão do trabalho, se a regra é obedecida, *a soma de valor disponível deve ser exatamente igual à soma de valor certificado*. E, como a soma de valor certificado é exatamente a soma de valor distribuído, esta deverá *coincidir necessariamente com o valor disponível, todas as exigências são satisfeitas e a liquidação é exata*. (p. 166-7)

Se, até aqui, Rodbertus teve a infelicidade de chegar atrasado com suas descobertas, desta vez podemos atribuir-lhe o mérito de uma espécie de originalidade: nenhum de seus rivais se atrevera a dar à insensata utopia dos vales de trabalho essa forma ingenuamente pueril, permito-me dizer até verdadeiramente pomeraniana. Já que, para cada vale, entrega-se um objeto de valor correspondente e, por outro lado, já que cada objeto de valor somente é entregue contra um vale correspondente, necessariamente a soma dos vales deve ser coberta pela soma dos objetos de valor. As contas se resolvem sem resto, não há diferença nem de um segundo de trabalho, e nenhum contador da tesouraria da Fazenda Pública, embora velho na função, conseguirá encontrar o menor erro. É possível pedir mais?

Na sociedade capitalista atual, cada capitalista industrial produz por sua conta e risco o que quer, como e quanto quer. A quantidade socialmente exigida é uma grandeza desconhecida para ele, e ele ignora tanto a qualidade como a quantidade dos objetos demandados. O que hoje não pode ser entregue com rapidez suficiente pode ser oferecido amanhã acima da demanda. No entanto, bem ou mal, a demanda acaba satisfeita, e em geral a produção se regula pelos objetos demandados. Como se resolve essa

contradição? Pela concorrência. E como a concorrência chega à solução? Simplesmente depreciando abaixo de seu valor de trabalho as mercadorias que não são utilizáveis, por sua qualidade ou quantidade, no estado presente das demandas da sociedade, e, por essa via indireta, fazendo os produtores sentirem que têm em fábrica artigos absolutamente não utilizáveis, ou em quantidade supérflua, não utilizável. Seguem-se disso duas coisas.

Primeira: os desvios contínuos dos preços das mercadorias em relação aos valores das mercadorias constituem a condição necessária e apenas pela qual pode existir o valor das mercadorias. Somente pelas oscilações da concorrência e, consequentemente, dos preços das mercadorias é que a lei do valor na produção das mercadorias se efetiva e a determinação do valor pelo tempo de trabalho socialmente necessário se torna realidade. E que a forma de representação do valor, o preço, tenha, via de regra, um aspecto diferente daquele que ele manifesta é um acaso que ele compartilha com a maioria das relações sociais. Na maior parte das vezes, o rei se parece pouco com a monarquia que representa. Por isso, numa sociedade de produtores que trocam suas mercadorias, pretender determinar o valor pelo tempo de trabalho, impedindo que a concorrência estabeleça essa determinação na única forma pela qual ela pode fazê-la, influenciando os preços, evidencia apenas que, nesse âmbito, nós nos permitimos o habitual desprezo utópico pelas leis econômicas.

Segunda: a concorrência, realizando a lei do valor da produção das mercadorias numa sociedade de produtores que trocam suas mercadorias, funda com isso mesmo e em certas condições a única ordem e a única organização possíveis da produção social. Somente pela depreciação ou elevação dos preços dos produtos os produtores de mercadorias aprendem à própria custa quais produtos, e em que quantidade, são necessários à sociedade. E é precisamente esse regulador que a utopia compartilhada por Rodbertus quer eliminar. E, se perguntarmos que garantia temos de que será produzida a quantidade necessária de cada produto, de que não nos faltarão

trigo e carne nem haverá superabundância de açúcar de beterraba ou de aguardente de batata, de que não sentiremos falta de calças para cobrir nossa nudez nem se produzirão botões de calções aos milhares, Rodbertus nos mostrará triunfante sua famosa conta na qual se estabelece um certificado exato para cada libra de açúcar em excesso, para cada tonel de aguardente não comprado, para cada botão de calção não utilizado, uma conta "exata", em que "todas as exigências são satisfeitas e a liquidação é exata". E aquele que duvidar poderá dirigir-se ao sr. X, contador da tesouraria da Fazenda Pública da Pomerânia, que verificou o cálculo e comprovou sua exatidão e merece consideração por nunca ter sido culpado de nem um erro sequer em seu caixa.

Vejamos agora a ingenuidade com que Rodbertus pensa suprimir as crises comerciais e industriais mediante sua utopia. Quando a produção mercantil assume as dimensões do mercado mundial, é por um cataclismo, por uma crise comercial, que se estabelece o equilíbrio entre produtores isolados, que produzem segundo cálculos individuais, e o mercado para o qual produzem e do qual desconhecem as demandas em quantidade e qualidade[1]. Impedir que a concorrência mostre aos produtores isolados o estado do mercado por meio da subida ou da queda dos preços é deixá-los completamente às cegas. Organizar a produção das mercadorias de modo que os produtores não consigam conhecer o estado do mercado para o qual produzem é tratar as crises de uma maneira que até o doutor Eisenbart invejaria Rodbertus.

Compreende-se agora por que Rodbertus determina o valor das mercadorias pelo trabalho, admitindo, no máximo, graus diferentes de intensidade do trabalho. Se tivesse investigado por que e como o trabalho cria valor e, consequentemente, determina e mensura o valor, ele teria chegado ao trabalho socialmente necessário: necessário ao produto isolado em relação tanto a outros produtos da mesma espécie quanto à quantidade total socialmente exigida. Ele teria chegado à questão: como a produção dos

produtores isolados se adapta à demanda social total, e sua utopia seria impossível. Mas, dessa vez, Rodbertus preferiu abstrair: ele abstraiu do problema que deveria resolver.

Chegamos enfim ao ponto em que Rodbertus nos oferece algo realmente novo, ao ponto que o distingue de todos os seus numerosos camaradas da organização da troca com o auxílio dos vales de trabalho. Todos preconizam esse modo de troca com o objetivo de abolir a exploração do trabalho assalariado pelo capital. Cada produtor deve obter o valor total de trabalho de seu produto. Quanto a isso, todos estão de acordo, de Gray a Proudhon. De maneira nenhuma, diz Rodbertus. O trabalho assalariado e sua exploração devem subsistir.

Em primeiro lugar, não existe um estado social possível em que o trabalhador possa receber para seu consumo o valor total de seu produto. O fundo produzido deverá prover a uma quantidade de funções economicamente improdutivas, mas necessárias, consequentemente deve manter as pessoas que desempenham essas funções. Isso só é válido enquanto valer a atual divisão do trabalho. Numa sociedade em que o trabalho produtivo geral seja obrigatório, uma sociedade que se pode "imaginar", essa observância é derrogada. Restaria ainda a necessidade de um fundo social de reserva e acumulação, e os trabalhadores, isto é, todo o mundo, teriam a posse e o gozo de seu produto total, mas o trabalhador isolado não gozaria do produto integral de seu trabalho. A manutenção de funções economicamente improdutivas pelo produto do trabalho não foi ignorada pelos utopistas do vale de trabalho; porém deixam que os próprios operários efetuem a extração, seguindo o modo democrático habitual. Já Rodbertus, cuja reforma social de 1842 segue o molde do patrão do Estado prussiano na época, remete tudo ao julgamento da burocracia, que determina soberanamente a parte do operário no produto de seu próprio trabalho e a entrega graciosamente.

Em segundo lugar, renda fundiária e lucro devem continuar a existir. De fato, os proprietários fundiários e os capitalistas industriais exercem certas funções socialmente úteis, e até necessárias, se bem que economicamente improdutivas, e em troca recebem uma espécie de ordenado, renda e lucro – o que não é uma concepção nova, nem mesmo em 1842. Para dizer a verdade, eles recebem, hoje, muito pelo pouco que fazem, e que fazem bastante mal; mas Rodbertus precisa de uma classe privilegiada, ao menos para os próximos quinhentos anos, por isso a taxa de mais-valor – para falarmos com exatidão – deve ser mantida, mas não pode ser aumentada. Rodbertus aceita como taxa atual do mais-valor 200%. Isso significa que, para um trabalho diário de doze horas, o operário não receberá um vale de doze horas, mas de apenas quatro, e o valor produzido nas oito restantes será repartido entre o proprietário fundiário e o capitalista. Numa palavra, os vales de trabalho de Rodbertus não passam de uma mentira. E é preciso ser proprietário feudal na Pomerânia para acreditar que existe uma classe operária à qual convém trabalhar doze horas para receber um vale de quatro horas. Se traduzirmos os malabarismos da produção capitalista nessa linguagem ingênua, ela aparece como um roubo descarado e se torna inviável. Cada vale entregue ao operário seria uma convocação direta à insurreição e cairia sob a alçada do artigo 110 do Código Penal do Império Germânico. É preciso nunca ter visto outro proletariado senão o de uma propriedade de fidalgote da Pomerânia, proletário jornaleiro, quase em regime de servidão, onde reinam o chicote e o cacete e onde todas as belas aldeãs fazem parte do harém de seu gracioso senhor, para imaginar que se possam oferecer tais impertinências aos operários. Mas nossos conservadores são nossos maiores revolucionários.

Contudo, se os operários são suficientemente mansos para se convencerem de que, tendo trabalhado doze horas de labor brutal, na realidade trabalharam apenas quatro, terão como recompensa garantida que, pelos séculos afora, sua parte no produto de seu trabalho nunca será inferior

a um terço. Na realidade, é tocar a música do futuro numa trombeta de brinquedo. Não vale a pena desperdiçar palavras com essa questão. Consequentemente, tudo o que Rodbertus oferece de novo na utopia dos vales de trabalho é pueril e muito inferior aos trabalhos de seus numerosos rivais, antes e depois dele.

Na época em que foi publicado, *Zur Erkenntnis*..., de Rodbertus, era certamente um livro importante. Dar prosseguimento desse modo à teoria ricardiana era um começo promissor. Embora fosse novidade apenas para ele e para a Alemanha, seu trabalho chegava ao nível das obras de seus melhores predecessores ingleses. Mas era apenas um começo, do qual a teoria somente poderia esperar uma contribuição efetiva por um trabalho ulterior, fundamental e crítico. Esse desenvolvimento cessa aí, porque, desde o princípio, o desenvolvimento de Ricardo é dirigido para outra direção, para a direção da utopia. Com isso, perdeu-se a primeira condição de toda crítica – a independência. Rodbertus trabalhou com um objetivo preconcebido, converteu-se num economista tendencioso. Prisioneiro de sua utopia, proibiu-se qualquer possibilidade de progresso científico. De 1842 até sua morte, Rodbertus girou em torno do mesmo ponto, repetiu as mesmas ideias já formuladas ou esboçadas em suas obras anteriores, sentiu-se ignorado, imaginou-se plagiado, embora não houvesse nada para plagiar, e, no fim, não sem segundas intenções, negou o óbvio de que descobrira apenas o que, na realidade, já era conhecido havia muito tempo.

Em algumas passagens, a tradução alemã desse livro de Marx se diferencia do original publicado em francês. Tais diferenças se devem às emendas autógrafas de Marx, que também serão introduzidas na nova edição francesa[v].

Nem é preciso advertir aos leitores que a terminologia não coincide com a d'*O capital*. Ela ainda fala de *trabalho* como mercadoria, de compra e venda de trabalho, em vez de *força de trabalho*.

Como complemento, acrescentamos a essa edição: 1º) um fragmento da obra de Marx, *Contribuição à crítica da economia política* (Berlim, 1859), a propósito da *primeira* utopia dos vales de trabalho de John Gray; 2º) o discurso de Marx sobre o livre-câmbio, pronunciado em francês em Bruxelas (1847) e pertencente ao mesmo período do desenvolvimento do autor a que pertence *Miséria da filosofia*.

Friedrich Engels
Londres, 25 de outubro de 1884

---

[a] Este prefácio foi publicado tanto na primeira edição alemã do livro de Marx, *Das Elend der Philosophie. Antwort auf Proudhons* "*Philosophie des Elends*" (Stuttgart, Dietz, 1885), quanto na revista *Neue Zeit*, órgão teórico da social-democracia alemã, sob o título *Marx und Rodbertus* (edição de janeiro de 1885).

[b] Publicado em Paris, em 1846, em dois volumes, por Guillaumin.

[c] Engels refere-se à carta de Marx a Schweitzer, incluída nos "Anexos" deste volume, p. 197.

[d] Esse periódico, órgão da União Operária Geral Alemã, associação de tendência lassalliana, foi publicado em Berlim entre 1864 e 1871. Schweitzer foi o redator-chefe nos dois primeiros anos de existência da revista.

[e] Marx e Engels romperam com o jornal através de uma declaração publicada na imprensa alemã em finais de fevereiro e princípios de março de 1865.

[f] Engels alude ao seu prefácio, datado de 5 de maio de 1885, à primeira edição alemã de *O capital: crítica da economia política*, Livro II: *O processo de circulação do capital* (ed. bras.: São Paulo, Boitempo, 2014), p. 79-100).

[g] Karl Rodbertus, *Zur Erkenntnis unserer staatswirtschaftlichen Zustände* (Neubrandenburg, Friedland, 1842).

[h] Engels refere-se aos três textos de Rodbertus, publicados em 1850-1851 em Berlim, sob o título *Soziale Briefe an von Kirchmann*.

[i] David Ricardo, *On the Principles of Political Economy and Taxation* (Londres, John Murray, 1817).

[j] Data de 1821 o opúsculo anônimo, publicado em Londres, sob o título *The Source and Remedy of the National Difficulties, Deduced from Principles of Political Economy. A Letter to Lord John Russel.* No prefácio citado na nota [f] da p. 152, Engels estuda esse opúsculo, caracterizando-o como "o preposto mais avançado de toda uma literatura que, nos anos 1820, fez com que a teoria ricardiana

do valor e do mais-valor se voltasse para o interesse do proletariado [...], combatendo a burguesia com suas próprias armas" (ver Karl Marx, *O capital*, Livro II, cit., p. 93).

[k] Ver, neste volume, p. 72.

[l] *Zur kritik der Politischen Oekonomie, Ersters Heft* (Berlim, F. Duncker, 1859). A edição em português tem tradução e introdução de Florestan Fernandes (2. ed., São Paulo, Expressão Popular, 2008).

[m] Ver a p. 92 da edição brasileira citada na nota anterior.

[n] Idem.

[o] John Gray, *The Social System. A Treatise on the Principle of Exchange* (Edimburgo, W. Tait, 1831).

[p] Engels refere-se a um artigo de Rodbertus, "Der Normal-Arbeitstag", publicado em 16, 23 e 30 de setembro de 1871 na *Berliner Revue*; no mesmo ano, foi publicado em livro.

[q] Engels refere-se ao grupo de testamenteiros literários de Rodbertus (especialmente Kozak e Wagner), responsáveis pela publicação de *Das kapital. Vierter sozialer Brief an von Kischmann* (Berlim, Puttkammer & Mühlbrecht, 1884).

[r] Ver o texto de Marx sobre Gray, incluído nos anexos deste volume, p. 165.

[s] Karl Rodbertus, *Das kapital*, cit., p. 61.

[t] No prefácio à obra citada na nota 17, Wagner escreveu: "Rodbertus revela aqui um vigor de raciocínio abstrato próprio dos gênios", p. vii-viii.

[u] Karl Rodbertus, *Das kapital*, cit., p. 62.

[1] Pelo menos, foi assim até recentemente. Desde que o monopólio inglês no mercado mundial se vê ameaçado pela participação da França, da Alemanha e, especialmente, da América do Norte no comércio internacional, parece emergir uma nova forma de equilíbrio. O período de prosperidade geral anterior à crise ainda não retornou. Se ele não ressurgir, a estagnação crônica, embora com ligeiras oscilações, deverá constituir o estado normal da indústria moderna.

[v] Engels refere-se à segunda edição francesa, da qual se ocupava Laura Lafargue, filha de Marx. Essa edição só foi publicada em Paris em 1896.

Prefácio de Engels
à segunda edição alemã

Nesta segunda edição alemã, acrescento simplesmente que o nome de Hopkins deve ser substituído pelo correto Hodgskin e que a data da obra de William Thompson (na mesma página) deve ser mudada para 1824[a]. Esperamos que, assim, o saber bibliófilo do sr. prof. Anton Menger fique satisfeito[b].

Friedrich Engels
Londres, 29 de março de 1892

---

[a] Ver, neste volume, p. 72. É preciso dizer, todavia, que é inegável a existência de certo Thomas Hopkins, que publicou em Londres, em 1822, um livro de economia que foi estudado por Marx e comentado nas *Teorias do mais-valor*.

[b] As pequenas incorreções contidas na edição francesa de 1847, e repetidas na versão alemã de 1885, foram utilizadas pelo sociólogo e jurista austríaco Anton Menger para, em seu livro *Das Recht auf den vollen Arbeitsvertrag in Geschichtlicher Darstellung* (Stuttgart, Cotta, 1886), criticar Marx e Engels.

John Gray e os vales de trabalho[A]

Foi com John Gray[1] que a teoria do tempo de trabalho como unidade de medida imediata da moeda foi desenvolvida pela primeira vez de forma sistemática. Ele faz um Banco Central nacional, agindo por intermédio de sucursais, certificar o tempo de trabalho empregado na produção das diversas mercadorias. Em troca da mercadoria, o produtor recebe um certificado oficial de seu valor, ou seja, um recibo que atesta a quantidade de trabalho contida na mercadoria[2], e esses bilhetes bancários de uma semana, um dia, uma hora de trabalho etc. servem ao mesmo tempo de vales para o equivalente em todas as outras mercadorias armazenadas nos depósitos do banco[3]. Esse é o princípio fundamental, desenvolvido em seus detalhes e apoiado inteiramente nas instituições existentes na Inglaterra. Com tal sistema, segundo Gray, "seria sempre tão fácil vender por dinheiro quanto, hoje, é fácil comprar com dinheiro; a produção seria a fonte uniforme e jamais exaurida da demanda"[4]. Os metais preciosos perderiam o "privilégio" sobre as outras mercadorias e "tomariam, no mercado, o lugar que lhes cabe, ao lado da manteiga e dos ovos, dos lençóis e dos tecidos de algodão, e seu valor não nos interessaria mais do que o dos diamantes"[5]. "Devemos conservar nossa medida fictícia dos valores, o ouro, e entravar assim as forças produtivas do país ou devemos recorrer à

medida natural dos valores, o trabalho, e liberar assim as forças produtivas do país?”[6].

Se o tempo de trabalho é a medida imanente dos valores, por que lhe aduzir uma outra medida exterior? Por que o valor de troca se converte em preço? Por que todas as mercadorias avaliam seus valores por uma mercadoria exclusiva, que assim é transformada em modo de existência do valor de troca, em dinheiro? Esse era o problema que Gray tinha de resolver. Em vez de solucioná-lo, ele imaginou que as mercadorias poderiam se relacionar entre si, diretamente, como produtos do trabalho social. Elas, porém, só podem se relacionar entre si por aquilo que são. As mercadorias são, de imediato, produtos de trabalhos privados, independentes e isolados, que, por sua alienação no processo da troca privada, devem se confirmar como trabalho social geral. Noutros termos, com base na produção mercantil, o trabalho só se torna trabalho social pela alienação universal dos trabalhos individuais. Mas, ao colocar o tempo de trabalho contido nas mercadorias como *imediatamente social*, Gray o coloca como tempo de trabalho coletivo ou como tempo de trabalho de indivíduos diretamente associados. Então, efetivamente, uma mercadoria específica, como o ouro e a prata, não poderia apresentar-se diante das outras como a encarnação do trabalho geral, o valor de troca não se converteria em preço, mas o valor de uso também não se transformaria em valor de troca e o produto não se transformaria em mercadoria, e assim a própria base da produção burguesa seria suprimida. Mas esse não é o pensamento de Gray. *Os produtos devem ser fabricados como mercadorias, mas não devem ser trocados como mercadorias*. Gray confia a um banco nacional a execução desse desejo piedoso. De um lado, a sociedade, na forma do banco, independentiza os indivíduos das condições da troca privada; de outro, deixa-os continuar produzindo com base na troca privada. Entretanto, a lógica interna compele Gray a negar, umas após as outras, as condições da produção burguesa, embora ele queira apenas “reformar” a

moeda gerada pela troca das mercadorias. Assim, ele transforma o capital em capital nacional[7], a propriedade fundiária em propriedade nacional[8] e, se examinarmos com cuidado seu banco, verificamos que este não apenas recebe mercadorias com uma mão e entrega com a outra certificados de trabalho investido como também regula a própria produção. Em sua última obra, *Lectures on Money*, em que Gray procura ansiosamente apresentar sua moeda-trabalho como uma reforma puramente burguesa, ele se atrapalha em absurdos ainda mais gritantes.

Toda mercadoria é imediatamente moeda. Essa era a teoria de Gray, deduzida de sua análise incompleta e, por isso mesmo, falsa da mercadoria. A construção "orgânica" da "moeda-trabalho", do "banco nacional" e dos "depósitos de mercadorias" não passa de uma quimera, na qual se quer dar a impressão de que o dogma é uma lei que rege o universo. Para que se torne verdadeiro o dogma de que a mercadoria é imediatamente moeda, ou o trabalho particular do indivíduo privado que ela contém é trabalho social, naturalmente não basta que um banco acredite nele e opere de acordo com ele. Ao contrário, a falência se encarregará de fazer a crítica prática. O que permanece oculto na obra de Gray e ele mesmo não vê – isto é, que a moeda-trabalho é uma palavra vazia, que traduz o desejo piedoso de abolir o dinheiro, com o dinheiro o valor de troca, com o valor de troca a mercadoria e com a mercadoria a forma burguesa da produção – foi dito por certos socialistas ingleses, antes e depois de Gray[9]. Todavia, apenas ao sr. Proudhon e à sua escola estava reservado preconizar muito seriamente a degradação do *dinheiro* e a sacralização da *mercadoria* como a própria essência do socialismo e assim reduzir o socialismo a uma incompreensão elementar da necessária relação entre a mercadoria e o dinheiro[10].

---

[a] Como Engels informa na edição alemã, este fragmento foi extraído de Karl Marx, *Zur kritik des Politischen Oekonomie* (Berlim, Franz Duncker, 1859), p. 61-4 (ver, neste volume, p. 163).

[1] John Gray, *The Social System: A Treatise on the Principle of Exchange* (Edimburgo, [W. Tait,] 1831). Ver, do mesmo autor, *Lectures on the Nature and Use of Money* (Edimburgo, [A. & C. Black,] 1848). Após a revolução de fevereiro, Gray enviou ao governo provisório francês um relatório em que afirmava que a França precisava não de uma "organização do trabalho" ("*organization of labour*"), mas de uma "organização de troca" ("*organization of exchange*"), cujo plano estava inteiramente elaborado no sistema monetário que concebera. O valente John não poderia imaginar que, dezesseis anos depois da publicação de *The Social System*, Proudhon, um homem de espírito inventivo, patentearia a mesma descoberta.

[2] Ibidem, p. 63: "O dinheiro deveria ser apenas um recibo, a prova de que seu detentor contribuiu com certo valor para a riqueza nacional existente [*to the national sock of wealth*], ou adquiriu o direito a esse valor de outra pessoa que já fizera a mesma contribuição".

[3] Ibidem, p. 67-8: "Quando um produto previamente avaliado em determinado valor é depositado em um banco ou retirado, quando há necessidade, simplesmente estipulando, por uma convenção geral, que quem deposita um bem qualquer em um banco nacional poderá retirar um valor igual de qualquer produto depositado no banco, em vez de ser obrigado a retirar o mesmo produto que depositou".

[4] Ibidem, p. 16.

[5] Idem, *Lectures on the Nature and Use of Money*, cit., p. 182-3.

[6] Ibidem, p. 169.

[7] "Os negócios de cada país devem ser conduzidos com base num capital nacional" (John Gray, *The Social System*, cit., p. 171).

[8] "A terra deve ser transformada em propriedade nacional" (ibidem, p. 298).

[9] Ver, por exemplo, William Thompson, *An Inquiry into the Distribution of Wealth* (Londres, Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown and Green,] 1824), e Bray, *Labour's* W*rongs and Labour's Remedy* (Leeds, [Green,] 1839).

[10] A quintessência dessa melodramática teoria da moeda é o livro de Alfred Darimon, *De la reforme des banques* (Paris, [Guillaumin,] 1856).

DISCURSO SOBRE O PROBLEMA DO LIVRE-CÂMBIO[A]

Senhores,

A abolição das leis sobre os cereais, na Inglaterra, constitui o maior triunfo do livre-cambismo no século XIX[b]. Em todos os países onde os fabricantes falam de livre-câmbio, eles pensam sobretudo no livre-câmbio dos cereais e das matérias-primas em geral. Tributar com taxas protecionistas os cereais estrangeiros é uma infâmia, é especular com a fome dos povos.

Pão barato, salários altos, *cheap food*, *high wages*, esse foi o único objetivo pelo qual os *free-traders*[c] gastaram milhões na Inglaterra e já contagiaram com seu entusiasmo seus confrades continentais. Geralmente, quando se deseja o livre-câmbio, é para melhorar a condição da classe trabalhadora.

Mas – coisa espantosa! – o povo ao qual se quer propiciar, a todo custo, pão barato é muito ingrato. O pão barato desfruta hoje na Inglaterra da mesma má reputação que o governo barato na França. Em homens devotados como Bowring, Bright e consortes, o povo vê os seus maiores inimigos e os hipócritas mais descarados.

Todo o mundo sabe que a luta entre os liberais e os democratas, na Inglaterra, designa-se como a luta entre os *free-traders* e os cartistas[d].

Vejamos agora como os *free-traders* ingleses provaram ao povo a bondade de sentimentos que os fez agir.

Eis o que diziam aos operários das fábricas:

– O direito recolhido sobre os cereais é um imposto sobre os salários, que vocês pagam aos senhores de terras, a esses aristocratas da Idade Média. Se sua situação é miserável, a causa está no alto preço dos gêneros de primeira necessidade.

Por seu turno, os operários perguntavam aos fabricantes:

– Como é que nos últimos trinta anos, quando nossa indústria se desenvolveu mais, nosso salário diminuiu numa proporção bem maior que o aumento do preço dos cereais?

O imposto que, segundo vocês, nós pagamos aos proprietários de terras corresponde a cerca de 3 *pence* (6 centavos) por semana. No entanto, o salário do tecelão artesanal caiu de 28 *shillings* por semana para 5 *shillings* (de 35 francos para 7,25 francos) desde 1815 até 1843; e o salário do tecelão de oficina mecanizada foi reduzido de 20 *shillings* por semana para 8 *shillings* (de 25 francos para 10 francos) desde 1823 até 1843.

Contudo, durante todo esse tempo, o imposto que pagamos nunca passou de 3 *pence*. E, em 1834, quando o pão era barato e o comércio ia bem, o que vocês nos diziam? Se são infelizes, é porque têm muitos filhos, porque sua família é mais fecunda que seu trabalho!

Era isso o que vocês nos diziam na época, e vocês promulgaram as novas leis dos pobres e construíram as *work-houses*, essas bastilhas dos proletários[e].

A isso, os patrões replicavam:

– Os senhores operários têm razão: o que determina o salário não é apenas o preço do trigo, mas também a concorrência entre os braços oferecidos no mercado.

Mas pensem bem: nosso solo é composto de pedra e areia. Vocês acham, por acaso, que se pode cultivar trigo em vasos de flor? Assim, se,

em vez de desperdiçarmos nosso capital e nosso trabalho num solo estéril, abandonássemos a agricultura para nos dedicarmos exclusivamente à indústria, a Europa inteira fecharia suas manufaturas e a Inglaterra se transformaria numa grande cidade manufatureira, cuja província agrícola seria o resto da Europa.

Mas, enquanto fala assim a seus operários, o fabricante é interpelado pelo pequeno comerciante:

– Se abolirmos as leis sobre os cereais, é fato que arruinaremos nossa agricultura, mas não obrigaremos os outros países a comprar de nossas fábricas e abandonar as deles. Que bonito resultado! Eu perderia os clientes que tenho no campo, e o comércio interno perderia seus mercados.

O fabricante, virando as costas aos operários, responde ao merceeiro:

– Quanto a isso, deem-nos liberdade de ação. Abolido o imposto sobre o trigo, teremos trigo estrangeiro a preço baixo. Então reduziremos os salários, que subirão nos países de que tiramos os grãos. Assim, além das vantagens que já temos, contaremos ainda com um salário menor e, com tudo isso, obrigaremos o continente a se abastecer em nosso país.

Mas eis que o arrendatário e o operário agrícola entram na discussão.

– E nós, o que será de nós? – perguntam eles. Vamos decretar uma sentença de morte sobre a agricultura que nos sustenta? Devemos tolerar que nos arranquem a terra que pisamos?

A resposta da Liga contra as Leis sobre os Cereais[f] foi simplesmente oferecer prêmios aos três melhores trabalhos que mostrassem a influência salutar da abolição das leis sobre os cereais na agricultura inglesa. Esses prêmios foram concedidos aos srs. Hope, Morse e Greg, cujos livros foram distribuídos nas zonas rurais aos milhares[g].

Um dos laureados tenta provar que não é nem o arrendatário nem o operário agrícola quem perderá com a livre importação de grão estrangeiro, mas o proprietário fundiário. O arrendatário inglês, escreve ele, não deve temer a abolição das leis sobre os cereais, porque nenhum país poderia

produzir um trigo tão bom e tão barato como a Inglaterra. Por isso, mesmo que o preço do trigo caísse, isso não o prejudicaria, porque essa queda influenciaria apenas a renda, que diminuiria, mas não incidiria nem sobre o lucro industrial nem sobre o salário, que continuariam os mesmos.

Já o segundo premiado, o sr. Morse, sustenta que o preço do trigo aumentará em consequência da abolição das leis sobre os cereais. Ele faz infinitos esforços para demonstrar que a legislação protecionista jamais garantiu um preço remunerador ao trigo. Para apoiar sua assertiva, refere o fato de que, todas as vezes que se importou trigo estrangeiro, o preço do trigo subiu consideravelmente na Inglaterra e, quando se importou pouco, o preço caiu muito. O laureado esquece que a importação não era a causa do preço elevado, mas o preço elevado é que era a causa da importação. Em oposição total ao seu confrade, ele afirma que todo aumento no preço dos cereais resulta em proveito para o arrendatário e o operário, e não para o proprietário.

O terceiro laureado, o sr. Greg, que é um grande fabricante cujo livro se dirige aos grandes arrendatários, não poderia se restringir a tais bagatelas. Sua linguagem é mais científica. Ele reconhece que as leis sobre os cereais só aumentam a renda quando aumentam o preço do trigo, e só aumentam o preço do trigo quando impõem ao capital a necessidade de investir em terras de qualidade inferior, o que é facilmente explicável. À medida que a população cresce, estando proibida a importação de cereais, é necessário explorar terras menos férteis, cujo cultivo é mais oneroso e cujo produto, consequentemente, é mais caro. Como os cereais têm venda assegurada, o preço é obrigatoriamente regulado pelo preço dos produtos das terras menos onerosas. A diferença entre esses preços e os custos de produção nos melhores terrenos constitui a renda. Portanto, se, uma vez abolidas as leis sobre os cereais, cai o preço do trigo e, consequentemente, cai a renda, é porque os terrenos piores deixaram de ser cultivados. Assim, a redução da renda provocará, inevitavelmente, a ruína de uma parte dos arrendatários.

Essas observações eram necessárias para esclarecer a linguagem do sr. Greg. Segundo ele, os pequenos arrendatários que não puderem se manter na agricultura encontrarão recurso na indústria. Quanto aos grandes arrendatários, eles ganharão com isso: ou os proprietários fundiários serão forçados a lhes vender suas terras a um preço muito baixo ou os contratos de arrendamento que farão com eles serão muito longos. Isso permitirá aos arrendatários investir grandes capitais na terra, empregar máquinas em maior escala e economizar o trabalho manual, que, aliás, ficará mais barato em virtude da baixa geral dos salários, consequência imediata da abolição das leis sobre os cereais.

O doutor Bowning conferiu a todos esses argumentos uma consagração religiosa, exclamando numa reunião pública: "Jesus Cristo é o *free-trade*; o *free-trade* é Jesus Cristo!".

É compreensível que toda essa hipocrisia não tenha sido capaz de tornar o pão barato menos amargo para os operários.

Aliás, como os operários poderiam compreender a repentina filantropia dos fabricantes, daquela mesma gente que ainda combatia a lei das dez horas, pela qual se pretendia reduzir de doze para dez horas a jornada de trabalho do operário fabril[h]?

Para que os senhores possam ter uma ideia da filantropia dos fabricantes, evocarei os regulamentos vigentes em todas as fábricas.

Cada fabricante possui, para seu uso próprio, um verdadeiro código, que prescreve multas para todas as faltas voluntárias ou involuntárias. Por exemplo: o operário paga tanto se tem a infelicidade de se sentar numa cadeira, se cochicha, se conversa, se ri, se chega alguns minutos atrasado, se uma peça da máquina quebra, se não produz os artigos conforme a qualidade estipulada etc. As multas são sempre maiores que os danos efetivamente causados pelo operário. E, para dar ao operário toda a chance de cometer faltas, o relógio da fábrica é adiantado e o operário deve fazer peças de boa qualidade com matérias-primas de péssima qualidade. O

contramestre que não for suficientemente hábil para multiplicar os casos de contravenção é logo substituído.

Como os senhores podem ver, essa legislação doméstica é feita para provocar faltas, e as faltas são provocadas para fazer dinheiro. Assim, o fabricante lança mão de todos os meios para reduzir o salário nominal e explorar até mesmo os acidentes que escapam ao controle do operário.

Esses fabricantes são os mesmos filantropos que quiseram convencer os operários de que eram capazes de fazer enormes despesas apenas para melhorar a sorte deles.

Assim, de um lado, eles corroem o salário do operário da maneira mais mesquinha com os regulamentos de fábrica e, de outro, fazem os maiores sacrifícios para elevá-lo com o auxílio da Liga contra as Leis sobre os Cereais.

Gastam fortunas para construir palácios onde a liga estabelece, de certo modo, sua sede oficial; enviam um exército de missionários a todos os pontos da Inglaterra para que preguem a religião do livre-câmbio; imprimem e distribuem gratuitamente milhares de folhetos para que os operários conheçam seus próprios interesses; despendem grandes somas para atrair a imprensa para sua causa; organizam um vasto aparelho administrativo para dirigir os movimentos livre-cambistas e esbanjam toda a riqueza de sua eloquência em comícios públicos. Em um desses comícios, um operário exclamou:

– Se os proprietários fundiários vendessem nossos ossos, vocês, fabricantes, seriam os primeiros a comprá-los para jogá-los num moinho a vapor e fazer farinha com eles!

Os operários ingleses compreenderam muito bem o significado da luta entre os proprietários fundiários e os capitalistas industriais. Sabem muito bem que se pretendia reduzir o preço do pão para diminuir os salários e que o lucro industrial aumentaria na mesma proporção em que diminuísse a renda.

Ricardo, o apóstolo dos *free-traders* ingleses, o economista mais famoso do nosso século, concorda plenamente com os operários. Em sua célebre obra sobre economia política, diz:

> Se, em vez de colher trigo em nosso país [...], descobríssemos um novo mercado no qual pudéssemos obtê-lo a melhor preço, nesse caso os salários baixariam e os lucros cresceriam. [...] A baixa do preço dos produtos agrícolas [...] reduz o salário não só dos operários empregados no cultivo da terra, mas também de todos os que trabalham na indústria ou estão empregados no comércio.[i]

E não creiam os senhores que seja totalmente indiferente ao operário receber apenas quatro francos, estando o trigo mais barato, quando antes recebia cinco.

Seu salário, por acaso, não caiu sempre em relação ao lucro? Não está claro que sua posição social piorou em comparação com a do capitalista? Além disso, ele sofre de fato uma perda direta[j].

Enquanto o preço do trigo ainda era alto, assim como o salário, bastava ao operário uma pequena economia feita no consumo do pão para poder satisfazer outras necessidades. Mas, quando o preço do pão cai e, em consequência, cai o salário, o operário não pode economizar nada no pão para comprar outros artigos.

Os operários ingleses deram a entender aos *free-traders* que não caem em suas ilusões e mentiras e que, se, ainda assim, se uniram a eles contra os proprietários fundiários, foi para destruir os últimos vestígios do feudalismo e para enfrentar um inimigo só. Os operários não se enganaram em seus cálculos, porque os proprietários fundiários, para se vingarem dos fabricantes, aliaram-se aos operários para fazer passar a lei das dez horas, que estes reclamavam havia trinta anos e foi aprovada imediatamente após a abolição das leis sobre os cereais.

Se, no congresso dos economistas, o sr. Bowring tirou do bolso uma longa lista para mostrar a quantidade de carne bovina, presunto, toucinho, frangos etc. etc. que foi importada pela Inglaterra para, segundo ele, ser consumida pelos operários, lamentavelmente se esqueceu de acrescentar

que, ao mesmo tempo, os operários de Manchester e de outras cidades manufatureiras haviam sido jogados na rua pela crise que estava começando.

Em princípio, em economia política, nunca se deve deduzir leis gerais de números referentes a um só ano. Deve-se sempre tomar a média de seis ou sete anos – lapso de tempo durante o qual a indústria moderna passa pelas diferentes fases de prosperidade, superprodução, estagnação e crise e conclui seu ciclo fatal.

Sem dúvida, se o preço de todas as mercadorias cai, e essa é a consequência necessária do livre-câmbio, posso comprar por um franco muito mais do que antes. E o franco do operário vale tanto quanto qualquer outro. Portanto, o livre-câmbio será muito vantajoso para o operário. Há nisso somente um pequeno inconveniente: é que o operário, antes de trocar seu franco por outras mercadorias, tem primeiro de trocar seu trabalho contra o capital. Se, nessa troca, continuasse a receber pelo mesmo trabalho o franco em questão e se os preços de todas as demais mercadorias caíssem, ele sairia sempre ganhando nessa transação. A dificuldade não é provar que, caindo o preço de todas as mercadorias, eu teria mais mercadorias pelo mesmo dinheiro.

Os economistas examinam sempre o preço do trabalho no momento em que ele é trocado por outras mercadorias. Mas deixam completamente de lado o momento em que o trabalho efetua sua troca contra o capital.

Quando são necessários menos gastos para pôr em movimento a máquina que produz as mercadorias, as coisas necessárias para manter essa máquina que se chama trabalhador custarão menos também. Se todas as mercadorias ficam mais baratas, o preço do trabalho, que também é uma mercadoria, cai igualmente e, como veremos mais adiante, esse trabalho-mercadoria baixará proporcionalmente muito menos que as outras mercadorias. O trabalhador, confiando na argumentação dos economistas,

descobrirá que o franco derreteu em seu bolso e que dele restam apenas cinco centavos.

Os economistas replicarão: – Muito bem, concordamos que a concorrência entre os operários, que decerto não diminuirá sob o regime do livre-câmbio, não tardará a nivelar os salários com o baixo preço das mercadorias. Mas, por outro lado, o baixo preço das mercadorias fará aumentar o consumo; um maior consumo exigirá uma maior produção, que demandará uma maior procura de braços, e a esta seguir-se-á um aumento de salário.

Toda essa argumentação resume-se no seguinte: o livre-câmbio aumenta as forças produtivas. Se a indústria cresce, se a riqueza, se a capacidade produtiva, se, numa palavra, o capital produtivo aumenta a demanda de trabalho, o preço do trabalho aumenta e, por conseguinte, o salário sobe igualmente. A melhor condição para o operário é o crescimento do capital. E temos de reconhecê-lo. Se o capital permanece estacionário, a indústria não apenas estacionará, mas entrará em declínio e, nesse caso, o operário será a primeira vítima. E, se o capital cresce, nesse estado de coisas que consideramos o melhor para o operário, qual será sua sorte? Ele sucumbirá igualmente. O crescimento do capital produtivo implica a acumulação e a concentração dos capitais. A centralização dos capitais conduz a uma maior divisão do trabalho e a um maior emprego de máquinas. Uma maior divisão do trabalho liquida a especialidade do trabalho, destrói a especialidade do trabalhador e, substituindo-a por um trabalho que todo o mundo pode fazer, aumenta a concorrência entre os operários.

Essa concorrência é tanto mais forte quanto a divisão do trabalho permite ao operário realizar sozinho o trabalho de três. As máquinas produzem o mesmo resultado em uma escala muito maior. O crescimento do capital produtivo, forçando os capitalistas industriais a trabalhar com meios cada vez maiores, arruína os pequenos industriais e os lança nas fileiras do proletariado. Ademais, como a taxa de juro diminui à medida que

se acumulam os capitais, os pequenos rentistas, que já não conseguem viver de sua renda, serão obrigados a se lançar na indústria, para depois engrossar o número de proletários.

Enfim, quanto mais aumenta o capital produtivo, tanto mais ele é obrigado a produzir para um mercado cujas necessidades desconhece; quanto mais a produção precede o consumo, tanto mais a oferta tende a forçar a procura e, por consequência, as crises são cada vez mais intensas e frequentes. Mas toda crise, por sua vez, acelera a centralização dos capitais e engrossa as fileiras do proletariado.

Assim, à medida que o capital produtivo cresce, a concorrência entre os operários aumenta em proporção muito maior. A remuneração do trabalho diminui para todos e o peso dele aumenta para alguns.

Em 1829, havia em Manchester 1.088 tecelões empregados em 36 fábricas. Em 1841, restavam apenas 448, e esses operários faziam funcionar 53.353 fusos mais que os 1.088 trabalhadores de 1829. Se a relação do trabalho manual tivesse aumentado proporcionalmente ao poder produtivo, o número de operários deveria ter alcançado a cifra de 1.848, de modo que as melhorias introduzidas na mecânica deixaram 1.400 operários sem trabalho.

Conhecemos de antemão a resposta dos economistas. Esses homens privados de trabalho, dizem eles, encontrarão outra ocupação para seus braços. O sr. Bowring não perdeu a chance de repetir esse argumento no congresso dos economistas, assim como não perdeu a chance de refutar a si mesmo.

Em 1833, ele proferiu um discurso na Câmara dos Comuns a propósito dos 50 mil tecelões de Londres que, havia muito tempo, morriam de inanição, sem encontrar essa nova ocupação que os *free-traders* os faziam entrever ao longe.

Citemos as passagens mais marcantes desse discurso do dr. Bowring:

A miséria dos tecelões manuais é o destino inevitável de todo trabalho que se aprende facilmente e que pode ser substituído a qualquer instante por meios menos dispendiosos. Como, nesse caso, a concorrência entre os trabalhadores é extremamente grande, a mais ínfima redução da procura origina uma crise. Os tecelões manuais se encontram, de certo modo, nos limites da existência humana. Um passo a mais e sua sobrevivência será impossível. O menor golpe basta para condená-los à morte. Os progressos da mecânica, ao suprimirem cada vez mais o trabalho manual, acarretam inevitavelmente, durante as épocas de transição, muitos sofrimentos temporários. O bem-estar nacional só pode ser alcançado à custa de alguns males individuais. Na indústria, só se progride às expensas dos atrasados; de todos os inventos, o tear a vapor é o que mais pesa sobre os tecelões manuais. Em muitos artigos feitos à mão, o tecelão já está totalmente fora de combate, mas será vencido em muitas coisas que ainda são feitas à mão.

Mais adiante, ele diz:

Tenho aqui, em minhas mãos, uma correspondência do governador-geral com a Companhia das Índias Orientais. Essa correspondência refere-se aos tecelões do distrito de Daca. Escreve o governador em suas cartas: há alguns anos, a Companhia das Índias Orientais recebia de 6 a 8 milhões de peças de algodão fabricadas nos teares manuais do país; a demanda caiu gradualmente e ficou reduzida a aproximadamente 1 milhão de peças.

Hoje, ela cessou quase por completo. Além disso, em 1800, a América do Norte levou das Índias quase 800 mil peças de algodão. Em 1830, não levou nem 4 mil. Finalmente, em 1800, foi embarcado para Portugal 1 milhão de peças. Em 1830, Portugal não recebeu mais que 20 mil.

Os relatórios sobre a miséria dos tecelões hindus são terríveis. E qual é a origem dessa miséria?

A presença de produtos ingleses no mercado, a produção do artigo em teares a vapor. Um grande número de tecelões morreu de inanição; o resto passou para outras ocupações e, sobretudo, para o trabalho agrícola. Não saber mudar de profissão era uma sentença de morte. E, neste momento, o distrito de Daca está transbordando de fios e tecidos ingleses. A musselina de Daca, famosa em todo o mundo pela beleza e firmeza de tessitura, foi eclipsada pela concorrência das máquinas inglesas. Em toda a história do comércio seria difícil, talvez, encontrar sofrimentos semelhantes aos que classes inteiras tiveram de suportar nas Índias Orientais.[k]

O discurso do dr. Bowring é tanto mais significativo quanto os fatos nele citados são exatos e as frases com que trata de disfarçá-los têm o selo da hipocrisia comum a todos os sermões livre-cambistas. Ele apresenta os trabalhadores como meios de produção que é preciso substituir por outros mais baratos. Finge ver no tipo de trabalho de que trata um tipo excepcional e na máquina que massacrou os tecelões uma máquina igualmente

excepcional. Esquece que não existe nem um só tipo de trabalho manual que não possa, de um dia para o outro, ter destino idêntico ao da tecelagem.

> O objetivo constante e a tendência de todo aperfeiçoamento nos mecanismos é, com efeito, dispensar totalmente o trabalho do homem ou reduzir seu preço, substituindo o trabalho do operário adulto pelo trabalho de mulheres e crianças, ou o do hábil artífice pelo do operário não qualificado. Na maior parte das fiações mecânicas, em inglês, *throstle-mills*, o trabalho é executado por mocinhas de dezesseis anos e até mais jovens. O resultado da substituição da máquina de fiar hidráulica pela máquina automática foi que a maior parte dos tecelões adultos foi despedida e só crianças e adolescentes foram mantidos.

Essas palavras do dr. Ure[1], o mais apaixonado dos livre-cambistas, servem de complemento às confissões do sr. Bowring. Este fala de males individuais e diz, ao mesmo tempo, que tais males fazem sucumbir classes inteiras; fala de sofrimentos passageiros em épocas de transição e, ao mesmo tempo, não oculta que tais sofrimentos passageiros significaram, para a maioria, a passagem da vida para a morte e, para os restantes, o movimento de transição para uma condição inferior à que tinham antes. Ao afirmar, mais adiante, que a desgraça dos operários é inseparável do progresso da indústria e necessária ao bem-estar nacional, ele reconhece simplesmente que a infelicidade da classe trabalhadora é a condição necessária ao bem-estar da classe burguesa.

Todo o consolo que o sr. Bowring prodigaliza aos operários que sucumbem e, em geral, toda a doutrina de compensação que os *free-traders* formulam reduzem-se ao seguinte:

– Vocês, milhares de trabalhadores que sucumbem, não se desesperem. Vocês podem morrer tranquilos. Sua classe não desaparecerá. Será sempre suficientemente numerosa para que o capital possa dizimá-la, sem o temor de liquidá-la totalmente. Aliás, como querem que o capital encontre emprego útil, se não se preocupar em garantir matéria explorável, os operários, para explorá-los de novo?

Mas, então, por que apresentar como um problema que devemos resolver a influência que a realização do livre-câmbio exercerá sobre a

situação da classe trabalhadora? Todas as leis expostas pelos economistas, de Quesnay a Ricardo, baseiam-se na suposição de que os entraves que ainda cerceiam o livre-câmbio deixaram de existir. Essas leis se confirmam à medida que o livre-câmbio se realiza. A primeira delas é que a concorrência reduz o preço de qualquer mercadoria até o mínimo de seu custo de produção. Portanto, o mínimo do salário é o preço natural do trabalho. E o que é o mínimo do salário? É justamente aquilo de que se precisa para produzir os artigos indispensáveis ao sustento do operário, para que ele tenha condições de se alimentar bem ou mal e, por pouco que seja, propagar sua espécie.

Não tiremos daí a conclusão de que o operário receberá apenas esse mínimo de salário, tampouco que sempre receberá esse mínimo.

Não. Segundo essa lei, a classe trabalhadora terá, às vezes, momentos mais felizes. Haverá ocasiões em que receberá mais que o mínimo; mas esse excedente não será mais que o suplemento do que tiver recebido – menos que o mínimo – durante os períodos de estagnação. Isso quer dizer que, num determinado lapso de tempo, que é sempre periódico, no ciclo que a indústria percorre, passando pelas fases de prosperidade, superprodução, estagnação e crise, se contarmos tudo o que a classe trabalhadora tiver recebido acima e abaixo do necessário, veremos que, em suma, ela não recebeu nem mais nem menos do que o mínimo. Ou seja, a classe trabalhadora se conservará como classe, apesar de todas as desgraças, misérias e cadáveres amontoados nos campos de batalha industrial. Mas o que importa? A classe subsiste e, melhor ainda, crescerá em número.

Mas não é tudo. O progresso da indústria produz meios de existência menos custosos. Assim, a aguardente substituiu a cerveja, o algodão a lã e o linho, e a batata o pão. Portanto, como se descobrem constantemente novos meios de alimentar o trabalho com artigos mais baratos e mais miseráveis, o mínimo do salário continua a diminuir. Se, no princípio, esse salário fazia o homem trabalhar para viver, ao fim fez o homem viver uma vida de

máquina. Sua existência tem o valor de uma simples força produtiva, e o capitalista o trata como tal.

Essa lei do trabalho-mercadoria, do mínimo de salário, verificar-se-á à medida que a suposição dos economistas, o livre-câmbio, se tornar um fato real e verdadeiro. Assim, de duas uma: ou renega-se toda a economia política baseada na suposição do livre-câmbio, ou deve-se convir que, sob esse livre-câmbio, os operários experimentarão todo o rigor das leis econômicas.

Para resumir: no estado atual da sociedade, o que é o livre-câmbio? É a liberdade do capital. Quando se eliminarem os poucos entraves nacionais que ainda impedem a marcha do capital, apenas se lhe terá concedido plena liberdade de ação. Enquanto houver a relação do trabalho assalariado com o capital, por mais favoráveis que sejam as condições de troca de uma mercadoria por outra, sempre haverá uma classe que explora e uma classe que é explorada. Em verdade, é difícil compreender a pretensão dos livre-cambistas, que imaginam que o emprego mais vantajoso do capital fará desaparecer o antagonismo entre os capitalistas industriais e os trabalhadores assalariados. Ao contrário, o que resultará disso será que a oposição entre essas duas classes será ainda mais nítida.

Imaginemos, por um instante, que não existam mais nem leis sobre os cereais, nem alfândegas, nem barreiras municipais, enfim, que desapareçam por completo todas as circunstâncias acidentais que o operário possa tomar ainda como causas de sua situação miserável. Todos os véus que os impediam de ver seu verdadeiro inimigo são rasgados. O operário verá que o capital, livre de todos os entraves, não o torna menos escravo que o capital ofendido pelos direitos alfandegários.

Senhores, não se deixem enganar pela abstrata palavra *liberdade*. Liberdade de quem? Não é a liberdade de cada indivíduo em relação a outro indivíduo. É a liberdade do capital de massacrar o trabalhador.

Como vocês ainda podem querer sancionar a livre concorrência por essa ideia de liberdade, quando tal liberdade não é mais que o produto de um estado de coisas baseado na livre concorrência?

Mostramos o gênero de fraternidade que o livre-câmbio faz surgir entre as diferentes classes de uma mesma nação. A fraternidade que o livre-câmbio estabeleceria entre as diferentes nações da Terra não seria mais fraternal. Designar pelo nome de fraternidade universal a exploração em seu estágio cosmopolita é uma ideia que só poderia nascer no seio da burguesia. Todos os fenômenos destruidores suscitados pela livre concorrência no interior de um país reproduzem-se, em proporções mais gigantescas, no mercado mundial. Não precisamos nos deter por mais tempo nos sofismas que os livre-cambistas divulgam a esse respeito e que têm tanto valor quanto os argumentos dos nossos ilustres laureados, os srs. Hope, Morse e Greg.

Dizem, por exemplo, que o livre-câmbio fará surgir uma divisão internacional do trabalho que determinará a cada país uma produção adequada a suas vantagens naturais. Talvez os senhores pensem que a produção de café e açúcar seja o destino natural das Índias Ocidentais. Há dois séculos, a natureza, que tem muito pouco a ver com o comércio, não plantou ali nem pés de café nem de cana-de-açúcar. E não passará talvez nem meio século e já não encontrarão ali nem café nem açúcar, visto que as Índias Orientais, graças à produção mais barata, disputam com vantagem esse pretenso destino natural das Índias Ocidentais. E essas Índias Ocidentais, com seus dotes naturais, já são para os ingleses um fardo tão pesado quanto os tecelões de Daca, que desde tempos imemoriais também estavam destinados à tecelagem manual.

Há outra circunstância que não deve ser perdida de vista: como tudo se tornou monopólio, existem atualmente alguns ramos industriais que dominam todos os demais e asseguram aos povos que os controlam o domínio do mercado mundial. Assim, por exemplo, no comércio

internacional, o algodão tem mais valor comercial que todas as matérias-primas empregadas na confecção de roupas. E é realmente risível ver como os livre-cambistas escolhem certas especialidades em cada ramo industrial para colocá-las na balança com os produtos de uso comum, que se fabricam a preços mais baixos nos países onde a indústria é mais desenvolvida.

Não podemos nos espantar se os livre-cambistas são incapazes de compreender como um país pode enriquecer à custa de outro, pois esses mesmos senhores não querem compreender como, no interior de um país, uma classe pode enriquecer à custa de outra.

Não pensem, senhores, que, ao criticar a liberdade comercial, temos a intenção de defender o sistema protecionista. Somos inimigos do regime constitucional, mas isso não quer dizer que somos amigos do velho regime.

Aliás, o sistema protecionista não é mais que um meio de estabelecer a grande indústria em um país, ou seja, fazê-lo depender do mercado mundial e, desde o momento em que se depende do mercado mundial, já se depende, mais ou menos, do livre-câmbio. Ademais, o sistema protecionista contribui para o desenvolvimento da livre concorrência no interior de um país. Por isso, vemos que, nos países onde a burguesia começa a se fazer valer como classe, como a Alemanha, por exemplo, ela realiza grandes esforços para obter tarifas protetoras. Para ela, essas tarifas são armas contra o feudalismo e contra o poder absoluto, um meio de concentrar suas forças e realizar o livre-câmbio no interior de seu próprio país.

Mas, em geral, nos dias atuais o sistema protecionista é conservador, ao passo que o sistema de livre-câmbio é destruidor. Ele dissolve as velhas nacionalidades e leva ao extremo o antagonismo entre a burguesia e o proletariado. Numa palavra, o sistema da liberdade do comércio acelera a revolução social. E só nesse sentido revolucionário, senhores, é que voto a favor do livre-câmbio[m].

[a] Pronunciado por Marx na sessão pública de 9 de janeiro de 1848 da Associação Democrática de Bruxelas, criada em setembro do ano anterior e da qual Marx era vice-presidente. O texto foi publicado em Bruxelas, em fevereiro de 1848, em francês, pela própria Associação; no mesmo ano, foi traduzido por Weydemeyer e publicado na Alemanha. Devemos recordar que, no mesmo mês de setembro, Marx participara, sem direito à palavra, de um congresso de economistas livre-cambistas, realizado também em Bruxelas, ao qual ele se refere nesse discurso.

[b] Introduzida em 1815 para proteger o mercado interno do trigo, essa legislação foi abolida em 1846 pelo gabinete de Robert Peel.

[c] Partidários do livre-comércio e da não intervenção do Estado na vida econômica do país. Os *free-traders* concentravam-se em Manchester; ali se constituiu a escola manchesteriana, cujas propostas refletiam os interesses da burguesia industrial. Dela faziam parte Cobden e Bright, proprietários de indústrias têxteis; eles fundaram a Liga contra as Leis sobre os Cereais (ver adiante nota 6). Nos anos 1840 e 1850, os *free-traders* constituíram um grupo político especial que, mais tarde, se integrou ao Partido Liberal.

[d] O auge do movimento cartista, iniciado em 1838, foi a greve geral de agosto de 1842. A partir de então, os cartistas passaram a combater a Liga contra as Leis sobre os Cereais.

[e] A instituição das *casas de trabalho* (*work-houses*) remonta ao século XVII (1601); o sistema aludido no texto foi introduzido em 1834 por influência das ideias de Bentham. A legislação contra os pobres, mesmo sofrendo grandes alterações ao longo dos anos, só foi completamente ultrapassada em 1944.

[f] A Anti-Corn Law League – Liga contra as Leis sobre os Cereais – foi fundada em 1838 pelos industriais Richard Cobden e John Bright, de Manchester. Defendendo a plena liberdade de comércio, a Liga pugnava pela abolição das leis sobre os cereais com o objetivo de reduzir os salários dos operários fabris e enfraquecer as posições políticas e econômicas da aristocracia agrária. A Liga utilizou a consigna do livre-câmbio para implementar uma demagógica unidade de interesses entre os industriais e os operários fabris. Em 1846, abolida a legislação sobre os cereais, a Liga dissolveu-se.

[g] Um volume contendo os textos desses três autores foi publicado em 1842.

[h] Ver a nota [z], na p. 78 deste volume.

[i] Nessa passagem, Marx reúne duas citações de Ricardo, segundo a versão francesa: *Des principes de l'économie politique et de l'impôt* (trad. Francisco Solano Constancio, Paris, J.-P. Aillaud, 1819), anotada por J.-B. Say. As duas frases foram extraídas das páginas 201 e 340.

j Numa carta a Lassalle, de 23 de janeiro de 1855, em que trata da crise agrícola inglesa, Marx faz referências a esse *discurso*. Comentando a situação econômica entre 1849 e 1852, escreve: "O que *aumentou* relativamente foi o lucro; o salário relativo, o salário comparado ao lucro, foi reduzido – fenômeno que caracterizei como necessário desde 1847, numa publicação em francês".

[k] Essa passagem do discurso de Bowring, pronunciado em 28 de julho de 1835, foi extraída por Marx do livro de William Atkinson, *Principles of Political Economy*, cit.

[l] Essa passagem foi extraída de Andrew Ure, *Philosophie des manufactures ou économie industrielle*, cit., t. I, p. 34.

[m] Para o congresso dos economistas livre-cambistas, Marx preparou um discurso que não proferiu (ver, neste volume, nota [a], p. 168). Desse texto, Engels fez um resumo, publicado no jornal inglês *The Northern Star*, em 9 de outubro de 1847. A título de comparação com o fim do pronunciamento feito na Associação Democrática de Bruxelas, transcrevemos as últimas palavras do discurso que não

foi lido no referido congresso (segundo a versão de Engels): “Assim, é preciso escolher: ou os senhores recusam, em bloco, a economia política, tal como ela existe hoje, ou os senhores concordam que, sob o regime do livre-comércio, as leis da economia política recaem com toda a sua severidade sobre as classes trabalhadoras. Isso significa que somos contrários ao livre-câmbio? Em absoluto. Somos favoráveis ao livre-câmbio, porque ele permite a todas as leis econômicas, com suas mais profundas contradições, exercerem sua ação numa escala maior, num território cada vez mais vasto – em toda a Terra; ele permite que todas aquelas contradições, reunidas num só e mesmo conjunto, engendrem, num grande confronto, a luta da qual resultará a emancipação do proletariado”.

Carta de Marx a Proudhon[A]
Bruxelas, 5 de maio de 1846

Meu caro Proudhon,

Várias vezes, desde que deixei Paris, pretendi escrever-lhe; circunstâncias alheias à minha vontade impediram-me de fazê-lo até hoje. Peço-lhe que acredite que um excesso de trabalho, os incômodos de uma mudança de domicílio etc. são os únicos motivos do meu silêncio.

E, agora, entremos *in media res* [no meio das coisas]. Juntamente com dois amigos, Friedrich Engels e Phillippe Gigot (ambos em Bruxelas), organizei, com os comunistas e socialistas alemães, uma correspondência regular que deverá tratar da discussão de questões científicas, da vigilância que se deve ter sobre os escritos populares e da propaganda socialista que podemos fazer na Alemanha por esse meio[b]. O objetivo principal da nossa correspondência será, todavia, colocar os socialistas alemães em contato com os socialistas ingleses e franceses, manter os estrangeiros ao corrente dos movimentos socialistas que se desenvolverão na Alemanha e informar os alemães na Alemanha dos progressos do socialismo na França e na Inglaterra. Dessa forma, as diferenças de opinião poderão vir à luz do dia e se chegará a uma troca de ideias e a uma crítica imparcial. Será um progresso que o movimento social fará na sua expressão literária, a fim de se desembaraçar dos limites da *nacionalidade*. E, no momento da ação,

certamente todos terão um grande interesse em conhecer a situação, tanto no exterior quanto no seu próprio país.

Além dos comunistas na Alemanha, nossa correspondência compreenderá também os socialistas alemães em Paris e Londres. Nossas relações com a Inglaterra já estão estabelecidas[c]; quanto à França, acreditamos que não encontraremos um correspondente melhor que você – você sabe que os ingleses e os alemães nos apreciaram mais, até hoje, que os seus próprios compatriotas.

Como vê, trata-se apenas de criar uma correspondência regular e garantir-lhe condições de acompanhar o movimento social nos diferentes países, de chegar a um interesse rico e variado que jamais seria alcançado com o trabalho de uma só pessoa.

Se concordar com a nossa proposta, o custo da postagem, tanto das cartas enviadas quanto das recebidas, será pago aqui, já que as coletas feitas na Alemanha cobrirão o custo da correspondência.

O endereço para o qual você escreverá será o de Philippe Gigot, 8, rua Bodenbroek. Ele assinará as cartas de Bruxelas.

Não preciso acrescentar que toda essa correspondência exige, de sua parte, o segredo mais absoluto; na Alemanha, nossos amigos devem agir com a maior discrição, para evitar comprometer-se.

Responda-nos o mais depressa e creia na amizade muito sincera de seu devotado,

Karl Marx

P.S.: Previno-o aqui contra o sr. Grün, de Paris. Esse homem não passa de um cavaleiro da indústria literária, uma espécie de charlatão que gostaria de comercializar ideias modernas. Ele trata de esconder sua ignorância debaixo de frases pomposas e arrogantes, mas só conseguiu se mostrar ridículo com suas algaravias. Além do mais, esse homem é *perigoso*. Ele *abusa* do fato de se relacionar com autores renomados, graças à sua impertinência, para

usá-los de pedestal e comprometê-los diante do público alemão. No livro que escreveu sobre os socialistas franceses, ele ousa se designar como professor (*Privatdocent*, dignidade acadêmica na Alemanha) de Proudhon, afirma ter-lhe desvendado os axiomas primordiais da ciência alemã e faz troça de seus textos. Desconfie desse parasita. Talvez eu volte a lhe falar desse indivíduo.

[De Gigot]

É com prazer que aproveito a ocasião que se apresenta para lhe assegurar como me é agradável manter relação com um homem tão distinto como o senhor. Entrementes, permita-me dizê-lo,

Seu devotadíssimo,

Philippe Gigot

[De Engels]

Quanto a mim, sr. Proudhon, só posso esperar que aprove o projeto que lhe propomos e nos faça a gentileza de não nos recusar sua cooperação. Assegurando-lhe o profundo respeito que seus escritos me inspiram pelo senhor,

Seu devotado,

Friedrich Engels

---

[a] A tradução dessa carta, originalmente escrita em francês, foi feita a partir de Karl Marx e Friedrich Engels, *Correspondance*, cit., p. 18-9.

[b] Trata-se do Comitê de Correspondência Comunista, criado no início de 1846, em Bruxelas, por Marx e Engels. O projeto supunha a criação de organismos similares em outros países, de forma a unir os esforços dos representantes do movimento revolucionário.

[c] Em Londres, já havia um comitê de correspondência, aglutinando dirigentes da esquerda cartista e membros da emigração política alemã, com Schapper à frente.

Carta de Proudhon a Marx[A]
Lyon, 17 de maio de 1846

Meu caro senhor Marx,

Aceito de boa vontade tornar-me um dos destinatários de sua correspondência, cujo objetivo e organização parecem-me ser muito úteis. No entanto, não lhe prometo escrever: ocupações de toda natureza, conjugadas a uma preguiça natural, não me permitem esses esforços epistolares. Tomarei também a liberdade de formular algumas reservas que me foram sugeridas por várias passagens de sua carta.

Em primeiro lugar, embora minhas ideias acerca de organização e realização estejam absolutamente formadas, ao menos no que toca aos princípios, creio que é meu dever, e dever de todo socialista, conservar ainda por algum tempo a forma crítica ou dubitativa; numa palavra, faço profissão pública de um antidogmatismo econômico quase absoluto.

Investiguemos juntos, se quiser, as leis da sociedade, o modo como essas leis se realizam, o progresso segundo o qual chegamos a descobri-las. Mas – por Deus! –, depois de demolir todos os dogmatismos *a priori*, nem pensemos, de nossa parte, em doutrinar o povo. Não caiamos na contradição de seu compatriota Martinho Lutero, que, depois de liquidar a teologia católica, pôs-se logo, com grandes reforços de excomunhões e anátemas, a fundar uma teologia protestante. Há três séculos, a Alemanha

só se dedica a destruir o remendo do sr. Lutero; não talhemos ao gênero humano uma nova tarefa por novos rebocos. Aplaudo, de todo coração, sua ideia de trazer a lume todas as opiniões; façamos uma boa e leal polêmica; ofereçamos ao mundo o exemplo de uma tolerância sábia e previdente; mas, porque estamos à frente de um movimento, não nos tornemos os chefes de uma nova intolerância, não nos coloquemos como apóstolos de uma nova religião, ainda que seja a religião da lógica, a religião da razão. Acolhamos, estimulemos todos os protestos, desencorajemos todas as exclusões, todos os misticismos. Não consideremos jamais que uma questão esteja esgotada. E, quando tivermos gastado até o nosso último argumento, recomecemos, se for preciso, com eloquência e ironia. Com essas condições, entrarei com prazer em sua associação; sem elas, não!

Tenho também de fazer algumas observações sobre esta expressão de sua carta: "*no momento da ação*". Talvez o senhor ainda conserve a opinião de que nenhuma reforma é possível hoje sem um golpe de mão, sem o que outrora se chamava revolução e que, na verdade, é apenas um abalo. Essa opinião, que compreendo, que desculpo, que discutirei com prazer, porque compartilhei dela por muito tempo, confesso-lhe que meus últimos estudos a revisaram completamente. Creio que não precisamos disso para triunfar e, por consequência, não devemos colocar a ação *revolucionária* como meio de reforma social, porque esse pretenso meio seria, muito simplesmente, um apelo à força, ao arbitrário, logo, uma contradição. Coloco-me assim o problema: *reintroduzir na sociedade, por uma combinação econômica, as riquezas que dela foram extraídas por uma outra combinação econômica*. Noutros termos, na economia política, voltar a teoria da propriedade contra a propriedade, de modo a engendrar o que os senhores, socialistas alemães, chamam *comunidade* e que, por ora, me limitarei a denominar *liberdade*, *igualdade*. Ora, creio conhecer o meio para, em curto prazo, resolver esse problema; prefiro queimar a propriedade em fogo lento a dar-lhe uma nova força, fazendo uma São Bartolomeu dos proprietários[b].

Minha próxima obra[c], neste momento a meio de impressão, dir-lhe-á melhor tudo isso.

Eis, meu caro filósofo, onde me encontro por ora; posso enganar-me e, se isso ocorrer, espero receber a férula de sua crítica, à qual me submeto de boa vontade, reservando-me a resposta. De passagem, devo dizer-lhe que essas me parecem ser também as disposições da classe operária na França; nossos proletários têm tão grande sede de ciência que seria mal recebido aquele que só lhes tivesse a oferecer sangue como bebida. Logo, no meu entender, seria má política de nossa parte posar de exterminadores; os meios de praxe serão suficientes; o povo não necessita de nenhuma exortação para isso.

Lamento sinceramente as divisões que, aparentemente, já existem no socialismo alemão e cuja prova me é oferecida por suas queixas contra o sr. Grün. Receio que tenham visto esse escritor com maus olhos; apelo, meu caro Marx, para seu bom senso. Grün encontra-se exilado, sem fortuna, com esposa e dois filhos, vivendo apenas de sua pena. O que queria que ele explorasse para viver, senão as ideias modernas? Entendo sua indignação filosófica e concordo que a sagrada palavra da humanidade não deveria jamais ser objeto de comércio; mas prefiro ver, aqui, apenas a desgraça, a extrema necessidade, e desculpo o homem. Ah! Se fôssemos todos milionários, as coisas seriam diferentes; seríamos todos santos e anjos. Tolo, é preciso viver; e o senhor sabe que essa palavra nem sempre manifesta a ideia que é dada pela teoria pura da associação. É preciso viver, isto é, comprar pão, lenha, carne, pagar o senhorio; e – palavra de honra! – aquele que vende ideias sociais não é mais indigno que aquele que vende um sermão. Ignoro completamente se Grün se fez passar por meu preceptor. Preceptor de quê? Ocupo-me de economia política, coisa da qual ele não sabe quase nada; considero a literatura um brinquedo de mocinhas; e, quanto à minha filosofia, sei o suficiente para ter o direito de fazer troça dela, oferecendo-se a ocasião. Grün não me desvendou absolutamente nada;

se disse isso, cometeu uma impertinência da qual tenho a certeza ele se arrepende.

O que sei, e prezo mais do que condeno um pequeno acesso de vaidade, é que devo ao sr. Grün, bem como ao seu amigo Ewerbeck, o conhecimento que tenho de seus escritos, meu caro senhor Marx, dos do sr. Engels e da obra tão importante de Feuerbach. Esses senhores, a meu pedido, fizeram algumas análises em francês para mim (pois tenho a infelicidade de não saber ler o alemão) das publicações socialistas mais importantes; e, por solicitação deles, devo inserir (o que, aliás, eu mesmo teria feito) na minha próxima obra uma menção às obras dos srs. Marx, Engels, Feuerbach etc. Enfim, Grün e Ewerbeck trabalham para manter vivo o fogo sagrado nos alemães que residem em Paris, e a deferência que têm esses senhores pelos operários que os consultam parece-me uma garantia inequívoca da retidão de suas intenções.

Seria com prazer, meu caro senhor Marx, que eu o veria voltar atrás num julgamento produzido por um momento de irritação; pois certamente estava com raiva quando me escreveu. Grün expressou-me o desejo de traduzir meu último livro; entendi que essa tradução, antes de qualquer outra, seria de alguma ajuda a ele; ser-lhe-ia grato, e a seus amigos, não por mim, mas por ele, se lhe desse assistência nessa ocasião, contribuindo para a venda de um texto que, sem dúvida, com seu auxílio, poderia ser de mais proveito a ele do que a mim.

Se pudesse me dar a garantia de sua colaboração, meu caro senhor Marx, enviaria sem demora minhas provas ao sr. Grün, e creio, não obstante os motivos pessoais de suas queixas, das quais não quero constituir-me em juiz, que essa conduta seria digna de todos nós.

Seu devotadíssimo,

Pierre-Joseph Proudhon.

Minhas lembranças a seus amigos srs. Engels e Gigot.

[a] A tradução dessa carta de Proudhon segue o original publicado por David Riazanov em sua "introdução histórica" ao *Manifesto Comunista*. A fonte (gentilmente indicada ao tradutor pelo professor Octavio Ianni) é Karl Marx e Friedrich Engels, *Manifeste du Parti Communiste* (Paris, A. Costes, 1953), p. 31-3.

[b] Referência à Noite de São Bartolomeu (23-24 de agosto de 1572), quando houve um grande massacre de protestantes na guerra dos católicos franceses contra os calvinistas.

[c] Proudhon refere-se à *Filosofia da miséria*.

Carta de Marx a P. V. Ánnenkov[A]
Bruxelas, 28 de dezembro de 1846

Meu caro sr. Ánnenkov,

O senhor já teria recebido há muito tempo a minha resposta à sua carta de 1º de novembro, se o meu livreiro não tivesse demorado até a semana passada para me mandar a obra do sr. Proudhon, *Filosofia da miséria*. Li-a em dois dias para poder comunicar-lhe, sem perda de tempo, a minha opinião. Como a li muito rapidamente, não posso entrar nos detalhes e limito-me a falar-lhe da impressão geral que me produziu. Se quiser, posso entrar nos detalhes em uma segunda carta.

Confesso-lhe francamente que o livro me pareceu, de modo geral, muito ruim. Em sua carta, o senhor ironiza a "parte insignificante da filosofia alemã"[b] da qual o sr. Proudhon faz alarde nessa obra amorfa e presunçosa, mas o senhor supõe que o veneno filosófico não afetou o desenvolvimento econômico. Também estou muito longe de imputar à filosofia do sr. Proudhon os erros do desenvolvimento econômico. O sr. Proudhon não nos oferece uma crítica equivocada da economia política porque tem uma filosofia ridícula; ele nos oferece uma filosofia ridícula porque não compreendeu o estado social contemporâneo em sua engrenagem, para usarmos dessa palavra que, como muitas outras coisas, o sr. Proudhon tomou de Fourier.

Por que o sr. Proudhon fala de Deus, da razão universal, da razão impessoal da humanidade, razão que nunca falha, que é sempre igual a si mesma e da qual basta ter clara consciência para estar com a razão? Por que o sr. Proudhon recorre a um hegelianismo superficial para dar-se ares de pensador profundo?

Ele mesmo nos fornece a chave do enigma. O sr. Proudhon vê a história como uma série de desenvolvimentos sociais; vê o progresso realizado na história; enfim, acredita que os homens, tomados como indivíduos, não sabiam o que faziam, equivocavam-se sobre o seu próprio movimento, isto é, que seu desenvolvimento social parece, à primeira vista, distinto, separado, independente do seu desenvolvimento individual. Ele não sabe explicar esses fatos, e a hipótese da razão universal, que se manifesta, é um verdadeiro achado. Nada mais fácil do que inventar causas místicas, isto é, frases, quando se carece de senso comum[c].

Mas o sr. Proudhon, confessando que não compreende nada do desenvolvimento histórico da humanidade – e confessa isso quando emprega palavras bombásticas como razão universal, Deus etc. –, não confessa implícita e necessariamente que é incapaz de compreender *desenvolvimentos econômicos*?

O que é a sociedade, qualquer que seja a sua forma? O produto da ação recíproca dos homens. Os homens podem escolher livremente esta ou aquela forma social? Nada disso. Pegue determinado estágio de desenvolvimento das faculdades produtivas dos homens e terá determinada forma de comércio e de consumo. Pegue determinados graus de desenvolvimento da produção, do comércio e do consumo e terá determinada forma de constituição social, determinada organização da família, das ordens ou das classes; numa palavra, determinada sociedade civil. Pegue determinada sociedade civil e terá determinado Estado político, que não é mais que a expressão oficial da sociedade civil. É isso o que o sr. Proudhon jamais compreenderá, pois acredita que faz uma grande coisa

remetendo-se do Estado à sociedade civil, isto é, do resumo oficial da sociedade à sociedade oficial.

É supérfluo acrescentar que os homens não são livres árbitros de suas *forças produtivas* – que são a base de toda a sua história –, pois toda força produtiva é uma força adquirida, produto de uma atividade anterior. Portanto, as forças produtivas são o resultado da energia prática dos homens, mas essa mesma energia é circunscrita pelas condições em que os homens se encontram, pelas forças produtivas já adquiridas, pela forma social que existia antes deles, que não foi criada por eles e é produto da geração precedente. O simples fato de cada geração posterior deparar-se com forças produtivas adquiridas pelas gerações precedentes, que lhes servem de matéria-prima para novas produções, cria uma conexão na história dos homens, cria uma história da humanidade, que é tanto mais a história da humanidade quanto mais se desenvolveram as forças produtivas dos homens e, por conseguinte, suas relações sociais. Consequência necessária: a história social dos homens é sempre a história do seu desenvolvimento individual, tenham ou não consciência desse fato. Suas relações materiais formam a base de todas as suas relações. Essas relações materiais nada mais são que as formas necessárias nas quais se realiza a sua atividade material e individual.

O sr. Proudhon confunde as ideias e as coisas. Os homens jamais renunciam ao que conquistaram, mas isso não quer dizer que não renunciem jamais à forma social na qual adquiriram determinadas forças produtivas. Muito pelo contrário. Para não serem privados do resultado obtido, para não perderem os frutos da civilização, os homens são constrangidos, a partir do momento em que seu modo de comércio não corresponde mais às forças produtivas adquiridas, a modificar todas as suas formas sociais tradicionais. (Tomo a palavra *comércio* em seu sentido mais amplo, como dizemos em alemão *Verkehr*.) Por exemplo: o privilégio, a instituição de grêmios e corporações, o regime regulamentar da Idade Média eram relações sociais

que correspondiam às forças produtivas adquiridas e ao estado social preexistente, do qual surgiram essas instituições. Sob a tutela do regime corporativo e regulamentado, os capitais se acumularam, o comércio marítimo se desenvolveu, colônias foram fundadas – e os homens teriam perdido esses frutos, se tivessem querido conservar as formas à sombra das quais tais frutos amadureceram. Daí o ruído de dois trovões: as revoluções de 1640 e 1688. Na Inglaterra, todas as antigas formas econômicas, as relações sociais que lhes correspondiam e o Estado político que era a expressão oficial da velha sociedade civil foram destruídos. Assim, as formas econômicas sob as quais os homens produzem, consomem e trocam são *transitórias e históricas*. Ao adquirir novas forças produtivas, os homens mudam seu modo de produção e, com o modo de produção, mudam as relações econômicas, que eram apenas as relações necessárias desse determinado modo de produção.

Foi isso o que o sr. Proudhon não compreendeu e, menos ainda, demonstrou. Incapaz de seguir o movimento real da história, o sr. Proudhon nos oferece uma fantasmagoria, que tem a pretensão de ser uma fantasmagoria dialética. Ele não sente necessidade de falar dos séculos XVII, XVIII e XIX, porque sua história se passa no reino nebuloso da imaginação e paira muito acima do tempo e do espaço. Numa palavra, isso não é história, mas velharia hegeliana: não é uma história profana – a história dos homens –, é uma história sacra – história das ideias. Em seu modo de ver, o homem não é mais que um instrumento do qual se vale a ideia ou a razão eterna para se desenvolver. As *evoluções* de que fala o sr. Proudhon são supostamente as evoluções tais como se operam no seio místico da ideia absoluta. Se rasgarmos o véu que cobre essa linguagem mística, isso significa que o sr. Proudhon nos oferece a ordem em que as categorias econômicas se encontram alinhadas em sua cabeça. Não precisaria me esforçar muito para lhe provar que essa ordem é a ordem de uma cabeça muito desordenada.

O sr. Proudhon inicia seu livro com uma dissertação acerca do *valor*, que é o seu tema predileto. Desta vez não entrarei na análise dessa dissertação.

A série de evoluções econômicas da razão eterna começa com a *divisão do trabalho*. Para o sr. Proudhon, a divisão do trabalho é uma coisa bem simples. Mas o regime de castas não foi uma divisão do trabalho? O regime das corporações não foi outra divisão do trabalho? E a divisão do trabalho do regime manufatureiro, que começou em meados do século XVII e terminou em fins do século XVIII na Inglaterra, também não é totalmente distinta da divisão do trabalho da grande indústria, da indústria moderna?

O sr. Proudhon se encontra tão longe da verdade que omite o que fazem até os economistas profanos. Para tratar da divisão do trabalho, não sente necessidade de falar do *mercado* mundial. Pois então! A divisão do trabalho, nos séculos XIV e XV, quando ainda não existiam colônias, quando a América ainda não existia para a Europa e a Ásia oriental só existia por intermédio de Constantinopla, não devia ser totalmente distinta da divisão do trabalho do século XVII, quando já havia colônias desenvolvidas?

Há mais, porém. Toda a organização interna dos países, todas as suas relações internacionais não são a expressão de certa divisão do trabalho? E não mudam com as mudanças da divisão do trabalho?

O sr. Proudhon compreendeu tão pouca coisa do problema da divisão do trabalho que nem sequer menciona a separação entre cidade e campo, que, na Alemanha, por exemplo, ocorreu entre os séculos IX e XII. Assim, para o sr. Proudhon, essa separação deve ser uma lei eterna, porque ele não conhece nem a sua origem nem o seu desenvolvimento. Ele discorrerá, em todo o livro, como se a criação de um modo de produção durasse até a consumação dos séculos. Tudo o que o sr. Proudhon diz da divisão do trabalho é somente um resumo – e, ainda por cima, um resumo muito

superficial, muito incompleto – do que afirmaram antes dele Adam Smith e outros mil autores.

A segunda evolução são as *máquinas*. A conexão entre a divisão do trabalho e as máquinas é inteiramente mística no sr. Proudhon. Cada um dos modos da divisão do trabalho tinha instrumentos de produção específicos. De meados do século XVII a meados do século XVIII, por exemplo, os homens não produziam tudo à mão. Eles possuíam instrumentos, e instrumentos muito complicados, como teares, lançadeiras, alavancas etc. etc.

Assim, pois, nada mais ridículo do que considerar que as máquinas são consequência da divisão do trabalho em geral.

Assinalarei ainda, de passagem, que o sr. Proudhon, como não chegou a compreender a origem histórica das máquinas, compreendeu menos ainda seu desenvolvimento. Pode-se dizer que, até 1825 – época da primeira crise universal –, as necessidades do consumo, em geral, cresciam mais rápido que a produção, e o desenvolvimento das máquinas foi uma consequência obrigatória das necessidades do mercado. A partir de 1825, a invenção e a utilização das máquinas não foi mais que o resultado da guerra entre patrões e empregados. Mas isso só é válido para a Inglaterra. Quanto às nações europeias, elas foram obrigadas a empregar as máquinas por causa da concorrência que os ingleses lhes faziam tanto em seu próprio mercado como no mercado mundial. Já na América do Norte, a introdução das máquinas deveu-se tanto à concorrência com outros países como à escassez de mão de obra, isto é, à desproporção entre a população e as necessidades industriais do país. Por tudo isso, o senhor pode deduzir a sagacidade do sr. Proudhon, conjurando o fantasma da concorrência como terceira evolução, como antítese das máquinas!

Finalmente, em geral é um verdadeiro absurdo fazer das *máquinas* uma categoria econômica, ao lado da divisão do trabalho, da concorrência, do crédito etc.

A máquina tem tanto de categoria econômica quanto o boi que puxa o arado. A utilização atual das máquinas é uma das relações do nosso regime econômico, mas o modo de exploração das máquinas é algo totalmente diverso das próprias máquinas. A pólvora continua a mesma, quer se empregue para ferir, quer para tratar a ferida.

O sr. Proudhon supera-se a si mesmo quando permite que a concorrência, o monopólio, os impostos ou a polícia, a balança comercial, o crédito e a propriedade se desenvolvam dentro da sua cabeça na ordem em que os cito. Quase todas as instituições de crédito já se haviam desenvolvido na Inglaterra no começo do século XVIII, antes da invenção das máquinas. O crédito público era apenas uma nova maneira de elevar os impostos e satisfazer as novas necessidades criadas pela chegada da burguesia ao poder. Enfim, a *propriedade* constitui a última categoria no sistema do sr. Proudhon. No mundo real, ao contrário, a divisão do trabalho e todas as categorias do sr. Proudhon são relações sociais, cujo conjunto forma aquilo que atualmente se denomina *propriedade*. A propriedade burguesa, fora dessas relações, não passa de uma ilusão metafísica ou jurídica. A propriedade de outra época, a propriedade feudal, desenvolve-se numa série de relações sociais completamente diversas. O sr. Proudhon, estabelecendo a propriedade como uma relação independente, comete algo mais que um erro de método: ele prova claramente que não compreendeu o vínculo que liga todas as formas da produção *burguesa*, que não compreendeu o caráter *histórico* e *transitório* das formas da produção em uma determinada época. O sr. Proudhon, que não vê nossas instituições sociais como produtos históricos, que não compreende nem sua origem nem seu desenvolvimento, só pode fazer uma crítica dogmática.

Assim, o sr. Proudhon é obrigado a recorrer a uma *ficção* para explicar o desenvolvimento das instituições sociais. Imagina que a divisão do trabalho, o crédito, as máquinas etc. foram inventados para servir à sua ideia fixa, à ideia da igualdade. Sua explicação é de uma ingenuidade

sublime. Essas coisas foram inventadas para a igualdade, mas desafortunadamente voltaram-se contra a igualdade. Esse é todo o seu raciocínio. Noutras palavras: ele faz uma suposição gratuita e, como o desenvolvimento real e a ficção criada por ele se contradizem a cada passo, conclui que há uma contradição. Esconde o fato de que só há contradição entre as suas ideias fixas e o movimento real.

Assim, pois, o sr. Proudhon, principalmente por falta de conhecimentos históricos, não viu que os homens, desenvolvendo suas faculdades produtivas, isto é, vivendo, desenvolvem certas relações entre si, e que o modo dessas relações muda necessariamente com a modificação e o desenvolvimento daquelas faculdades produtivas. Não percebeu que as *categorias econômicas* não passam de *abstrações* dessas relações reais, que são verdadeiras apenas enquanto essas relações subsistem. Por conseguinte, cai no erro dos economistas burgueses, que veem essas categorias econômicas como leis eternas e não leis históricas, que são leis apenas para um certo desenvolvimento histórico, um determinado desenvolvimento das forças produtivas. Isso posto, em vez de considerar as categorias econômico-políticas como abstrações das relações sociais reais, transitórias, históricas, o sr. Proudhon, por meio de uma inversão mística, vê as relações reais como encarnações dessas abstrações. Estas, em si mesmas, são fórmulas que estavam adormecidas no seio de Deus padre desde o princípio do mundo.

Mas, aqui, o bondoso sr. Proudhon é acometido de convulsões intelectuais. Se todas essas categorias econômicas são emanações do coração de Deus, se são a vida oculta e eterna dos homens, como é que, em primeiro lugar, há desenvolvimento e, em segundo lugar, o sr. Proudhon não é conservador? Ele explica todas essas contradições evidentes valendo-se de todo um sistema de antagonismos.

Para esclarecer esse sistema de antagonismos, tomemos um exemplo.

O *monopólio* é bom porque é uma categoria econômica e, logo, uma emanação de Deus. A concorrência é boa porque também é uma categoria econômica. Mas o que não é bom é a realidade do monopólio e a realidade da concorrência. E o que é pior: monopólio e concorrência se entredevoram. O que fazer? Como esses dois pensamentos eternos de Deus se contradizem, parece evidente ao sr. Proudhon que, no seio de Deus, há uma síntese de ambos, na qual os males do monopólio são equilibrados pela concorrência e vice-versa. Da luta entre essas duas ideias resultará que só o lado bom se destacará. Esse ideia secreta deve ser arrancada de Deus, em seguida aplicada e tudo será um mar de rosas; é preciso trazer à luz a fórmula sintética oculta na noite da razão impessoal da humanidade. Sem nem sequer titubear, o sr. Proudhon se oferece como revelador.

Mas observe por um segundo a vida real. Na vida econômica dos nossos dias, o senhor encontrará não somente a concorrência e o monopólio, mas também a sua síntese, que não é uma *fórmula*, mas um *movimento*. O monopólio engendra a concorrência, a concorrência engendra o monopólio. Entretanto, essa equação, longe de eliminar as dificuldades da situação presente, como imaginam os economistas burgueses, leva a uma situação ainda mais difícil e complicada. Assim, ao mudar a base sobre a qual se fundam as relações econômicas atuais, ao liquidar o *modo* atual de produção, liquida-se não somente a concorrência, o monopólio e o seu antagonismo, mas também a sua unidade, a sua síntese, o movimento que é o equilíbrio real da concorrência e do monopólio.

Dar-lhe-ei, agora, um exemplo da dialética do sr. Proudhon.

Liberdade e *escravidão* constituem um antagonismo. Não há necessidade de falar nem dos lados bons nem dos lados maus da liberdade. Quanto à escravidão, é inútil falar de seus lados maus. A única coisa que devemos explicar é o lado bom da escravidão. Não me refiro à escravidão indireta, à escravidão do proletário; refiro-me à escravidão direta, à

escravidão dos negros no Suriname, no Brasil e nas regiões meridionais da América do Norte.

A escravidão direta é o pivô do nosso industrialismo atual, tanto quanto as máquinas, o crédito etc. Sem a escravidão, não haveria algodão e, sem algodão, não haveria indústria moderna. Foi a escravidão que valorizou as colônias, foram as colônias que criaram o comércio mundial – esse comércio mundial que é a condição necessária da grande indústria mecanizada. Antes do tráfico dos negros, as colônias não davam mais que uns poucos produtos ao mundo antigo e não modificaram visivelmente a face da Terra. Assim, a escravidão é uma categoria econômica da mais alta importância. Sem a escravidão, a América do Norte, o país mais desenvolvido, seria um país patriarcal. Se tirarmos a América do Norte do mapa das nações, teremos a anarquia, a decadência absoluta do comércio e da civilização moderna. Mas abolir a escravidão equivaleria a riscar a América do Norte do mapa das nações. Por isso a escravidão, por ser uma categoria econômica, encontra-se em todas as partes, desde o princípio do mundo. Os povos modernos conseguiram apenas dissimulá-la em seus países e levá-la, sem nenhum disfarce, para o novo mundo. O que fará o bondoso sr. Proudhon, depois dessas considerações acerca da escravidão? Buscará a síntese da liberdade e da escravidão, o verdadeiro termo médio, o equilíbrio entre a escravidão e a liberdade.

O sr. Proudhon compreendeu muito bem que os homens fazem o tecido de lã, de algodão, de seda – e tem o grande mérito de ter compreendido tão pouca coisa! O que o sr. Proudhon não compreendeu é que os homens, conforme as suas faculdades, produzem também as *relações sociais*, nas quais produzem o tecido de lã e de algodão. Compreendeu menos ainda que os homens, que produzem as relações sociais segundo a sua produtividade material, produzem também as *ideias*, as *categorias*, isto é, as expressões abstratas ideais dessas mesmas relações sociais. Portanto, essas categorias são tão pouco eternas quanto as relações que expressam. São produtos

históricos e transitórios. Para o sr. Proudhon, entretanto, as abstrações, as categorias, são a causa primária. Segundo ele, são elas, e não os homens, que fazem a história. A *abstração*, a *categoria considerada como tal* – ou seja, separada dos homens e de sua ação material – é naturalmente imortal, inalterável, impassível; não é mais que um ser da razão pura, o que significa simplesmente que a abstração, considerada como tal, é abstrata – admirável tautologia!

Por isso as relações econômicas, vistas sob a forma de categorias, são, para o sr. Proudhon, fórmulas eternas, sem origem nem progresso.

Noutros termos: o sr. Proudhon não afirma diretamente que a *vida burguesa* é, para ele, uma *verdade eterna*; di-lo indiretamente, ao divinizar as categorias que expressam as relações burguesas sob a forma de pensamento. Toma os produtos da sociedade burguesa como seres espontâneos, dotados de vida própria, eternos, desde que se lhe apresentem sob a forma de categorias, de pensamento. Assim, não vê além do horizonte burguês. Como opera com pensamentos burgueses, supondo-os eternamente verdadeiros, procura sua síntese, seu equilíbrio, e não vê que seu modo atual de equilíbrio é o único possível.

Realmente, ele faz o que fazem todos os bons burgueses. Todos dizem que a concorrência, o monopólio etc. são em princípio – ou seja, considerados como ideias abstratas – os únicos fundamentos da vida, mas deixam muito a desejar na prática. Todos querem a concorrência sem as consequências funestas desta. Todos querem o impossível, isto é, as condições da vida burguesa sem as consequências necessárias dessas condições. Nenhum compreende que a forma burguesa de produção é uma forma histórica e transitória, assim como o era a forma feudal. Esse erro deriva de que, para eles, o homem burguês é a única base possível de toda sociedade, deriva de que não conseguem imaginar um estado social em que o homem deixe de ser burguês.

O sr. Proudhon é, pois, necessariamente *doutrinário*. O movimento histórico que revoluciona o mundo atual reduz-se, para ele, ao problema do verdadeiro equilíbrio, da síntese das duas ideias burguesas. Assim, com muita sutileza, o moço sagaz descobre o recôndito pensamento de Deus, a unidade de duas ideias isoladas, e que só são isoladas porque o sr. Proudhon as isolou da vida prática, da produção atual – que é a combinação das realidades que elas exprimem. No lugar do grande movimento histórico, que nasce do conflito entre as forças produtivas dos homens, já adquiridas, e suas relações sociais, que não correspondem mais a essas forças produtivas; no lugar das terríveis guerras, que se preparam entre as diferentes classes de uma nação e entre as diferentes nações; no lugar da ação prática e violenta das massas, a única que pode resolver esses conflitos; no lugar desse movimento amplo, prolongado e complexo, o sr. Proudhon coloca o movimento *cacadauphin*[d] saído da sua cabeça. Assim são os sábios, os homens capazes de arrancar de Deus seus íntimos pensamentos, que fazem a história. À plebe só resta aplicar suas revelações. Agora o senhor compreende por que o sr. Proudhon é inimigo declarado de todo movimento político. Para ele, a solução dos problemas atuais não consiste na ação pública, mas nas rotações dialéticas da sua cabeça. Como, para ele, as categorias são as forças motrizes, não é necessário mudar a vida prática para mudar as categorias. Muito pelo contrário: é preciso mudar as categorias, e a mudança da sociedade será a consequência disso.

Em seu desejo de conciliar as contradições, o sr. Proudhon não se questiona se a própria base dessas contradições não deve ser subvertida. Ele se parece em tudo ao doutrinário político, que quer o rei, a Câmara dos Deputados e a Câmara dos Pares como partes integrantes da vida social, como categorias eternas. Só que ele busca uma nova fórmula para equilibrar esses poderes, cujo equilíbrio consiste, precisamente, no movimento real, em que um desses poderes ora é o vencedor, ora o escravo do outro. Foi por isso que no século XVIII uma multidão de cérebros medíocres se esforçou

para descobrir a verdadeira fórmula para equilibrar as ordens sociais, a nobreza, o rei, os parlamentos etc., e no dia seguinte já não havia nem rei, nem parlamento, nem nobreza. O equilíbrio justo entre esses antagonismos era a derrubada de todas as relações sociais que serviam de base a essas existências feudais e ao antagonismo dessas existências feudais.

Porque o sr. Proudhon põe, de um lado, as ideias eternas, as categorias da razão pura e, de outro, os homens e sua vida prática, que, segundo ele, é a aplicação dessas categorias, o senhor encontra nele, desde o primeiro momento, um *dualismo* entre a vida e as ideias, entre a alma e o corpo – um dualismo que se repete sob muitas formas. Agora o senhor vê que esse antagonismo é apenas a incapacidade do sr. Proudhon de compreender a origem e a história profanas das categorias que ele diviniza.

Já me estendi demasiado para falar ainda das acusações ridículas que o sr. Proudhon lança contra o comunismo. Por ora, o senhor convirá comigo em que um homem que não compreendeu o estado atual da sociedade compreenderá menos ainda o movimento que tende a subvertê-lo, bem como as expressões literárias desse movimento revolucionário.

O *único ponto* em que concordo inteiramente com o sr. Proudhon é em sua aversão ao pieguismo socialista. Antes dele, eu já provocara muitas inimizades com minhas ironias ao socialismo macaqueador, sentimental e utopista[e]. Mas o sr. Proudhon não abriga ilusões estranhas quando opõe seu sentimentalismo de pequeno-burguês (refiro-me às suas frases declamatórias sobre o lar, o amor conjugal e todas essas banalidades) ao sentimentalismo socialista que, em Fourier, por exemplo, é muito mais profundo que as banalidades presunçosas do bom Proudhon? Ele mesmo percebe tão bem a nulidade de seus raciocínios, sua completa incapacidade para falar dessas coisas, que se perde em explosões de raiva, vociferações, em *irae hominis probi* [cóleras de homem honesto]; espuma, blasfema, denuncia, maldiz a infâmia e a peste e jacta-se, diante de Deus e dos homens, de estar limpo dos pecados socialistas! Não ironiza o

sentimentalismo socialista, ou o que toma como tal. Como um santo, como o papa, excomunga os pobres pecadores e canta as glórias da pequena burguesia e das miseráveis ilusões amorosas e patriarcais do lar. E isso não é fortuito. O sr. Proudhon é, da cabeça aos pés, filósofo e economista da pequena burguesia. O *pequeno-burguês*, numa sociedade avançada e por exigência de seu estado, faz-se meio socialista e meio economista, isto é, deslumbra-se com a magnificência da alta burguesia e, ao mesmo tempo, solidariza-se com o sofrimento do povo. É, simultaneamente, burguês e povo. Em seu foro íntimo, ufana-se de sua imparcialidade, de ter encontrado o equilíbrio justo, que tem a pretensão de se distinguir do termo médio. Esse pequeno-burguês diviniza a *contradição*, porque ela constitui o fundo do seu ser. Ele é a contradição social em ação. Deve justificar, teoricamente, o que ele próprio é na prática, e o sr. Proudhon tem o mérito de ser o intérprete científico da pequena burguesia francesa, o que é um mérito real, pois a pequena burguesia será parte integrante de todas as revoluções sociais que se preparam.

Gostaria de poder enviar-lhe, com esta carta, o meu livro sobre economia política[f], mas, até agora, não consegui imprimir essa obra e as críticas aos filósofos e socialistas alemães, de que lhe falei em Bruxelas[g]. O senhor não imagina as dificuldades que uma publicação desse tipo encontra na Alemanha, por parte tanto da polícia quanto dos editores, que são representantes interessados de todas as tendências que ataco. Quanto ao nosso próprio partido, ele não é apenas pobre; grande parte do Partido Comunista Alemão está zangada comigo, porque me oponho às suas utopias e declamações.

Ao seu dispor,
Karl Marx

P. S. O senhor talvez se pergunte por que lhe escrevo em mau francês, em vez de lhe escrever em bom alemão. É porque meu tema é um autor francês.

O senhor me obsequiaria muito não retardando sua resposta, assim posso saber se fui compreendido sob esse invólucro de francês bárbaro.

---

[a] Nessa carta, publicada pela primeira vez em 1912 por M. K. Lenke, Marx comunica a Ánnenkov as suas primeiras impressões sobre o livro de Proudhon, ao qual replicará com *Miséria da filosofia*. Ánnenkov travou conhecimento com Marx em Paris, entre 1843 e 1844; ao que tudo indica, encontraram-se novamente em Bruxelas, em 1846.

[b] Na sua carta de 1º de novembro de 1846, Ánnenkov escrevera: "Confesso que o próprio plano do trabalho não me parece o resultado necessário da elaboração de um tema determinado e seu desenvolvimento lógico, mas antes o fruto da fantasia de um homem que assimilou uma parte insignificante da filosofia alemã".

[c] Marx ironiza, aqui, a "hipótese" que Proudhon expõe e comenta longamente no prólogo de sua obra, considerando-a um "instrumento dialético necessário".

[d] Na época da Revolução Francesa, os antimonarquistas usavam o termo *cacadauphin* para indicar a cor mostarda, que virou moda depois que Maria Antonieta a adotou para as fraldas do delfim. Uma das traduções possíveis é "cocô de delfim".

[e] Marx evoca aqui, certamente, a *Circular contra Kriege* (Bruxelas, 11 de maio de 1846).

[f] Marx refere-se a uma obra que esboçou, mas não concluiu, intitulada *Crítica da política e da economia política*, cujos fragmentos conservados foram publicados pela primeira vez em 1932.

[g] Marx refere-se, certamente, à obra *A ideologia alemã*.

Carta de Marx a J. B. Schweitzer[A]
Londres, 24 de janeiro de 1865

Caro senhor,

Recebi ontem a carta em que me solicita um julgamento aprofundado sobre *Proudhon*. Falta-me tempo para atender a seu pedido. E também não tenho em mãos nenhum de seus escritos. Entretanto, para demonstrar minha boa vontade, envio-lhe às pressas estas breves notas. O senhor pode completar, adicionar ou suprimir, enfim, pode fazer o que lhe aprouver[b].

Já não me recordo dos primeiros ensaios de Proudhon. Seu trabalho de principiante sobre a *Langue universelle* [língua universal][c] comprova a audácia com que atacava problemas para cuja solução lhe faltavam os conhecimentos mais elementares.

Sua primeira obra, *Qu'est-ce que la propriété?*[d], é incontestavelmente a melhor. Marcou época, se não pela originalidade do conteúdo, ao menos pela maneira nova e audaciosa de dizer coisas conhecidas. Os socialistas franceses, dos quais ele conhecia a obra, naturalmente criticaram a *propriété* [propriedade] de diversos pontos de vista, mas também a *aboliram* utopicamente. Em seu livro, Proudhon é em relação a Saint-Simon e Fourier quase o mesmo que Feuerbach é em relação a Hegel. Comparado a Hegel, Feuerbach é muito pobre. Contudo, *depois* de Hegel, ele fez época, porque realçou *pontos* desagradáveis para a consciência cristã

e importantes para o progresso da crítica filosófica que Hegel deixara num *clair-obscur* [claro-escuro] místico.

O estilo desse texto de Proudhon é – se me permite a expressão – absolutamente musculoso, e esse estilo, no meu entender, é sua grande qualidade. Percebe-se que, mesmo nas passagens em que se limita a repetir o conhecido, Proudhon descobre que o que ele diz é novidade para ele, e que lhe serve como tal.

A audácia provocadora com que ataca o "santuário" econômico, os paradoxos espirituosos com que zomba do raso senso comum do burguês, as críticas corrosivas, a ironia amarga, um profundo e sincero sentimento de revolta aqui e ali contra as infâmias da ordem de coisas estabelecida, a convicção revolucionária, todas essas coisas explicam o efeito "elétrico" causado por *O que é a propriedade?* desde que foi publicado. Numa história rigorosamente científica da economia política, esse texto mal seria mencionado. Mas essas obras sensacionalistas têm seu papel nas ciências, assim como na literatura. Pegue, por exemplo, o livro de *Malthus*, *Ensaio sobre a população*[e]. A primeira edição é simplesmente um *sensational pamphlet* [panfleto sensacionalista] e, ainda por cima, um *plagiat* [plágio] da primeira à última linha. E, no entanto, que impacto teve essa *pasquinada sobre o gênero humano*!

Se eu tivesse à mão o livro de Proudhon, seria fácil demonstrar, com alguns exemplos, sua *maneira inicial* de escrever. Nos capítulos que ele mesmo considera mais importantes, imita o método de *Kant* ao tratar das *antinomias* – Kant era o único filósofo alemão que ele conhecia naquela época, através de traduções; dá a impressão de que, para ele como para Kant, a solução das antinomias está num *"além"* do entendimento humano, isto é, o entendimento dele é incapaz de alcançar a solução.

Mas, apesar da sua aparência de iconoclasta, já em *O que é a propriedade?* encontramos esta contradição: de um lado, Proudhon critica a sociedade a partir do ponto de vista do pequeno camponês (mais tarde, do

petit bourgeois [pequeno-burguês]) francês; de outro, aplica-lhe o padrão que lhe transmitiram os socialistas.

Aliás, o próprio título indica as deficiências do livro. A questão foi muito mal colocada para que se possa dar uma resposta correta. As *"relações de propriedade" dos tempos antigos* foram substituídas pela *propriedade feudal*; e esta pela *propriedade burguesa*. Assim, a própria história encarregou-se de submeter à sua crítica as *relações de propriedade* do passado. Para Proudhon tratava-se, na verdade, de examinar a *propriedade burguesa moderna*. A questão de saber o que era essa propriedade só podia ser respondida com uma análise crítica da *economia política*, abarcando o conjunto dessas relações de propriedade, não em sua *expressão jurídica* como *relações da vontade*, mas na forma real, isto é, como *relações de produção*. Da maneira como Proudhon vincula o conjunto dessas relações econômicas à noção jurídica de *propriété* [propriedade], ele não podia ir além da resposta que *Brissot* já dera[f], desde antes de 1789, numa obra do mesmo gênero, e nos mesmos termos: "A propriedade é um roubo".

A conclusão a que se chega, no melhor dos casos, é que as noções jurídicas do burguês sobre o *"roubo"* são aplicáveis também aos lucros *"honestos"* do próprio burguês. Por outro lado, já que o *"roubo"*, como violação da propriedade, *pressupõe a propriedade*, Proudhon enredou-se em toda a sorte de elucubrações confusas sobre a *verdadeira propriedade burguesa*.

Durante minha estada em Paris, em 1844, travei conhecimento pessoal com Proudhon. Menciono o fato porque, até certo ponto, sou responsável pela sua "*sophistication*", palavra que os ingleses empregam para designar a adulteração de uma mercadoria. Em longas discussões, que frequentemente se prolongavam noite afora, contagiei-o, para grande desgraça sua, com um hegelianismo que, por seu desconhecimento da língua alemã, ele não podia estudar a fundo. Após a minha expulsão da França, o sr. *Karl Grün*

terminou o que comecei. E esse professor de filosofia alemã ainda tinha a vantagem de não entender uma palavra do que ensinava.

Pouco antes da publicação da sua segunda obra importante, *Philosophie de la misère* [*Filosofia da miséria*] etc., Proudhon anunciou-ma numa carta muito detalhada, na qual, entre outras coisas, me dizia: *"J'attends votre férule critique"* [Espero a férula de sua crítica][g]. Com efeito, minha crítica caiu sobre ele (em meu *Miséria da filosofia* etc., Paris, 1847), de tal forma que pôs fim para sempre à nossa amizade.

Do que precede, o senhor pode ver que, em *Filosofia da miséria ou Sistema das contradições econômicas*, Proudhon deveria responder à pergunta: o que é a propriedade? De fato, Proudhon iniciou seus estudos econômicos somente depois da publicação desse primeiro livro; descobriu que, para resolver a questão, tinha de responder não por *invectivas*, mas por uma *análise da economia política* moderna. Ao mesmo tempo, tentou expor dialeticamente o *sistema* das categorias econômicas. A *contradição hegeliana* devia substituir a *"antinomia"* insolúvel de *Kant* como meio de desenvolvimento.

Para a crítica desses dois grossos volumes, devo remetê-lo à minha réplica. Demonstrei, entre outras coisas, o pouco que ele penetrou nos segredos da dialética científica e quanto, por outro lado, compartia das ilusões da filosofia "especulativa": em vez de considerar as *categorias econômicas expressões teóricas* de *relações de produção históricas, correspondendo a um determinado nível do desenvolvimento da produção material*, sua imaginação as converte em *ideias eternas*, preexistentes a qualquer realidade, e, dessa maneira, por uma meia-volta, ele retorna ao seu ponto de partida, o ponto de vista da economia burguesa[h].

Mais adiante, demonstrei como é defeituoso e rudimentar seu conhecimento da "economia política", à qual, no entanto, se dedica a criticar, e como, à semelhança dos utopistas, corre atrás de uma pretensa *"ciência"*, da qual se poderia arrancar pronta e *a priori* uma fórmula para a

“solução da questão social”, em vez de ir buscar a ciência no conhecimento crítico do movimento histórico, o movimento que cria as *condições materiais da emancipação*. Demonstrei, sobretudo, que Proudhon tem ideias vagas, falsas e parciais sobre a base de toda a economia política, o *valor de troca*, o que o leva a ver os fundamentos de uma nova ciência numa interpretação utópica da teoria do valor de Ricardo. Enfim, meu juízo sobre o seu ponto de vista geral, resumo-o nas seguintes palavras:

> Cada relação econômica tem um lado bom e um lado mau, e esse é o único ponto em que o sr. Proudhon não se desmente. O lado bom ele o vê exposto pelos economistas; o mau, denunciado pelos socialistas. Toma emprestada dos economistas a necessidade das relações eternas; dos socialistas, a ilusão de ver na miséria apenas a miséria (em vez de ver nela o lado revolucionário, subversivo, que derrubará a sociedade antiga)[i]. Concorda com estes e aqueles quando quer se referir à autoridade da ciência. Esta, para ele, reduz-se às magras proporções de uma fórmula científica: é um homem à caça de fórmulas. Assim, o sr. Proudhon jacta-se de ter feito a crítica da economia política e do comunismo, mas está aquém de ambos. Está aquém dos economistas porque, como filósofo que tem na manga uma fórmula mágica, acreditou poder dispensar-se de entrar em pormenores puramente econômicos; aquém dos socialistas porque carece da coragem e da lucidez necessárias para se elevar, ainda que especulativamente, acima do horizonte burguês.
>
> [...]
>
> Como homem de ciência, quer pairar acima de burgueses e proletários, mas *não passa do pequeno-burguês* que oscila constantemente entre o capital e o trabalho, entre a economia política e o comunismo.[j]

Por mais severo que possa parecer esse juízo, sou obrigado ainda hoje a subscrevê-lo palavra por palavra. Mas é importante recordar que, na época em que declarei e provei teoricamente que o livro de Proudhon era apenas o código do socialismo dos pequeno-burgueses, esse mesmo Proudhon foi anatematizado por economistas e socialistas como ultra e arquirrevolucionário. Essa é a razão por que, posteriormente, jamais fiz coro com os que bradavam sua *“traição”* à revolução. Não foi culpa sua se, incompreendido originalmente tanto pelos outros como por si mesmo, ele não satisfez expectativas que nada justificava.

Em contraste com *O que é a propriedade?*, em *Filosofia da miséria* todos os defeitos da explanação de Proudhon sobressaem desfavoravelmente. O estilo é com frequência o que os franceses chamam de *ampoulé* [empolado]. Uma algaravia pretensiosa e especulativa, que se julga filosofia alemã, aparece sempre que falta a perspicácia gaulesa. O que ele nos buzina nos ouvidos, num tom de saltimbanco, de fanfarrão presunçoso, é uma patacoada enfadonha sobre a *"ciência"*, que, aliás, ele ostenta ilegitimamente. Em vez do entusiasmo sincero e natural que anima a sua primeira obra, aqui, em inúmeras passagens, Proudhon declama sistematicamente, sem nenhum ardor. Acrescente a isso o pedantismo desagradável e desajeitado do autodidata que banca o erudito, do ex-operário que perdeu o orgulho de saber-se pensador independente e original e que, agora, na qualidade de *parvenu* da ciência, acredita que é seu dever pavonear-se e vangloriar-se do que não é e não tem. E há ainda essa mentalidade de pequeno-burguês, que o leva a atacar de modo inconveniente e brutal, mas nunca penetrante, profundo ou mesmo justo, um homem como *Cabet*, merecedor de respeito pela atitude prática em relação ao proletariado francês, enquanto se desdobra em amabilidades para com *Dunoyer*[k] (conselheiro de Estado, é verdade), cuja importância se reduz à cômica seriedade com que prega em três grossos volumes, insuportavelmente entediantes, um rigorismo caracterizado nestes termos por Helvetius: "*On veut que les malheureux soient parfaits*" [Pretende-se que os desgraçados sejam perfeitos].

De fato, a revolução de fevereiro veio muito mal a calhar a Proudhon, já que, poucas semanas antes, demonstrara irrefutavelmente que *"a era das revoluções"* passara para sempre. No entanto, sua atitude na Assembleia Nacional só merece elogios, apesar de mostrar seu pouco entendimento da situação. *Após* a insurreição de junho, foi um ato de grande coragem[l]. Além do mais, teve o feliz resultado de o sr. *Thiers*, em sua resposta às propostas de Proudhon, publicada mais tarde em brochura, ter mostrado a

toda a Europa o pedestal, digno de uma criança frequentando o catecismo, sobre o qual se erguia esse pilar intelectual da burguesia francesa[m]. Comparado ao sr. *Thiers*, *Proudhon* adquiriu as dimensões de um colosso antediluviano. As últimas "façanhas" econômicas de Proudhon foram a descoberta do *"crédit gratuit"* [crédito gratuito] e do *"banco do povo"* (*banque du peuple*) que deveria realizá-lo. Na minha *Contribuição à crítica da economia política* (Berlim, 1859, primeira parte, p. 59-64), encontra-se a prova de que a base teórica das ideias proudhonianas resulta de uma completa ignorância dos primeiros elementos da economia política burguesa: a relação entre a mercadoria e o *dinheiro*; ao passo que a sua superestrutura prática não é mais que a reprodução de projetos muito anteriores e muito mais bem elaborados.

Não há dúvida, e é até evidente, de que o sistema de crédito que serviu na Inglaterra, por exemplo, no princípio do século XVIII e mais recentemente do XIX, para transferir as riquezas de uma classe para outra poderia servir também, em determinadas condições políticas e econômicas, para acelerar a emancipação da classe operária. Mas considerar que o *capital que produz juros é a forma principal do capital* e querer fazer de uma aplicação particular do crédito, da pretensa abolição do juro, a base da transformação social, isso é uma fantasia genuinamente *filisteia*. Com efeito, essa fantasia já fora minuciosamente desenvolvida *pelos porta-vozes econômicos da pequena burguesia* inglesa do século XVII. A polêmica de Proudhon com Bastiat sobre o capital que produz juros (1850)[n] está muito aquém da *Filosofia da miséria*. Proudhon consegue ser derrotado até por Bastiat e protesta burlescamente cada vez que o adversário lhe acerta um golpe.

Há alguns anos, Proudhon escreveu uma dissertação sobre *impostos*, para um concurso organizado, se bem me recordo, pelo governo do cantão de Vaud[o]. Aí desapareceu, por completo, o último vislumbre de gênio: resta apenas o *petit bourgeois tout pur* [pequeno-burguês puro e simples].

As obras políticas e filosóficas de Proudhon têm todas elas o mesmo caráter ambíguo e contraditório que encontramos em seus trabalhos sobre economia. Além disso, não têm mais que uma importância local, limitada à França. Entretanto, seus ataques à religião e à Igreja tinham um grande mérito na França, numa época em que os socialistas franceses se vangloriavam de seus sentimentos religiosos como se fossem uma vantagem sobre o voltairianismo do século XVIII e o ateísmo alemão do século XIX. Se Pedro, o Grande, derrotou a barbárie russa com a barbárie, Proudhon fez o que pôde para derrubar com fraseologia a fraseologia francesa.

O que não se pode mais considerar simplesmente uma obra ruim, mas sim uma verdadeira vilania – que, no entanto, corresponde perfeitamente ao ponto de vista pequeno-burguês – é o livro sobre o *Coup d'état* [golpe de Estado][p], em que flerta com Luís Bonaparte, esforçando-se na verdade para torná-lo aceitável aos operários franceses, e a sua última obra contra a *Polônia*, em que, para a maior glória do tsar, demonstra o cinismo próprio de um cretino[q].

Proudhon foi comparado muitas vezes a *Rousseau*. Nada poderia ser tão falso. Parece-se mais com *Nicholas Linguet*, cuja *Théorie des lois civiles* [Teoria das leis civis] é uma obra genial[r].

Proudhon possui uma inclinação natural para a dialética. Mas, como nunca compreendeu a verdadeira dialética científica, não foi além dos sofismas. Na verdade, isso se explica pelo seu ponto de vista pequeno-burguês. À semelhança do nosso historiador *Raumer*, o pequeno-burguês constitui-se de um "por uma parte" e de um "por outra parte". Mesmo conflito em seus interesses materiais e, *logo*, em suas concepções religiosas, científicas e artísticas, em sua moral, assim *in everything* [em tudo]. É a contradição personificada. Se, como Proudhon, ele é uma pessoa de espírito, logo saberá manipular suas próprias contradições e convertê-las, segundo as circunstâncias, em paradoxos evidentes, espetaculares, ora

escandalosos, ora brilhantes. Charlatanismo científico e arranjos políticos são elementos inseparáveis de semelhante ponto de vista. A homens assim só resta um estímulo: a *vaidade*. E, como a todos os vaidosos, importa apenas o efeito do momento, o sucesso do dia. Assim, extingue-se fatalmente o simples tato moral que preservou um Rousseau, por exemplo, de todo compromisso, mesmo aparente, com os poderes estabelecidos[s].

Talvez a posteridade, caracterizando esse período recente da história francesa, diga que Luís Bonaparte foi o seu Napoleão e Proudhon, o seu Rousseau-Voltaire.

O senhor me entregou em confiança o papel de juiz... tão pouco tempo depois do falecimento do homem. Debito-lhe agora a responsabilidade.

Respeitosamente,
Karl Marx

---

[a] Imediatamente após a morte de Proudhon (16 de janeiro de 1865), Schweitzer e Wilhelm Liebknecht pediram a Marx uma nota necrológica para o *Social-Demokrat* (ver as notas [c] e [d] do "Prefácio à primeira edição alemã", de Engels, à *Miséria da filosofia*, na p. 151 deste volume). O jornal publicou sem modificações essa carta de Marx nos números 1, 3 e 5 de fevereiro de 1865. Numa carta a Engels, de 25 de janeiro, Marx comentou: "Atendendo a um pedido urgente de Schweitzer [...] remeti-lhe, ontem, um artigo sobre *Proudhon*. Você verá que alguns golpes bem fortes, aparentemente dirigidos a Proudhon, atingem o nosso *Aquiles*, a quem eram destinados". Aquiles é referência a Lassalle.

[b] Quando da publicação da carta, a redação do *Social-Demokrat* introduziu aqui a seguinte nota: "Consideramos preferível publicar a carta *sem nenhuma modificação*".

[c] Trata-se do ensaio de Proudhon sobre gramática comparada, publicado no volume de Bergier, *Les élémens primitifs des langues* (Besançon, Lambert, 1837).

[d] *Qu'est-ce que la propriété: recherches sur le principe du droit et du gouvernement* (Paris, J.-F. Brocard, 1840); ed. port.: *O que é a propriedade*?, trad. Marília Caeiro, 2. ed., Lisboa, Estampa, 1975].

[e] Trata-se de *An Essay of the Principle of Population as it Affects the Future Improvement of Society, with Remarks on the Speculations of Mr. Godwin, Mr. Condorcet and Others Writers* (Londres, J. Johnson, 1798); ed. bras.: *Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática: ensaio sobre a população* (São Paulo, Nova Cultural, 1996).

[f] Trata-se da obra de Brissot de Varville, *Recherches philosophiques: sur le droit de propriété et sur le vol, considérés dans la nature et dans la société*, publicada no volume 6 da coleção *Bibliothèque Philosophique du Législateur, du Politique, du Jurisconsulte*, Berlim/Paris/Lyon, 1782.

[g] Marx refere-se à carta de Proudhon reproduzida na p. 184 deste volume.

[h] Ver, neste volume, p. 102.

[i] No texto de *Miséria da filosofia* não figura o parêntese introduzido aqui por Marx. Ver p. 113 deste volume.

[j] Ver, neste volume, p. 113-4.

[k] Étienne Cabet foi um socialista utópico francês, figura de relevo na orientação do movimento operário da França entre 1830 e 1840. Charles Dunoyer foi um político e economista vulgar; a obra referida por Marx é *De la liberté du travail, ou Simple exposé des conditions dans lesquelle les forces humaines s'exercent avec les plus de puissance* (Paris, Guillaumin, 1845), 3 v.

[l] Marx refere-se ao discurso de Proudhon diante da Assembleia Nacional em 31 de julho de 1848: nele, Proudhon denuncia a repressão aos revolucionários de 23-26 de junho como violência e arbitrariedade.

m Contra as propostas que Proudhon fizera à Comissão Financeira da Assembleia Nacional, Thiers replicou num discurso pronunciado em 26 de julho de 1848. Na *Nova Gazeta Renana* de 5 de agosto de 1848, Engels publicou um artigo em que analisava as posições de ambos ("Discours de Proudhon contre Thiers"; disponível em: <https://www.marxists.org/francais/marx/works/00/nrz/index.htm>).

[n] Marx refere-se ao volume *Gratuité du crédit: discussion entre M. Fr. Bastiat et M. Proudhon* (Paris, Guillaumin, 1850).

[o] Trata-se da obra *Théorie de l'impôt: question mise au concours par le Conseil d'État du Canton de Vaud en 1860* (Paris, Dentu, 1861).

[p] Trata-se do livro *La révolution sociale démontrée par le coup d'État du 2 de décembre* (Paris, Garnier Frères, 1852).

[q] Trata-se da obra *Si les traités de 1815 ont cessé d'exister? Actes du futur congrès* (Paris, Dentu, 1863). Nessa obra, Proudhon protesta contra a revisão do Tratado de 1815 (Congresso de Viena) sobre a Polônia e volta-se contra o apoio europeu ao movimento de libertação dos poloneses diante da opressão do tsarismo russo. Aliás, sobre a posição dos políticos franceses diante do problema polonês, Marx chegou a observar (em carta a Engels, em 10 de dezembro de 1864) "a permanente traição dos franceses para com a Polônia, de Luís XV a Bonaparte II".

[r] Essa obra foi publicada em Londres, em dois volumes, em 1767.

[s] É bem claro que essas últimas frases visam Lassalle; ver, neste volume, nota [a], na p. 197.

CRONOLOGIA RESUMIDA DE MARX E ENGELS

	Karl Marx	Friedrich Engels	Fatos históricos
1818	Em Trier (capital da província alemã do Reno), nasce Karl Marx (5 de maio), o segundo de oito filhos de Heinrich Marx e Enriqueta Pressburg. Trier na época era influenciada pelo liberalismo revolucionário francês e pela reação ao Antigo Regime, vinda da Prússia.		Simón Bolívar declara a Venezuela independente da Espanha.
1820		Nasce Friedrich Engels (28 de novembro), primeiro dos oito filhos de Friedrich Engels e Elizabeth Franziska Mauritia van Haar, em Barmen, Alemanha. Cresce no seio de uma conservadora família de industriais.	George IV se torna rei da Inglaterra, pondo fim à Regência. Insurreição constitucionalista em Portugal.
1824	O pai de Marx, nascido Hirschel, advogado e conselheiro de Justiça, é obrigado a abandonar o judaísmo por motivos profissionais e políticos (os judeus estavam proibidos de ocupar cargos públicos na Renânia). Marx entra para o Ginásio de Trier (outubro).		Simón Bolívar se torna chefe do Executivo do Peru.
1830	Inicia seus estudos no Liceu Friedrich Wilhelm, em Trier.		A população de Paris insurge-se contra a promulgação de leis que dissolvem a Câmara e suprimem a liberdade de imprensa. Luís Filipe assume o poder.

	Karl Marx	Friedrich Engels	Fatos históricos
1831			Em 14 de novembro, morre Hegel.
1834		Engels ingressa, em outubro, no Ginásio de Elberfeld.	A escravidão é abolida no Império Britânico. Insurreição operária em Lyon.
1835	Escreve Reflexões de um jovem perante a escolha de sua profissão. Presta exame final de bacharelado em Trier (24 de setembro). Inscreve-se na Universidade de Bonn.		Revolução Farroupilha, no Brasil. O Congresso alemão faz moção contra o movimento de escritores Jovem Alemanha.
1836	Estuda Direito na Universidade de Bonn. Participa do Clube de Poetas e de associações estudantis. No verão, fica noivo em segredo de Jenny von Westphalen, sua vizinha em Trier. Em razão da oposição entre as famílias,	Na juventude, fica impressionado com a miséria em que vivem os trabalhadores das fábricas de sua família. Escreve Poema.	Fracassa o golpe de Luís Napoleão em Estrasburgo. Criação da Liga dos Justos
	casar-se-iam apenas sete anos depois. Matricula-se na Universidade de Berlim.		
1837	Transfere-se para a Universidade de Berlim e estuda com mestres como Gans e Savigny. Escreve Canções selvagens e Transformações. Em carta ao pai, descreve sua relação contraditória com o hegelianismo.	Por insistência do pai, Engels deixa o ginásio e começa a trabalhar nos negócios da família. Escreve História de um pirata.	A rainha Vitória assume o trono na Inglaterra.
1838	Entra para o Clube dos Doutores, encabeçado por Bruno Bauer. Perde o interesse pelo Direito e entrega-se com paixão ao estudo da Filosofia, o que lhe compromete a saúde. Morre seu pai.	Estuda comércio em Bremen. Começa a escrever ensaios literários e sociopolíticos, poemas e panfletos filosóficos em periódicos como o Hamburg Journal e o Telegraph für Deutschland.	Richard Cobden funda a Anti-Corn-Law-League, na Inglaterra. Proclamação da Carta do Povo, que originou o cartismo.
1839		Escreve o primeiro trabalho de envergadura, Briefe aus dem Wupperthal [Cartas de Wupperthal], sobre a vida operária em Barmen e na vizinha Elberfeld (Telegraph für Deutschland, primavera). Outros viriam, como Literatura popular alemã, Karl Beck e Memorabilia de Immermann. Estuda a filosofia de Hegel.	Feuerbach publica Zur Kritik der Hegelschen Philosophie [Crítica da filosofia hegeliana]. Primeira proibição do trabalho de menores na Prússia. Auguste Blanqui lidera o frustrado levante de maio, na França.

	Karl Marx	Friedrich Engels	Fatos históricos
1840	K. F. Koeppen dedica a Marx seu estudo Friedrich der Grosse und seine Widersacher [Frederico, o Grande, e seus adversários].	Engels publica Réquiem para o Aldeszeitung alemão (abril), Vida literária moderna, no Mitternachtzeitung (março-maio) e Cidade natal de Siegfried (dezembro).	Proudhon publica O que é a propriedade? [*Qu'est-ce que la propriété?*].
1841	Com uma tese sobre as diferenças entre as filosofias de Demócrito e Epicuro, Marx recebe em Iena o título de doutor em Filosofia (15 de abril). Volta a Trier. Bruno Bauer, acusado de ateísmo, é expulso da cátedra de Teologia da Universidade de Bonn e, com isso, Marx perde a oportunidade de atuar como docente nessa universidade.	Publica Ernst Moritz Arndt. Seu pai o obriga a deixar a escola de comércio para dirigir os negócios da família. Engels prosseguiria sozinho seus estudos de filosofia, religião, literatura e política. Presta o serviço militar em Berlim por um ano. Frequenta a Universidade de Berlim como ouvinte e conhece os jovens hegelianos. Critica intensamente o conservadorismo na figura de Schelling, com os escritos Schelling em Hegel, Schelling e a revelação e Schelling, filósofo em Cristo.	Feuerbach traz a público A essência do cristianismo [Das Wesen des Christentums]. Primeira lei trabalhista na França.
1842	Elabora seus primeiros trabalhos como publicista. Começa a colaborar com o jornal Rheinische Zeitung [Gazeta Renana], publicação da burguesia em Colônia, do qual mais tarde seria redator. Conhece Engels, que na ocasião visitava o jornal.	Em Manchester, assume a fiação do pai, a Ermen & Engels. Conhece Mary Burns, jovem trabalhadora irlandesa, que viveria com ele até a morte dela. Mary e a irmã Lizzie mostram a Engels as dificuldades da vida operária, e ele inicia estudos sobre os efeitos do capitalismo no operariado inglês. Publica artigos no Rheinische Zeitung, entre eles "Crítica às leis de imprensa prussianas" e "Centralização e liberdade".	Eugène Sue publica Os mistérios de Paris. Feuerbach publica Vorläufige Thesen zur Reform der Philosophie [Teses provisórias para uma reforma da filosofia]. O Ashley's Act proíbe o trabalho de menores e mulheres em minas na Inglaterra.
1843	Sob o regime prussiano, é fechado o Rheinische Zeitung. Marx casa-se com Jenny von Westphalen. Recusa convite do governo prussiano para ser redator no diário oficial. Redige os manuscritos que viriam a ser conhecidos como Crítica da filosofia do direito de Hegel [Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie]. Em outubro vai a Paris, onde Moses Hess e George Herwegh o apresentam às sociedades secretas socialistas e comunistas e às	Engels escreve, com Edgar Bauer, o poema satírico "Como a Bíblia escapa milagrosamente a um atentado impudente, ou o triunfo da fé", contra o obscurantismo religioso. O jornal Schweuzerisher Republicaner publica suas "Cartas de Londres". Em Bradford, conhece o poeta G. Weerth. Começa a escrever para a imprensa cartista. Mantém contato com a Liga dos Justos. Ao longo desse período, suas cartas à irmã favorita, Marie, revelam seu amor	Feuerbach publica Grundsätze der Philosophie der Zukunft [Princípios da filosofia do futuro].

	Karl Marx	Friedrich Engels	Fatos históricos
	associações operárias alemãs. Conclui Sobre a questão judaica [Zur Judenfrage]. Substitui Arnold Ruge na direção dos Deutsch-Französische Jahrbücher [Anais Franco-Alemães]. Em dezembro inicia grande amizade com Heinrich Heine e conclui sua "Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução" ["Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie – Einleitung"].	pela natureza e por música, livros, pintura, viagens, esporte, vinho, cerveja e tabaco.	
1844	Em colaboração com Arnold Ruge, elabora e publica o primeiro e único volume dos Deutsch-Französische Jahrbücher, no qual participa com dois artigos: "A questão judaica" e "Introdução a uma crítica da filosofia do direito de Hegel". Escreve os Manuscritos econômico-filosóficos [Ökonomisch-philosophische Manuskripte]. Colabora com o Vorwärts! [Avante!], órgão de imprensa dos operários alemães na emigração. Conhece a Liga dos Justos, fundada por Weitling. Amigo de Heine, Leroux, Blanqui, Proudhon e Bakunin, inicia em Paris estreita amizade com Engels. Nasce Jenny, primeira filha de Marx. Rompe com Ruge e desliga-se dos Deutsch-Französische Jahrbücher. O governo decreta a prisão de Marx, Ruge, Heine e Bernays pela colaboração nos Deutsch-Französische Jahrbücher. Encontra Engels em Paris e iniciam seu primeiro trabalho juntos, A sagrada família [Die heilige Familie]. Marx publica no Vorwärts! artigo sobre a greve na Silésia.	Em fevereiro, Engels publica Esboço para uma crítica da economia política [Umrisse zu einer Kritik der Nationalökonomie], texto que influenciou profundamente Marx. Segue à frente dos negócios do pai, escreve para os Deutsch-Französische Jahrbücher e colabora com o jornal Vorwärts!. Deixa Manchester. Em Paris, torna-se amigo de Marx, com quem desenvolve atividades militantes, o que os leva a criar laços cada vez mais profundos com as organizações de trabalhadores de Paris e Bruxelas. Vai para Barmen.	O Graham's Factory Act regula o horário de trabalho para menores e mulheres na Inglaterra. Fundado o primeiro sindicato operário na Alemanha. Insurreição de operários têxteis na Silésia e na Boêmia.

	Karl Marx	Friedrich Engels	Fatos históricos
1845	Por causa do artigo sobre a greve na Silésia, a pedido do governo prussiano Marx é expulso da França, juntamente com Bakunin, Bürgers e Bornstedt. Muda-se para Bruxelas e, em colaboração com Engels, escreve e publica em Frankfurt A sagrada família. Ambos começam a escrever A ideologia alemã [Die deutsche Ideologie], e Marx elabora "As teses sobre Feuerbach" [Thesen über Feuerbach]. Em setembro, nasce Laura, segunda filha de Marx e Jenny. Em dezembro, ele renuncia à nacionalidade prussiana.	As observações de Engels sobre a classe trabalhadora de Manchester, feitas anos antes, formam a base de uma de suas obras principais, A situação da classe trabalhadora na Inglaterra [Die Lage der arbeitenden Klasse in England] (traduzida para o inglês 40 anos mais tarde). Em Barmen, organiza debates sobre as ideias comunistas com Hess e profere os Discursos de Elberfeld. Em abril sai de Barmen e encontra Marx em Bruxelas. Juntos, estudam economia e fazem uma breve visita a Manchester, onde percorrem alguns jornais locais, como o Manchester Guardian e o Volunteer Journal for Lancashire and Cheshire. É lançada A situação da classe trabalhadora na Inglaterra, em Leipzig. Começa sua vida em comum com Mary Burns.	Criada a organização internacionalista Democratas Fraternais, em Londres. Richard M. Hoe registra a patente da primeira prensa rotativa moderna.
1846	Marx e Engels organizam em Bruxelas o primeiro Comitê de Correspondência da Liga dos Justos, uma rede de correspondentes comunistas em diversos países, a qual Proudhon se nega a integrar. Em carta a Annenkov, Marx critica o recém-publicado Sistema das contradições econômicas ou Filosofia da miséria [Système des contradictions économiques ou Philosophie de la misère], de Proudhon. Redige com Engels a Zirkular gegen Kriege [Circular contra Kriege], crítica a um alemão emigrado dono de um periódico socialista em Nova York. Por falta de editor, Marx e Engels desistem de publicar A ideologia alemã (a obra só seria publicada em 1932, na União Soviética). Em dezembro, nasce Edgar, o terceiro filho de Marx.	Seguindo instruções do Comitê de Bruxelas, Engels estabelece estreitos contatos com socialistas e comunistas franceses. No outono, ele se desloca para Paris com a incumbência de estabelecer novos comitês de correspondência. Participa de um encontro de trabalhadores alemães em Paris, propagando ideias comunistas e discorrendo sobre a utopia de Proudhon e o socialismo real de Karl Grün.	Os Estados Unidos declaram guerra ao México. Rebelião polonesa em Cracóvia. Crise alimentar na Europa. Abolidas, na Inglaterra, as "leis dos cereais".

	Karl Marx	Friedrich Engels	Fatos históricos
1847	Filia-se à Liga dos Justos, em seguida nomeada Liga dos Comunistas. Realiza-se o primeiro congresso da associação em Londres (junho), ocasião em que se encomenda a Marx e Engels um manifesto dos comunistas. Eles participam do congresso de trabalhadores alemães em Bruxelas e, juntos, fundam a Associação Operária Alemã de Bruxelas. Marx é eleito vice-presidente da Associação Democrática. Conclui e publica a edição francesa de Miséria da filosofia [Misère de la philosophie] (Bruxelas, julho).	Engels viaja a Londres e participa com Marx do I Congresso da Liga dos Justos. Publica Princípios do comunismo [Grundsätze des Kommunismus], uma "versão preliminar" do Manifesto Comunista [Manifest der Kommunistischen Partei]. Em Bruxelas, com Marx, participa da reunião da Associação Democrática, voltando em seguida a Paris para mais uma série de encontros. Depois de atividades em Londres, volta a Bruxelas e escreve, com Marx, o Manifesto Comunista.	A Polônia torna-se província russa. Guerra civil na Suíça. Realiza-se em Londres o II Congresso da Liga dos Comunistas (novembro).
1848	Marx discursa sobre o livre-cambismo numa das reuniões da Associação Democrática. Com Engels publica, em Londres (fevereiro), o Manifesto Comunista. O governo revolucionário francês, por meio de Ferdinand Flocon, convida Marx a morar em Paris após o governo belga expulsá-lo de Bruxelas. Redige com Engels "Reivindicações do Partido Comunista da Alemanha" [Forderungen der Kommunistischen Partei in Deutschland] e organiza o regresso dos membros alemães da Liga dos Comunistas à pátria. Com sua família e com Engels, muda-se em fins de maio para Colônia, onde ambos fundam o jornal Neue Rheinische Zeitung [Nova Gazeta Renana], cuja primeira edição é publicada em 1o de junho, com o subtítulo Organ der Demokratie. Marx começa a dirigir a Associação Operária de Colônia e acusa a burguesia alemã de traição. Proclama o terrorismo revolucionário como único meio de amenizar "as dores de parto" da nova sociedade. Conclama ao boicote fiscal e à resistência armada.	Expulso da França por suas atividades políticas, chega a Bruxelas no fim de janeiro. Juntamente com Marx, toma parte na insurreição alemã, de cuja derrota falaria quatro anos depois em Revolução e contrarrevolução na Alemanha [Revolution und Konterevolution in Deutschland]. Engels exerce o cargo de editor do Neue Rheinische Zeitung, recém-criado por ele e Marx. Participa, em setembro, do Comitê de Segurança Pública criado para rechaçar a contrarrevolução, durante grande ato popular promovido pelo Neue Rheinische Zeitung. O periódico sofre suspensões, mas prossegue ativo. Procurado pela polícia, tenta se exilar na Bélgica, onde é preso e depois expulso. Muda-se para a Suíça.	Definida, na Inglaterra, a jornada de dez horas para menores e mulheres na indústria têxtil. Criada a Associação Operária, em Berlim. Fim da escravidão na Áustria. Abolição da escravidão nas colônias francesas. Barricadas em Paris: eclode a revolução; o rei Luís Filipe abdica e a República é proclamada. A revolução se alastra pela Europa. Em junho, Blanqui lidera novas insurreições operárias em Paris, brutalmente reprimidas pelo general Cavaignac. Decretado estado de sítio em Colônia em reação a protestos populares. O movimento revolucionário reflui.

	Karl Marx	Friedrich Engels	Fatos históricos
1849	Marx e Engels são absolvidos em processo por participação nos distúrbios de Colônia (ataques a autoridades publicados no Neue Rheinische Zeitung). Ambos defendem a liberdade de imprensa na Alemanha. Marx é convidado a deixar o país, mas ainda publicaria Trabalho assalariado e capital [Lohnarbeit und Kapital]. O periódico, em difícil situação, é extinto (maio). Marx, em condição financeira precária, tenta voltar a Paris, mas, impedido de ficar, é obrigado a deixar a cidade em 24 horas. Graças a uma campanha de arrecadação de fundos promovida por Ferdinand Lassalle na Alemanha, Marx se estabelece com a família em Londres, onde nasce Guido, seu quarto filho (novembro).	Em janeiro, Engels retorna a Colônia. Em maio, toma parte militarmente na resistência à reação. À frente de um batalhão de operários, entra em Elberfeld, motivo pelo qual sofre sanções legais por parte das autoridades prussianas, enquanto Marx é convidado a deixar o país. É publicado o último número do Neue Rheinische Zeitung. Marx e Engels vão para o sudoeste da Alemanha, onde Engels envolve-se no levante de Baden-Palatinado, antes de seguir para Londres.	Proudhon publica Les confessions d'un révolutionnaire [As confissões de um revolucionário]. A Hungria proclama sua independência da Áustria. Após período de refluxo, reorganiza- -se no fim do ano, em Londres, o Comitê Central da Liga dos Comunistas, com a participação de Marx e Engels.
1850	Ainda em dificuldades financeiras, organiza a ajuda aos emigrados alemães. A Liga dos Comunistas reorganiza as sessões locais e é fundada a Sociedade Universal dos Comunistas Revolucionários, cuja liderança logo se fraciona. Edita em Londres a Neue Rheinische Zeitung [Nova Gazeta Renana], revista de economia política, bem como Lutas de classe na França [Die Klassenkämpfe in Frankreich]. Morre o filho Guido.	Publica A guerra dos camponeses na Alemanha [D er deutsche Bauernkrieg]. Em novembro, retorna a Manche ster, onde viverá por vinte anos, e às suas atividades na Ermen & Engels; o êxito nos negócios possibilita ajudas financeiras a Marx.	Abolição do sufrágio universal na França.

	Karl Marx	Friedrich Engels	Fatos históricos
1851	Continua em dificuldades, mas, graças ao êxito dos negócios de Engels em Manchester, conta com ajuda financeira. Dedica-se intensamente aos estudos de economia na biblioteca do Museu Britânico. Aceita o convite de trabalho do New York Daily Tribune, mas é Engels quem envia os primeiros textos, intitulados "Contrarrevolução na Alemanha", publicados sob a assinatura de Marx. Hermann Becker publica em Colônia o primeiro e único tomo dos Ensaios escolhidos de Marx. Nasce Francisca (28 de março), a quinta de seus filhos.	Engels, ao lado de Marx, começa a colaborar com o Movimento Cartista [Chartist Movement]. Estuda língua, história e literatura eslava e russa.	Na França, golpe de Estado de Luís Bonaparte. Realização da primeira Exposição Universal, em Londres.
1852	Envia ao periódico Die Revolution, de Nova York, uma série de artigos sobre O 18 de brumário de Luís Bonaparte [Der achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte]. Sua proposta de dissolução da Liga dos Comunistas é acolhida. A difícil situação financeira é amenizada com o trabalho para o New York Daily Tribune. Morre a filha Francisca, nascida um ano antes.	Publica Revolução e contrarrevolução na Alemanha [Revolution und Konterevolution in Deutschland]. Com Marx, elabora o panfleto O grande homem do exílio [Die grossen Männer des Exils] e uma obra, hoje desaparecida, chamada Os grandes homens oficiais da Emigração; nela, atacam os dirigentes burgueses da emigração em Londres e defendem os revolucionários de 1848-1849. Expõem, em cartas e artigos conjuntos, os planos do governo, da polícia e do judiciário prussianos, textos que teriam grande repercussão.	Luís Bonaparte é proclamado imperador da França, com o título de Napoleão Bonaparte III.
1853	Marx escreve, tanto para o New York Daily Tribune quanto para o People's Paper, inúmeros artigos sobre temas da época. Sua precária saúde o impede de voltar aos estudos econômicos interrompidos no ano anterior, o que faria somente em 1857. Retoma a correspondência com Lassalle.	Escreve artigos para o New York Daily Tribune. Estuda persa e a história dos países orientais. Publica, com Marx, artigos sobre a Guerra da Crimeia.	A Prússia proíbe o trabalho para menores de 12 anos.
1854	Continua colaborando com o New York Daily Tribune, dessa vez com artigos sobre a revolução espanhola.		

	Karl Marx	Friedrich Engels	Fatos históricos
1855	Começa a escrever para o Neue Oder Zeitung, de Breslau, e segue como colaborador do New York Daily Tribune. Em 16 de janeiro, nasce Eleanor, sua sexta filha, e em 6 de abril morre Edgar, o terceiro.	Escreve uma série de artigos para o periódico Putman.	Morte de Nicolau I, na Rússia, e ascensão do czar Alexandre II.
1856	Ganha a vida redigindo artigos para jornais. Discursa sobre o progresso técnico e a revolução proletária em uma	Acompanhado da mulher, Mary Burns, Engels visita a terra natal dela, a Irlanda.	Morrem Max Stirner e Heinrich Heine.
	festa do People's Paper. Estuda a história e a civilização dos povos eslavos. A esposa Jenny recebe uma herança da mãe, o que permite que a família se mude para um apartamento mais confortável.		Guerra franco-inglesa contra a China.
1857	Retoma os estudos sobre economia política. Fica no Museu Britânico das nove da manhã às sete da noite e trabalha madrugada adentro. Só descansa quando adoece e aos domingos, nos passeios com a família em Hampstead. O médico o proíbe de trabalhar à noite. Começa a redigir os manuscritos que viriam a ser conhecidos como Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie [Esboços de uma crítica da economia política], e que servirão de base à obra Para a crítica da economia política [Zur Kritik der Politischen Ökonomie]. Escreve a célebre Introdução de 1857. Continua a colaborar no New York Daily Tribune. Escreve artigos sobre Jean-Baptiste Bernadotte, Simón Bolívar, Gebhard Blücher e outros na New American Encyclopaedia [Nova Enciclopédia Americana]. Atravessa novo período de dificuldades financeiras e tem um filho natimorto.	Adoece gravemente em maio. Analisa a situação no Oriente Médio, estuda a questão eslava e aprofunda suas reflexões sobre temas militares. Sua contribuição para a New American Encyclopaedia [Nova Enciclopédia Americana], versando sobre as guerras, faz de Engels um continuador de Von Clausewitz e um precursor de Lenin e Mao Tsé-Tung. Continua trocando cartas com Marx, discorrendo sobre a crise na Europa e nos Estados Unidos.	O divórcio, sem necessidade de aprovação parlamentar, se torna legal na Inglaterra.
1858	O New York Daily Tribune deixa de publicar alguns de seus artigos. Marx dedica-se à leitura de Ciência da lógica [Wissenschaft der Logik] de Hegel. Agravam-se os problemas de saúde e a penúria.	Engels dedica-se ao estudo das ciências naturais.	Morre Robert Owen.

	Karl Marx	Friedrich Engels	Fatos históricos
1859	Publica em Berlim Para a crítica da economia política. A obra só não fora publicada antes porque não havia dinheiro para postar o original. Marx comentaria: “Seguramente é a primeira vez que alguém escreve sobre o dinheiro com tanta falta dele”. O livro, muito esperado, foi um fracasso. Nem seus companheiros mais entusiastas, como Liebknecht e Lassalle, o compreenderam. Escreve mais artigos no New York Daily Tribune. Começa a colaborar com o periódico londrino Das Volk, contra o grupo de Edgar Bauer. Marx polemiza com Karl Vogt (a quem acusa de ser subsidiado pelo bonapartismo), Blind e Freiligrath.	Faz uma análise, com Marx, da teoria revolucionária e suas táticas, publicada em coluna do Das Volk. Escreve o artigo “Po und Rhein” [Pó e Reno], em que analisa o bonapartismo e as lutas liberais na Alemanha e na Itália. Enquanto isso, estuda gótico e inglês arcaico. Em dezembro, lê o recém-publicado A origem das espécies [The Origin of Species], de Darwin.	A França declara guerra à Áustria.
1860	Vogt começa uma série de calúnias contra Marx, e as querelas chegam aos tribunais de Berlim e Londres. Marx escreve Herr Vogt [Senhor Vogt].	Engels vai a Barmen para o sepultamento de seu pai (20 de março). Publica a brochura Savoia, Nice e o Reno [Savoyen, Nizza und der Rhein], polemizando com Lassalle. Continua escrevendo para vários periódicos, entre eles o Allgemeine Militar Zeitung. Contribui com artigos sobre o conflito de secessão nos Estados Unidos no New York Daily Tribune e no jornal liberal Die Presse.	Giuseppe Garibaldi toma Palermo e Nápoles.
1861	Enfermo e depauperado, Marx vai à Holanda, onde o tio Lion Philiph concorda em adiantar-lhe uma quantia, por conta da herança de sua mãe. Volta a Berlim e projeta com Lassalle um novo periódico. Reencontra velhos amigos e visita a mãe em Trier. Não consegue recuperar a nacionalidade prussiana. Regressa a Londres e participa de uma ação em favor da libertação de Blanqui. Retoma seus trabalhos científicos e a colaboração com o New York Daily Tribune e o Die Presse de Viena.		Guerra Civil Norte-Americana. Abolição da servidão na Rússia.

	Karl Marx	Friedrich Engels	Fatos históricos
1862	Trabalha o ano inteiro em sua obra científica e encontra-se várias vezes com Lassalle. Em suas cartas a Engels, desenvolve uma crítica à teoria ricardiana sobre a renda da terra. O New York Daily Tribune, justificando-se com a situação econômica interna norte-americana, dispensa os serviços de Marx, o que reduz ainda mais seus rendimentos. Viaja à Holanda e a Trier, e novas solicitações ao tio e à mãe são negadas. De volta a Londres, tenta um cargo de escrevente da ferrovia, mas é reprovado por causa da caligrafia.		Nos Estados Unidos, Lincoln decreta a abolição da escravatura. O escritor Victor Hugo publica Les misérables [Os miseráveis].
1863	Marx continua seus estudos no Museu Britânico e se dedica também à matemática. Começa a redação definitiva de O capital [Das Kapital] e participa de ações pela independência da Polônia. Morre sua mãe (novembro), deixando-lhe algum dinheiro como herança.	Morre, em Manchester, Mary Burns, companheira de Engels (6 de janeiro). Ele permaneceria morando com a cunhada Lizzie. Esboça, mas não conclui um texto sobre rebeliões camponesas.	
1864	Malgrado a saúde, continua a trabalhar em sua obra científica. É convidado a substituir Lassalle (morto em duelo) na Associação Geral dos Operários Alemães. O cargo, entretanto, é ocupado por Becker. Apresenta o projeto e o estatuto de uma Associação Internacional dos Trabalhadores, durante encontro internacional no Saint Martin's Hall de Londres. Marx elabora o "Manifesto de Inauguração da Associação Internacional dos Trabalhadores".	Engels participa da fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores, depois conhecida como a Primeira Internacional. Torna-se coproprietário da Ermen & Engels. No segundo semestre, contribui, com Marx, para o Sozial-Demokrat, periódico da social-democracia alemã que populariza as ideias da Internacional na Alemanha.	Dühring traz a público seu Kapital und Arbeit [Capital e trabalho]. Fundação, na Inglaterra, da Associação Internacional dos Trabalhadores. É reconhecido o direito a férias na França. Morre Wilhelm Wolff, amigo íntimo de Marx, a quem é dedicado O capital.
1865	Conclui a primeira redação de O capital e participa do Conselho Central da Internacional (setembro), em Londres. Marx escreve Salário, preço e lucro [Lohn, Preis und Profit]. Publica no Sozial-Demokrat uma biografia de Proudhon, morto recentemente. Conhece o socialista francês Paul Lafargue, seu futuro genro.	Recebe Marx em Manchester. Ambos rompem com Schweitzer, diretor do Sozial-Demokrat, por sua orientação lassalliana. Engels publica A questão militar na Prússia e o Partido Operário Alemão [Die preussische Militärfrage und die deutsche Arbeiterpartei].	Assassinato de Lincoln. Proudhon publica De la capacité politique des classes ouvrières [A capacidade política das classes operárias]. Morre Proudhon.

	Karl Marx	Friedrich Engels	Fatos históricos
1866	Apesar dos intermináveis problemas financeiros e de saúde, Marx conclui a redação do Livro I de O capital. Prepara a pauta do primeiro Congresso da Internacional e as teses do Conselho Central. Pronuncia discurso sobre a situação na Polônia.	Escreve a Marx sobre os trabalhadores emigrados da Alemanha e pede a intervenção do Conselho Geral da Internacional.	Na Bélgica, é reconhecido o direito de associação e a férias. Fome na Rússia.
1867	O editor Otto Meissner publica, em Hamburgo, o primeiro volume de O capital. Os problemas de Marx o impedem de prosseguir no projeto. Redige instruções para Wilhelm Liebknecht, recém-ingressado na Dieta prussiana como representante social-democrata.	Engels estreita relações com os revolucionários alemães, especialmente Liebknecht e Bebel. Envia carta de congratulações a Marx pela publicação do Livro I de O capital. Estuda as novas descobertas da química e escreve artigos e matérias sobre O capital, com fins de divulgação.	
1868	Piora o estado de saúde de Marx, e Engels continua ajudando-o financeiramente. Marx elabora estudos sobre as formas primitivas de propriedade comunal, em especial sobre o mir russo. Corresponde-se com o russo Danielson e lê Dühring. Bakunin se declara discípulo de Marx e funda a Aliança Internacional da Social-Democracia. Casamento da filha Laura com Lafargue.	Engels elabora uma sinopse do Livro I de O capital.	Em Bruxelas, acontece o I Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores (setembro).
1869	Liebknecht e Bebel fundam o Partido Operário Social-Democrata alemão, de linha marxista. Marx, fugindo das polícias da Europa continental, passa a viver em Londres com a família, na mais absoluta miséria. Continua os trabalhos para o segundo livro de O capital. Vai a Paris sob nome falso, onde permanece algum tempo na casa de Laura e Lafargue. Mais tarde, acompanhado da filha Jenny, visita Kugelmann em Hannover. Estuda russo e a história da Irlanda. Corresponde-se com De Paepe.	Em Manchester, dissolve a empresa Ermen & Engels, que havia assumido após a morte do pai. Com um soldo anual de 350 libras, auxilia Marx e sua família. Mantém intensa correspondência com Marx. Começa a contribuir com o Volksstaat, o órgão de imprensa do Partido Social-Democrata alemão. Escreve uma pequena biografia de Marx, publicada no Die Zukunft (julho). É lançada a primeira edição russa do Manifesto Comunista. Em setembro, acompanhado de Lizzie, Marx e Eleanor, visita a Irlanda.	Fundação do Partido Social-Democrata alemão. Congresso da Primeira Internacional na Basileia, Suíça.

	Karl Marx	Friedrich Engels	Fatos históricos
1870	Continua interessado na situação russa e em seu movimento revolucionário. Em Genebra, instala-se uma seção russa da Internacional, na qual se acentua a oposição entre Bakunin e Marx, que redige e distribui uma circular confidencial sobre as atividades dos bakunistas e sua aliança. Redige o primeiro comunicado da Internacional sobre a guerra franco-prussiana e exerce, a partir do Conselho Central, uma grande atividade em favor da República francesa. Por meio de Serrailler, envia instruções para os membros da Internacional presos em Paris. A filha Jenny colabora com Marx em artigos para A Marselhesa sobre a repressão dos irlandeses por policiais britânicos.	Engels escreve História da Irlanda [Die Geschichte Irlands]. Começa a colaborar com o periódico inglês Pall Mall Gazette, discorrendo sobre a guerra franco-prussiana. Deixa Manchester em setembro, acompanhado de Lizzie, e instala-se em Londres para promover a causa comunista. Lá, continua escrevendo para o Pall Mall Gazette, dessa vez sobre o desenvolvimento das oposições. É eleito por unanimidade para o Conselho Geral da Primeira Internacional. O contato com o mundo do trabalho permitiu a Engels analisar, em profundidade, as formas de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Suas conclusões seriam utilizadas por Marx em O capital.	Na França, são presos membros da Associação Internacional dos Trabalhadores. Em 22 de abril, nasce Vladimir Lenin.
1871	Atua na Internacional em prol da Comuna de Paris. Instrui Frankel e Varlin e redige o folheto Der Bürgerkrieg in Frankreich [A guerra civil na França]. É violentamente atacado pela imprensa conservadora. Em setembro, durante a Internacional em Londres, é reeleito secretário da seção russa. Revisa o Livro I de O capital para a segunda edição alemã.	Prossegue suas atividades no Conselho Geral e atua junto à Comuna de Paris, que instaura um governo operário na capital francesa entre 26 de março e 28 de maio. Participa com Marx da Conferência de Londres da Internacional.	A Comuna de Paris, instaurada após a revolução vitoriosa do proletariado, é brutalmente reprimida pelo governo francês. Legalização das trade unions na Inglaterra.
1872	Acerta a primeira edição francesa de O capital e recebe exemplares da primeira edição russa, lançada em 27 de março. Participa dos preparativos do V	Redige com Marx uma circular confidencial sobre supostos conflitos internos da Internacional, envolvendo bakunistas na Suíça, intitulado As	Morrem Ludwig Feuerbach e Bruno Bauer. Bakunin é expulso
	Congresso da Internacional em Haia, quando se decide a transferência do Conselho Geral da organização para Nova York. Jenny, a filha mais velha, casa-se com o socialista Charles Longuet.	pretensas cisões na Internacional [Die angeblichen Spaltungen in der Internationale]. Ambos intervêm contra o lassalianismo na social-democracia alemã e escrevem um prefácio para a nova edição alemã do Manifesto Comunista.	da I Internacional no Congresso de Haia.

	Karl Marx	Friedrich Engels	Fatos históricos
1873	Impressa a segunda edição de O capital em Hamburgo. Marx envia exemplares a Darwin e Spencer. Por ordens de seu médico, é proibido de realizar qualquer tipo de trabalho.	Com Marx, escreve para periódicos italianos uma série de artigos sobre as teorias anarquistas e o movimento das classes trabalhadoras.	Morre Napoleão III. As tropas alemãs se retiram da França.
1874	É negada a Marx a cidadania inglesa, “por não ter sido fiel ao rei”. Com a filha Eleanor, viaja a Karlsbad para tratar da saúde numa estação de águas.	Prepara a terceira edição de A guerra dos camponeses alemães.	Na França, são nomeados inspetores de fábricas e é proibido o trabalho em minas para mulheres e menores.
1875	Continua seus estudos sobre a Rússia. Redige observações ao Programa de Gotha, da social-democracia alemã.	Por iniciativa de Engels, é publicada Crítica do Programa de Gotha [Kritik des Gothaer Programms], de Marx.	Morre Moses Hess.
1876	Continua o estudo sobre as formas primitivas de propriedade na Rússia. Volta com Eleanor a Karlsbad para tratamento.	Elabora escritos contra Dühring, discorrendo sobre a teoria marxista, publicados inicialmente no Vorwärts! e transformados em livro posteriormente.	É fundado o Partido Socialista do Povo na Rússia. Crise na I Internacional. Morre Bakunin.
1877	Marx participa de campanha na imprensa contra a política de Gladstone em relação à Rússia e trabalha no Livro II de O capital. Acometido novamente de insônias e transtornos nervosos, viaja com a esposa e a filha Eleanor para descansar em Neuenahr e na Floresta Negra.	Conta com a colaboração de Marx na redação final do Anti-Dühring [Herrn Eugen Dühring’s Umwälzung der Wissenschaft]. O amigo colabora com o capítulo 10 da parte 2 (“Da história crítica”), discorrendo sobre a economia política.	A Rússia declara guerra à Turquia.
1878	Paralelamente ao Livro II de O capital, Marx pesquisa a comuna rural russa, complementada com estudos de geologia. Dedica-se à Questão do Oriente e participa de campanha contra Bismarck e Lothar Bücher.	Publica o Anti-Dühring e, atendendo ao pedido de Wolhelm Bracke feito um ano antes, publica pequena biografia de Marx, intitulada Karl Marx. Morre Lizzie.	Otto von Bismarck proíbe o funcionamento do Partido Socialista na Prússia. Primeira grande onda de greves operárias na Rússia.
1879	Marx trabalha nos Livros II e III de O capital.		

	Karl Marx	Friedrich Engels	Fatos históricos
1880	Elabora um projeto de pesquisa a ser executado pelo Partido Operário francês. Torna-se amigo de Hyndman. Ataca o oportunismo do periódico Sozial-Demokrat alemão, dirigido por Liebknecht. Escreve as Randglossen zu Adolph Wagners Lehrbuch der politischen Ökonomie [Glosas marginais ao tratado de economia política de Adolph Wagner]. Bebel, Bernstein e Singer visitam Marx em Londres.	Engels lança uma edição especial de três capítulos do Anti-Dühring, sob o título Socialismo utópico e científico [Die Entwicklung des Socialismus Von der Utopie zur Wissenschaft]. Marx escreve o prefácio do livro. Engels estabelece relações com Kautsky e conhece Bernstein.	Morre Arnold Ruge.
1881	Prossegue os contatos com os grupos revolucionários russos e mantém correspondência com Zasulitch, Danielson e Nieuwenhuis. Recebe a visita de Kautsky. Jenny, sua esposa, adoece, morrendo em 2 de dezembro.	Enquanto prossegue em suas atividades políticas, estuda a história da Alemanha e prepara Labor Standard, um diário dos sindicatos ingleses. Escreve um obituário pela morte de Jenny Marx.	Fundação da Federation of Labor Unions nos Estados Unidos. Assassinato do czar Alexandre II.
1882	Continua as leituras sobre os problemas agrários da Rússia. Acometido de pleurisia, visita a filha Jenny em Argenteuil. Por prescrição médica, viaja pelo Mediterrâneo e pela Suíça. Lê sobre física e matemática.	Redige com Marx um novo prefácio para a edição russa do Manifesto Comunista.	Os ingleses bombardeiam Alexandria e ocupam o Egito e o Sudão.
1883	A filha Jenny morre em Paris (janeiro). Deprimido e muito enfermo, com problemas respiratórios, Marx morre em Londres, em 14 de março. É sepultado no Cemitério de Highgate.	Começa a esboçar A dialética da natureza [Dialektik der Natur], publicada postumamente em 1927. Escreve outro obituário, dessa vez para a filha de Marx, Jenny. No sepultamento de Marx, profere o que ficaria conhecido como Discurso diante da sepultura de Marx [Das Begräbnis von Karl Marx]. Após a morte do amigo, publica uma edição inglesa do Livro I de O capital; imediatamente depois, prefacia a terceira edição alemã da obra e já começa a preparar o Livro II.	Implantação dos seguros sociais na Alemanha. Fundação de um partido marxista na Rússia e da Sociedade Fabiana, que mais tarde daria origem ao Partido Trabalhista na Inglaterra. Crise econômica na França; forte queda na Bolsa.
1884		Publica A origem da família, da propriedade privada e do Estado [Der Ursprung der Familie, des Privateigentum und des Staates].	Fundação da Sociedade Fabiana de Londres.
1885		Editado por Engels, é publicado o Livro II de O capital.	

	Karl Marx	Friedrich Engels	Fatos históricos
1887		Karl Kautsky conclui o artigo “O socialismo jurídico”, resposta de Engels a um livro do jurista Anton Menger, e o publica sem assinatura na Neue Zeit.	
1889			É fundada em Paris a II Internacional.
1894		Também editado por Engels, é publicado o Livro III de O capital. O mundo acadêmico ignorou a obra por muito tempo, embora os principais grupos políticos logo tenham começado a estudá-la. Engels publica os textos Contribuição à história do cristianismo primitivo [Zur Geschischte des Urchristentums] e A questão camponesa na França e na Alemanha [Die Bauernfrage in Frankreich und Deutschland].	O oficial francês de origem judaica Alfred Dreyfus, acusado de traição, é preso. Protestos antissemitas multiplicam-se nas principais cidades francesas.
1895		Redige uma nova introdução para As lutas de classes na França. Após longo tratamento médico, Engels morre em Londres (5 de agosto). Suas cinzas são lançadas ao mar em Eastbourne. Dedicou-se até o fim da vida a completar e traduzir a obra de Marx, ofuscando a si próprio e a sua obra em favor do que ele considerava a causa mais importante.	Os sindicatos franceses fundam a Confederação Geral do Trabalho. Os irmãos Lumière fazem a primeira projeção pública do cinematógrafo.



Proudhon em caricatura de Honoré Daumier, 1849.

MISÈRE

DE

LA PHILOSOPHIE.

RÉPONSE A

LA PHILOSOPHIE DE LA MISÈRE

DE M. PROUDHON,

Par Karl Marx.

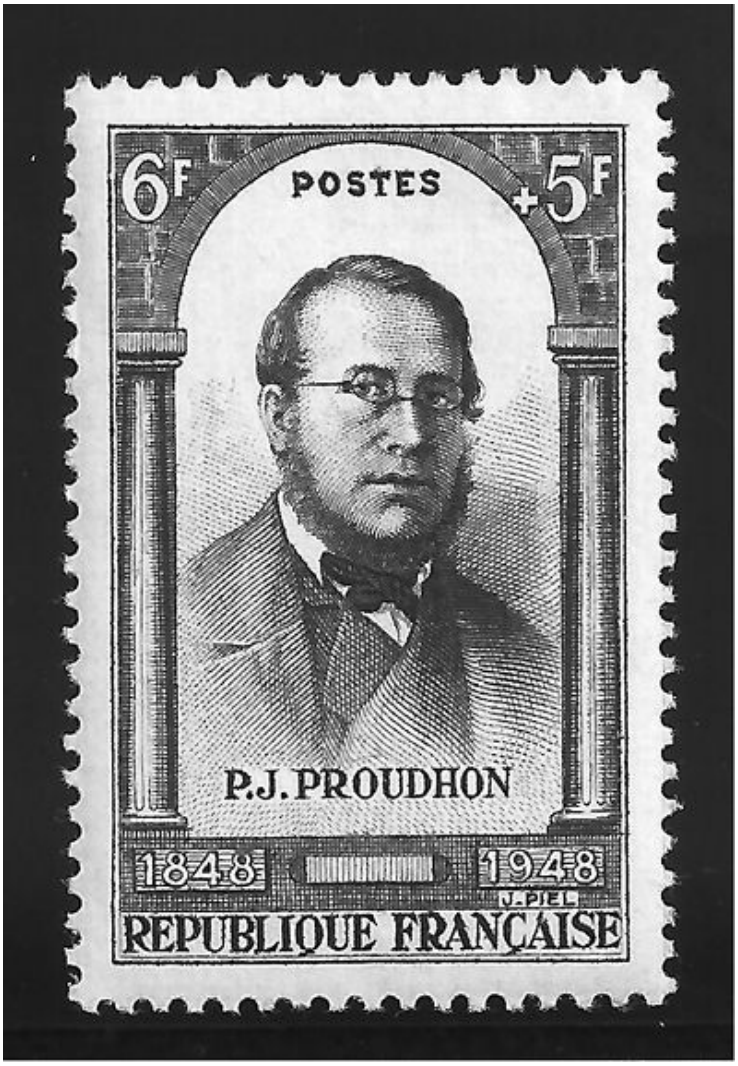
PARIS.
A. FRANK,
69, rue Richelieu

BRUXELLES.
C. G. VOGLER,
2, petite rue de la Madeleine.

1847

Folha de rosto da primeira edição de *Misère de la philosophie*, de 1847.





Selo francês com imagem de Pierre-Joseph Proudhon em comemoração ao centenário da Revolução de 1848.

Publicado em julho de 2017, exatamente 170 anos após sua primeira edição, este livro foi composto em Palatino LT 11/14 e Optima 11/14 e impresso em papel Avena 80 g/m², pela gráfica Intergraf, para a Boitempo, com tiragem de 3 mil exemplares.

© Boitempo, 2017

Traduzido do original em francês Misère de la philosophie com base nas seguintes edições: *Oeuvres* (ed. Maximilien Rubel, Paris, Gallimard, 1965, Bibliothèque de la Pléiade, t. 1, p. 7-136).

Direção editorial
Ivana Jinkings

Edição
Bibiana Leme

Assistência editorial
Thaisa Burani

Tradução
José Paulo Netto

Revisão da tradução
Mariana Echalar

Revisão
Thaís Nicoleti de Camargo

Coordenação de produção
Livia Campos

Capa
Antonio Kehl
(sobre ilustração de Gilberto Maringoni)

Diagramação
Crayon Editorial

Ilustração da página 2
Karl Marx em 1839 (pintura atribuída a I. Grinstein, 1961)

Equipe de apoio:
Equipe de apoio: Allan Jones / Ana Yumi Kajiki / Artur Renzo / Eduardo Marques / Elaine Ramos / Frederico Indiani / Heleni Andrade / Isabella Barboza / Isabella Marcatti / Ivam Oliveira / Kim Doria / Marlene Baptista / Maurício Barbosa / Renato Soares / Thaís Barros / Tulio Candiotto

Versão eletrônica
Produção
Livia Campos

Diagramação
Schäffer Editorial

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

M355m

Marx, Karl, 1818-1883
Miséria da filosofia [recurso eletrônico] / Karl Marx ; tradução José Paulo Netto. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2017. (Marx-Engels)

Tradução de: Misère de la philosophie
Formato: epub
Requisitos do sistema: adobe digital editions
Modo de acesso: world wide web
Apêndice
ISBN 978-85-7559-589-3 (recurso eletrônico)
1. Economia. 2. Política econômica. I. Netto, José Paulo. II. Título. III. Série.

17-44124 CDD: 306.4
CDU: 392.6

16/08/2017 21/08/2017

É vedada a reprodução de qualquer parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

1ª edição: agosto de 2017

BOITEMPO EDITORIAL
www.boitempoeditorial.com.br
www.boitempoeditorial.wordpress.com
www.facebook.com/boitempo
www.twitter.com/editoraboitempo
www.youtube.com/tvboitempo
Jinkings Editores Associados Ltda.
Rua Pereira Leite, 373
05442-000 São Paulo SP
Tel./fax: (11) 3875-7250 / 3872-6869
editor@boitempoeditorial.com.br

e-Books da Boitempo

17 contradições e o fim do capitalismo
David Harvey

Cidades sitiadas
Stephen Graham

Deslocamentos do feminino
Maria Rita Kehl

Os despossuídos
Karl Marx

Dicionário gramsciano
Guido Liguori e Pasquale Voza

Gênero e trabalho no Brasil e na França
Alice Rangel de Paiva Abreu, Helena Hirata e Maria Rosa Lombardi

Mulheres, cultura e política
Angela Davis

Mulheres, raça e classe
Angela Davis

Marx e Engels como historiadores da literatura
György Lukács

Por que gritamos golpe?
Ivana Jinkings, Kim Doria e Murilo Cleto (orgs.)

Sartre: direito e política
Silvio Luiz de Almeida

O sujeito incômodo
Slavoj Žižek

Televisão
Raymond Williams

A teoria da alienação em Marx

Siga a Boitempo

BOITEMPOEDITORIAL.COM.BR

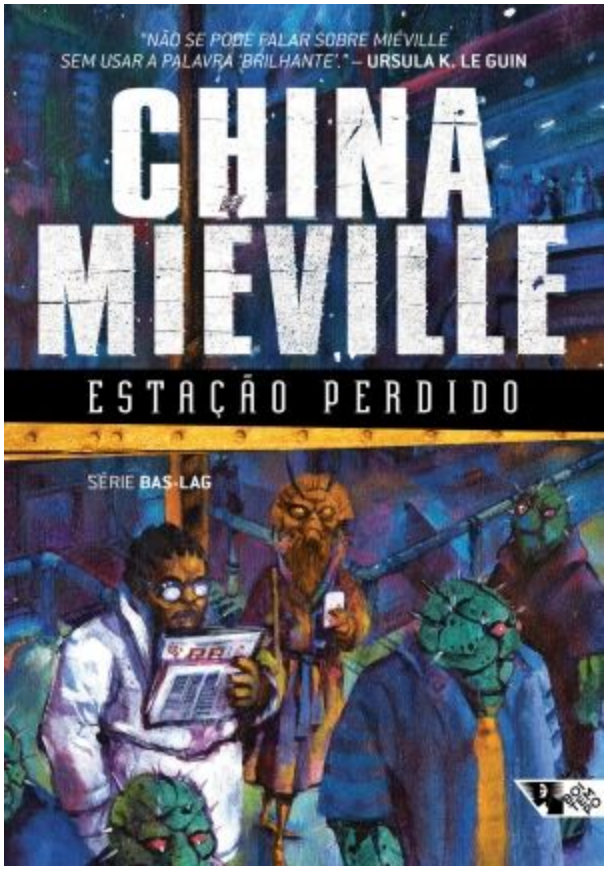
 /blogdaboitempo.com.br

 /boitempo

 @editoraboitempo

 /tvboitempo

 @boitempo


"NÃO SE PODE FALAR SOBRE MIÉVILLE
SEM USAR A PALAVRA 'BRILHANTE'." – URSULA K. LE GUIN
CHINA
MIÉVILLE
ESTAÇÃO PERDIDO
SÉRIE BAS-LAG

Estação Perdido

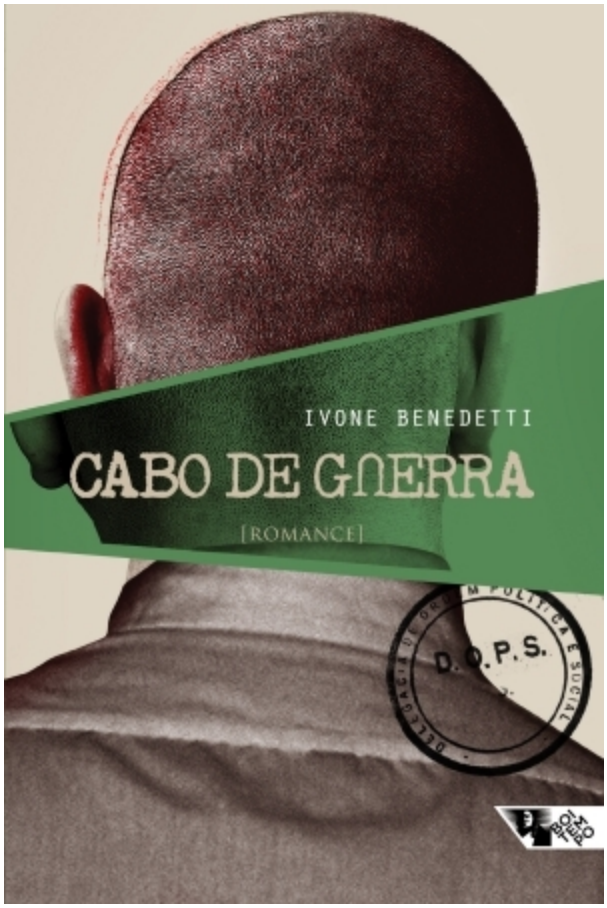
Miéville, China
9788575594902
610 páginas

Compre agora e leia

"Com seu novo romance, o colossal, intricado e visceral Estação Perdido, Miéville se desloca sem esforço entre aqueles que usam as ferramentas e armas do fantástico para definir e criar a ficção do século que está por vir." – Neil Gaiman "Não se pode falar sobre Miéville sem usar a palavra 'brilhante'." – Ursula K. Le Guin O aclamado romance que consagrou o escritor inglês China Miéville como um dos maiores nomes da fantasia e da ficção científica contemporânea. Miéville escreve fantasia, mas suas histórias passam longe de contos de fadas. Em Estação Perdido, primeiro livro de uma trilogia que lhe rendeu prêmios como o British Fantasy (2000) e o Arthur C. Clarke (2001), o leitor é levado para Nova Crobuzon, no planeta Bas-Lag, uma cidade imaginária cuja semelhança com o real provoca uma assustadora intuição: a de que a verdadeira distopia seja o mundo em que vivemos. Com pitadas de David Cronenberg e Charles Dickens, Bas-Lag é um mundo habitado por diferentes espécies racionais, dotadas de habilidades físicas e mágicas, mas ao mesmo tempo preso a uma estrutura hierárquica bastante rígida e onde os donos do poder têm a última palavra. Nesse ambiente, Estação Perdido conta a saga de Isaac Dan der Grimnebulin, excêntrico cientista que divide seu tempo entre uma pesquisa acadêmica pouco ortodoxa e a paixão interespécies por uma artista boêmia, a impetuosa Lin, com quem se relaciona em segredo. Sua rotina será

afetada pela inesperada visita de um garuda chamado Yagharek, um ser meio humano e meio pássaro que lhe pede ajuda para voltar a voar após ter as asas cortadas em um julgamento que culminou em seu exílio. Instigado pelo desafio, Isaac se lança em experimentos energéticos que logo sairão do controle, colocando em perigo a vida de todos na tumultuada e corrupta Nova Crobuzon.

Compre agora e leia


IVONE BENEDETTI
CABO DE GUERRA
[ROMANCE]
D.O.P.S.

Cabo de guerra

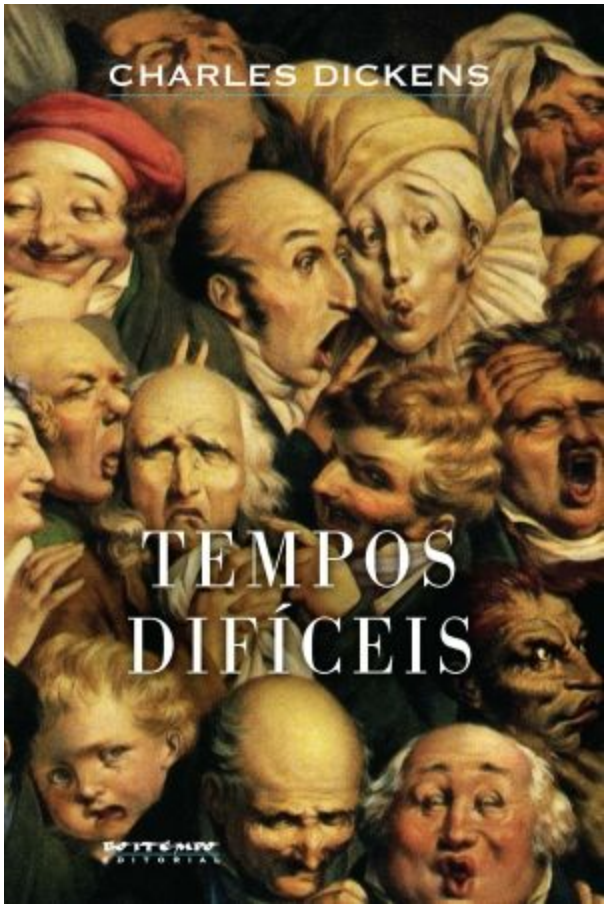
Benedetti, Ivone
9788575594919
306 páginas

Compre agora e leia

Finalista do Prêmio São Paulo de Literatura de 2010, Ivone Benedetti lança pela Boitempo seu segundo romance, o arrebatador Cabo de guerra, que invoca fantasmas do passado militar brasileiro pela perspectiva incômoda de um homem sem convicções transformado em agente infiltrado. No final da década de 1960, um rapaz deixa o aconchego da casa materna na Bahia para tentar a sorte em São Paulo. Em meio à efervescência política da época, que não fazia parte de seus planos, ele flerta com a militância de esquerda, vai parar nos porões da ditadura e muda radicalmente de rumo, selando não apenas seu destino, mas o de muitos de seus ex-companheiros. Quarenta anos depois, ainda é difícil o balanço: como decidir entre dois lados, dois polos, duas pontas do cabo de guerra que lhe ofertaram? E, entre as visões fantasmagóricas que o assaltam desde criança e a realidade que ele acredita enxergar, esse protagonista com vocação para coadjuvante se entrega durante três dias a um estranho acerto de contas com a própria existência. Assistido por uma irmã devota e rodeado por uma série de personagens emersos de páginas infelizes, ele chafurda numa ferida eternamente aberta na história do país. Narradora talentosa, Ivone Benedetti tem pleno domínio da construção do romance. Num texto em que nenhum elemento aparece por acaso e no qual, a cada leitura, uma nova referência se revela, o leitor se vê completamente envolvido pela história de um

protagonista desprovido de paixões, dono de uma biografia banal e indiferente à polarização política que tanto marcou a década de 1970 no Brasil. Essa figura anônima será, nessa ficção histórica, peça fundamental no desfecho de um trágico enredo. Neste Cabo de guerra, são inúmeras e incômodas as pontes lançadas entre passado e presente, entre realidade e invenção. Para mencionar apenas uma, a abordagem do ato de delação política não poderia ser mais instigante para a reflexão sobre o Brasil contemporâneo.

Compre agora e leia


CHARLES DICKENS
TEMPOS
DIFÍCEIS

Tempos difíceis

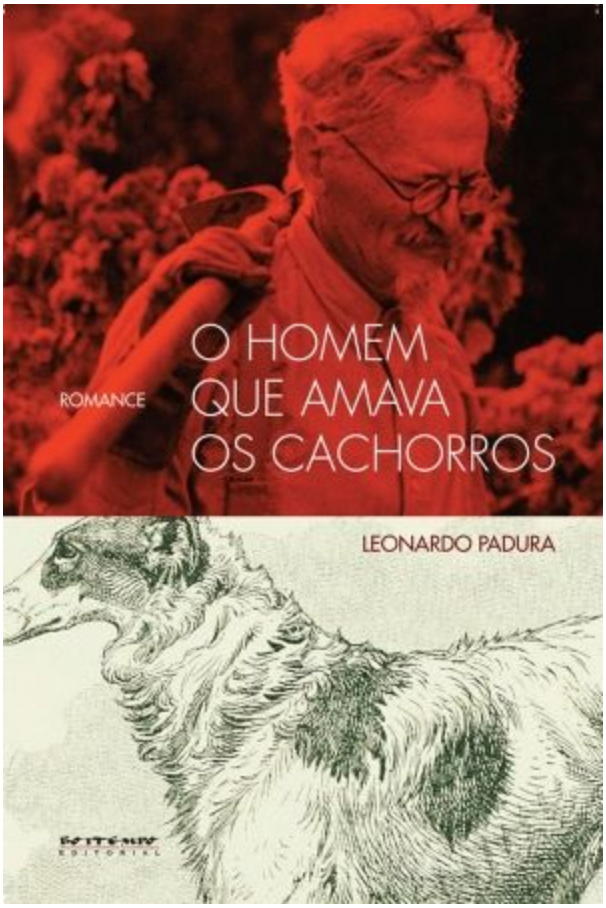
Dickens, Charles
9788575594209
336 páginas

Compre agora e leia

Neste clássico da literatura, Charles Dickens trata da sociedade inglesa durante a Revolução Industrial usando como pano de fundo a fictícia e cinzenta cidade de Coketown e a história de seus habitantes. Em seu décimo romance, o autor faz uma crítica profunda às condições de vida dos trabalhadores ingleses em fins do século XIX, destacando a discrepância entre a pobreza extrema em que viviam e o conforto proporcionado aos mais ricos da Inglaterra vitoriana. Simultaneamente, lança seu olhar sagaz e bem humorado sobre como a dominação social é assegurada por meio da educação das crianças, com uma compreensão aguda de como se moldam espíritos desacostumados à contestação e prontos a obedecer à inescapável massificação de seu corpo e seu espírito. Acompanhando a trajetória de Thomas Gradgrind, "um homem de fatos e cálculos", e sua família, o livro satiriza os movimentos iluminista e positivista e triunfa ao descrever quase que de forma caricatural a sociedade industrial, transformando a própria estrutura do romance numa argumentação antiliberal. Por meio de diversas alegorias, como a escola da cidade, a fábrica e suas chaminés, a trupe circense do Sr. Sleary e a oposição entre a casa do burguês Josiah Bounderby e a de seu funcionário Stephen Blackpool, o resultado é uma crítica à mentalidade capitalista e à exploração da força de trabalho,

imposições que Dickens alertava estarem destruindo a criatividade humana e a alegria.

Compre agora e leia


ROMANCE
O HOMEM
QUE AMAVA
OS CACHORROS
LEONARDO PADURA
BOITEMPO
EDITORIAL

O homem que amava os cachorros

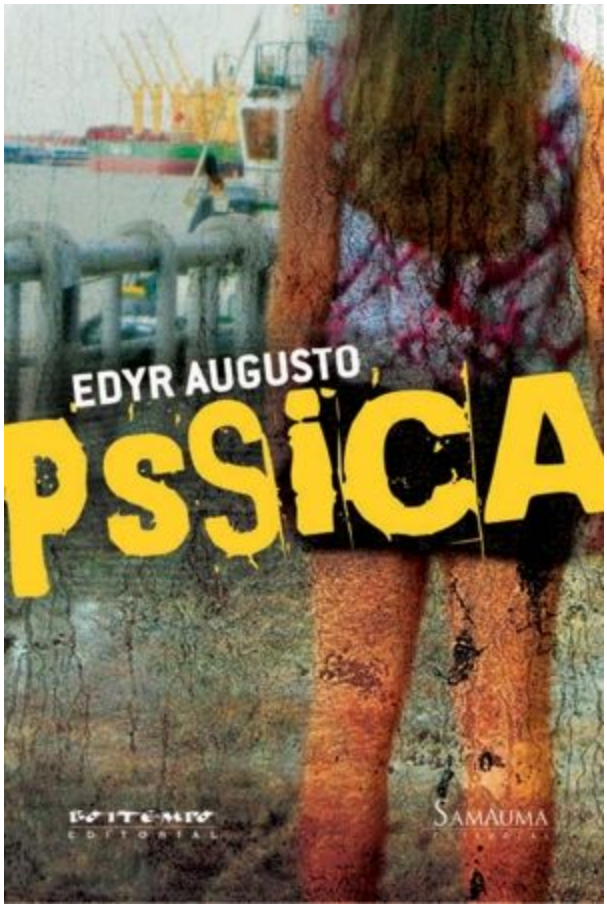
Padura, Leonardo
9788575593622
592 páginas

Compre agora e leia

Esta premiadíssima e audaciosa obra do cubano Leonardo Padura, traduzida para vários países (como Espanha, Cuba, Argentina, Portugal, França, Inglaterra e Alemanha), é e não é uma ficção. A história é narrada, no ano de 2004, pelo personagem Iván, um aspirante a escritor que atua como veterinário em Havana e, a partir de um encontro enigmático com um homem que passeava com seus cães, retoma os últimos anos da vida do revolucionário russo Leon Trotski, seu assassinato e a história de seu algoz, o catalão Ramón Mercader, voluntário das Brigadas Internacionais da Guerra Civil Espanhola e encarregado de executá-lo. Esse ser obscuro, que Iván passa a denominar "o homem que amava os cachorros", confia a ele histórias sobre Mercader, um amigo bastante próximo, de quem conhece detalhes íntimos. Diante das descobertas, o narrador reconstrói a trajetória de Liev Davidovitch Bronstein, mais conhecido como Trotski, teórico russo e comandante do Exército Vermelho durante a Revolução de Outubro, exilado por Joseph Stalin após este assumir o controle do Partido Comunista e da URSS, e a de Ramón Mercader, o homem que empunhou a picareta que o matou, um personagem sem voz na história e que recebeu, como militante comunista, uma única tarefa: eliminar Trotski. São descritas sua adesão ao Partido Comunista espanhol, o treinamento em Moscou, a mudança de identidade e os artifícios para ser aceito na intimidade do líder

soviético, numa série de revelações que preenchem uma história pouco conhecida e coberta, ao longo dos anos, por inúmeras mistificações.

Compre agora e leia


EDYR AUGUSTO
PSSICA
SAMAUMA

Pssica

Proença, Edyr Augusto
9788575594506
96 páginas

Compre agora e leia

Após grande sucesso na França - onde teve três livros traduzidos -, o paraense Edyr Augusto lança um novo romance noir de tirar o fôlego. Em Pssica, que na gíria regional quer dizer "azar", "maldição", a narrativa se desdobra em torno do tráfico de mulheres. Uma adolescente é raptada no centro de Belém do Pará e vendida como escrava branca para casas de show e prostituição em Caiena. Um imigrante angolano vai parar em Curralinho, no Marajó, onde monta uma pequena mercearia, que é atacada por ratos d'água (ladrões que roubam mercadorias das embarcações, os piratas da Amazônia) e, em seguida, entra em uma busca frenética para vingar a esposa assassinada. Entre os assaltantes está um garoto que logo assumirá a chefia do grupo. Esses três personagens se encontram em Breves, outra cidade do Marajó, e depois voltam a estar próximos em Caiena, capital da Guiana Francesa, em uma vertiginosa jornada de sexo, roubo, garimpo, drogas e assassinatos.

Compre agora e leia